



OSMANA DIAS GONÇALVES

Do banheiro ao cardume, do cardume ao banheiro: a dialética da organização e constituição do movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba

São Paulo – SP

2025

OSMANA DIAS GONÇALVES

Do banzeiro ao cardume, do cardume ao banzeiro: a dialética da organização e constituição do movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Prof. Dr. José Sobreiro Filho.

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Gonçalves, Osmana Dias.

G635 Do banzeiro ao cardume, do cardume ao banzeiro : a dialética da organização e constituição do movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba / Osmana Dias Gonçalves. – São Paulo, 2025.
215 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: José Sobreiro Filho.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2025.

1. Movimentos sociais – Brasil. 2. Movimentos sociais – Pará. I. Título.

CDD 301.35098113

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Representa um compromisso junto às lutas dos povos ribeirinhos amazônidas, como também contribuir com tantos outros espalhados pelo Brasil e no mundo que lutam pela defesa de seus territórios ameaçados pela lógica do capital, permitindo sensibilizar, compartilhar experiências e continuar acreditando que o único caminho sempre será a resistência.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research represents a commitment to the struggles of Amazonian river-dwellers, as well as to others who struggle throughout Brazil and the world and fight in defense of their territories – territories threatened by the logic of capital. It allows us to raise awareness, share experiences, and continue believing that the only path forward will be resistance.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Representa un compromiso con las luchas de los pueblos ribereños del Amazonas, además de contribuir a la de tantos otros repartidos por Brasil y el mundo que luchan por defender sus territorios amenazados por la lógica del capital, permitiéndoles crear conciencia, compartir experiencias y seguir creyendo que el único camino siempre será la resistencia.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE OSMANA DIAS GONÇALVES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 05 de novembro de 2025, às 15h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de OSMANA DIAS GONÇALVES, intitulada **Do banheiro ao cardume, do cardume ao banheiro: a dialética da organização e constituição do movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba..** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) . / Universidade de Brasília (UnB), Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Prof. Dr. ADOLFO DA COSTA OLIVEIRA NETO (Participação Virtual) do(a) Geografia / Universidade Federal do Pará - Campus de Guamá - Belém, Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final Aprovado .

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
The logo for gov.br, featuring the text "gov.br" in a stylized font with "gov" in blue and "br" in orange.
JOSE SOBREIRO FILHO
Data: 11/11/2025 14:39:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO

Dedico esta dissertação àqueles que nunca mediram esforços no meu processo educacional, e com muita motivação e apoio me fizeram chegar à esta conquista: minha mãe Anazilda Dias Gonçalves e meu pai Osvaldo Rodrigues Gonçalves. Vocês são os alicerces da minha vida!

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES. O apoio foi concedido entre agosto de 2023 e agosto de 2024.

Agradeço à Deus, autor da vida, por me dar a fortaleza, sabedoria e perseverança em concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica. Nos momentos das dificuldades ter me dado forças para continuar e à Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da Comunidade Católica Nossa Senhora de Nazaré - Rio Caripetuba, a quem expresso minha grande devoção.

À minha mãe e ao meu pai, os grandes alicerces de minha vida, sem vocês não teria chegado até aqui. Vocês são apoio, incentivo e principais motivadores de cada conquista da minha vida. Agradeço pela paciência, compreensão nos dias que exigiam muita entrega no desenvolvimento deste trabalho, obrigada por compreenderem o cansaço e quando precisava passar horas dedicada nessa construção. Sonhamos juntos e o apoio de vocês em todos os sentidos fizeram chegarmos até aqui.

E à toda minha família: minha querida sobrinha Ana Victória, minha irmã que foi um grande exemplo de perseverança - a primeira mestra da família, meu cunhado e à todos os demais familiares que se alegram com cada conquista.

Ao meu querido avô Miguel Gomes Dias (*in memoriam*) que sempre se alegrou com minhas conquistas. Um grande exemplo de amor pelo território, que muito motivou na construção dessa dissertação, e que no meio deste caminho que percorria ele nos deixou, porém, mesmo em meio à grande saudade sentir a força do seu exemplo que a luta pela defesa do território não pode parar, e a construção dessa dissertação é também um ato de resistência.

Ao meu orientador Dr. José Sobreiro Filho, obrigada por acreditar que esta ribeirinha poderia sonhar e chegar lá. Seu apoio e incentivo desde a graduação foram essenciais para essa conquista. Quando tantos direitos nos são negados, encontrar um professor/a que acredite no nosso potencial, nos permite se lançar e acreditar que é possível. Minha grande admiração pela pessoa e profissional que você é, que constrói uma educação em movimento e libertária. Obrigada pela paciência, compreensão e orientações tão ricas.

À Rafael Gonçalves, por todo amor, apoio e compreensão nestes intensos dias de pesquisa e desenvolvimento desta dissertação. Obrigada por cada palavra e gesto motivador.

À toda coordenação do curso, professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe e servidores do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP) por toda dedicação e prontidão.

À turma Maria Trindade, todos os colegas pelas trocas de saberes, experiências e crescimento coletivo. Ao Núcleo de Base Weichave, pelo companheirismo, motivação e tantas trocas de saberes.

À Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) pela acolhida, por proporcionar a vivência de tantos espaços de saberes e pela motivação de vivências coletivas, solidárias e compartilhadas.

Em nome da Professora Antônia Botelho, estendo meu agradecimento à toda família Cáritas Rainha da Paz e Cáritas Regional Norte 2, por todo incentivo, por terem vibrado comigo quando passei no processo seletivo e contribuído para essa conquista e pela compreensão nos momentos que precisei estar ausente.

À toda comunidade do Rio Caripetuba, em especial as pessoas que pude entrevistá-las. Suas entrevistas foram a grande fonte de saberes que deram a materialidade deste trabalho. Aprendi e continuo aprendendo com cada um/a de vocês, nas conversas e vivências diárias.

À liderança da Ilha do Capim, pela entrevista muito rica de saberes. Devido aos conflitos que se estendem sobre esses territórios, preferimos não divulgar os nomes dos entrevistados das comunidades.

Aos movimentos que me concederam as entrevistas: Antônia Botelho (Cáritas), Jucirlei Rodrigues (AMIA), Hueliton Azevedo (MORIVA-CPT Guajarina) e Elias Kempner (STTRA). Muito obrigada pela grande contribuição em minha pesquisa.

À rede Dataluta Água e ao Grupo de Pesquisa GEACT (Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios), pelos momentos de debates que aprimoraram meus conhecimentos e permitiu importantes conhecimentos e por todo incentivo.

À todos que durante esta trajetória me apoiaram, motivaram e expressaram a alegria por me verem trilhando esta conquista individual e de compromisso coletivo. À você que demonstrou esse carinho, meu muito obrigada!

À turma de Geografia Ulisses Manaças - Pronera UFPA e aos professores da graduação, vocês também contribuíram para seguir essa trajetória.

Enfim, à todos os movimentos e amigos de lutas, obrigada pela motivação!

RESUMO

O avanço do modo de produção capitalista, baseado na lógica produtiva do agronegócio, tem provocado intensas ameaças sobre os territórios de povos tradicionais. Esse processo de expansão de produção e logísticas, cuja lógica do mercado capitalista vem sendo firmada no sistema agroexportador de *commodities*, busca dominar e controlar os territórios estratégicos de seu interesse, com isso, comunidades tradicionais vem a cada dia vivendo as ameaças de “cercamentos” e de expulsão de seus territórios. Assim, toda essa dinâmica vem se dando de forma conflituosa, já que para continuarem a existir, as comunidades tradicionais tendem a resistir à essa lógica. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar a construção das práticas organizativas das lutas e resistências do território ribeirinho do rio Caripetuba face à construção do projeto desenvolvimentista da Cargill, em Abaetetuba-PA. Busca-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental ir compreendendo a lógica de expansão capitalista, bem como as resistências protagonizadas nos territórios tradicionais a partir de diferentes contextos, e assim como podemos ir compreendendo a construção de tais ações que vem se configurando no território ribeirinho do rio Caripetuba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com diálogo com a quantitativa, assumindo um caráter descritivo e por meio da análise crítica acerca da realidade apresentada. As lutas e resistências que a comunidade em pesquisa vem construindo se definem por diferentes tipologias, além de assumirem uma perspectiva de multiescalaridade. É por meio dessas resistências a única condição para continuarem existindo no território.

Palavras-chave: agronegócio; grandes projetos; Rio Caripetuba; resistências.

ABSTRACT

The advance of the capitalist mode of production, based in the productive logic of agribusiness, has provoked intense threats to the territories of traditional peoples. The expansion of production and logistics, whose capitalist market logic has been established through the commodity agro-export system, seeks to dominate and control strategic territories of interest. As a result, traditional communities are increasingly facing the threat of “enclosures” and expulsion from their territories. This entire dynamic has therefore unfolded in a conflictual manner since traditional communities tend to resist this logic as a condition of their existence. From this perspective, the objective of this work is to identify and analyze the organizational practices of the resistance struggle of the Caripetuba riverside community in the face of Cargill's development project in Abaetetuba, Pará. Through bibliographic and documentary research, we seek to understand the logic of capitalist expansion as well as the resistance carried out in traditional territories from different contexts, and how we can understand the construction of such actions that have been taking shape in the river-dwelling territory of the Caripetuba River. This qualitative research dialogues with quantitative research, assuming a descriptive approach that critically analyzes the presented reality. The struggles and resistance that the research community has constructed are defined by different typologies that adopt a multi-scalar perspective. This resistance is the only way to continue existing in the territory.

Keywords: agribusiness; large-scale infrastructure projects; Caripetuba River; resistance.

RESUMEN

El avance del modo de producción capitalista, basado en la lógica productiva del agronegocio, ha provocado intensas amenazas a los territorios de los pueblos tradicionales. Este proceso de expansión productiva y logística, cuya lógica de mercado capitalista se ha instalado en el sistema agroexportador de materias primas, busca dominar y controlar territorios estratégicos de interés. Como resultado, las comunidades tradicionales están experimentando la amenaza de “cercamientos” y expulsión de sus territorios todos los días. Así, toda esta dinámica se viene dando de manera conflictiva, ya que para seguir existiendo las comunidades tradicionales tienden a resistirse a esta lógica. Desde esta perspectiva, el objetivo de este trabajo es identificar y analizar la construcción de prácticas organizativas de luchas y resistencias en el territorio ribereño del río Caripetuba frente a la construcción del proyecto de desarrollo de Cargill, en Abaetetuba-PA. A través de una investigación bibliográfica y documental, buscamos comprender las lógicas de la expansión capitalista, así como las resistencias realizadas en territorios tradicionales de diferentes contextos, y cómo podemos comprender la construcción de tales acciones que se vienen dando en el territorio ribereño del río Caripetuba. Se trata de una investigación cualitativa en diálogo con la investigación cuantitativa, asumiendo un carácter descriptivo y mediante el análisis crítico de la realidad presentada. Las luchas y resistencias que la comunidad investigadora viene construyendo se definen por diferentes tipologías, además de asumir una perspectiva multiescalar. Es a través de estas resistencias que son la única condición para que sigan existiendo en el territorio.

Palabras clave: agronegocios; grandes proyectos; Río Caripetuba; resistencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Frutos e cultura do território do Rio Caripetuba.....	30
Figura 2 –	Ribeirinhos navegando pelo rio.....	35
Figura 3 –	Ribeirinho pescando com rede no rio.....	36
Mapa 1 –	As ilhas do município de Abaetetuba.....	48
Quadro 1 –	Projeto de Assentamento Agroextrativista, em Abaetetuba-PA.....	49
Mapa 2 –	Localização da comunidade do Rio Caripetuba.....	75
Figura 4 –	Produtor extraíndo a mandioca da terra.....	78
Figura 5 –	Mulheres preparando a massa para produção da farinha.....	79
Figura 6 –	Ribeirinho debulhando açaí.....	80
Figura 7 –	Ribeirinho preparando a isca no matapi.....	82
Figura 8 –	Ribeirinha recolhendo os matapi pela manhã.....	83
Quadro 2 –	Os dois produtos mais exportados no Brasil nos anos de 2015 a 2021...	126
Gráfico 1 –	Produção da soja em 2019 no Brasil.....	127
Figura 9 –	Bois mortos encalhados na praia de Vila do Conde em decorrência do naufrágio do navio Haidar.....	135
Mapa 3 –	Localização do TUP - Abaetetuba.....	136
Figura 10 –	Comboio de balsas e navio graneleiro previstos para operar no TUP - Abaetetuba.....	144
Figura 11 –	Balsas ancoradas no furo da Ilha do Capim.....	146
Figura 12 –	Pequeno tronco de árvore infestado por mexilhão-dourado, retirado das margens do Rio Caripetuba.....	147
Figura 13 –	Municípios da calha do rio Tocantins com presença do mexilhão-dourado.....	149
Figura 14 –	Divulgação do lançamento do programa da Cargill sobre o TUP - Abaetetuba.....	150
Figura 15 –	Card da empresa Cargill sobre o TUP - Abaetetuba.....	152
Figura 16 –	Capa e introdução da história em quadrinhos da cartilha “Navega Abaeté”.....	153
Figura 17 –	Páginas finais da cartilha “Navega Abaeté”.....	155
Mapa 4 –	Mapa das comunidades onde foram realizadas as formações em 2017...	161
Figura 18 –	Protocolos de Consulta de Territórios Ribeirinhos e Quilombolas de	164

	Abaetetuba.....	
Figura 19 –	Diferentes edições do Grito das Águas.....	166
Figura 20 –	Representações de cartazes no Grito das Águas.....	169
Figura 21 –	Grito dos excluídos e excluídas 2018.....	170
Figura 22 –	Primeiro trançaço realizado na comunidade do Rio Caripetuba.....	172
Figura 23 –	Balsa com equipamento para realização de fundeio das boias e ribeirinhos chegando em suas embarcações para protestarem.....	174
Figura 24 –	Ribeirinhos chegando no local do protesto.....	175
Figura 25 –	Ribeirinhos protestando contra a colocação de boias no furo da Ilha do Capim.....	176
Figura 26 –	Ato simultâneo à audiência pública realizada em fevereiro de 2023.....	181
Figura 27 –	Oitiva da DPE e do MPPA na comunidade do Rio Caripetuba.....	182
Figura 28 –	Ato simultâneo à audiência pública realizada em abril de 2023.....	183
Figura 29 –	Página da publicação no site do MPF sobre a visita dos procuradores da República no PAE Santo Afonso.....	184
Figura 30 –	Assembleia Geral Deliberativa para construção do Protocolo de Consulta na Comunidade do Rio Caripetuba.....	185
Figura 31 –	Ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas no Brasil, ano 2022.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIA	Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DPE	Defensoria Pública do Estado do Pará
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ETC	Estação de Transbordo de Carga
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
IIRSA	Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas
MPF	Ministério Público Federal
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
MORIVA	Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PA	Pará
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PPI	Programa de Parcerias de Investimento
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
STTRA	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba
TUP	Terminal de Uso Privado
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O CAMINHO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3	A QUESTÃO TERRITORIAL RIBEIRINHA.....	21
4	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SOCIOTERRITORIAL DAS COMUNIDADES DAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA.....	47
4.1	A constituição da identidade ribeirinha em Abaetetuba.....	55
4.2	O caminho das águas na formação da comunidade do Rio Caripetuba.....	75
5	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A LUTA POR DIREITOS DOS RIBEIRINHOS DE ABAETETUBA.....	88
5.1	Contextualizando o conceito de movimento socioterritorial.....	89
5.2	Principais lutas históricas e conquistas dos povos das águas.....	96
5.2.1	Participação e protagonismo ribeirinho em outras lutas.....	108
6	DO MOVIMENTO DAS ÁGUAS AO MOVIMENTO DAS RESISTÊNCIAS: A LUTA PELO TERRITÓRIO AMEAÇADO.....	113
6.1	O cenário dos “grandes projetos” na Amazônia: disputa territorial e espoliação.....	114
6.1.2	Das histórias de “visagens” à multinacional do medo: Cargill e suas estratégias de territorialização e desterritorialização em Abaetetuba.....	133
6.1.3	As nascentes do movimento socioterritorial ribeirinho.....	156
6.1.4	Constituição da inteligência territorial ribeirinha: aspectos da lógica racionalidade espaço-temporal amazônica.....	189
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
	REFERÊNCIAS.....	205

1 INTRODUÇÃO

A vida ribeirinha na Amazônia é carregada de uma multidimensionalidade que se traduz em relações, costumes, crenças e tradições, que se configuram a partir de uma intrínseca relação com o rio, a floresta e os demais aspectos que permeiam o dia-a-dia desses sujeitos. Historicamente, esses povos vêm se constituindo às margens de rios e igarapés, estabelecendo formas peculiares de relação com a natureza através dos conhecimentos herdados tradicionalmente. Pode-se considerar que o rio é uma das principais expressões da identidade ribeirinha, pois este direciona os meios pelos quais a vida desses povos se manifesta, sendo o mais importante aspecto que fundamenta sua identidade. Porém, não há como compreender esse aspecto identitário sem levar em consideração as demais dimensões que constituem a essência de existência desses povos, ou seja, o território interpretado a partir de todas as dimensões que o integram.

Mas há que se considerar que, não diferente de outras diversidades de povos tradicionais que vivem na Amazônia, o ribeirinho também apresenta um processo histórico de invisibilização, promovida pelas estratégias dos *modus operandi* capitalista-colonial na região. Esse processo se configura mediado pelos interesses do capital em dominar esses territórios, como condição para seu avanço. E, na maioria das vezes, essa lógica recebe grande apoio do Estado, subsidiando formas que facilitem o avanço de projetos capitalistas sobre os territórios tradicionais, gerando fortes ameaças de destruição de uma rica diversidade de povos tradicionais, como se configura a realidade do ser ribeirinho da Amazônia.

Nesse propósito, quanto mais o agronegócio avança, mais se estabelece a necessidade de infraestruturas para compor o modal de escoamento das *commodities*. Consequentemente, vai-se acentuando o “cercamento” e as ameaças sobre os territórios tradicionais. Visto que não é apenas a vida humana que se torna ameaçada, toda a sociobiodiversidade da região vai se tornando ameaçada nessa encruzilhada. Toda a história, culturas, elementos e as representações simbólicas e invisíveis, os seres materiais e espirituais vão se tornando ameaçados com o avanço do capital nos territórios.

No entanto, cabe destacar que em meio à essas ameaças que permeiam esses territórios tradicionais, também se destacam as diferentes formas de resistência protagonizadas por esses povos. Configurando um cenário de disputas de diferentes interesses, por um lado a luta coletiva dos povos, e por outro o interesse individual do capital em usar o território para um benefício lucrativo. Esses conflitos desencadeados são

reflexos de que há um intenso processo de lutas e resistências. Pode-se dizer que historicamente esses povos vêm resistindo, pela defesa de seus territórios de vidas, pela autonomia e liberdade, e como forma de manter sua identidade, já que também as ameaças são históricas, considerando que as perdas começam desde a colonização capitalista.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e analisar a construção das práticas organizativas das lutas e resistências do território ribeirinho do Rio Caripetuba face à construção do projeto desenvolvimentista da Cargill, em Abaetetuba-PA. Diante do cenário ameaçador, a resistência se torna como prática necessária e possibilidade de continuarem existindo e se constituindo em sua identidade, sendo que o avanço desses projetos ameaça a soberania e a permanência dos sujeitos em seus territórios. A resistência tem sido o propósito e se tornado a possibilidade de continuarem existindo em seus territórios, mantendo suas identidades e se constituindo em suas territorialidades.

Para se chegar até o objetivo geral, se traçou um caminho ao que se propôs os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar os principais problemas estruturais que têm atravessado historicamente a vida dos povos ribeirinhos. 2. Caracterizar o processo de formação socioespacial e socioterritorial das ilhas do município de Abaetetuba-PA, em especial da comunidade ribeirinha do rio Caripetuba. 3. Compreender a constituição histórica das lutas dos povos das águas no referido município. 4. Analisar as insurgências de conflitos, bem como as ações de resistências construídas pelas/os ribeirinhas/os do rio Caripetuba face às perspectivas de territorialização do projeto portuário da Cargill. E ainda de maneira relevante, enfatizamos que este trabalho busca provocar o debate sobre a importância acadêmica de se refletir sobre uma possível inteligência territorial ribeirinha.

Sendo assim, após essa introdução e a abordagem dos procedimentos metodológicos, trazemos no capítulo intitulado “A questão territorial ribeirinha” (3), que busca à luz da categoria geográfica território, as principais questões ou problemas estruturais que têm perpassado a vida ribeirinha. Esse delineamento não se faz a partir de uma visão externa, mas considerando que como pesquisadora ribeirinha busco apresentar elementos essenciais capazes de aguçar a essência da minha própria identidade, apresentando reflexões que fazem parte de minha vivência e história e contribuindo por meio do conhecimento científico com debates fundamentais sobre as questões que envolvem o contexto ribeirinho. Assim, busca-se primeiramente traçar compreensões acerca do que se caracteriza como um território ribeirinho e a partir desta perspectiva buscar identificar as principais questões que têm se tornado ameaçadoras.

Em “Formação socioespacial e socioterritorial das comunidades das ilhas de

Abaetetuba-PA” (4), faz-se um resgate histórico de como foi se constituindo a identidade ribeirinha em Abaetetuba. Para isso, foi primordial traçar uma pesquisa com abordagens desde o processo de colonização de Abaetetuba, trazendo elementos essenciais que nos permitem compreender a constituição da identidade ribeirinha nesta região. Além disso, foi traçado um caminho considerando elementos históricos que fazem parte do território de pesquisa desta dissertação, que é o território ribeirinho do Rio Caripetuba, localizado no município de Abaetetuba.

No capítulo intitulado como “Organização política e a luta por direitos dos ribeirinhos de Abaetetuba” (5), apresenta um panorama das diferentes frentes de lutas e formas de organização que esses povos vêm se articulando para conquistas de seus direitos. Assim, apresenta as principais lutas e conquistas que fizeram parte da história desses povos e que continuam presentes nas lutas atuais. Além de contextualizar a participação desses sujeitos em outras lutas, como foi na Revolução da Cabanagem. Trazemos também neste capítulo uma contextualização do conceito de movimento socioterritorial, visto que o próximo capítulo abordará a partir deste conceito geográfico a compreensão da organização das lutas e resistências do território em análise.

E por fim, em “No movimento das águas ao movimento das resistências: a luta pelo território ameaçado” (6), tem como caráter apresentar o contexto das lutas e resistências que vem se configurando no território onde se desenvolve essa pesquisa. Assim, visto que as ameaças capitalistas vividas num território fazem parte de uma combinação de ações, programas e estratégias que refletem numa escala local, mas que estão alinhadas a toda uma estratégia regional que a Amazônia encontra-se inserida no contexto do capital globalizado. Com isso, partimos do propósito de compreender como o cenário de disputas e espoliação vem se dando no contexto dos “grandes projetos” que vem avançando na Amazônia, principalmente a partir dos anos de 1970 e 1980, e cada vez mais vem se intensificando na região e gerando ameaças aos territórios tradicionais. De maneira mais focal da pesquisa, traz-se o exemplo do projeto portuário da Cargill em Abaetetuba, com seus desdobramentos para se territorializar onde são territórios já habitados secularmente pelos ribeirinhos, em Abaetetuba.

Ainda nesse capítulo, buscamos compreender como vêm se construindo as diferentes formas de lutas e resistências protagonizadas por estes sujeitos, que resistem no território e lutam contra as ameaças da lógica capitalista, sendo o ponto primordial abordado nessa pesquisa. Pela compreensão que vem se dando essas resistências, busca-se entendê-los numa perspectiva de um movimento socioterritorial, já que as lutas e resistências protagonizadas

por estes sujeitos se faz pela luta em defesa do território e por continuarem se constituindo enquanto identidade ribeirinha.

E para finalizar, considera-se que essas práticas significam as formas adotadas pelos sujeitos ribeirinhos para resistirem em seus territórios e continuarem mantendo sua identidade. Assim, vêm usando formas que consideramos como inteligência territorial ribeirinha, pois são a partir dessas práticas que possibilitam continuarem no território. Considerando que são formas de inteligências que podem ser observadas em outros movimentos que fazem parte também dessas realidades. Por isso, buscamos fazer uma análise a partir do banco de dados da rede DATALUTA Água, considerando as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que fazem parte desse espaço. Ao mesmo tempo, podemos considerar ações que de forma estratégica estão sendo próprias do movimento socioterritorial do Rio Caripetuba.

2 O CAMINHO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se a partir do conhecimento sobre a problemática, fazer uma revisão bibliográfica e documental. A abordagem teórico-metodológica pauta-se na análise crítica acerca das ações, relações e contradições inerentes ao movimento de transformações territoriais e de produção e reprodução capitalista e processo geográfico desigual. A abordagem analítica que se faz é qualitativa (com diálogo com a quantitativa), tendo fontes secundárias e primárias.

Como categoria geográfica analítica, contextualizamos a partir do território, mas também levantando questões acerca do espaço, do qual este é construído. Assim, dialogamos com (Fernandes, 2008, 2009, 2013; Haesbaert, 2007, 2020; Medeiros, 2009; Raffestin, 1993; Saquet, 2007, 2009, 2013; Souza, 2009, 2019), por serem atores que trazem uma perspectiva analítica sobre o território numa visão multidimensional, numa abordagem que melhor dialoga no contexto que estamos analisando de território ribeirinho. Também, buscou-se compreender como as ações de cunho capitalista vem avançando sobre territórios tradicionais e em reação a essa lógica a configuração das ações de resistência que vêm sendo protagonizadas.

No que compreende o avanço da lógica capitalista no território em pesquisa, em especial com a empresa multinacional Cargill, além da revisão bibliográfica, buscou-se também realizar a análise documental a fim de obter mais informações, como na análise do EIA/RIMA (2017 e 2018), disponível na SEMAS-PA. Informações sobre estratégias da Cargill no processo de territorialização em Abaetetuba, buscou informações a partir do site da empresa, além das informações obtidas nas entrevistas.

Já para identificar e analisar as ações de resistência e conflitos, foi realizada junto à comunidade ribeirinha do rio Caripetuba, Abaetetuba-PA, entrevistas semi-estruturadas (com pesquisa de campo), usando o método História Oral. A pesquisa de campo é fundamental para realização das entrevistas, pois, além da identificação e análise das ações de resistências e conflitos que poderão ser identificadas, busca-se compreender as principais reflexões, sentimentos e posicionamentos acerca do projeto desenvolvimentista da Cargill na região.

Foram realizadas quatro entrevistas na comunidade, com o propósito de fazer reconhecimento da problemática e conhecer as lutas e resistências que vêm sendo desenvolvidas no território. Todas essas entrevistas foram desenvolvidas com mulheres, que atuam no extrativismo e na atividade de pesca. O requisito de escolha se deu devido que

nessa configuração das ameaças vividas no território, as mulheres estavam recebendo uma grande carga emocional, sendo afetadas psicologicamente, sendo que em todas as ações de resistência as mulheres se faziam presentes e até em algumas delas se colocavam em linha de frente.

Além das entrevistas na comunidade em análise, também se realizou com uma liderança pertencente ao PAE Santo Antônio II. Dessa maneira, combinamos uma análise a fim de cruzar posicionamentos e ações alinhadas pelos diferentes territórios acerca da defesa dos territórios. Assim, compreendemos que as resistências realizadas pelo território ribeirinho do Rio Caripetuba, não se faz de forma isolada, mas em articulação com os demais territórios que reconhecem como urgente e necessário a defesa desses territórios.

Também foram realizadas outras entrevistas na comunidade do Rio Caripetuba, junto com 03 pessoas idosas, a fim de compreender por meio de seus saberes e memórias, desde aspectos sobre como vem se constituindo esse território. Essas pessoas trazem uma riqueza de saberes e conhecimentos sobre o território, permitindo fazer um resgate histórico de seus costumes e tradições, compreendendo como vêm se organizando ao longo da história.

Além destas entrevistas com os comunitários do *locus* da pesquisa, também foram realizadas entrevistas com movimentos que vem atuando nas lutas em prol da defesa dos direitos ribeirinhos, como a Cáritas Rainha da Paz, Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA). Essas entrevistas foram fundamentais para se entender o processo histórico das lutas e conquistas dos movimentos das ilhas de Abaetetuba, como também o processo organizativo e político dos ribeirinhos.

Destaca-se que muitas das informações trazidas nesta pesquisa, inclusive registros de imagens, foram obtidas pela própria autora devido sua vivência na comunidade e atuação militante. Com isso, a própria autora se fez presente em diferentes momentos durante a trajetória das lutas da comunidade, compreendendo a atuação na luta pela defesa do território. Com isso, considera-se que esta pesquisa se constitui como sendo uma pesquisa militante, com um compromisso de uma luta coletiva, em que a autora vem atuando antes mesmo de inserção como discente de pós-graduação.

Essa é uma condição importante para compreendermos que esta pesquisa tem um compromisso social, de uma luta coletiva. Por isso, assume um caráter político não apenas com a luta dos ribeirinhos de Abaetetuba, mas possibilitando também que outros movimentos se enxerguem nas lutas que vem atuando em diferentes movimentos e por meio

de diferentes segmentos. Isso permite compreender que em diferentes espaços vem se tecendo lutas e resistências na defesa dos territórios tradicionais, sendo uma possibilidade de unificar lutas e ao mesmo tempo aprender com ações que podem ser próprias de um movimento.

3 A QUESTÃO TERRITORIAL RIBEIRINHA

Quando esta pesquisa parte da condição em compreender os processos de resistências que vem se constituindo em um território ribeirinho, ameaçado pela lógica de produção e reprodução capitalista, diante deste contexto, retoma-se a necessidade de entender que essa condição também encontra-se implicada a uma configuração histórica e estrutural com a qual os povos e comunidades tradicionais da Amazônia vêm sofrendo desde a chegada do colonizador na região. Ou seja, toda essa configuração da colonização se deu sob os auspícios de uma lógica colonial-capitalista.

Vale frisar, que antes da chegada do colonizador, os povos que já viviam na região apresentavam também relações de disputas territoriais, povos de diversas aldeias lutavam e disputavam territórios, porém, se constituíam em disputas diferentes do que se torna a partir que chega o colonizador. Com o processo de colonização, as diferenças continuaram existindo, mas algumas forças se concentraram na questão dos adversários externos, carregado de estratégias e intenções, implicando não apenas na apropriação de territórios, mas principalmente o domínio a partir da exploração desenfreada e lucrativa, tornando a região uma colônia para o enriquecimento de países europeus.

Nessa nova configuração de disputas, novas identidades foram se constituindo na região, podendo-se destacar que muitas delas têm suas raízes territoriais no chão de resistências. Mas, não apenas nesse sentido de relacionar com um histórico de lutas, compreendendo também que muitas delas nasceram ou se constituíram a partir desse cenário de disputas, lutas e resistências. A identidade ribeirinha na Amazônia se constituiu nessa configuração, considerando a resistência como condição fundamental para a formação de sua identidade. Porém, não iremos adentrar aqui a discussão sobre a constituição histórica da identidade ribeirinha, já que essa abordagem é que fazemos no próximo capítulo. Mas é importante destacar, que desde a gênese da formação da identidade ribeirinha na Amazônia, as lutas se entrelaçam principalmente no âmbito de uma disputa que envolve modos de produção e projetos de dominação. Os ribeirinhos foram sempre vitimados pelo imperialismo, no contexto histórico pelos portugueses e espanhóis, e agora principalmente dos Estados Unidos.

Por isso, a busca pela compreensão das questões que envolvem o universo ribeirinho perpassa pelo diálogo com aquilo que é essencial para sua existência: o território. E quando se traça reflexões acerca de tais conceitos, percebe-se que a abordagem territorial ribeirinha ainda vem sendo pouco discutida no âmbito da produção do conhecimento científico. É

importante também destacar que o ser ribeirinho, em especial considerando o ser ribeirinho amazônico, teve sua história muito contida na invisibilidade e, até nos dias atuais, este ainda é um grande desafio a se superar. Por vezes, há questionamentos sobre a própria identidade desses sujeitos diante de alguns debates, onde traça uma certa resistência em reconhecê-los na categoria de povos e comunidades tradicionais, e ainda como parte da classe camponesa, como se as tradições destes sujeitos ao longo da história fossem algo a serem questionadas.

Até mesmo a própria conceituação do que é ser ribeirinho/a ainda está muito implicado na compreensão daquele/a que vive à beira/margens dos rios, ficando assim este conceito muito ofuscado, produzindo um certo apagamento das suas demais dimensões. Com isso dá-se a impressão que para ser um camponês ribeirinho basta apenas ter um rio passando à proximidade de sua casa, como se este por si só desse a compreender a dimensão completa do ser e existir destes sujeitos. E ainda, numa compreensão apenas superficial do que é e representa o rio para estes sujeitos, basicamente levando em consideração apenas sua dimensão material e ignorando que também “o rio possui um alto poder simbólico para ribeirinhos” (Lira; Chaves, 2016, p. 73).

Compreende-se dessa forma que, “o rio é, local de trabalho, lazer, meio de comunicação e contemplação” (Ribeiro, 2012, p. 92). Ou seja, o rio e a terra são os meios de produção de riqueza dos ribeirinhos. Há muita coisa para se explicar quando o ribeirinho ao construir sua casa, também desloca uma interligação com o rio, que geralmente é chamada de ponte, porto e ou trapiche, e ainda faz sobre ela um assento em direção ao rio. Sendo assim, só o entendimento da materialidade não é capaz de explicar todo o seu sentido, que por vezes é a interligação também com o simbólico que nos faz “mergulhar” na compreensão de toda a intensidade que um ribeirinho tem com o rio. Porém, nem tudo ainda é capaz de se decifrar, sob um lançar o olhar ao rio, o ribeirinho vive uma junção de sentimentos em seu silêncio, que mesmo sem falar, talvez não seja compreendido e tampouco sentido por um desconhecido desta realidade.

O rio é um elemento essencial para manter viva a identidade ribeirinha, pode-se dizer que a não existência deste elemento é um viés inviável para existência do ser ribeirinho. Porém, este não é o único elemento, apesar de ser nesse contexto, o rio, como sendo um meio pelo qual os outros aspectos da realidade ribeirinha se conectam, ele tem a força de trabalho e os meios de produção de riquezas.. A natureza da existência ribeirinha tem o rio como seu fundamento, mas sua identidade se constitui junto com o rio e além deste. Ou seja, o sujeito ribeirinho não depende apenas do rio para viver, mas também não existe sem este, “o rio lhes traduz um significado muito grande, configurando-se como complemento de suas

vidas ou, até mesmo, suas próprias vidas” (Lira; Chaves, 2016, p. 73). Assim, este elemento precisa estar inter-relacionado com outros aspectos essenciais para sua existência. É nesse sentido de relações e inter-relações que o território se torna imprescindível para compreensão do ser ribeirinho/a.

É por meio da abordagem territorial que se faz possível compreender a existência e as formas de organização que estes sujeitos apresentam. É buscar compreender a identidade ribeirinha a partir do território, que se pode então ter aproximações e interpretações mais próximas de suas realidades. Isso porque o objetivo de uma pesquisa é tentar se aproximar o máximo possível, mas é só vivendo e carregando em si uma identidade que é possível conhecê-la verdadeiramente.

Ou seja, são os sujeitos, protagonistas de suas ações, que conseguem dimensionar da melhor forma a sua existência. Além do presente, estes carregam por meio dos valores e tradições toda uma herança deixada pelos seus antepassados, de forma fluída, fazendo com que essas tradições vão se adaptando e adquirindo novas formas. Pois não podem ser vistas de forma estática, assim como o tempo não é estático e sim movimento, as vivências destes sujeitos vão também adquirindo novas formas de organização no decorrer do tempo.

Por estarem inseridos em um território, e este ser envolvido em relações, consideramos que o território também é movimento. Toda ação produz um significado e ao mesmo tempo promove uma mudança, os territórios estão em constantes transformações. Porém, nesse contexto de territórios tradicionais, essas mudanças fazem parte do seu cotidiano, implica questionar quando se torna uma ameaça sobre a identidade destes sujeitos, na própria existência no território. Por exemplo, quando o avanço dos meios de globalização tende a questionar a própria essência identitária desses povos, e o modelo de produção capitalista produzir a destruição dos territórios tradicionais.

O que buscamos refletir, é que nem toda transformação produz efeito positivo no território, bem como é fato dizer que estes territórios não se encontram isentos dessas e entre outras ameaças, pois, essas relações estão presentes no espaço e o território é construído a partir do espaço. É nessa compreensão que tendem a ocorrer as disputas territoriais, gerando os conflitos, que de maneira mais acentuada e mediante as ameaças sobre o território, estes povos tendem a ir construindo diferentes formas de organização e resistência na defesa dos territórios de vidas.

Dessa maneira, buscamos compreender a questão territorial ribeirinha a partir da compreensão da categoria geográfica território. Pois, para compreender melhor as relações que se fazem presente na vivência ribeirinha, precisamos traçar uma breve reflexão sobre o

entendimento da categoria território, por meio de abordagens teóricas das quais consideramos que mais tendem a dar interpretações mais condizentes a respeito desta categoria. E ainda, considerando do ponto de vista que ajude a entender o contexto de um território tradicional, dentro da perspectiva de análise geográfica. Nesta reflexão, buscamos dialogar com e a partir das interpretações de (Fernandes, 2008, 2009, 2013; Haesbaert, 2007, 2020; Medeiros, 2009; Raffestin, 1993; Saquet, 2007, 2009, 2013; Souza, 2009, 2019).

A primeira questão importante a se abordar em relação ao território, como já mencionado anteriormente, é de que o espaço antecede o território, ou seja, o território é construído a partir do espaço, como abordado em (Fernandes, 2008, 2013; Raffestin, 1993; Saquet, 2009). Nesse sentido, falar de território, é entender que este designa de uma outra dimensão, que é o espaço geográfico. Entendendo que há uma relação entre essas duas categorias, porém, não podem ser entendidas e conceituadas da mesma forma, cada uma apresenta interpretações diferenciadas. No entanto, o território tende a existir a partir do espaço geográfico e Santos (2006) conceitua o espaço geográfico como sendo “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2006, p. 12).

Podemos considerar que esta conceituação de Santos sobre o espaço geográfico é uma das mais completas no que corresponde a análise do conceito no âmbito do debate da geografia. Pois, permite compreendermos que o espaço é formado por meio das relações, das quais torna-se evidente a interação das relações sociais com os objetos, ou melhor, com aquilo que está posto enquanto/na natureza. Isso porque como discute Santos (2006), esse sistema de objetos, moldados pelo sistema de ações, têm no decorrer do tempo deixado de apresentar seu aspecto originário/natural, tornando-se cada vez mais artificializado, sendo assim, “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade” (Santos, 2006, p. 39). Isso nos faz pensar que os objetos não estão apenas postos na natureza, mas por meio das relações sociais há uma interação, há uma produção do espaço, nesse caso não podem ser vistos separadamente, pois são consideradas indissociáveis.

É importante pensar que essas transformações que foram se configurando no espaço no decorrer do tempo, nos fazem refletir que na época atual torna-se difícil imaginar que possa existir uma determinada porção do espaço isento de tais implicações deste processo de interação e ação. Um exemplo de como essa reflexão faz sentido é nos propormos a refletir sobre como os efeitos das mudanças climáticas têm afetado os diferentes lugares, e ainda os efeitos se dando de forma tão desastrosa. Consideramos pensar que os territórios ribeirinhos vêm vivendo cada vez mais acentuadamente determinados efeitos gerados pelo sistema

capitalista. Por exemplo, além dos cercamentos dos grandes projetos nos territórios ribeirinhos, esses sujeitos são atingidos pelos efeitos das mudanças climáticas que vem se intensificando pela lógica de produção capitalista, que consequentemente já se percebe mudanças no ritmo da produção e da própria qualidade dos produtos, rios e igarapés secando, calor intenso e interferência na própria dinâmica de se relacionar com a natureza.

Podemos analisar que o espaço já está totalmente envolvido pela interferência humana, mesmo aqueles aos quais não se tenha a presença humana, porém sente os efeitos desta interferência produzida em outras frações deste mesmo espaço, pois, encontramos todos envolvidos num mesmo espaço geográfico. Tudo que produzimos retorna-nos com algum efeito, bom ou ruim, depende das ações que são projetadas. No caso da intensificação das mudanças climáticas, significa um retorno das más ações que a humanidade vem causando no planeta, por meio das ações desastrosas contra a natureza.

Nesse sentido, entendemos que o território, construído a partir do espaço, não está isento das manifestações que acontecem no espaço geográfico. Pois, podemos considerar o território como fração do espaço, compreendendo que o espaço é a totalidade (Fernandes, 2008), assim, cada território é uma porção/fração deste espaço. Portanto, o processo de “formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço” (Fernandes, 2008, p. 277). Então, o que acontece no espaço, tende de certa forma projetar uma ação, ou mesmo pressão, nos territórios.

As disputas territoriais, por exemplo, são no propósito de se exercer uma apropriação ou domínio sobre aquele território em disputa, e isso de certa forma advém de uma pressão de uma força que muitas das vezes encontra-se configurada no espaço. Como por exemplo, os interesses de uma empresa capitalista para conquistar um território, não está apenas para exercer determinada atividade naquele território de interesse, mas porque há toda uma lógica movida por um mercado globalizado, a partir de um sistema econômico espacializado que ganha força à medida que consegue ir se expandindo e adquirindo as melhores estratégias para obtenção de lucros.

Assim, considera-se que os territórios se encontram em constante pressão, em algumas vezes internamente e constantemente pressões exercidas externamente. O território acaba sendo o maior foco de interesse do sistema econômico capitalista, que para avançar precisa ter o domínio e assim ocupá-los. Porém, estes territórios estratégicos e de interesse do capital, também são estratégicos para os povos tradicionais, como nesta análise os povos ribeirinhos, que na maioria das vezes já vêm sendo ocupados secularmente por esses povos. Assim, o território se configura num campo de disputas, que se dão no plano “material e

imaterial” (Fernandes, 2009, p. 200).

E ainda como descreve Fernandes (2009), “o que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, onde estão a comunidade, o bairro até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas” (Fernandes, 2009, p. 200). E considerando os territórios ribeirinhos, não é só o chão/terra que se encontram em disputas, os rios também são foco de interesses do sistema econômico capitalista, pois é pelos rios e mares que se escoam boa parte da produção demandada para o mercado exterior, principalmente considerando os rios da Amazônia e as logísticas de escoamento pelo norte do Brasil.

Dessa maneira, ao considerar essas disputas, compreende-se que não necessariamente se dá apenas pela modalidade física de exercer um domínio, ou seja, pela disputa de enfrentamento. Mas também, considera-se que essas disputas se fazem no campo ideológico e das inovações tecnológicas, e o Estado muitas das vezes se torna partícipe dessas ações através de políticas que geram benefícios ao sistema capitalista. Ou seja, o Estado, através de suas políticas e ações, em muitos momentos torna-se o principal contribuidor dos conflitos que se estendem sobre os territórios tradicionais.

Assim, nesse campo de disputas territoriais, os interesses exercidos pelo sistema capitalista se fazem para a conquista de um território que só interessa sua funcionalidade material. No entanto, para esse êxito e de forma estratégica, esse sistema quase sempre busca primeiramente fazer uma disputa ideológica, com aqueles que encontram-se no território, como também de modo a influenciar os sujeitos externos. Como exemplos, podemos destacar os jogos de interesses no âmbito da educação, no campo político, nas religiões e na dimensão cultural, de modo a exercer influências e rupturas das próprias culturas tradicionais, criando ideologias de que estas culturas são atrasadas e não desenvolvidas. Com isso, constrói-se a ideologia de que o “moderno”, o “novo”, um único modelo econômico, homogêneo, sendo o modelo capitalista, seria o modelo ideal de desenvolvimento.

As disputas territoriais se descrevem como cenário de disputas entre relações capitalistas e relações não capitalistas. Nesse contexto, Fernandes (2008, 2009) considera que para compreensão dessas disputas - que fazem parte da essência do conceito de território - cabe-nos considerar um outro termo, que é a conflitualidade¹ existente entre essas formas

¹ Compreende-se no campo das disputas territoriais configuradas a partir das contradições produzidas pelas relações capitalistas geradoras de exclusão, desigualdades e ameaças à própria democracia dos territórios tradicionais (Fernandes, 2008; 2009).

de relações distintas que disputam territórios, além de outros princípios como soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade e intencionalidade. Nosso intuito não é desenvolver reflexões sobre esses princípios, mas mencioná-los aqui como forma de se compreender a dimensão das disputas territoriais, que não se dão de forma simples, pois carregam outros elementos que não são apenas conceitos, mas são ações e meios pelos quais vamos compreendendo o campo das disputas territoriais.

Outro aspecto que é importante mencionar para se compreender o território e as relações de disputas territoriais que nele acontecem, é quanto a compreensão de poder. Não há como descrever o território sem levar em consideração que este é envolvido por relações de poder, como descrevem (Fernandes, 2008, 2013; Haesbaert, 2007; Medeiros, 2009 Raffestin, 1993; Souza, 2009, 2019). Assim, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (Raffestin, 1993, p. 143-144). Podemos considerar que o poder faz elo com as disputas territoriais, pois, disputam-se os territórios para se exercer ou se manter um poder, para se ter o controle e o exercício das influências com os elementos materiais e imateriais que o compõem.

Importante, porém, considerar a dimensão com que se retrata o poder. Sendo que, “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2007, p. 20-21). Portanto, não podemos considerar o poder se dando apenas a partir de um sistema hierarquizado, como se este pudesse ser exercido apenas por aqueles aos quais detêm de uma influência de dominação. Pelo contrário, pode e deve ser exercido também pelo povo, não através de dominação e opressão, mas no sentido mais simbólico de apropriação, como apresenta Haesbaert (2007). O poder demandado pelo povo vem ser a dimensão pela qual estes exercem a autonomia, buscam firmar a identidade e se tem a capacidade de produzir, criar e recriar suas vivências no território.

Pode-se dizer que o poder é exercido conforme os interesses, por isso, precisa-se desfazer a ideia de que o poder está relacionado apenas a algo mau, ruim (Souza, 2009), sendo que parte dos interesses das relações sociais. Nesse caso, dependendo das perspectivas, usa-se o poder para promover boas ações ou para usar no sentido de manter uma certa estrutura de dominação e dominados. O Estado, por exemplo, pode usar o poder para efetuar políticas que possibilitem o desenvolvimento territorial conforme as necessidades e sendo de acordo com as especificidades de cada território, de modo a

possibilitar o seu desenvolvimento em todas as dimensões. Assim como, pode usufruir desta oportunidade para desenvolver políticas que não contemplem e nem gerem o desenvolvimento dos povos e seus territórios tradicionais, pelo contrário, tornam-se ameaças e podem gerar a destruição destes territórios.

Isso acontece quando o Estado age dando condições para viabilização e avanço de projetos capitalistas e possibilita o avanço do agronegócio no território brasileiro, usando o poder em benefício do sistema capitalista, e consolidando a lógica da “acumulação por espoliação” (Harvey, 2005; 2012). Esse é um dos motivos que tem-se intensificado as disputas por cargos políticos no Brasil, não apenas nas esferas executivas, como também disputam-se o legislativo, a fim de que majoritariamente se tenha uma mesma ideologia. Torna-se um espaço de disputas de ideias no propósito de se ter uma hegemonia ideológica, que seja capaz de atender aos interesses do capital. Assim, se estrutura de forma a implicar desde a flexibilização e ou criação de normativas que possam atender ao setor do agronegócio, às ações de implementação de infraestruturas logísticas, capazes de atrair e dar condições para consolidação de diversos empreendimentos, como por exemplo, no ramo de escoamento de *commodities*.

Diferentemente dessa estrutura, e de maneira mais coletiva e horizontal, nos territórios ribeirinhos o poder usado por estes sujeitos é em vista de promover o desenvolvimento de todas as dimensões que compreendem o território. O poder que se usa não é no sentido de oprimir, usa-se para promover liberdade e vida. A resistência se constitui como uma das formas de se exercer o poder e de lutar para continuar tendo a possibilidade de estar, ser e produzir em seus territórios, para continuar sendo território.

Portanto, primeiramente o poder emana do povo, é da base que se solidificam as forças necessárias para transformar diferentes aspectos da realidade. No entanto, essa base precisa estar em unidade na luta e sem duvidar desta força, pois, não significa exercer o poder apenas resistindo nos territórios, mas demandar este poder para que influencie e modifique também a partir de outras escalas. Como citamos no exemplo acima, a constituição das representações nos espaços políticos de tomadas de decisões é um espaço de poder, e tendem a influenciar diretamente nos territórios tradicionais.

Essa divergência do uso do poder, um no sentido mais de dominação e por outro lado levando em consideração também os aspectos simbólicos, partir da concepção que os sujeitos têm do território. Pois, compreende-se que o território é formado de aspectos “material e simbólico” (Claval, 1999; Haesbaert, 2007), e/ou “material e imaterial” (Fernandes, 2009; Saquet, 2007, 2009), de forma que se possa compreender que se

encontram indissociáveis. Todo território carrega em si relações, que são envolvidas pelo exercício do poder e se configuram numa dimensão de aspectos materiais e imateriais. Assim, todo território é formado por um elo indissociável de aspectos materiais - aquilo que se pode ver, tocar; e pelo simbólico ou imaterial - o que muitas das vezes escapam aos nossos olhos, mas pode-se sentir, deixar-se envolver e viver.

A dimensão simbólica constantemente é ignorada pelas formas de relações capitalistas, que vêem o território apenas por uma concepção material, como se os territórios pudessem ser esvaziados de seus aspectos simbólicos e ou mesmo criados apenas na sua materialidade. Essa visão, de certa forma se dá, por meio de estratégias usadas para a própria territorialização do capital, que nega as culturas, crenças, tradições e todas as relações de pertencimento, do sagrado, das memórias, formas de organização e vivências que os povos tradicionais desenvolvem em seus territórios.

A diferença que se apresenta é que alguns territórios podem apresentar uma maior carga simbólica que outros, mas isso não justifica dizer que este território é compreendido apenas em seus aspectos materiais. Pois, como descreve Fernandes (2009, p. 212), “os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios”, o que nos leva a compreender que territórios não são essencialmente apenas materiais ou imateriais, e sim, a completude dessas duas dimensões.

Isso nos faz refletir na condição de que para o sujeito ribeirinho, a desterritorialização significa um processo de perdas de sua identidade, pois, mesmo que seja conduzido à um outro território com semelhantes especificidades materiais, não é capaz de carregar consigo toda a dimensão simbólica que permeia seu território. Sair do território é carregar consigo sentimentos e memórias, está no território é olhar para o rio e rememorar sua história, sua ancestralidade, que só está naquele rio. É olhar para seu quintal e não enxergar apenas a materialidade da natureza, mas enxergar a árvore que seu antepassado plantou; a planta medicinal que cura e representa um conhecimento tradicional; a terra como uma mãe, que gera, cuida e faz crescer, é o chão que sustenta, mas também é o chão que dá vida. Um território que cria, recria, produz e cura. Em uma relação capitalista isso não é compreendido, pois não há pertencimento, e se não existe pertencimento, significa dizer que não se tem história.

Figura 1 - Frutos e cultura do território do Rio Caripetuba



Fonte: Imagem registrada pela autora (2023).

Esta imagem, é uma pequena demonstração de como se configura a relação do território do Rio Caripetuba em suas formas de produção, extrativismo e cultura. Esse arranjo representa um cenário místico de encontro da comunidade com parceiros de lutas, sendo uma forma de apresentar seus anseios e o que são por meio dos discursos, como também com uma pequena demonstração de suas vivências, já que a diversidade de riquezas do território vai muito além do que se expressa nessa imagem. Esses cenários são construídos nos diversos momentos de formação, reuniões e encontros que tem como objetivo a defesa deste território ameaçado, e no final dos encontros, se faz a partilha dos frutos da terra.

Concordamos com Fernandes (2009), ao considerar que “os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos”, e ainda, “sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios” (Fernandes, 2009, p. 209). Ele é a condição de existência dos povos tradicionais, a existência completa destes sujeitos se faz ao estar e ser território. Estes são como complemento de um território comum, pois compreendemos que faz parte da existência humana, nesse sentido, o corpo é território e ao mesmo tempo extensão do território à qual pertence (Haesbaert, 2020).

Território tem a ver com “apropriação e dominação” (Haesbaert, 2007; Saquet,

2009). Pensar num sentido apenas de dominação, é como se tivesse dimensionando para um sentido estritamente material, como se território fosse igualável a um recurso, valor de troca, correspondendo de forma unifuncional e homogêneo, sem compreender sua dimensão simbólica, afetiva, que tem a ver com apropriação (Haesbaert, 2007). Não há como descrever apenas uma, desprezando o valor da outra, cada dimensão territorial apresenta sua carga material e imaterial.

Quando o capital se apropria de um território, a ação que se projeta é de domínio, transformando tudo em recurso e posicionando-os numa condição de subordinação, sem seu devido valor, e ainda, como se o que estivesse na dimensão territorial pudesse ser precificado. A água, a terra, o ar, a floresta, as casas, as pessoas, a história e até o nome do território, e tudo que representa sua dimensão imaterial, estando contido em cada elemento desses, passassem a serem sinônimos de números, ou seja, de preço, e ainda de forma especulativa, servindo para gerar lucros. Para isso, busca esvaziar de todo o seu sentido simbólico, criando uma concepção de inferioridade. Só interessa aquilo que pode proporcionar uma certa vantagem, ou seja, está a serviço do capital, não se destaca seu valor, apenas sua funcionalidade. Já os povos tradicionais têm como propósito manter sempre a harmonia entre essas duas conotações: o material e o imaterial.

Na visão capitalista, se tem o propósito de projetar no território apenas a dimensão econômica, com todas as contradições que são inerentes, pautada numa economia condicionada apenas para se obter lucros. Na concepção ribeirinha, nenhuma dimensão do território é carregada de aspectos apenas materiais, mas formada por aspectos materiais e imateriais. Pois, trata-se de não apenas usar o que a natureza oferece, já que precisa levar em consideração que outros também terão a mesma necessidade. Por exemplo, o rio não é visto como recurso e nem apenas como um meio pelo qual se consegue alimento, mas traz uma significância muito mais ampla onde pode proporcionar o lazer, comunicação, orientar e conduzir as atividades, ser morada das encantarias, proporcionar calma, guardar memórias, e muitos outros sentidos.

Seguindo o exemplo da dimensão econômica, entende-se que essa dimensão só tem valor se for desenvolvida na relação intrínseca de materialidade e imaterialidade. O sujeito ribeirinho tende a desenvolver suas atividades econômicas, pautadas no respeito com a natureza, porque é através dela que consegue manter sua maior fonte de renda, além da soberania alimentar e todas as condições necessárias para seu desenvolvimento e seu bem-viver. Seus meios de produção e organização não se encontram condicionados para obtenção de lucros, primeiramente se faz em vista de suas necessidades básicas. Nesta

realização, também se busca por uma melhor comodidade, não significando ser uma ação voltada à acumulação.

Tomamos como exemplo a dimensão econômica apenas para refletir sobre a distinção com que esta é abordada entre duas intencionalidades bastante divergentes: do capital, cujo interesse é o lucro, e do ribeirinho, cuja intenção é de apropriação, abrigo, morada e manutenção de sua identidade. No entanto, o território é multidimensional e todas essas dimensões são dotadas de importância e fundamentais para se analisar suas territorialidades. Não há como entender o território sem levar em consideração a sua característica multidimensional, até é possível aprofundar a partir de uma perspectiva de interesse, a análise em apenas uma dimensão, mas precisa ser levado em consideração que todas elas se complementam. Territórios tradicionais só podem ser entendidos considerando suas múltiplas dimensões.

Segundo Saquet (2007, 2013), entende-se que o território é formado por pelo menos as seguintes relações: econômico, político e cultural. Essas dimensões representam as relações sociais que nele são projetadas, que para Saquet (2007), são dimensões que levam ao processo de apropriação territorial. Portanto, o território não pode ser considerado uno, ele é completo a partir de suas múltiplas dimensões. Porém, compreende-se que Saquet leva em consideração mais as dimensões que caracterizam as relações sociais estabelecidas no território.

Fernandes (2009), de maneira ainda mais completa, também caracteriza o território a partir do prisma das múltiplas dimensões territoriais, mas acrescenta outras não trazidas por Saquet. Assim, considera que o território precisa ser analisado a partir de suas dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Além das dimensões trazidas por Saquet, Fernandes (2009) também considera as dimensões social e ambiental, de grande importância e fundamentais para analisar o contexto territorial. Dessa maneira, Fernandes (2009) apresenta uma visão mais completa para se analisar esta categoria, pois, a dimensão ambiental muitas das vezes é ignorada nesta análise, levando a um grande risco e ameaça pensar o território desprezando tal dimensão. Principalmente quando se pensa nas disputas territoriais envolvendo territórios tradicionais e a lógica capitalista.

Além de compreender que existem essas múltiplas dimensões, considera-se que existe uma indissociabilidade entre elas, que precisam estar em sintonia e harmonia. Uma depende da outra para se desenvolver, e é a partir das relações que se estabelecem que criam essas dimensões e promovem essa interação. Assim, quando se estabelece uma certa interferência em determinada dimensão, de forma a provocar mudanças negativas em suas

estruturas, isso se refletirá também nas outras dimensões. Pois, não é o fato de entendermos o território com suas múltiplas dimensões que significa dizer que este poderá ser fragmentado, muito pelo contrário, é justamente suas dimensões que levam a compreendê-lo em sua totalidade e o sentido de sua “multidimensionalidade” (Fernandes, 2009) e assim, como sua organização é compreendida de forma múltipla e indissociável. Nesse sentido, cada dimensão significa uma parte do território, que não se encontra de maneira separada, mas só faz sentido se estiverem em intrínseca relação e de forma conectadas.

Essas dimensões são construídas a partir das relações sociais que se organizam e vão estabelecendo sentido ao território. Leva-se em consideração, que “as dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si” (Fernandes, 2009, p. 202). É a partir desse sentido que o território vai ganhando suas formas e organização, compreendido de forma dinâmica, onde cada ação significa um processo de criação e recriação territorial. Uma relação onde a natureza também é parte integrante do território e condição fundamental para a existência dos territórios tradicionais.

Haesbaert (2007) analisa esse processo considerando que “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais” (Haesbaert, 2007, p. 22). Pois, quando se fala em relações que se estabelecem no contexto territorial, está a se referir ao processo de territorialidade, que significa dizer as ações projetadas no território a partir das relações sociais. A territorialidade é o processo pelo qual a sociedade cria, interage e modifica sua realidade, sendo manifestada por relações de poder, significando “materialidade e imaterialidade em unidade” (Saquet, 2007, p. 70), é a condição de ser e existir no território.

Quando a perspectiva de análise é um território ribeirinho, considera-se que as territorialidades estão muito entrelaçadas na dinâmica do rio e das florestas, de modo a se configurar numa dependência desses dois elementos para quase tudo (Ferreira, 2012). O rio, por exemplo, é um elemento essencial para o ribeirinho desenvolver suas territorialidades pautadas nas condições que a natureza oferece. Porém, não levando em consideração apenas sua materialidade, mas o rio carregado de seu alto poder simbólico (Fernandes; Moser, 2021). Ele desenvolve grande influência no contexto de vida ribeirinha, no desenvolvimento de suas atividades diárias e suas formas de organização e comportamentos com os quais vão interagindo em seus e com outros territórios.

Para Oliveira Neto e Sobreiro-Filho (2017, p. 151) a territorialidade que se expressa na identidade ribeirinha “é forjada a partir do conjunto de relações socioespaciais e

socioterritoriais que o sujeito estabelece e, sobretudo, do papel do rio nestas relações para além de suas margens, tais como: conectividade, temporalidade, cultura, classe, ritmo, produção, etc.” Por meio dessas territorialidades, o rio produz e é produzido por essa interação de relações, materiais e simbólicas, que expressam o ser identitário da vida ribeirinha, se constituindo à partir da combinação espacial e temporal, pois “é o fluxo e o tempo-espço das águas que dirigem a vida ribeirinha” (Pojo *et al*, 2014, p. 183).

Castro (1998) considera que as formas de organização das reconhecidas “populações tradicionais” se organizam no sentido em que:

Todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas “tradicionais” e no seio de certos grupos agro-extrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico. (Castro, 1998, p. 5).

Ou seja, a lógica de organização não é apenas material, mas envolvida por uma grande capacidade de formas simbólicas. É a interação e combinação desses elementos que refletem que as territorialidades destes sujeitos não são tão simples, mas voltadas de uma complexidade e ao mesmo tempo territorialidades específicas desenvolvidas em cada território, de maneira a torná-lo único e singular.

Castro (1998) ainda reconhece que para os ribeirinhos na Amazônia há uma relação de concepção e construção com a natureza, dando sentido à perspectiva territorial, e destacando como elemento de suma importância a relação que envolve as vivências desses sujeitos com a água. As águas dos rios, furos e igarapés dão vida à identidade ribeirinha, elas traçam os caminhos e rumos nos quais a vida ribeirinha vai seguindo e tomando significância. Pois, “é no vaivém das águas (enchentes e vazantes)² que se dá a reprodução da vida social e da experiência cultural num cotidiano que se realiza de maneira plural” (Ferreira, 2012, p. 92).

Figura 2 - Ribeirinhos navegando pelo rio

² Considerando a dinâmica das marés presente nos rios e onde é o *locus* da pesquisa.



Fonte: Imagem registrada pela autora (2024).

O caminho dos ribeirinhos é para além do chão/terra, é o caminho das águas, dotado de significância para esses sujeitos, e se fazendo necessário um meio para nele se navegar (canoa, rabeta, casco, montaria, barco)³. As águas conduzem às formas pelas quais estes sujeitos se organizam em suas atividades diárias como também em seus propósitos de lutas. Elas levam à contemplação e à tranquilidade, mas também embalam o espírito das lutas, das rebeldias e resistências que se fazem nestes territórios.

Seu aspecto físico, às vezes calma, em outros momentos agitados, também pode significar uma metáfora ao considerar os processos das lutas diárias, em que as formas de organização e suas vivências diárias representam um resistir desses povos diariamente. Nem tanto de forma pacífica, porém, mais tranquila, se comparada aos momentos de enfrentamentos contra uma ameaça externa, como a lógica de produção econômica globalizada, que vem ameaçar o ser e existir desses povos. Essa forma de resistência, através do enfrentamento, pode ser comparada às águas quando se encontram agitadas. É um agir de sentimentos, de corpos e de organização pela defesa dos territórios de vidas.

³ Meios de transportes mais utilizados pelos ribeirinhos na região da Amazônia paraense.

Sendo assim, para Pojo *et al* (2014, p. 182) “o percurso e o movimento das águas marcam e demarcam as relações sociais nas dimensões econômica, política e cultural”. Ou seja, para o sujeito ribeirinho, o rio não apenas se apresenta em sua característica navegável, mas também é fonte de alimento, das relações sociais e com a natureza, “os rios também são territórios” (Pojo *et al*, 2014, p. 183), como podemos observar na imagem (figura 3), contidos de significados produzidos a partir das relações, e ao mesmo tempo exprimindo sentidos às territorialidades produzidas pelos ribeirinhos. Não é apenas o viver envolto das águas, mas compreender na dimensão de que as águas conduzem o viver dos ribeirinhos.

Figura 3 - Ribeirinho pescando com rede no rio



Fonte: Imagem registrada pela autora (2020).

Apesar do ribeirinho ter uma dependência direta da natureza para sua própria reprodução e existência, mesmo assim não a coloca a seu dispor conforme seus interesses, visto que é a natureza a partir de seus ciclos e no seu tempo que conduz a vida destes sujeitos. Considera-se que há uma simbiose, o ribeirinho usufrui daquilo que a natureza tem para oferecer-lhe e ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de cuidar e respeitar seu tempo natural. Por isso que a própria base econômica e alimentar destes sujeitos está na maioria das vezes influenciada pelos ciclos da natureza, que também direcionam os ritmos e tempos dos ribeirinhos, quanto ao tempo de plantar, colher, pescar, manejar, e ainda numa

interação dos astros com a natureza.

Esta interação implica diretamente nas formas de organização da vida ribeirinha, compreendendo todas suas dimensões. Por exemplo, nos territórios ribeirinhos cuja forma de locomoção se faz essencialmente pelos rios, é muito comum que realizem seus momentos culturais, festividades, festejos, considerando as marés. Para se programarem, usam do conhecimento tradicional, observando nos calendários as fases da lua para saber os horários que corresponderá cada etapa da maré (“enchente”, “préamar” e “vazante”), além do tipo de maré que corresponde alinhado a cada fase da lua (“maré alta” ou “lançante”, “maré morta”)⁴, sendo imprescindível para escolher a “melhor maré” para realização de suas programações. Esse é um exemplo que se compreende a partir da dimensão cultural.

Dessa relação que se reconhece que “os movimentos cíclicos da natureza (estações do ano, marés etc.) orientam e, de muitas maneiras, determinam os fenômenos sociais” que se configuram na vida ribeirinha. E sendo assim, “é nesse contexto, que as ações concretas do cotidiano ganham visibilidade se repetindo ciclicamente no pulsar das águas – movimentos das marés – que, de algum modo, regulam os horários e os comportamentos” (Ferreira, 2012, p. 93). Isso porque os ribeirinhos não se sentem na superioridade em relação à natureza e suas atividades acompanham os comandos que a natureza vai dirigindo as suas vidas, regulando os ritmos e comportamentos.

Segundo Pojo *et al* (2014), a vivência dos ribeirinhos se manifesta:

No respeito e no saber lidar com o rio-mar; pela disposição em navegar dia a dia entre furos, igarapés e rios; por possuir conhecimento sobre a ‘essência viva’ das marés vazantes, cheias, de lance, de quebra; por saberem, com precisão, o tempo das águas para navegar com as embarcações, por saberem das fases da lua e sua relação com o rio-mar, confirmando que os saberes das águas, digno de muita reflexão e admiração, são construídos pelos sujeitos que interagem cotidianamente com essas águas. (Pojo *et al*, 2014, p. 181).

Importante ressaltar que esses conhecimentos e interação o ribeirinho vai aprendendo desde sua infância, isso porque são heranças geracionais, ou seja, é transmitido de geração em geração, uma transmissão que se faz por meio da oralidade e do acompanhamento nas atividades e vivências diárias. O ribeirinho já nasce com sua identidade, porém, é no dia-a-dia que vai concebendo as vivências da vida ribeirinha nessa relação com as águas, como novamente descreve Pojo *et al* (2014):

A identidade nativa se constitui no movimento da vida, na experiência dos

⁴ Essas denominações correspondentes às etapas e tipos de maré, são nomeadas pelo território ribeirinho que compreende esta pesquisa. Portanto, em outros territórios ribeirinhos poderão ser utilizados outros termos para especificar a mesma ação.

primeiros banhos no rio, provando as frutas, comendo peixes, camarão, farinha, brincando de ajudar ou ajudando, de fato, os pais nas atividades de trabalho e, assim, a criança aprende a andar, aprende a remar, a se movimentar pelas águas, a conhecer a floresta e sua importância, sua magia, seus encantos e desencantos, tornando-se um ribeirinho, com um olhar que atravessa as águas que conhece muito bem, um pertencimento mútuo e com a curiosidade de conhecer outros rios-mares. (Pojo *et al*, 2014, p. 191).

E ainda:

A afinidade, a empatia e a interação dos ribeirinhos com o rio-mar começa cedo, com as crianças aprendendo a se equilibrar no trapiche de suas casas, a remar, a brincar dentro da canoa, a tomar banho diário no rio e/ou na chuva, a lidar com a enchente e a vazante das marés, com o friozinho que vem lá do rio entrando pelas frestas das paredes das casas. Os adultos, os jovens e especialmente as crianças têm no encontro com o rio uma dinâmica que constitui sua identidade nativa, presente em qualquer contexto porque marcante. (Pojo *et al*, 2014, p. 190).

O rio marca a vida dos ribeirinhos, se constitui como essência, o ribeirinho sem o rio não existe, é parte fundamental em sua existência. Claro, ressalta-se que não pode ser visto de forma isolada, deve sempre está interligado com outros elementos que também são fundamentais para constituírem a vida ribeirinha, para darem sentido à totalidade que compreende o território ribeirinho.

Um outro exemplo que podemos citar é na dimensão econômica, quando os ribeirinhos dependem dos ciclos da natureza para fazer a colheita dos frutos ou para pescar. Também a maré é um aspecto importante a se destacar no âmbito dessa dimensão. Pois, o ribeirinho realiza sua atividade de pesca influenciado pela maré, que também realiza com base no conhecimento tradicional. A maré indica o horário para ir pescar e a espécie de peixe que pode ser capturado, além dos locais propícios, que podem ser identificados como “territórios pesqueiros”. A pesca do peixe e do camarão depende muito do tipo de maré e das condições quando estão favoráveis.

Como descreve Ferreira (2012), essa relação que se faz presente na vida ribeirinha não está condicionada apenas no fazer, mas sobretudo um saber-fazer, que pressupõe antes de tudo o conhecimento tradicional. E ainda, não se faz de uma maneira que se apresente como um processo “mecanizado” ou repetitivo, é costumeiro, porém, cada vez que se realiza uma atividade ou ação é uma forma de reproduzir uma herança deixada pelos que antecederam, que são os conhecimentos e saberes tradicionais, como forma de também continuar se mantendo a cada geração. A cada ação, se reproduz os valores e saberes herdados, ao mesmo tempo que vão se congregando novos elementos, se fazendo sempre em movimento e nunca estático no tempo.

Considerar a identidade ribeirinha na Amazônia, significa compreender que “essas comunidades são detentoras de amplo saber sobre o ambiente amazônico e suas diversas formas de uso e manejo”. Dessa maneira, “compreende-se que as comunidades ribeirinhas se apropriam dos recursos florestais, baseado na reciprocidade com a natureza, percebendo o tempo ecológico dos recursos naturais” (Lira; Chaves, 2016, p. 73). O tempo da natureza também vai delineando o tempo dos ribeirinhos.

Isso porque esses sujeitos estabelecem “uma forma de viver com e a partir da natureza que marcam singularidades na relação construída com e por meio do ambiente com os quais se relacionam”, permitindo assim através do “conhecimento, de uma racionalidade cosmológica” refletirem os processos que delineiam seus modos de “reprodução socioespacial” (Ferreira, 2012, p. 93). Esses aspectos que compreendem os saberes e conhecimentos desses povos se fazem presente em todos os aspectos que constituem sua existência, ou seja, em todas as dimensões do território.

As formas de organizações e relações que constituem as vivências da vida ribeirinha é compreendida na visão de um mundo globalizado, e principalmente do modo de produção capitalista, como a significação de um tempo “lento”. Embora essa palavra aguce algumas interpretações, é certo afirmar que realmente o tempo do ribeirinho não combina com o tempo veloz da globalização. Isso também não justifica dizer que esse tempo julgado “lento” seja sinônimo de “atraso” e o que se apresenta como veloz seja compreendido como o “moderno”, “desenvolvido”. Assim como haja contradição em buscar justificar que esses sujeitos devem ficar totalmente ausentes de uma modernização advinda com a globalização, e que com isso a utilização de alguns meios tecnológicos, por exemplo, descaracterizaria sua identidade.

Primeiramente entende-se que o ribeirinho não vive um tempo lento, apesar de compreender que ele não acompanha o tempo veloz dos ditos “tempos modernos”. O ribeirinho vive o seu tempo, nem lento e nem veloz, é o tempo da vida ribeirinha, conectada com o tempo da natureza. Romper com essa lógica significa a destruição da natureza, a qual o próprio ribeirinho é parte, seria o mesmo que considerar sua autodestruição. Assim, o que se compreende como lento não é o tempo desses sujeitos, mas sua capacidade em absorver mais lentamente aquilo que não vem contribuir com o desenvolvimento de suas territorialidades e com sua própria identidade.

Esse ritmo acelerado operado no modo de produção capitalista, além de ser contrário ao tempo dos ribeirinhos, entre outras denominações de povos tradicionais, também os leva a um processo de marginalização. E quando se destaca os modos operantes e de organização

da lógica capitalista na Amazônia, é notório perceber que essa lógica tem se configurado a partir da exclusão e marginalização desses povos, constituindo-se até mesmo como um “(não) lugar das comunidades ribeirinhas” (Fernandes; Moser, 2021). Ou seja, pensar desde a formação da identidade ribeirinha na Amazônia, marcada pela violência e marginalização, e mediante o avanço do capital na região, o ribeirinho vem historicamente sofrendo com os rastros de mazelas criados no âmago do dito “desenvolvimento” capitalista.

Esse modelo desenvolvimentista se fortalece destruindo territórios tradicionais e ou mesmo invisibilizando e deixando esses povos cada vez às margens, ao mesmo tempo que busca constituir uma ideologia de que para sua existência não é importante sua identidade tradicional, mas sua dependência a esse sistema econômico globalizado. Resultante a esse processo, os territórios ribeirinhos são empurrados cada vez mais para as “margens”, onde as próprias políticas públicas se tornam ausentes. Ou mesmo sendo “cercados”, estrategicamente como forma de destruí-los, porém, graças as resistências construídas por esses povos, pode-se afirmar que esses territórios existem porque resistem.

Um outro aspecto importante a se destacar no contexto da vida ribeirinha é quanto sua organização de vivência comunitária. Geralmente esses territórios organizam-se em comunidades, vai se nutrindo as relações da partilha, solidariedade e do comum, dando sentido então, à vida comunitária. Assim:

Os ribeirinhos constituem comunidades tradicionais, uma vez que o próprio movimento dos ribeirinhos se autorreconhece dessa forma, caracterizando um processo de empoderamento, tendo em vista que possuem uma relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam. (Lira; Chaves, 2016, p. 71).

Traz-se essas reflexões a fim de compreendermos a partir de uma perspectiva crítica a análise que este capítulo nos dirige, que é desenvolver compreensões acerca da questão territorial ribeirinha. Como ponto de partida, consideram-se reflexões sobre a categoria geográfica território, servindo como base para o entendimento num contexto mais específico desenvolvido nessa pesquisa, que é sobre um território ribeirinho. A consideração das perspectivas de análise territorial, descritas com base em tais autores trazidos neste capítulo, considerou-se no propósito de se ter um entendimento mais aproximado do que se caracteriza como um território ribeirinho, a fim de traçar análises sobre as questões estruturais que se manifestam no âmbito da lógica territorial ribeirinha.

A vida ribeirinha é indissociável de seu território, portanto, não há como descrever sua realidade sem levar em consideração seu território de existência e suas territorialidades.

Os problemas estruturais do sujeito ribeirinho perpassam pelo viés do território, e a partir dele que engendram o sentido das lutas e resistências territoriais. Entender esse processo, se faz levando em consideração o sentido multidimensional que o território ribeirinho é formado, a partir das relações estabelecidas nas dimensões econômica, política, social, ambiental e cultural. Dessa forma pode ser analisado o ser ribeirinho em sua totalidade e complexidade e considerando as problemáticas que atravessam o sentido territorial destes sujeitos.

O próximo capítulo trará uma base de compreensão de como a identidade ribeirinha na Amazônia foi se constituindo, dando enfoque para o município de Abaetetuba - PA. Assim, neste capítulo, se assume uma base de análise teórica, trazendo importantes reflexões para que a partir dele se possa compreender melhor, o que será trazido no próximo capítulo, como esse processo formativo da identidade ribeirinha foi se constituindo, bem como desenvolver com mais ênfase às abordagens dos outros capítulos.

Esse processo de formação identitária destes sujeitos, sob grande influência do período colonial, tem muito a ser analisado levando em consideração as contradições como se opera a lógica capitalista. Isso significa que a questão territorial ribeirinha vem historicamente se entrelaçando em meio aos percalços das condições que o capital busca condicionar nos territórios tradicionais. Ou seja, as facetas que o capital busca imprimir com o propósito de desconsiderar e mesmo destruir esses territórios, como estratégias para seu avanço e consolidação. Nisto, em que consiste então, quando propomos discutir a questão territorial ribeirinha?

Essa proposta parte da perspectiva de compreender a manifestação de grandes problemas estruturais que ao longo da história vem fazendo parte das vivências dos povos ribeirinhos da Amazônia. Vale ressaltar, que os sujeitos ribeirinhos, assim como outras denominações de povos e comunidades tradicionais, têm o território como sua própria condição de existência. Refletir as problemáticas que esses povos enfrentam, é considerar que todas as questões que envolvem esses povos em suas realidades, está diretamente interligada aos seus territórios, considerando seu caráter multidimensional.

Historicamente, o ser ribeirinho da Amazônia vive um processo de invisibilização e negação de direitos, condições que tem provocado um estado constante de lutas. Esses são desafios vivenciados no dia-a-dia dos povos tradicionais que vivem na região, que nessa constância “mobilizam estrategicamente e performativamente esses novos discursos identitários na busca de reconhecimento de sua cultura, memória, e territorialidade que historicamente foram marginalizadas, suprimidas, silenciadas e invisibilizadas” (Cruz,

2007). As lutas diárias significam condições primordiais nas vivências desses povos, pois, para continuarem existindo precisam resistir cotidianamente.

A territorialização do capital na Amazônia têm sido um grande desafio para os povos ribeirinhos, que se veem na encruzilhada do avanço do agronegócio e dos grandes projetos capitalistas. Para facilitar esse processo de ocupação e exploração, usa-se as estratégias dos discursos ideológicos, pautadas na “ideia de progresso e de desenvolvimento como crescimento econômico e prosperidade infinita”, inferiorizando práticas econômicas que esses povos vêm desenvolvendo tradicionalmente, gerando ainda um processo de “subalternização e desterritorialização” de suas territorialidades e seus territórios (Cruz, 2007).

Podemos então considerar que o avanço do capital na Amazônia é uma das principais problemáticas e que nos dias atuais vêm gerando ainda mais ameaças aos territórios ribeirinhos. Produzindo assim, a lógica de “territorialização do capital” e resultando na “desterritorialização e reterritorialização” dessas classes, ou seja, o processo de “territorialização – desterritorialização – reterritorialização” (Fernandes, 2009, 2013; Saquet, 2009). Porém, vale ressaltar que a resistência é uma forma de construção de poder que brota da essência do território, por isso, além da desterritorialização, há também o processo de reterritorialização, assim como, o resistir ainda é a única possibilidade de evitar passar pelo processo de desterritorialização.

Esses processos são compreendidos a partir do contexto em que “uma classe não se realiza no território de outra classe” (Fernandes, 2008, p. 285). Assim, para que uma classe exerça o poder no território precisa resistir, no contrário, será desterritorializada e outra se apropriará e passará a exercer o poder e controle territorial. Nesse cenário tem se estabelecido as forças e disputas territoriais no chão da Amazônia, uma disputa desigual, com interesses distintos de apropriação do território. Entende-se que “enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida” (Fernandes, 2008, p. 285).

Muitas são as formas e contextos da lógica do capital que se manifestam em ameaças aos territórios ribeirinhos. Como descrito acima, o avanço das formas de produção capitalista tem se configurado em importantes ameaças para os ribeirinhos. Quer seja no avanço e expansão do agronegócio, que cada vez mais necessitam de terras para os extensos campos de monocultivos. Além de contaminação dos rios – como já refletido anteriormente a importância deste elemento na vida dos ribeirinhos – somam-se contaminação do ar e das

terras, que são propagadas por liberação de poluentes como por contaminação de agrotóxicos, um grande vilão que acompanha a produção nos monocultivos, e que vem atingindo comunidades ribeirinhas que ficam próximas desses modelos de produção, ocasionando contaminação pelo ar, água, terra, frutos e lençóis freáticos.

Outro fator relacionado à lógica capitalista, vem se dar no contexto de combinação entre o avanço das *commodities* cada vez mais direcionado ao Norte do Brasil, com expansão da fronteira amazônica, tornando o Brasil cada vez mais participativo e dependente do sistema agroexportador. Resultante a essa configuração vão se criando e ampliando os modais logísticos a fim de atender as demandas do setor do agronegócio no direcionamento à exportação dessas *commodities*. Com isso, as comunidades ribeirinhas vão sendo pressionadas e sentindo de forma mais intensa o “cercamento” dos chamados “grandes projetos capitalistas”.

Tais logísticas vão se configurando por meio das construções e ampliação de portos privados, de recebimento e escoamento de produtos do agronegócio para o mercado exterior. Além das hidrovias e combinação com outras logísticas como ampliação das rodovias, ferrovias, estações de transbordo de cargas – ETC’s, entre outros. Esses processos vão gerando a privatização dos rios e destruição da biodiversidade, culturas e tradições, dos territórios pesqueiros e as formas de produção e reprodução identitária ribeirinha, ou seja, ameaças de destruição dos territórios ribeirinhos.

Considerando esse contexto ribeirinho amazônico, outras formas ameaçadoras também se destacam, como o processo de exploração mineral, se fazendo de forma intensiva, desenfreada e na maioria das vezes ilegal, sem respeito as diferentes formas de vidas que compreendem a Amazônia. Atividade que têm provocado contaminações, doenças e até levado à morte por contaminação e assassinatos de ribeirinhos, além dos povos indígenas, quilombolas, entre outros.

Outras ameaças se estabelecem por meio das barragens dos rios, pela construção de sistemas hidrelétricos para geração de energia elétrica. Porém, apesar de ser considerada como fonte de energia renovável, gera graves problemas aos povos ribeirinhos, pois, uma das consequências é a diminuição da quantidade de espécies de peixes nos rios, além de gerar contradições como lugares com inundações e outros com seca. Mediante as consequências, comunidades ribeirinhas inteiras precisam ser desterritorializadas, na maioria das vezes sendo obrigadas a sair da sua vivência dos rios e indo para as periferias das cidades, onde já não se é mais possível nem ver o rio, se vê asfalto, ou mesmo caminhos de chão.

No atual contexto que o planeta está vivendo sob a crise das mudanças climáticas, não dá para deixar de destacar nessa discussão, que o modo de produção capitalista é o grande causador da intensificação das mudanças climáticas. Todos os habitantes do planeta terra estão à mercê das consequências da crise climática, porém, estudos já demonstram que os efeitos tendem a ser mais desastrosos e intensificados para as populações que vivem nos países do sul global. E ainda, principalmente para as populações das periferias e comunidades de povos tradicionais, efeitos esses que já se fazem tão desastrosos no momento atual e com perspectivas de cada vez mais se intensificarem.

São diversas consequências que os ribeirinhos já vêm sentindo em seus territórios, diante de toda essa condição. Ressaltam-se as queimadas, bem como as contradições de viver no “mundo das águas” na Amazônia e ter que lidar com a seca dos rios. Qual será o sentimento do ribeirinho de ver o rio ao entorno de sua casa secando? Como ficam os sonhos e expectativas de vida desses sujeitos? E ainda presenciando a morte da biodiversidade que envolve o contexto amazônico. Além de que, outros territórios ribeirinhos podem sofrer um efeito contrário, que no caso ser impactado com as inundações.

Importante um ponto a se ressaltar nesse processo, é que as mudanças climáticas vêm também confundindo os saberes tradicionais. Esse processo já vem modificando as formas de organização das comunidades ribeirinhas, além de confundir, por exemplo, os conhecimentos relacionados aos tempos das etapas de produção. Outro fator está relacionado, por exemplo, ao conhecimento sobre as marés combinadas às estações do ano, que em algumas realidades vem ocorrendo modificações. Essa é uma realidade presente no território o qual se dá essa pesquisa, em que os ribeirinhos costumam presenciar as marés altas (aquelas que inundam a terra) em determinados períodos do ano e já sendo conhecido por esses sujeitos. Porém, pelo menos nos dois últimos anos em que se transcorreu essa pesquisa, essa realidade tem se tornado mais frequente e em períodos que antes não ocorriam, confundindo assim os saberes e formas de organização desses povos.

Em consonância a toda essa dinâmica produzida pela lógica capitalista, somam-se a ação do Estado quanto aos descasos e ausências de políticas públicas, possibilitando maior fragilidade destes territórios e condicionando maior força para o avanço do capital. Esse é outro problema que vem perpassando a vida dos territórios ribeirinhos, considerando-se como uma questão territorial ribeirinha.

Como vimos anteriormente, o avanço do modelo de produção capitalista vai empurrando esses territórios a uma condição de marginalização, e com a ausência de políticas públicas do Estado, essa realidade torna-se ainda mais desafiadora. Como descreve

Oliveira Neto; Sobreiro-Filho (2017):

Embora as comunidades sejam ricas do ponto de vista simbólico e cultural, essas têm padecido no que tange as necessidades básicas e as condições mínimas estruturais, tanto que, por exemplo, não há rede de distribuição de energia, de água ou saneamento básico. (Oliveira Neto; Sobreiro-Filho, 2017, p. 154).

Na maioria das vezes, essas comunidades sofrem pela ausência das condições básicas de existência. Essa ausência do Estado torna-se uma estratégia para implantação de grandes projetos capitalistas nestes territórios, mediante maior facilidade que a empresa encontra de fazer o convencimento desses sujeitos a partir de promessas de execução de políticas públicas, cuja responsabilidade deveria ser do Estado.

Em outros sentidos, também o Estado apresenta um caráter de facilitador e favorecedor, por exemplo, da consolidação dos grandes projetos capitalistas. Isso porque a ação dos projetos capitalistas depende também do Estado como seu “braço direito”, a fim de possibilitar sua viabilização. Dessa maneira, o Estado sempre se mostrou nesse apoio e tem sido primordial para o avanço desses grandes projetos, tais sejam facilitando todo esse processo por meio das flexibilizações e criações de leis que apresentam condições para que esses projetos se consolidem com o mínimo de impedimentos. Sejam por programas e políticas que favoreçam a entrada dos projetos capitalistas nos territórios tradicionais, por exemplo, quando o próprio Estado constrói aparatos não com intenção de promover os modos de produção dos territórios tradicionais, mas para ser atrativo ao capital e sendo subsídios que favoreçam a consolidação dessas grandes logísticas.

Se for partir do contexto da Amazônia brasileira, compreende-se que o Estado sempre esteve viabilizando a entrada dos grandes projetos capitalistas na região, independente de lado político, pois, essas ações têm atravessado os planos políticos de distintos governos de diferentes concepções partidárias. Desde financiamentos ou mesmo construção de abertura de estradas e rodovias, hidrelétricas, hidrovias, aeroportos, portos, entre outras políticas implementadas se configurando como atrativos desta lógica econômica globalizada.

Assim, percebe-se que, além dos modos operantes do sistema capitalista, os ribeirinhos ainda vivem o desafio diante da atuação do Estado, muitas das vezes, ausente em suas responsabilidades e algumas vezes convincente com o modo de produção capitalista. Assim, quando se propõe pensar sobre a questão territorial ribeirinha, entende-se que o modo de produção capitalista e a deficiente atuação do Estado, são problemáticas que atravessam transversalmente estes territórios, atingindo em todas as suas dimensões, de

maneira a se apresentarem como as maiores e principais condições geradoras de ameaças a estes territórios e em suas territorialidades.

4 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E SOCIOTERRITORIAL DAS COMUNIDADES DAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA

O município de Abaetetuba localiza-se na região norte do Brasil, bioma Amazônia, mais precisamente no nordeste paraense. Faz parte da região intermediária de Belém e imediata de Abaetetuba, mesorregião do nordeste paraense e microrregião de Cametá (IBGE, 2021). Abaetetuba apresenta de uma maneira bem intensa uma realidade que é típica das cidades amazônicas, que é uma forte interligação com os rios, sendo a cidade constituída às margens do rio Maratauíra, foz do rio Tocantins. Essa característica é bem peculiar das cidades amazônicas que foram constituídas durante o processo de colonização na região, já que essa dinâmica se dava através das navegações pelos rios. O município possui uma área territorial de 1.610,654 km², fazendo limites físicos com municípios como Barcarena, Moju, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru.

O último censo do IBGE realizado em 2022 registrou no município uma população de 158.188 pessoas. Essa população ocupa as áreas denominadas de urbana e rural: na parte urbana, localiza-se a sede municipal, e no rural se configurando em ilhas e estradas. As estradas são constituídas por áreas de terra firme⁵, onde residem um considerável número de famílias margeando as estradas e ramais, que também permitem acesso ao distrito de Vila de Beja. A “região das ilhas”, como popularmente se costuma mencionar para área insular, se constitui de áreas predominantemente de várzea, mas também concentra áreas de terra firme. É formada por cerca de 72 comunidades, como são chamados esses rios, furos e igarapés, banhados pela foz do rio Tocantins e em confluência com o rio Pará.

⁵ Aquelas situadas no relevo mais alto da região amazônica, por isso não estão propensas a sofrerem inundações pelas marés.

Quadro 1 - Projetos de Assentamento Agroextrativista, em Abaetetuba-PA, com respectivas datas de criação

N.	NOME DO PROJETO	DATA DE CRIAÇÃO
01	PAE São João Batista	27/07/2004
02	PAE Nossa Senhora do Livramento	27/07/2004
03	PAE Santo Antônio	28/11/2005
04	PAE Nossa Senhora de Nazaré	28/11/2005
05	PAE Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	28/11/2005
06	PAE Santa Maria	28/11/2005
07	PAE Santo Afonso	28/11/2005
08	PAE Nossa Senhora das Graças	28/11/2005
09	PAE Santo Antônio II	16/12/2005
10	PAE São Francisco de Assis	16/12/2005
11	PAE São Raimundo	16/12/2005
12	PAE Nossa Senhora da Paz	15/09/2006
13	PAE São João Batista II	15/09/2006
14	PAE Ilha Paruru	28/09/2006
15	PAE Ilha Caripetuba	28/09/2006
16	PAE Ilha Uruá I	19/10/2006
17	PAE Ilha Piquiarana	19/10/2006
18	PAE Ilha Bacuri	19/10/2006
19	PAE Ilha Piquiarana Mirim	19/10/2006
20	PAE Ilha do Furo Grande	27/12/2006
21	PAE Ilha Abaeté	23/10/2014
22	PAE Ilha Guajará de Beja	23/10/2014
23	PAE Ilha Pirocaba	23/10/2014
24	PAE Ilha Tauerá	23/10/2014

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário/INCRA, por meio do portal gov.br.

Os PAE's se constituem em uma forma de organização espacial dos territórios ribeirinhos da área insular do município. Com esse processo histórico de ocupação e organização em que essa região foi se configurando, para além da identidade ribeirinha,

historicamente se constituíram os Quilombos⁶, que também são espaços emanados de lutas e resistências, e que nos faz reforçar que essas resistências são também de caráter racial no território. Atualmente, são considerados na região das ilhas de Abaetetuba 10 Territórios Quilombolas, ou seja, as Comunidades Remanescentes de Quilombos. São elas: Acaraqui, Alto Itacuruçá, Arapapu, Arapapuzinho, Baixo Itacuruçá, Bom Remédio (Açacu), Igarapé São João (Médio Itacuruçá), Jenipaúba, Tauerá-Açú e Ipanema.

Essas Comunidades Quilombolas também desenvolvem uma intrínseca relação com o rio, já que além de muitas delas estarem conectadas por ramais, em sua maioria encontram-se também margeadas pelos rios. Dessa maneira, os rios assumem um papel de grande relevância para o fluir da vida dessas comunidades, ribeirinhas e quilombolas, que não apenas utilizam como forma de se deslocar ou escoar a produção, mas se constituindo como essência de vida nestes territórios, fundamentais para o desenvolvimento dos aspectos materiais e imateriais que constituem o ser identitário desses povos.

No censo do IBGE (2022), registrou-se que o município apresenta em sua maioria uma população denominada parda, correspondendo a 112.187 pessoas. E se levar em consideração o número de pessoas autodeclaradas pretas - sendo um quantitativo de 15.895 pessoas, somadas com a população autodeclaradas pardas no município, esse valor representa um total de 128.082 pessoas, o que nos fazem perceber que o município apresenta uma população majoritariamente autodeclaradas pretas e pardas, quase 80% da população do município. Esses dados não se encontram desconectados quando analisamos o avanço dos projetos capitalistas sobre os territórios tradicionais de Abaetetuba, pois nos levam a refletir que configuram-se num contexto de racismo ambiental.

Ainda contextualizando as peculiaridades de organização do município, pode-se afirmar que Abaetetuba assume uma dinâmica de vida terrestre e aquaviária. Considerando que essa configuração vem historicamente se desenvolvendo conforme as vivências das comunidades rurais, situadas nas estradas, ramais e rios, que utilizando desses acessos buscam se organizar e afirmar suas relações e aspectos identitários.

Abaetetuba é um município bem reconhecido por sua diversidade cultural, que compreende desde seus aspectos econômicos, sociais e culturais. É reconhecida nacional e internacionalmente como “Capital Mundial do Brinquedo de Miriti”, devido ao potencial

⁶ Como descrito no site da Malungu – Instituição representativa das comunidades quilombolas do Estado do Pará, a palavra Quilombo é originária da África subsaariana para designar acampamentos de resistência criados em situações de guerra. No Brasil, foram chamados de quilombos e mocambos os agrupamentos de negros que resistiram à escravidão por meio da fuga e da constituição de povoados em locais de difícil acesso.

das/os artesãs/ãos na fabricação tradicional dos admiráveis brinquedos e artesanatos de miriti⁷, o que possibilita o município a realizar um festival cultural próprio para essa tradição, denominado de “Miriti Fest”, constituindo no ano de 2024 em sua 20ª edição.

Tradicionalmente, esses costumes e tradições são herdados e vão se afirmando na história, conservando processos históricos e se reconstituindo no presente. Visto que os aspectos que permeiam e formam a identidade de um povo não devem ser considerados estáticos, mas estão sujeitas às mudanças mediante as condições espaço-temporal em que se encontram, porém, sem perder a essência que define a identidade. Assim, a formação socioespacial e socioterritorial de um povo traz elementos fundamentais para compreender e julgar o que vem se constituindo no tempo presente.

O nome Abaetetuba se define com base na sua configuração histórica, fazendo referência aos primeiros habitantes da região: os indígenas. Abaetetuba, que inicialmente se chamava Abaeté, provém da língua indígena Tupi, significando: aba (homem), ete (forte, verdadeiro), tuba (lugar de abundância), ou seja, “terra de homens fortes e ilustres” (Pólen, 2014, p. 42).

A cidade de Abaetetuba se constituiu a partir do contexto da colonização da Amazônia. Contudo, segundo os historiadores, antes do processo de colonização essa região já se fazia habitada pelos indígenas, os quais com a chegada dos portugueses são conduzidos a um processo de catequização por religiosos que ali começam a se instalar. Esse processo se constituiu na história como uma das possibilidades de conquista e tomada de posse dos territórios que se diziam “descobertos” pelos colonizadores, já que um de seus objetivos seria a pacificação ou “amansar” os indígenas mediante o contato com o colonizador. É dos indígenas que habitavam às margens dos rios e diante de todo esse contexto designado pela colonização, que então se constituiu a identidade ribeirinha.

Castro e Campos (2015) consideram que a catequese foi uma arma de grande poder no início do processo da colonização, se constituindo no propósito de uma convivência pacífica, mas também para além do que não se dizia ou revelava a princípio - que seria sujeita-los sob a obediência de um posterior trabalho forçado - a fim de se ter controle territorial por meio da submissão dos povos originários. Sendo assim, “a catequese significou a extraordinária união entre a adesão ao cristianismo e a disponibilidade do corpo,

⁷ O miriti é uma planta muito conhecida na região Amazônica, em algumas regiões também é conhecida como buriti, cujo nome científico é *Mauritia flexuosa*. É uma palmeira, cujo fruto é comestível e praticamente todas as partes da árvore são aproveitáveis. Por exemplo, o óleo do miriti está sendo bastante usado na fabricação de cosméticos. Do caule, folhas, talo da folha e fruto, as/os artesãs/ões produzem uma diversidade de brinquedos, artesanatos e acessórios.

do tempo, da liberdade e dos desejos” (Castro; Campos, 2015, p. 407).

Considerando o contexto da configuração que emerge sobre a região é também compreender que os povos originários da Amazônia foram levados a diversos processos de violências (torturas, extermínios de etnias e culturas, invisibilização, preconceitos e inferioridade de raça, entre outros). Ou seja, para que uma nova classe de dominadores se estabelecesse na Amazônia, essa atuação se dava gerando diversos tipos de violências, e toda essa configuração era dominada pela razão capitalista. Esses processos se configuram como meios pelos quais se estabeleciam a lógica de conquista territorial pelos colonizadores, e que vem persistindo nos dias atuais.

Vale ressaltar que esse desencadeamento de violências contra os povos originários é motivado pelas resistências com que estes sujeitos reagiam à essa lógica invasora. Compreende-se que as disputas territoriais são históricas, porém, vale ressaltar que a chegada do colonizador provocou a intensificação dos conflitos e disputas por territórios, além de se estabelecer o uso de instrumentos de lutas bem diferentes e desiguais se comparado aos instrumentos de lutas dos povos indígenas.

A Amazônia é originária, antes da chegada dos europeus a Amazônia em suas diversidades já se constituía, sendo criada e recriada pelos povos originários que ali viviam. A chegada do colonizador veio imprimir o desejo de domínio territorial por meio de uma concepção dita “civilizada”. No entanto, uma “civilização” baseada na imposição de uma cultura uniforme e marcada de violências.

Em Abaetetuba, esse processo de domínio se deslocou a partir do que nos dias atuais se conhece como Vila de Beja, distrito de Abaetetuba, a qual inicialmente se chamava “Aldeamento Sumaúma” - nome atribuído pelos colonizadores. Sumaúma derivou-se pela grande quantidade de árvores Samaumeiras - *Ceiba pentandra*, presentes neste local e nativas da região. Já “aldeamentos” veio relacionar a configuração em que este local passou a se constituir com base nas ordens religiosas, onde jesuítas e capuchinhos passaram a catequizar os indígenas presentes nesta região (Rodrigues, 2022; Rodrigues, 2023).

Os principais aldeamentos missionários registrados em Abaetetuba e suas proximidades, foram: Montiguar, atual Vila do Conde, e Givier, atual Vila de São Francisco, ambos localizados no município de Barcarena; e jesuíta de Sumaúma, atual Vila de Beja, em Abaetetuba (Ferreira, 2013, p. 62). Vila de Beja teve grande destaque por ser berço do processo de colonização para a constituição do município de Abaetetuba. Ainda assim, Vila de Beja se tornou posteriormente um distrito, e não a sede municipal.

No intenso processo de tomada territorial da Amazônia pelos portugueses, e

mediante as ameaças de outras nações que também buscavam se apossar da região, o governo português buscou estratégias para manter o controle do domínio colonial da região, como descreve Ferranti:

Como o governo português não tinha condições de administrar as terras ditas “suas”, partilhou seu território em *capitanias hereditárias*, depois em *sesmarias*, sendo entregues a ricos senhores portugueses enormes extensões de terra para serem ocupadas e exploradas, como estava sendo feito no restante do Brasil, de acordo com o modelo de dominação. (Ferranti, 2013, p. 28).

O nascimento das capitanias, mas especialmente as sesmarias foram os primeiros passos do capitalismo na Amazônia e a formação de um Estado voltado para saqueá-la e explorá-la. Assim, as terras eram repartidas com portugueses que detinham de um poder aquisitivo e mão-de-obra escrava para garantir atividades produtivas rentáveis.

Vale também ressaltar que, segundo Viegas e Guedes (2018), no Brasil um dos primeiros regimes de terras a ser adotados foi as Sesmarias, prática trazida pelos portugueses que já as mantinham em seu país pela Lei de Sesmarias desde 1375, e estabelecida no Brasil por mais de três séculos (1500-1821). Ou seja, essa seria uma estratégia para se justificar uma área de terra particular, dando assim origem à propriedade privada da terra no Brasil. Nessas condições, o português Francisco de Azevedo Monteiro conquista uma sesmaria localizada na região do Baixo Tocantins.

Segundo Sousa, 2009; Ferreira, 2014; Machado, 2017, Francisco de Azevedo Monteiro ganhara uma sesmaria no ano de 1712 localizada no rio Jarumã, próximo do que hoje é a cidade de Abaetetuba. Em 1724, viajando de Belém junto com sua família, o português se dirige para tomar posse da sesmaria, porém, durante o trajeto enfrentara uma forte tempestade na Baía do Marajó, o qual desvia sua rota, chegando no dia 8 de dezembro às margens do rio Meruí, também conhecido como Maratauíra. Diante do acontecido, mandou construir uma capela neste local, justificando ser pagamento de uma promessa feita por ter sobrevivido à tempestade junto com sua família. A capela é dedicada à Nossa Senhora da Conceição por ser justamente na data consagrada a ela o dia em que chegou neste lugar, tomando posse da terra e comunicando ao governador da Província do Grão-Pará e Maranhão. Posteriormente, ao entorno da capela foi surgindo um povoado, denominado de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté (Ferreira, 2014; Machado, 2017; Sousa, 2009).

Rodrigues (2023) ao traçar análises sobre tal acontecimento histórico (tempestades e juramentos), considera que há grande possibilidade de ser uma narrativa construída após a

chegada de Francisco Monteiro para tomada de posse destas terras, já que a sesmaria com a qual se tem registro de pedido encontrava-se na atual Vila de Beja. Tal episódio pode ter sido relatado de forma intencional, já que tinha como verídico a solicitação de pedido da sesmaria feito por Francisco de Azevedo Monteiro, através de uma Carta de Sesmaria de 30 de setembro de 1710. Sendo assim, tal episódio se compreendeu como a possibilidade de tomada de posse da sesmaria.

Sousa (2009); Ferranti (2017) também consideram o relato de tempestade e promessa descritas na história como possível justificativa de tomada de posse destas terras, ou seja, cujo único objetivo seria no sentido exploratório. Assim, os interesses estavam mais na condição de ocupar o local para extração e comercialização das drogas do sertão (urucum, cacau, cravo, pimenta, castanha, canela, entre outras), consideradas bastante rentáveis para os portugueses. Porém, esse propósito não obteve tanto sucesso, fazendo com que Francisco Monteiro retornasse deixando as terras que pretendia explorar, como descreve Sousa:

Frustrado por não ter encontrado a fortuna que procurava, apesar das constantes buscas, regressou à capital da Província, deixando suas terras entregues a escassos moradores: índios, religiosos e colonos. Em seguida, transferiu sua propriedade ao Governo para que fizesse uso dela. (Sousa, 2009, p. 25).

Essa transferência possibilitou que a sesmaria que havia anos atrás pertencido à Francisco Monteiro passasse a pertencer à Manoel da Silva Raposo. Vindo do Marajó junto com sua família, ao chegar em Abaeté e com apoio do padre jesuíta Aluizio C. Pfeil reconstroi a antiga capela de Nossa Senhora da Conceição, alinhou as casas, estabeleceu as ruas e construiu o cemitério. Esses feitos foram atrativos para vinda de outras famílias para o povoamento do vilarejo e também a condição de conquista da sesmaria. Antes de morrer, Manoel Raposo doou toda a sesmaria para a Igreja e a pedido do padre Pfeil transformou em freguesia. Após ser anexada por duas vezes ao território de Belém e também do município de Igarapé-Miri, em 1880 a velha freguesia é então transformada em Vila de Abaeté (Machado 2017). Assim, o município passa a ser autônomo, de acordo com a Lei 973, de 23 de março de 1880.

Em 1881, o presidente interino da Câmara em Belém, José Cardoso da Cunha Coimbra, instalou a Câmara Municipal de Abaeté. Em 15 de agosto de 1895, a Vila Abaeté foi elevada à categoria de cidade, pelo então procurador geral do Estado, Dr. João Hozanah de Oliveira. E por meio do Decreto-Lei 4.505, de 30 de dezembro de 1943, foi instituído o nome "Abaetetuba", a fim de diferenciar de outra Abaeté localizada no Estado de Minas Gerais, sendo mais antiga que Abaeté do Estado do Pará.

Ainda mais posteriormente, em 1961, o deputado estadual Wilson Pedrosa Amanajás muda o nome para “Abaeté do Tocantins”, retornando o nome Abaetetuba em 1963, através de lei pelo deputado estadual João Reis, nome que perdura até os dias atuais (Machado, 2017). Ainda assim, é costumeiro que os habitantes da região, de maneira a simplificar, pronunciem o nome “Abaeté”, ao invés de Abaetetuba.

4.1 A constituição da identidade ribeirinha em Abaetetuba

O rio não é o único elemento em que se possa justificar e alçar interpretações acerca do que é ser um/a ribeirinho/a. No entanto, não há como descrever a identidade ribeirinha sem levar em consideração o rio como essência de sua existência, que para além de sua constituição material é carregado de aspectos simbólicos que permeiam o cotidiano desses povos. Podemos considerar que o rio foi um componente fundamental para a constituição histórica da formação da identidade ribeirinha, ao mesmo tempo que carrega elementos imprescindíveis para dar sentido à vida destes sujeitos, se encontrando numa condição de inseparabilidade.

O processo de colonização teve grande influência na formação ribeirinha na Amazônia. Porém, concordando com Ferreira (2014) esse processo por si só não se explica, sem antes levarmos em consideração que a formação inicial da identidade ribeirinha antecede a chegada do colonizador europeu. De acordo com (Arenz, 2000; Esteves, 1993; Ferreira, 2014; Porro, 1995; Tocantins, 1960), os primeiros habitantes dos rios e igarapés foram os indígenas, os quais os ribeirinhos descendem diretamente, herdando uma rica herança cultural, principalmente de contato direto com a natureza, aspectos que vem se mantendo no decorrer da história.

Pode-se considerar inúmeros os traços culturais herdados dos povos indígenas e que continuam vivos no cotidiano dos povos da Amazônia, em especial considerando a identidade ribeirinha. Destacam-se a culinária, as técnicas utilizadas para pescar, remar, caçar, coletar os produtos florestais, fazer roçado, utilização dos recursos naturais, vivência em pequenas comunidades, aspectos religiosos de cosmovisão como a pajelança, são alguns exemplos que continuam a fazer parte da cultura desses povos (Arenz, 2000; Tocantins, 1960).

Importante destacar que todas essas práticas e vivências herdadas dos povos ancestrais, são meios pelos quais a natureza se manifesta. Visto que essas práticas culturais representam uma intrínseca interação desses povos com os ciclos, o tempo e as

manifestações da floresta, das águas e com a biodiversidade que a compreende. Além do cosmo e dos aspectos imateriais que permitem a comunicação e a interação do humano, enquanto natureza, com os outros elementos que a compreendem.

Esses aspectos culturais são muito prevalentes e ao mesmo tempo imprescindíveis nas vivências e no dia-a-dia desses povos. Dessa maneira, compreende-se como que essas culturas herdadas foram determinantes e ao mesmo tempo se tornam condições essenciais para manter viva toda a condição identitária ribeirinha. No decorrer da história, essa herança cultural vem atravessando gerações e se constituindo na essência do ser, dos saberes, nas crenças, na reprodução e recriação das suas vivências, condições estas fundamentais para concepção do ser identitário.

A chegada do colonizador conduziu principalmente a um processo de miscigenação, fazendo parte do contexto histórico da formação identitária ribeirinha. Essa interação cultural também é notável antes mesmo da chegada do colonizador, em que “os povos indígenas da Amazônia viviam entre si tanto ‘situações de intenso contato’, quanto de multilinguismo e pluralidade cultural, antes da chegada dos europeus” (Arenz, 2000, p. 15).

Assim, a formação histórica ribeirinha é carregada de diferentes genéticas, que foram se inter cruzando e constituindo a identidade ribeirinha, muito marcada pelos princípios culturais dos povos que já viviam na região e que mesmo com a chegada do colonizador e todo seu processo violento, de tentativas de apagamento e aculturação, não foi capaz de destruir muitas das heranças culturais dos povos amazônico. Esta análise nos leva a compreender que a cultura e a sociedade foram se formando e assim constituindo o espaço/território. Isso só foi possível graças às resistências com que os povos originários reagiram a toda essa lógica de tentativa de expropriação e domínio.

Isso permite compreender que esse processo de formação identitária, em especial da formação ribeirinha da Amazônia, pode ser considerada de forma complexa, pois perpassa por diferentes épocas e heranças culturais, não se formando com base em um único fenômeno, mas se desenvolvendo em diferentes contextos históricos a partir das configurações espaço-temporais. Ou seja, não pode ser resumida com a chegada do colonizador, e em especial por se tratar da Amazônia, os ameríndios tiveram grandes influências, além de posteriormente outros povos (como os negros africanos trazidos para o processo de escravização, além dos nordestinos no período do ciclo da borracha) que foram se estabelecendo com o processo de ocupação a partir dos diferentes contextos e temporalidades, como podemos considerar a partir dos processos que foram se dando com a ocupação no Baixo Tocantins.

Vale destacar, que ao considerar a colonização como parte de um fenômeno desencadeante da constituição da formação ribeirinha, compreende-se como sendo uma participação movida por intensas ações de violência. Essa construção se faz motivada pelos interesses de uma elite colonial, que emergida em estratégias se constituem na ação de dominação e exploração pelos quais eram movidos, atravessando de maneira desastrosa a história dos povos originários.

Arenz (2000) considera que a formação histórica da população ribeirinha na Amazônia se estabeleceu a partir de quatro etapas: conquista e domínio português (1616-1639); os aldeamentos religiosos (1653-1759) e do *diretório* da administração civil (1759-1798); a fase de resistência e repressão (1798-1853); e então a época da integração e globalização (desde 1853). Sendo assim, Arenz (2000) estabelece um período que pode ser compreendido nesse contexto da formação do ser ribeirinho amazônico, tendo como marco o início do século XVII, no contexto da fundação de Belém (1616), até meados do século XIX, com o início do ciclo da borracha (1870). Porém, Arenz destaca que foi na primeira fase (1616-1639), neste curto período, que os portugueses conseguiram consolidar de maneira dominante a maior parte da bacia amazônica.

Nas análises de Ferreira (2014), a formação ribeirinha pode ser compreendida como resultante de pelo menos três fases históricas, sendo determinantes na sua constituição. A fase pré-colonização, ou seja, que antecede a chegada dos europeus; fase colonial, marcada principalmente dos anos de 1616 (fundação de Belém) à 1798 (extinção dos *Diretórios civis*) e a fase da economia da borracha, que compreende final do século XIX e meados do século XX, demandada por uma massa expressiva de nordestinos para Amazônia em busca de possibilidades de trabalho.

Referindo-se ao contexto da chegada dos portugueses na Amazônia, Maués (1999) *apud* Ferreira (2014) estima que existiam além dos povos indígenas Tupis, cerca de “dois a quatro milhões de índios de diversas etnias, a maioria vivendo às margens dos rios”. Toda essa configuração foi violentamente mudada com a chegada dos europeus, e “a maioria dos povos indígenas que viviam em aldeias ao longo do rio Amazonas no período da chegada dos europeus foi extinta ou destribalizada” (Ferreira, 2014, p. 39), levando a uma “dizimação tão rápida dos povos indígenas estabelecidos ao longo dos rios” (Arenz, 2000).

Segundo Souza (2019):

Quando os europeus chegaram, no século XVI, a Amazônia era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica. Ocupavam o solo com povoações em escala urbana, contavam com um sistema intensivo de produção de ferramentas e

cerâmicas, uma agricultura diversificada, uma cultura de rituais e de ideologia vinculada a um sistema político centralizado, e uma sociedade fortemente estratificada. Essas sociedades foram derrotadas pelos conquistadores, e seus remanescentes foram obrigados a buscar a resistência, o isolamento ou a subserviência. O que havia sido construído em pouco menos de 10 mil anos foi aniquilado em menos de 100, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte. (Souza, 2019, p. 47).

A história nos faz perceber que tampouco a Amazônia foi um vazio demográfico, e ressalta-se que os povos originários, inclusive os que habitavam as margens dos rios, foram primordiais para contribuir de forma muito significativa na formação dos ribeirinhos na Amazônia. Assim, no relato de Souza percebe-se que a região, antes de sofrer o processo da colonização, era habitada por uma diversidade de povos e culturas que vinham à milênios de anos ocupando e desenvolvendo um sistema de alta complexidade, dotado de técnicas tão sofisticadas de produção e cultivo, além das formas de organização social e de produção do espaço. Porventura, muitas dessas histórias construídas milenarmente foram destruídas num curto período de tempo, numa luta muito desigual.

No entanto, como ainda ressaltado por Ferreira (2014):

É preciso notar que esse processo não se deu por completo, uma vez que é possível verificar ainda hoje na Amazônia sociedades essencialmente indígenas vivendo às margens dos rios, lagos e igarapés ao antigo modo de ser de seus ancestrais. Isso significa que o legado indígena persistiu, embora fortemente marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e inter-étnica que caracterizou a posse e conquista da Amazônia pelos portugueses. (Ferreira, 2014, p. 39).

É nessa configuração que diferentes povos vêm historicamente se espacializando e povoando o conhecido “mundo das águas” na Amazônia. Em especial, as comunidades ribeirinhas, que diante da “resistência à servidão, bem como à colonização, através de fugas e revoltas” (Fernandes; Moser, 2021, p. 535), é possível hoje esses povos estarem criando e recriando o presente de forma a manter viva a essência da sua história transmitida de forma geracional.

O processo inicial do domínio português na Amazônia teve como grande foco a busca pelas chamadas “*drogas do sertão*”, ou seja, os produtos que podiam ser encontrados no interior da floresta, como urucu, cravo, canela, castanha, cacau, anil, salsaparrilha, pimenta, sementes oleaginosas, além das ervas medicinais, raízes e essências aromáticas, entre outras. Naquela época, as drogas do sertão tinham o prestígio de ter grande valor comercial, vistas de maneira rentáveis e geradoras de riqueza. A lógica de dominação colonial se baseava na exploração e comercialização desses produtos, cujo destino seria o

mercado europeu.

Para a exploração das drogas do sertão, os indígenas foram vistos de maneira estratégica, pois eram estes que detinham do conhecimento das florestas e as possibilidades de encontrar tais produtos no interior das matas. O colonizador por não conhecer o interior da floresta e nem ser detentor dos conhecimentos e habilidades que se faziam necessários para coleta, pois, esses produtos se encontravam espalhados pela floresta, se detêm da força, dos saberes e do domínio total dos povos indígenas para executarem tal atividade.

O índio era a mão-de-obra necessária para que os portugueses levassem a cabo seus objetivos. Servia para remar as canoas, guiá-los pela selva, erguer suas fortificações, conventos, igrejas e residências. Obtinha alimentos através da caça, da pesca e da agricultura. Coletava as "drogas do sertão". Com seu conhecimento, ajudou o português e o brasileiro a sobreviver na região. (Esteves, 1993, p. 32).

E ainda como descreve Ribeiro (1995):

Mais do que transmissores de modos tradicionais de sobrevivência na floresta úmida, desenvolvidos em milênios de esforço adaptativo, os índios foram o saber, o nervo e o músculo dessa sociedade parasitária. Índios é que fixavam os rumos, remavam as canoas, abriam picadas na mata, descobriam e exploravam as concentrações de especiarias, lavravam a terra e preparavam o alimento. Nenhum colonizador sobreviveria na mata amazônica sem esses índios que eram seus olhos, suas mãos e seus pés. (Ribeiro, 1995, p. 140).

Importante ressaltar que a ação colonial que se impôs sobre a Amazônia, pelo domínio territorial e de exploração, esteve baseada numa exploração total. Ou seja, além da lógica de exploração das riquezas naturais encontradas na região - ressalta-se que muitas delas, porém foram apenas mito, se tornando frustração para o explorador - o colonizador ainda busca explorar a força de trabalho dos povos originários, seus saberes, habilidades e de seus ancestrais e ainda a tentativa de influenciar seus modos, costumes, crenças e pensamentos. Se dava não só a invasão das terras, rios e florestas, como também a invasão de corpos, sonhos e toda uma construção histórica e ancestral.

Nessa perspectiva, e envolvidos num imaginário de mitos, que a região foi sendo explorada pelos colonizadores. A história não dispõe de registros que possam afirmar os primeiros expedidores da região. No entanto, tem-se conhecido a primeira expedição completa feita sobre o rio Amazonas, desde os Andes até a foz, comandada pelo militar espanhol Francisco de Orellana (1540 – 1542). Segundo Arenz (2000, p. 14), “Orellana desceu o sistema fluvial amazônico de Quito, no atual Equador, até Belém do Pará”. Porém, antes de Orellana, se tem alguns registros sobre outros navegadores que tenham visitado a região, dentre eles podemos citar o francês Jean Cousin, que em 1488 ou 1490 teria chegado

à foz do rio Amazonas. Também Américo Vespúcio, outro que teria visitado a foz do Amazonas em 1499, retornando novamente em 1501 e Vicente Yáñez Pinzón, em 1500, logo em seguida, Diego de Leppe chega ao rio Pará. Diogo Leite que pode ter explorado desde a costa norte até a foz do rio Amazonas entre 1531 e 1532. Além da provável entrada no Rio Amazonas do espanhol Alonso Mercadillo, em 1538 e 1539. (Arenz, 2000; Esteves, 1993).

Porém, foi a partir da viagem de Orellana que outros colonizadores passaram a se interessar pela exploração da região. Assim, os ingleses, alemães, irlandeses, franceses e holandeses, a partir dos interesses das “descobertas” passam a disputar com os espanhóis e os portugueses pela posse de riquezas e do território e começam a se estabelecer, a partir de 1580, na região do Baixo e Médio Amazonas (Arenz, 2000; Ribeiro, 2005). No entanto, foram “os portugueses que conseguiram, entre 1615 e 1647, o controle definitivo da foz do rio Amazonas como garantia para uma entrada fácil ao interior do continente” (Arenz, 2000, p. 17).

Esse processo de consolidação do domínio português baseou-se em três fatores: a **força militar**, possibilitando a expulsão dos outros estrangeiros e implementando a exploração e domínio territorial, principalmente na construção de fortificações; **religiosa**, com base no processo de catequização indígena como forma de inseri-los nos padrões culturais do colonizador; e **econômica**, na inserção de uma Amazônia colônia voltada ao extrativismo florestal, principalmente a exploração das “drogas do sertão”, da agricultura e pecuária (Arenz, 2000; Esteves, 1993).

A partir desse propósito de conquista e domínio português foram se estabelecendo os aldeamentos religiosos, também como forma de controle territorial, necessária aos interesses do colonizador. Os aldeamentos eram dirigidos pelos missionários, que faziam parte das ordens religiosas do catolicismo, que não só detinham do recrutamento dos indígenas, como buscavam reconstitui-los sob nova forma de pensar e agir.

Nas expedições, os missionários exerciam um papel relevante, pois eram responsáveis pela catequização dos indígenas, uma forma utilizada para “pacificação” desses povos, o que se tornava interessante ao colonizador nesse processo de exploração. Pois se compreende, que naquele contexto, essa forma de “civilizar” os povos originários seria uma estratégia de evitar as resistências no contato dos colonizadores com os povos nativos, a fim de romper possíveis impedimentos na invasão dos colonos. Ao mesmo tempo, os colonizadores incentivaram as missões como forma de conquistar os aldeados para utilizá-los como mão-de-obra explorada em suas atividades. Isso também significava um

processo de desterritorialização, compreendendo desde os processos de retirá-los de seus territórios, como também rompê-los de suas culturas e identidades.

Através dos aldeamentos, a cultura dos povos originários era renegada e submetida a um esvaziamento de seus modos culturais, conduzindo a um processo de “aculturação”, ou mesmo “deculturação” (Ribeiro, 2005) de seus valores culturais, na intenção de com o processo de catequização fossem revestidos de novos valores. Com a ação missionária, se acreditava que essa seria a forma desses povos abandonarem seu modo cultural, visto pelo europeu como “selvagens”, “nômades” e “bárbaros”, e conduzi-los aos valores do cristianismo e da “civilização” (Nahum; Ferreira, 2019). É nesse contexto do processo da colonização na Amazônia que os historiadores vêm a chamar que se configurou por meio da cruz e da espada, ou seja, a cruz simbolizando a ação missionária dos religiosos e espada a ação militar do Estado, ambas com propósito colonizador.

Para constituição dos aldeamentos, era necessário fazer o “descimento” dos indígenas, ou seja, tirá-los dos seus habitats naturais e reunirem num mesmo lugar, nos aldeamentos. Estes então funcionavam de maneira a agrupar e concentrar em aldeias os diferentes traços culturais, através do descimento de povos que viviam diferentes tradições culturais, e então configurá-los numa vivência cultural homogeneizadora. Esse espaço homogeneizador e centralizado possibilitava o encontro de diferentes culturas, línguas, cosmologias nativas a se reconfigurarem e se submeterem à cultura, língua e cosmologias cristãs (Guzmán, 2008, p. 108). À esse processo, Castro e Campos (2015) descrevem:

O poder colonial e a catequese destribilizaram, desaldearam, arrancaram os índios de seus territórios e de suas culturas e os levaram, através de descimentos para outros lugares de redistribuição, ignorando seu pertencimento étnico e territorial. Trata-se de um deslocamento forçado, que produzia extrema mobilidade dos corpos pelo desenraizamento do lugar e realocação da sua força de trabalho, conforme os projetos coloniais, tanto para a construção de igrejas, fortificações, engenhos ou de residências; ou para identificar e retirar da mata as madeiras das Fábricas Reais ou ainda para as atividades de defesa e de guerra. (Castro; Campos, 2015, p. 416).

Esteves (1993, p. 30), descreve dois tipos de “descimentos”: pela persuasão, se constituindo de forma mais pacífica por meio de promessas e oferecimento de presentes; e pela coação, se dando por meio da força, obrigando-os pela aceitação de um outro tipo de vivência diferente da sua. Ambos, se definiam na retirada dos indígenas do convívio natural e estabelecendo-os numa morada e vivência diferente de seu contexto habitual e definidos por padrões culturais próprios do colonizador.

Nos aldeamentos, como forma de facilitar a comunicação e no propósito de

homogeneizar a linguística de fala, era ensinada uma única língua, uma “língua geral” que pudesse ser assumida como nova maneira de falar dos aldeados. Ressalta-se novamente que os aldeamentos reuniam variados povos trazidos através dos descimentos, e assim, cada povo tinha uma cultura e um dialeto próprio. A partir do momento que passavam a conviver nos aldeamentos, teriam que abandonar seu jeito próprio de falar, aprendendo e passando a se comunicar na língua “tupi gramaticalizada pelos missionários”, chamada de *nheengatu* (Arenz, 2000; Esteves, 1993, p. 30). A catequização, por meio do ensino do catecismo, era realizada pela língua *nheengatu*.

Toda essa configuração de homogeneização de padrões culturais e linguísticos tiveram repercussão na constituição de um sujeito constituído de um novo modelo cultural, denominado de “índios genéricos” (Arenz, 2000), ou “neo-indígena” (Porro, 1995) ou ainda de *tapuio* pelos europeus. Tratava-se do indígena *aculturado*, que então passava a assumir uma nova identidade, não sendo mais o indígena nativo, pois já havia perdido grande parte de seus traços culturais, e tampouco se tornava como um colono, mas se constituía em um novo sujeito e configurando uma nova forma de espacialização das várzeas amazônicas, descendendo no sujeito ribeirinho (Arenz, 2000).

Quando se afirma, que nos dias atuais a identidade ribeirinha continua mantendo traços culturais de origem indígena, cabe ressaltar que todo esse modelo imposto por meio das ações coloniais sobre os povos originários, não foi suficientemente capaz de romper toda carga identitária, compreendendo que os ribeirinhos herdaram muitas das heranças culturais em que viviam diferentes povos indígenas. Isso permite compreender que os valores, costumes, crenças e tradições que constituem a identidade de um povo não se desfazem facilmente, pois, são práticas tradicionais que foram se construindo ao longo do tempo e que se constituem como herança cultural.

É notório também, que a chegada do europeu na Amazônia produziu uma luta bastante desigual, enquanto os nativos lutavam com suas flechas, os colonizadores produziam seu massacre utilizando de seus poderosos armamentos. A presença do europeu na Amazônia se constitui um verdadeiro genocídio contra os povos originários. Isso não pressupõe uma romantização desses povos e nem querer afastá-los das lutas e disputas territoriais já existentes antes da chegada do europeu, porém, o que busca-se refletir é que a chegada do europeu resultou no período mais sangrento da história da região.

O extermínio que caía sobre esses povos era praticado de diversas maneiras: pelo confronto armado; por meio da sedução, buscando conquistar a confiança dos nativos para poder escravizá-los; através das doenças trazidas e disseminadas pelos europeus – consta

que a epidemia da varíola (1743-1750) fez em torno de 40 mil vítimas na região; os confrontos envolvendo diferentes grupos culturais como fazendo parte de estratégias do colonizador; e ainda pela aculturação praticada nos aldeamentos, resultando no desaparecimento de inúmeras línguas (Esteves, 1993). Esse extermínio só não se deu por completo devido às resistências dos povos face a todo esse massacre. No entanto, a história não consegue dimensionar o alcance com que se deu toda essa violência, mas os relatos históricos é de que foram inúmeros povos, culturas, línguas, tradições totalmente exterminadas, sendo um único propósito: enriquecer ao dominador, não importando se a consequência disso fosse o sangue dos povos originários da Amazônia. Pois, toda essa disputa territorial tinha como caráter a expressão da luta de classes.

Apesar de todo processo violento que se constituiu através dos aldeamentos, há que se reconhecer que a atuação dos missionários também se tornou um refúgio para os povos indígenas, visto que as ordens missionárias eram contra a escravização desses povos. Assim, os aldeamentos indígenas se tornaram “um refúgio para o índio sempre ameaçado de extermínio ou de violenta escravização pelo colono português” (Ribeiro, 2005, p. 84). Isso, porém, não desconsidera que o processo de catequização também seria uma forma de extermínio, nesse caso pela destruição da cultura nativa, mesmo que em muitos momentos pôde livrar esses povos de um acelerado processo de destruição. Essa é uma evidência clara que possibilita perceber que a atuação dos missionários não se estabelecia apenas pela atuação da Igreja, mas também em simultaneidade com o Estado, sendo este o responsável por indicar a atuação dos missionários através das “cartas régias”, possibilitando que a ação missionária não se constituísse de forma autônoma, mas com uma certa influência do Estado português, e assim se promovia a tentativa de “pacificação” e “civilização” dos povos indígenas.

Ferreira (2014) destaca que esse regime de aldeamento que avançou sobre as áreas ribeirinhas da Amazônia também se fez presente nas comunidades ribeirinhas em Abaetetuba. Ferreira (2013, p. 63) menciona o aldeamento jesuíta de Sumaúma, que foi implantado na atual Vila de Beja, em Abaetetuba, visto como um dos mais desenvolvidos dessa região. Os missionários (Capuchinhos e Jesuítas) foram os primeiros europeus a se fazerem presentes nestas áreas de várzeas, que por meio das missões, organizaram os nativos nos aldeamentos para a prática da coleta das drogas do sertão, se configurando como uma das atividades impostas a serem desenvolvidas pelos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba durante o período colonial (Hiraoka, 1993 *apud* Ferreira, 2014).

No entanto, a atuação dos missionários nos aldeamentos se estendeu até 1759,

quando nesse período passa a configurar a chamada “era pombalina”, com base numa política que estabelecia uma série de medidas, incluindo a expulsão dos missionários da região, como forma de desarticular o poder que vinham exercendo nos aldeamentos, passando a ser vistos pelo Estado como possíveis concorrentes econômicos. Esse período foi denominado pela atuação política de Marquês de Pombal (1750-1777), como primeiro-ministro do rei de Portugal D. José I. Como primeira medida, estabeleceu em 1751 a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo a cidade de Belém como a sede das decisões políticas, e não mais São Luís, no Maranhão. Para governar o novo Estado do Grão-Pará e Maranhão, nomeia como governador seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Dentre as medidas adotadas para Amazônia durante o período pombalino, destaca-se a diminuição do poder político dos missionários ao qual posteriormente culminou na expulsão dos jesuítas em 1759. Ribeiro (2005) menciona que nessa época partiram de Belém 115 missionários, muitos deles ficando prisioneiros ao chegar em Portugal até 1776 com o fim do governo de Marquês de Pombal. Esse estopim foi se desencadeando a partir da configuração de um grande conflito entre a Igreja e o Estado, este último via os povos indígenas apenas na utilização de mão-de-obra escrava, enquanto que os missionários procuravam defendê-los dessas práticas, logo, as divergências passam a se estabelecer entre esses dois poderes.

Com a desarticulação dos aldeamentos religiosos, esses espaços foram sendo elevados como vilas ou freguesias, alterando os nomes que tinham sido inicialmente denominados pela cultura indígena e substituindo-os por nomes com referência portuguesa. Essa era uma maneira de dar ênfase ao domínio do Estado português, e destituindo a administração das ordens religiosas jesuítas.

Em 1755, entra em vigor o alvará régio, que declarava uma falsa liberdade aos povos que se encontravam nos antigos aldeamentos. Essa falsa liberdade conferiu aos aldeados a liberdade das aldeias missionárias, porém, estes deveriam se incorporar ao sistema mercantilista colonial. Ou seja, com essa organização se estabelecia o maior controle do Estado sobre os antigos aldeados, que não mais se encontram ao dispor da Igreja, e sim regidos pelas ordens do poder político econômico estatal. A condição de liberdade era apenas uma utopia para os indígenas aldeados, que com novo regimento passavam a submissão dos chamados diretores, os quais substituíram os religiosos na administração das aldeias. Essa nova organização se estabeleceu com a criação dos “Diretórios dos Índios”, pondo fim a ação dos missionários jesuítas na Amazônia.

Para consolidar ainda mais esse processo, o então governador Francisco Furtado, estabelece por meio da lei de 1755 a miscigenação dos indígenas aldeados com soldados ou colonos portugueses. Assim, “os soldados ou colonos que se unissem em matrimônio com as populações indígenas receberiam terras, dinheiro, armas, instrumentos agrícolas e não podiam, por isso, sofrer infâmia” (Ribeiro, 2005, p. 83). Toda essa oferta não se dava de forma espontânea ou sem interesses, mas se definiam como estratégias do Estado a fim de incorporá-los de maneira mais definitiva aos seus projetos ambiciosos. Era mais uma estratégia de garantia de um modelo econômico mercantilista, que via a Amazônia uma mera colônia à serviço do império colonial.

Nessas circunstâncias, a dissolução dos aldeamentos, combinado com a falsa liberdade dos indígenas aldeados e ainda com o incentivo à miscigenação era uma forma do Estado ter o controle total desses sujeitos e ainda tê-los submissos à escravidão. A miscigenação proporcionou que fossem mais ainda inseridos à “civilização” colonial, se estabelecendo em vilas, já que os benefícios era uma forma de mantê-los sem que sentissem o desejo de retornar para suas antigas aldeias, dessa maneira se manteria a força de trabalho no intuito de gerar riquezas à elite colonial. Se nos aldeamentos ainda seria possível ter uma certa autonomia, a partir das legislações estabelecidas pelo Estado português a única alternativa que se dava seria aceitação dessas medidas e aderência aos projetos dos colonizadores.

Apesar de todas as imposições e tentativas de submeter os povos aldeados à disposição dos interesses do colonizador, estes são surpreendidos pela postura que sempre acompanhou a essência desses povos – a resistência. Nem a catequização missionária e tampouco o poder estatal foram capazes de transformar, ou negar por completo esses povos de seus valores ancestrais. Como descreve Arenz (2000):

Em vez de permanecerem nas vilas como lugar social projetado – sob tutela de um diretor branco –, os tapuios espalharam-se ao longo das beiradas dos rios ou estabeleceram-se a uma certa distância das recém-proclamadas vilas, lugares ocupados até hoje por seus descendentes, os ribeirinhos. (Arenz, 2000, p. 42).

Vê-se então, que o objetivo do colonizador não teve total êxito por meio das medidas pombalinas. Muitos desses povos não aceitando viver sob essa submissão, refugiaram-se no interior da floresta ou por entre os rios, sendo crucial para conquistar a independência e autonomia. Diante desse contexto, Arenz (2000, p. 45) considera “a fuga como primeira forma de resistência”.

Podemos sim, considerar, que a fuga se constituiu como um aspecto determinante

para sair de uma da lógica de domínio colonial. No entanto, refletimos que mesmo se constituindo de forma imprescindível, não podemos deixar de considerar, que a busca desses povos em manter viva a essência de seus aspectos identitários, também se configurou como um grande ato de resistência, sendo determinante para lançá-los à fuga e motivá-los a se rebelarem contra um sistema, que por um lado gerava riquezas e considerando os povos amazônicos gerava para estes apenas a marginalização e opressão.

Assim, cabe destacar, que a identidade ribeirinha na Amazônia já se constitui envolvida numa lógica de resistência. Sendo que a cultura, ancestralidade e tradições foram primordiais para designar, aos indígenas que vinham passando por diversas estratégias de aculturação, em manter vivo elementos que fossem essenciais à sua constituição histórica. Com todo o domínio colonial, o indígena, submetido à lógica do aldeamento e mais ainda com a implantação dos diretórios, tendo sua lógica de vida alterado, mesmo assim, estes sujeitos não perdem totalmente sua essência, comprovando que os valores culturais podem serem considerados mais fortes que o próprio domínio da cruz (catequização) e da espada (massacre) os quais foram submetidos no período colonial.

O estopim desse processo de resistência frente ao sistema mercantilista e escravagista instituído pelo domínio colonial, desembocou numa grande revolução - a Cabanagem. A rebeldia dos cabanos (ribeirinhos, negros e colono pobres) foi primordial para conquista do povo marginalizado ao poder estatal, mesmo que tenha durado por pouco tempo, mas indiscutível a grandiosidade dessa conquista, a qual buscaremos adentrar mais profundamente em outro tópico. Porém, cabe destacar que a Revolução Cabana representou a rebeldia e indignação de um povo que vinha sofrendo os violentos ataques territoriais, decretado desde a invasão colonizadora na região. Essa invasão vinha resultando na formação de uma classe marginalizada em detrimento de uma classe que estava enriquecendo por meio da exploração dos territórios amazônicos. Assim, compreende que a Cabanagem foi um importante movimento de luta por liberdades, soberania e conquistas dos direitos territoriais que vinham sendo violados.

Como destacamos, essa resistência vinha se configurando há longos anos, a chegada do conquistador com seu projeto mercantil ressignifica mais ainda a necessidade desses povos em resistir diariamente, mesmo nas condições em que se encontravam submissos à lógica de domínio. Essa resistência que configurou a identidade ribeirinha, “foi capaz de atravessar diferentes fases de exploração econômica protagonizadas por agentes econômicos que apenas viram a região como fonte de recursos naturais” (Ferreira, 2014, p. 53). Assim, compreende-se que o ciclo da borracha na Amazônia foi mais uma dessas fases

determinantes para a ocupação dos rios da região, com grande influência no aspecto identitário ribeirinho.

A fase da produção da borracha (1850-1920) foi considerada um auge no contexto econômico da região, configurando uma integração ainda maior com o comércio internacional. Esse período, configurou-se como a continuação de um intenso processo de exploração da região, dessa vez pela extração do látex retirado das seringueiras (*havea brasiliensis*) e também a exploração de mão-de-obra, em sua maioria de migrantes nordestinos, que refugiando-se da seca que atravessava o nordeste, se dirigiram para Amazônia em busca de uma melhor perspectiva de vida.

Impulsionados por falsas campanhas governamentais, os imigrantes nordestinos chegam na região com intuito de trabalharem nos seringais e terem melhores condições de vida, porém, ao chegarem, encontram formas de trabalho movidas por intensa exploração. Os ribeirinhos, então, passam a serem vistos com uma menor importância nessa configuração econômica do ciclo da borracha, devido ao grande quantitativo de nordestinos que chegavam na região, cujo contexto em que se encontravam eram levados a uma maior exploração de mão-de-obra.

A presença dos nordestinos no contexto do ciclo da borracha, vem se configurar uma das últimas etapas da formação da identidade ribeirinha (Arenz, 2000). Por meio das trocas culturais, entre nordestinos e os chamados *tapuios*, esses imigrantes foram contribuindo na organização socioespacial desses sujeitos às margens dos rios, e estes cada vez mais foram conquistando sua autonomia, ocupando a várzea amazônica e se constituindo enquanto um sujeito de identidade própria: o sujeito ribeirinho.

Cabe ressaltar que o modelo de exploração do período colonial, baseado no extrativismo florestal, foi determinante para ponderar a relação colonizador-colonizado, ou seja, uma elite dominante em detrimento de uma classe explorada. No que tange ao período da borracha, para além da elite portuguesa, que por sinal era a maioria que esteve liderando esse processo de comercialização, também este ciclo atraiu dentre outros exploradores como, norte-americanos, franceses, escoceses e alemães (Weinstein, 1993, p. 77).

Importante compreender que as atividades extrativistas que os colonizadores se apossaram, já vinha sendo praticada secularmente pelos nativos. No entanto, enquanto esses usavam para as necessidades básicas do dia-a-dia, o colonizador, estarecido por uma lógica lucrativa, se utiliza dessas práticas de maneira mercantilista. Assim aconteceu com a coleta das drogas do sertão e seguiu com o período da borracha, e sem contentar-se, ainda se utilizando dos saberes e da força de trabalho dos povos amazônicos, ou seja, se estabeleciam

um intenso processo de exploração do trabalho e da natureza. Não é exagero ressaltar que quando se fala na Amazônia esse contexto histórico de exploração atravessou diversas épocas e continua repercutindo nos dias atuais, porém, sempre se recriando, a partir de novas estratégias de dominação.

Dessa maneira, assim como as drogas do sertão, também a borracha, não foi descoberta pelos europeus, como descreve Tocantins (1960, p. 151), “eram os índios os donos e manipuladores de uma goma que extraíam de certas árvores da floresta”, referindo-se ao látex extraído das seringueiras. Os nativos já realizavam a coleta do látex, que é a matéria-prima da borracha, utilizando para o manuseio da confecção de diversos produtos, não para fins mercantilistas, mas para produção de artefatos e objetos de uso pessoal. Os colonizadores, sempre atentos aos modos e vivências dos nativos, e observando a maneira que estes lidavam com a goma elástica e as propriedades que ela possuía para o confeccionamento de seus objetos, logo, se deixam despertar pelo interesse em estar usufruindo do produto de maneira lucrativa, passando a aprender a maneira de lidar com a matéria-prima, por exemplo, “os portugueses do Pará aprenderam com os Omáguas a fabricar bombas e seringas que dispensam pistão”, fabricados a partir da matéria-prima do látex (Tocantins, 1960, p. 152; Weinstein, 1993).

Como em outros ciclos vividos após a chegada do colonizador, com a borracha se configura o mesmo caráter ambicioso, cujo lucros se concentravam nas mãos da elite colonial. Para se ter uma noção de como essas disputas se acirraram, nota-se a dimensão quando Castro e Campos (2015, p. 440) contextualizam que “o Brasil chegou a ser o maior produtor de borracha do mundo na segunda metade do século XIX, assim como as drogas do sertão que faziam parte dos saberes indígenas sobre a floresta”. E a Amazônia, aos auspícios da lógica mercantilista, teve um significativo papel em toda essa conjuntura, pois foi onde “os colonizadores do continente americano descobriram que existia o melhor tipo de goma elástica” (Ribeiro, 2005, p. 163). O que se faz imaginar a grande disputa que se estabeleceu na região, interna e externamente, como as elites que buscavam ter o controle do produto, e o aceleração na extração e comercialização, além da intensa massa migratória que se dirigia para região com a expectativa de prosperar ou mesmo apenas para conseguir o digno sustento da família.

Com o ciclo da borracha, passa a configurar de forma mais nítida a estrutura de um sistema capitalista na região, postulando a figura do patrão (seringalista), exercendo poderes sobre o seringueiro (os que adentravam a floresta para coleta do látex), alguns advindos dos antigos regimes de aldeamentos, e que decretados como “livres” eram direcionados para um

novo modelo de exploração. No entanto, a maioria dos seringueiros se constituía de pobres migrantes nordestinos.

A ganância das elites gerou uma grande procura pelo látex na região, concentrando os olhares para sua acelerada extração. Isso teve sérias consequências, porque os seringueiros, embrenhados nas florestas à procura e coleta do produto, foram obrigados a dedicarem um tempo excessivo em tal atividade, de modo a não terem tempo disponível para organizarem suas formas de cultivos. As consequências desse “monoextrativismo” foram grandiosas, responsável por doenças (béri-béri) provocadas pelo consumo intenso de enlatados.

Os seringueiros eram levados a uma lógica de trabalho excessivo, com isso, na maioria das vezes, não tinham condições de dedicarem tempo às suas atividades de cultivos de alimentos naturais, a fim de consumirem alimentos saudáveis, e assim o corpo padecia com a falta de vitaminas e nutrientes essenciais para uma possível resistência e levados a adquirirem doenças como a béri-béri, além de outras contraídas na mata como malária e febre amarela (Ribeiro, 1995; Tocantins, 1960). O que para alguns seria bem lucrativo, para a maioria custava bem caro, o corpo padecia cada consequência da exploração, quando não, eram logo sucumbidos à morte por ataques de animais ferozes.

Além dessas situações biológicas, Tocantins (1960) destaca como esse fenômeno também gerou consequências econômicas. Para trabalharem nos seringais, os seringueiros se submetiam à estrutura de *aviamento*, processo pelo qual era financiado os mantimentos, por exemplo alimentos enlatados para o consumo destes trabalhadores. Estes alimentos eram importados, em pequena quantidade do sul ou nordeste do Brasil, no entanto, sua maioria importados de outros países como França, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos e Portugal. À esses aviadores, que não eram os patrões, ou seja, o que estabelecia o controle do preço da comercialização da borracha, mas a estes cabia o aviamento de tais mercadorias de consumo, dirigida por toda uma lógica: “importa, compra, adianta, financia, recebe, negocia, vende. Tudo em função da seringueira” (Tocantins, 1960, p. 176).

O sistema de aviamento funcionava como um “modelo creditício concebido para o custeio das safras da borracha” (Ribeiro, 2005), que disponibilizava de mercadorias nas chamadas “casas aviadoras”. Esse sistema era uma forma de manter o seringueiro à submissão do seringalista, pois, se fosse em um formato de assalariamento poderia se tornar mais fácil ao seringueiro romper com essa lógica opressora. E ainda, se constituía de forma mais plena o processo de escravização da mão-de-obra. Assim, o seringalista autorizava a retirada de mercadorias nas casas aviadoras, porém, se constituía em um processo vicioso e

dependente, já que o seringueiro sempre ficava em endividamento. Como descreve Ribeiro (2005):

O crédito era, assim, capilarizado até as mais longínquas regiões possibilitando a sua ocupação pela gente brasileira: o seringueiro e sua família. O aviamento levava o crédito ao seringueiro e, ao mesmo tempo, institucionalizava sua dependência total do seringueiro e, por consequência, a escravidão por dívidas. Registre-se que esse crédito concedido ao seringueiro era oferecido em mercadorias e seu pagamento era feito em borracha. (Ribeiro, 2005, p. 171).

Ressalta-se que, nessa organização eram os seringalistas e comerciantes das casas aviadoras que obtinham os lucros, enquanto que o seringueiro se constituía como um marginalizado dentro da cadeia de todo esse processo.

Nesse contexto de análise do que se constituiu o período da borracha na influência da configuração histórica da identidade ribeirinha na Amazônia, e de maneira especial traçar essa compreensão sobre Abaetetuba, é importante salientar que “os seringais organizaram-se, primeiro, nas cercanias de Belém e no baixo Tocantins” (Tocantins, 1960, p. 168). Ou seja, Abaetetuba encontra-se localizada no baixo Tocantins, o que não resta dúvidas sobre a influência de toda essa conjuntura que envolveu o ciclo da borracha como uma das etapas que complementam a formação histórica da identidade ribeirinha nesta região. Ao mesmo tempo que é importante considerar que quando falamos sobre o sujeito ribeirinho, estamos falando de um campesinato extrativista.

Com o fim dessa era considerada o *boom* do ciclo da borracha, a partir de 1910 começa a se diluir toda essa estrutura financeira, entrando em crise e se arruinando os anos até então vistos de grande “prosperidade”. A decadência da borracha na Amazônia se instaurou logo após a primeira guerra mundial, e esteve relacionada com a prática da biopirataria de sementes de *Hevea Brasiliensis* levadas por britânicos e holandeses e plantadas na Ásia. Esse resultado desastroso não esteve interligado apenas à biopirataria das sementes, mas à própria forma de cultivo que se estabeleceu na Ásia, já que na Amazônia a maior parte das seringueiras se encontravam dispersas pela mata, por ser considerada uma espécie nativa. Ao ser destinada a outros cultivos e no auge em que se encontrava tal matéria-prima, foi construído um parque só de plantio da espécie na Ásia.

Dessa maneira:

Na Amazônia, o sistema primitivo do homem rasgando, palmo a palmo, a cortina bárbara da selva, para abrir uma "estrada" e escolher as árvores, dispersas, aqui e acolá, que estivessem aptas a fornecer leite. No Oriente, a técnica aplicada ao cultivo, gigantescas plantações, em linhas simétricas, os homens instruídos por novos processos de trabalho, proporcionando rendimento substancial na colheita do látex, o que diminui as despesas de

produção e aumenta os lucros das *rubber plantations*. Resultado: borracha cara na Amazônia e borracha barata no Oriente. Quem poderia resistir a essa tremenda concorrência? (Tocantins, 1960, p. 215).

Diante dessa forte concorrência que se instaurou, arruinou-se o poder econômico que até então estava relacionado à Amazônia. Destina-se à falência as casas aviadoras, pois os seringalistas encontravam-se endividados e então, “muitos seringais foram abandonados por patrões levados à falência, sendo toda a gente aliciada entregue à sua própria sorte nos ermos da floresta” (Ribeiro, 1995, p. 327), e assim dissolve-se a massa de seringueiros, resultando num certo despovoamento dos seringais.

A maioria dos nordestinos não conseguiram retornar às suas terras, e precisaram se estabelecer definitivamente na Amazônia, passando a ocupar em sua maioria as áreas de várzeas habitadas pelos ribeirinhos. Aos nordestinos se destinou a integralização à vida ribeirinha na Amazônia, que economicamente marginalizados, buscam a “integração a um antigo modo de viver essencialmente ribeirinho através das práticas secularizadas pelas sociedades indígenas, como a pesca com o arco e o arpão, a caça, a agricultura de subsistência etc” (Ferreira, 2014, p. 57), bem como “as práticas da pajelança e nos temores aos fantasmas da mitologia indígena”, assim, tornavam-se “arremedos de índios, porque não contam com as motivações destes nem com sua capacidade de adaptação à floresta tropical” (Ribeiro, 1995, p. 328).

No entanto, essa implicação da borracha não se delimitou apenas nesse contexto histórico, mas novas marchas migratórias de nordestinos para Amazônia volta a se repetir com o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) - período que culminou em nova ascensão da borracha na Amazônia - consolidando mais ainda a interação de sertanejos com os ribeirinhos da Amazônia. Há uma nova fase de corrida das elites em direção à Amazônia, movidos pelos interesses e necessidades da extração do látex para benefício das potências mundiais.

Na época, o governo brasileiro, Getúlio Vargas, não perdeu a oportunidade de atrair novamente nordestinos para o trabalho nos seringais na Amazônia. Nesse caráter de aliciamento, “estima-se que essa nova migração tenha envolvido de 30 a 50 mil trabalhadores” (Ribeiro, 1995, p. 328), destinando-os a mais um contexto de condições degradantes de exploração. Nessa outra etapa da economia da borracha, ganha destaque o “regatão” – embarcações que percorriam os rios levando mercadorias em troca de outros produtos. Nesse período, foi por meio do regatão, que os seringueiros que se encontravam ao longo dos cursos dos rios, passaram a trocar o látex com mercadorias levadas pelo regatão.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, novamente entra em decadência a fase imperial da borracha na Amazônia, e de maneira semelhante ao primeiro período, os seringais são deixados ao abandono pelas elites que comandavam a exploração. E ainda, mais uma vez os nordestinos foram deixados sem nenhuma perspectiva, sujeitos a desafiarem-se a uma realidade desafiadora e marginalizada, totalmente abandonados pelo governo que os atraiu, mas ignorou-os quando seus interesses entraram em decadência. Lançados à sorte, porém, sem tantas perspectivas devido à situação marginalizada e empobrecida, e ainda endividados, buscam se adaptar aos modos de vida ribeirinha, novamente se estabelecendo pelas margens dos rios.

Importante destacar que são duas culturas bem diferentes, a do ribeirinho que vive às margens dos rios e do sertanejo que tinha sua vivência no sertão nordestino. Ao encontrar-se nessa situação de abandono com o declínio da borracha, a perspectiva que o nordestino tinha que seria se estabelecer nos seringais até adquirir um certo padrão de vida e retornar ao sertão, tornar-se uma perspectiva frustrada. Assim, precisa assumir um estilo de vida bem diferente, se adaptando não mais às secas, mas se organizando socialmente em torno das águas, incorporando culturas diferentes e se desafiando em busca de condições mínimas para viver.

Além dos nordestinos serem atraídos pela falsa prosperidade da borracha, que até existia, mas em benefício apenas das elites, cabe destacar que o baixo Tocantins também foi atrativo para os sertanejos no período da produção de aguardente que se configurou também como um período muito próspero, com seu auge entre 1960-1975. O atrativo de imigrantes se dava para o trabalho na produção da cana-de-açúcar para fabricação de aguardente, porém, inicialmente eram fabricados nos engenhos o mel, açúcar mascavo e a rapadura.

A região das ilhas de Abaetetuba se destacou de forma muito relevante nesse processo de produção de cachaça, segundo Ferreira (2014), só nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri alcançaram a marca de 60 engenhos, sendo reconhecidos como os principais produtores de aguardente do baixo Tocantins, e só em Abaetetuba se contabilizava cerca de 44 engenhos. Nesse auge da produção da cachaça e diante do reconhecimento da qualidade do produto fabricado em Abaetetuba, proporcionando a própria exportação, o município recebe o título de “Terra da Cachaça”, e mesmo com o declínio dos engenhos de aguardente, ainda nos dias atuais essa fama do município ainda é bem lembrada. O último engenho que ainda vinha funcionando apenas por tradição no município, denominado como “Engenho Pacheco”, situado às margens do Rio Furo Grande, encerrou suas atividades no ano de 2012, sendo tombado como Patrimônio Histórico do Estado no ano de 2010.

Outra questão importante a se destacar nesse período é quanto ao sistema de aviamento, que segundo Machado (2017, p. 19) “em Abaeté esse sistema perdurou praticamente em toda a existência dos engenhos de cachaça”. Assim descreve:

O centro das operações de aviamento era uma casa comercial que funcionava anexada ao engenho, onde uma primitiva contabilidade registrava no ‘caderninho’ as retiradas dos trabalhadores do engenho e a sua produção na forma de um salário combinado com o dono do engenho. No final do mês havia o acerto de contas onde as retiradas eram abatidas do devido ao trabalhador. O estímulo inicial de ter e poder usar o dinheiro era, porém, uma ilusão para o trabalhador. Seu isolamento e a quase absoluta exclusividade do seu vínculo com o dono do engenho (reforçada por um paternalismo que oferecia apadrinhamentos e atendimentos médicos de emergência como pequenos curativos, afomentações, aplicação de injeções, etc.) faziam-no perder a liberdade de usar o que ganhava, se é que sobrava algo além do estritamente necessário à subsistência. A moeda praticamente só servia como meio de cálculo, pois o escambo persistia, embora disfarçadamente. (Machado, 2017, p. 19).

Esse sistema de aviamento, no contexto da fabricação de aguardente em Abaetetuba, se configurou por meio dos regatões, levando os comerciantes que “subiam o Amazonas trocando a cachaça com diversos produtos, especialmente gêneros alimentícios, que eram negociados na volta com os proprietários dos engenhos através do sistema de aviamento” (Ferreira, 2014, p. 76). O comércio realizado através de regatões “representou a maior dinamização comercial do município [Abaetetuba] (e de todo o Baixo Tocantins) em toda sua história e foi o responsável pela circulação de riquezas entre o Baixo Amazonas e o Baixo Tocantins, beneficiando a ambos” (Machado, 2017, p. 22).

Ressalta-se que, além dos nordestinos, os negros africanos também tiveram um papel relevante na formação da identidade ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba, sendo a principal mão-de-obra usada nos engenhos de aguardente. Como destaca Ferreira (2014):

Uma vez introduzidos na Amazônia pelos colonizadores, principalmente a partir de em 1755, os negros desterrados da África passaram a constituir a principal fonte de mão-de-obra usada nestes engenhos naquele período. Com o passar do tempo, sobretudo após o declínio dos engenhos, os escravos negros acabaram se misturando com a população ribeirinha resultante do processo de aldeamento que habitavam as margens dos rios e posteriormente com os migrantes nordestinos que vieram para trabalhar no período da borracha. Tal processo culminou na complexificação da cultura ribeirinha nestas comunidades a partir da mistura de grupos étnicos distintos. (Ferreira, 2014, p. 62).

Antes mesmo da chegada dos nordestinos, os negros africanos já faziam parte dessa organização socioespacial que foi se configurando nas ilhas de Abaetetuba. Fugindo da escravidão e exploração, os negros foram se estabelecendo em Quilombos, constituindo essencialmente como espaços de resistências. Assim, “a vinda dos escravos negros para as

ilhas de Abaetetuba não se deu apenas em função dos engenhos”, mas vale ressaltar que as comunidades quilombolas que foram se constituindo são compreendidos como “locais de refúgios de negros africanos submetidos à duras condições de trabalho em áreas próximas ao município” (Ferreira, 2014, p. 69 e 70). Na região das ilhas de Abaetetuba se constituíram 10 Territórios Quilombolas, sendo: Acaraqui, Alto Itacuruçá, Arapapu, Arapapuzinho, Baixo Itacuruçá, Bom Remédio (Açacu), Igarapé São João (Médio Itacuruçá), Jenipaúba, Tauerá-Açú e Ipanema.

Na reflexão de toda essa configuração, é reconhecido que o declínio das duas fases de ápice da borracha na Amazônia, por mais que tenha deixado um aglomerado de marginalizados, foi a oportunidade surgida para o nordestino bem como para os ribeirinhos amazônicos conseguirem desprender-se da lógica de opressão e exploração que movia a economia da borracha. Era uma oportunidade de reconstrução de suas vivências, ressaltando que para o nordestino se configurava de forma mais desafiadora, mas pode-se ser analisada como uma oportunidade que podiam ir reconstruindo aos poucos a dignidade que foi sendo tirada em decorrência de toda essa lógica de exploração que foi envolvendo a Amazônia.

Considera-se que a chegada do colonizador resultou numa apropriação da vida dos povos amazônicos - força de trabalho, tempo, sonhos e saberes - além da invasão das florestas, rios, terras e cosmovisões, e ainda, buscou tornar tudo isso em meras mercadorias, como fontes lucrativas de riquezas, porém, riquezas concentradas, e ainda esvaziadas da região. Assim, não consideramos falar apenas de riquezas econômicas, mas referimos a todas as outras: culturais, étnicas, tradicionais, entre outras, que foram brutalmente apagadas e renegadas. O genocídio e as diferentes formas de violência soterraram milhares de histórias, muitas sem chance de defesa. No entanto, a resistência foi a única forma de manter viva a história dos povos amazônicos, dando sentido às lutas e resistências que se fazem nos dias atuais.

Dessa maneira, consideramos que a identidade ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba designou de toda essa configuração histórica que permeia a região Amazônica. No entanto, é fundamental considerar que o sujeito ribeirinho da Amazônia deriva essencialmente dos indígenas que foram se constituindo às margens dos rios, estes podem ser considerados a base de toda essa formação. Com o processo da colonização, na constituição dos aldeamentos religiosos, a miscigenação entre diferentes etnias indígenas, o indígena aculturado, o colono, nordestinos e africanos, estiveram se constituindo na formação da identidade ribeirinha.

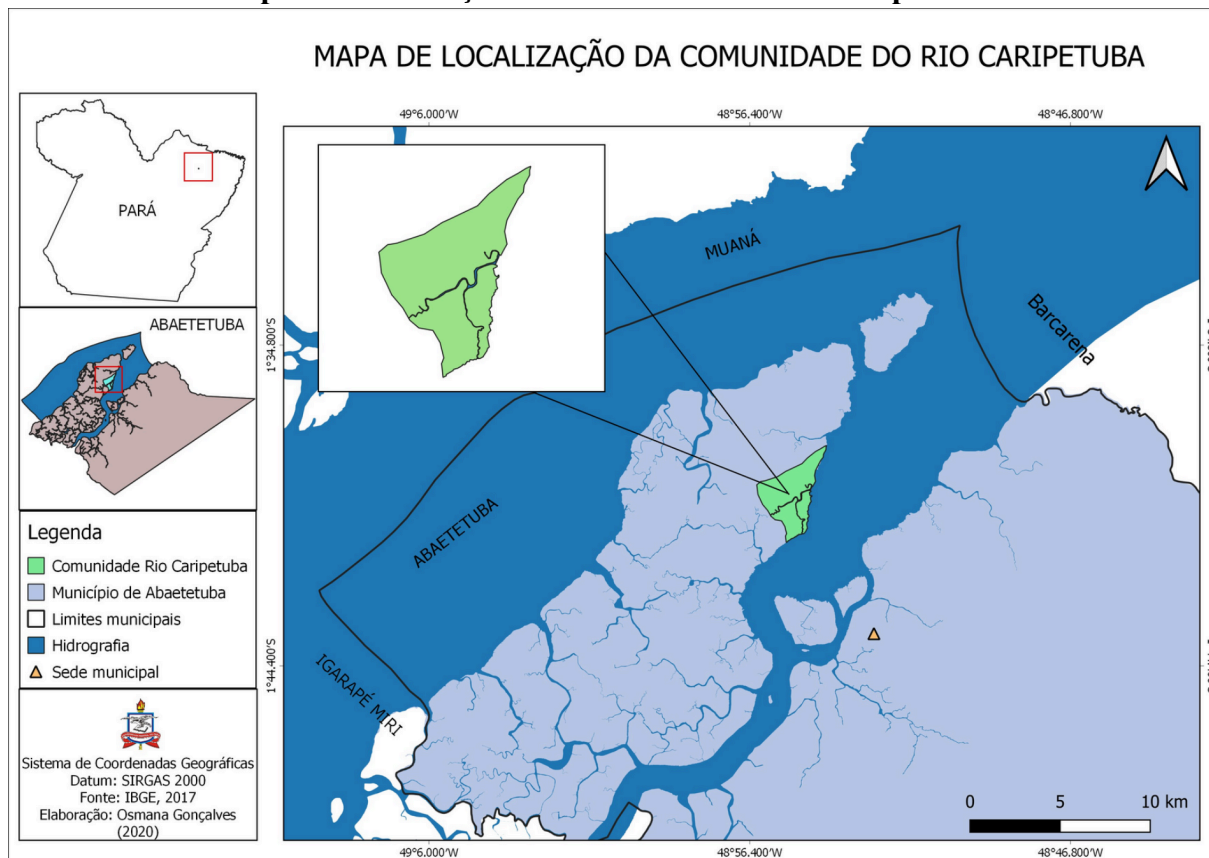
No entanto, uma questão é importante para se analisar: dos povos originários da

Amazônia a toda a configuração a partir da colonização até a formação da identidade ribeirinha, percebe-se que ainda se tem vivo nos dias atuais aspectos da cultura indígena que acompanham o ser ribeirinho/a da Amazônia. Isso só foi possível, porque todo esse processo foi permeado de muitas resistências, mesmo diante da submissão à lógica de exploração, se resistia para não perder totalmente a essência cultural e ancestral. Assim, consideramos que a resistência é uma das grandes marcas que possibilitou a formação da identidade ribeirinha da Amazônia, e claro, das/os ribeirinhas/os que constituem a organização socioespacial e socioterritorial das ilhas de Abaetetuba.

4.2 O caminho das águas na formação da comunidade do Rio Caripetuba

O território ribeirinho do Rio Caripetuba é uma das comunidades ribeirinhas que compreende a área insular do município de Abaetetuba. Possui cerca de 149 famílias que residem às margens do percurso do seu rio, igarapés e margeando na encosta da baía. Em relação à sede municipal, a comunidade encontra-se localizada à noroeste da cidade de Abaetetuba, entre as comunidades do Paramajó e Xingu.

Mapa 2 - Localização da comunidade do Rio Caripetuba



Fonte: Gonçalves; Silva (2021).

Para “navegarmos” sobre o cenário ameaçador que vem atravessando cada vez mais intensamente os territórios ribeirinhos de Abaetetuba, considerando a comunidade do Rio Caripetuba como nosso *locus* de pesquisa, a partir de suas lutas e resistências contra os grandes projetos, buscamos também compreender o caminho das águas que levaram a constituição desse território. No entanto, queremos destacar que a história oral é uma das práticas bastante desenvolvida e de grande importância para os grupos que têm seu modo de vida tradicional. Mas ressalta-se também que caso não seja documentado, parte da história ou mesmo das vivências desses povos podem sofrer o risco de serem esquecidas ao longo dos anos.

Consideramos levantar essa questão, devido que em nossa pesquisa não conseguimos encontrar informações sobre a constituição de origem do território do Rio Caripetuba. Assim, nosso propósito seria identificar os primeiros moradores da comunidade, bem como quantos anos tem de constituído o território. Porém, mesmo que não se tenha tais informações devido essa parte da história não ter sido registrada, e por compreender que são seculares, já que os entrevistados do território não têm informações de como se originou. Mas ainda assim, mantivemos contextualizar este subcapítulo por analisarmos que mesmo que se tenha perdido algumas das referências históricas desses povos, mas a memória dos saberes da relação com o território não se apagou, pois continua se mantendo até os dias atuais.

Essa é uma análise interessante para compreendermos como esses povos vêm mantendo vínculos, culturas, crenças e tradições ao longo dos anos. Mas também a perda de determinados aspectos da originalidade do território não condiz que esta história não tenha sido importante, muito pelo contrário, a história de um povo representa marca significativa de sua identidade. Isso pressupõe refletirmos a importância dos registros documentados daquilo que se tem como memória da comunidade, e que estão sendo repassados de forma geracional por meio da oralidade, a fim de não correr o risco de futuramente vir a se perder.

Assim, por meio das entrevistas realizadas com aqueles que consideramos como os doutores dos saberes territoriais, permitiu fazermos esse caminho das águas considerando que não é só o ponto de partida que traz significativas relevâncias, mas é toda trajetória que vai se constituindo, e que também descrevemos como fazendo parte da formação territorial, já que o território não é estático, mas está em constante movimento, ou seja, em constante processo de formação. Com isso, por mais que essas pessoas não tenham as informações de origem do território, mas têm uma grande riqueza, que é o acúmulo de saberes proporcionado por seus duradouros anos. Por isso que consideramos reconhecê-las como

doutoras/es dos saberes territoriais, pois esses saberes são exclusivos, não podendo ser encontrados em nenhuma outra fonte.

Nos propomos realizar entrevistas com três desses doutores de saberes territorial da comunidade do Rio Caripetuba, as quais foram: Edervirgem Brabo Gonçalves – 82 anos, Ana Maria Rodrigues Dias – 73 anos e Miguel Gonçalves Rodrigues – 84 anos. Por meio das riquezas apresentadas por estes entrevistados, nos propomos construir esse subcapítulo abordando apenas algumas delas, já que podemos considerar que foi para além de entrevistas, foram aulas de vida, de experiências, saberes acumulados, que dificilmente pode se igualar a outros tipos de conhecimentos. Portanto, as abordagens que aqui trazemos, por se tratar de um subcapítulo, “peneiramos” alguns aspectos para aqui desenvolver.

Primeiramente é importante destacar, já que esse aspecto já foi abordado em outros capítulos, de que para o ribeirinho o território só pode ser compreendido de forma multidimensional. E que todas as suas dimensões são vistas dotadas da mesma importância. Sendo assim, a dimensão econômica não pode prevalecer ou ser vista de forma isolada das outras dimensões. Por isso, deve-se reconhecer como um saber de grande relevância para manutenção da identidade ribeirinha, pois é a partir do cuidado com a natureza, que atividades seculares continuam se mantendo de forma geracional.

No âmbito da dimensão econômica, essas atividades estão relacionadas às formas de trabalhos desenvolvidas na comunidade, com destaque para o extrativismo dos frutos e sementes, pesca de peixe e camarão e produção de farinha, como sendo as atividades que mais prevalecem no território. Essas atividades são repletas de saberes, que conectam todas as dimensões do território, promovendo o equilíbrio entre elas e se mantendo ao longo da história por meio da transmissão oral e práticas desses saberes. Assim, nos dias atuais, os trabalhos realizados por estes sujeitos prevalecem numa intrínseca relação com a natureza, e por mais que algumas práticas não sejam mais realizadas nos dias atuais, porém, essa relação de conexão e ao mesmo tempo de pertencimento, foi se mantendo ao longo dos anos.

O Sr. Miguel Gonçalves Rodrigues traz destaque aos tipos de trabalhos realizados por volta dos anos de 1950, recordando os tipos de trabalhos que realizava junto com sua família.

O trabalho daquele tempo era a extração de borracha, cortação de lenha de metro para vender em Belém, roça que sempre quase todo mundo tinha roça, a pesca a gente pescava pescada, mandii pra se alimentar. A extração de sementes, como a ucuuba, azeite de andiroba. (Miguel Gonçalves Rodrigues, 84 anos, entrevista realizada em 05/09/2025).

O período citado pelo Sr. Miguel Gonçalves Rodrigues, compreendia o final do ciclo

econômico da borracha na região, não sendo mais desenvolvida nos dias atuais. Algumas dessas atividades continuam sendo praticadas no momento atual na comunidade, como a pesca do peixe e camarão, roças e produção de farinha, extração de sementes, corte de lenha, entre outros.

Figura 4 - Produtor extraindo a mandioca da terra



Fonte: Costa (2023).

Figura 5 - Mulheres preparando a massa para produção da farinha



Fonte: Costa (2023).

Era muito comum naquela época os trabalhos serem realizados de forma familiar e em mutirão. Como nos relata a Sra. Edervirgem Brabo Gonçalves: “os serviços, como pra fazer uma roça, se fazia os mutirões, daí um ajudava o outro, o pessoal todo ia trabalhar. Daí quando era a roça de outra pessoa, era a mesma coisa.” (Edervirgem Brabo Gonçalves, 82 anos, entrevista realizada em 29/05/2025). Essa prática não é mais observável nas atividades produtivas familiar, porém, ainda é comum no contexto dos trabalhos comunitários, ou seja, em ambientes que sejam de uso coletivo.

A atividade de grande destaque nos dias atuais na comunidade é com a produção do açaí, que devido seu processo natural sua extração é durante o período do verão amazônico. Portanto, compreendendo de dois períodos durante o ano, a safra e a entressafra, considerando que “a dinâmica de uso dos recursos naturais nas ilhas de Abaetetuba está fortemente condicionada à dinâmica de safras e entressafras” (Ferreira, 2014, p. 114).

Figura 6 - Ribeirinho debulhando açaí



Fonte: Gonçalves (2025).

A pesca do peixe é mais praticada durante o inverno amazônico, combinando com a entressafra do açaí. No entanto, em qualquer momento que for realizada, assim como a pesca do camarão, são atividades desenvolvidas a partir de saberes prévios da maré, do vento, da chuva, entre outros sinais da natureza observados por esses sujeitos. Conhecimento tradicional herdado pelos ribeirinhos que sabem exatamente a maré propícia para captura de peixe e camarão.

Era só na linha pra pescar. Lembro que quando surgiu a rede de lancar, papai fez maior esforço com a mamãe e compraram uma zinha, me lembro que era duas braças zinha. Hum, era uma novidade aquilo. Aí quando dava maré da praia, assim de tarde quando cai esses ventos, o camarão encostava pra beira, eles já sabiam, aí ele dizia: “- Bora dá o lanço hoje!” Aí era ele com a mamãe, a Carmosa nesse tempo que ia segurar o paneiro, iam os três. Ai rastavam a rede na praia, com maresia, no barro, quando suspendiam o camarão ficava pulando dentro. Eles tiravam da rede e botavam no paneiro, que nesse tempo chamava aricá. Ai botavam no aricá,

quando dava já a boia uns três ou quatro lanços, já dava. (Ana Maria Rodrigues Dias, 73 anos, entrevista realizada em 01/09/2025).

Na fala da Sra. Ana Maria Rodrigues Dias, reconhece-se uma riqueza de saberes, desde a leitura dos sinais da natureza, ao modo de se realizar a atividade, aos instrumentos utilizados, o trabalho desenvolvido em família, à própria sabedoria em colher apenas o necessário, não agindo pela lógica acumulativa e lucrativa do capital. Pois, para esses sujeitos, “as práticas produtivas encontram-se pautadas por uma dinâmica peculiar, e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado” (Lira; Chaves, 2016, p. 74-75).

Ferreira (2014), descreve que a atividade de captura do camarão pode ser realizada de diferentes formas por esses territórios. Porém, nos dias atuais o matapi é um dos instrumentos que prevalece na prática dessa atividade:

O camarão de água doce pode ser capturado de diversas formas, como na tapagem de pequenos igarapés, em lanços na beira de praias etc. Contudo, a técnica mais comum usada pelos ribeirinhos na captura desta espécie é a do matapi, um apetrecho de pesca confeccionado de tala de jupati (palmeira típica da região) e amarrado com cipó titica em formato arredondado contendo um “funil” em cada extremidade que funciona com uma espécie de armadilha em que o camarão entra e não consegue sair. (Ferreira, 2014, p. 124).

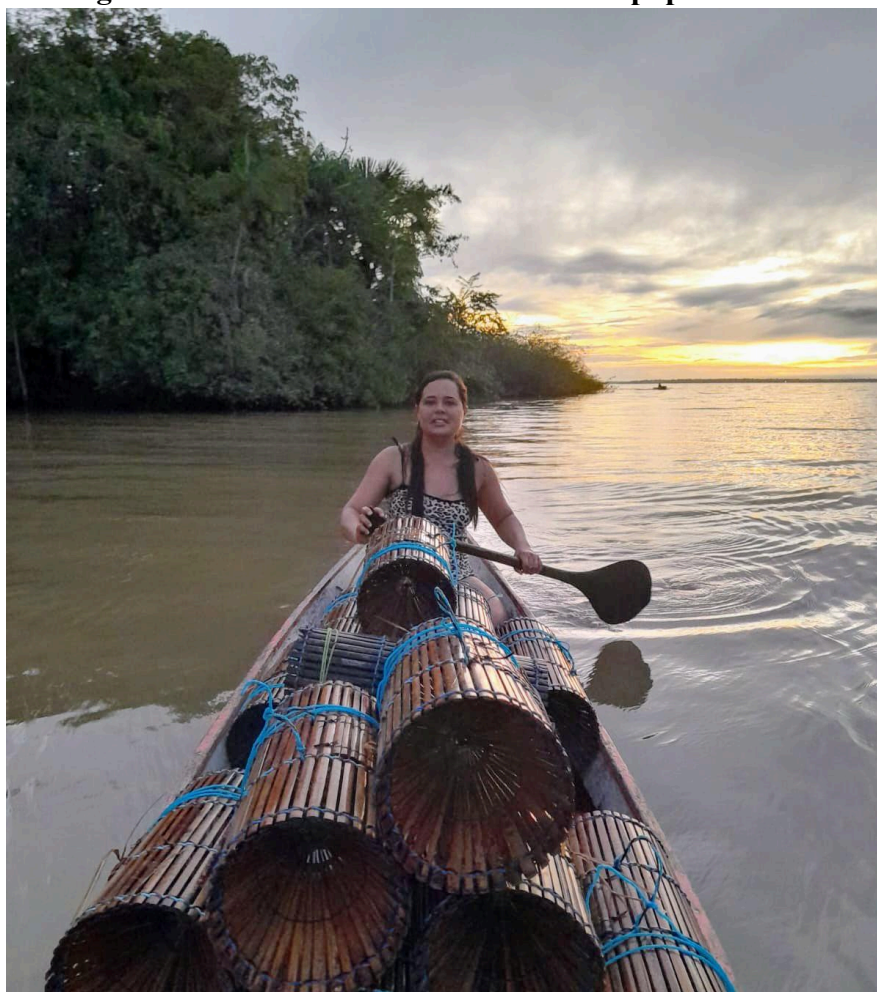
Percebe-se pela descrição que todo esse processo se dá com o uso de materiais extraídos da natureza e que são produzidos de forma artesanal pelos próprios ribeirinhos. A natureza participa de todos os processos que compreende a atividade.

Figura 7 - Ribeirinho preparando a isca no matapi



Fonte: Imagem registrada pela autora (2025).

Figura 8 - Ribeirinha recolhendo os matapi pela manhã



Fonte: Costa (2023).

Outra questão interessante a ponderar, é que todas essas práticas são saberes acumulados de forma geracional. Como descreve a entrevistada: “Eu aprendi com meus pais a fazer farinha, capinar roça, depois veio o açaí que a gente debulhava o açaí.” (Ana Maria Rodrigues Dias, 73 anos, entrevista realizada em 01/09/2025). Ou seja, um aprendizado que se dava por meio das práticas e da oralidade. Sendo assim, como descreve Castro (1998):

No campo de saberes tradicionais, ainda que não seja possível a diferentes grupos explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. (Castro, 1998, p. 6).

O conhecimento tradicional, que significa a manifestação dos saberes tradicionais, são aspectos muito significativos na vida dos ribeirinhos. E assim como descreve Castro (1998), também Lira e Chaves (2016) compreendem que os saberes tradicionais são guiados através da relação desses sujeitos com a natureza e são saberes acumulados de geração em geração. Esses povos sempre buscaram observar e interpretar os sinais da natureza, de forma

a influenciar em seus comportamentos e realização de suas atividades.

Isso é o dom que Deus dá pra gente, pra gente se guiar pelos animais, a natureza. O galo canta certo às 3 horas da madrugada. A saracura indica quando a água vai quebrar ou lançar, hoje vi uma saracura aqui no lado de casa. Quando ia pra roça olhava pro sol e já sabia que horas era, naquela época não era o sol escaldante como agora é. Era, conforme a posição do sol a gente sabia, quando era 8 horas, 9 horas, 10 horas, nessa época não tinha o relógio pra levar pra roça, então a gente sabia pelo sol. A mamãe dizia: “- Olha, bora levantar a cabeça meus filhos, que já vai dá 11 horas, pra ir ver as crianças em casa.” (Ana Maria Rodrigues Dias, 73 anos, entrevista realizada em 01/09/2025).

É uma das coisas da natureza que mais me impressiona, como é que um bicho desse saber, [risos], sabe a saracura que a água vai dá de lançante ou vai quebrar, ela dá o sinal dela. E como é que um uruá, vamos dizer, tu sabe o que é um uruá, né? Sobe num varejão da ponte e vai colocar o ovo dele aonde, sabe o quê? Aonde a água não vai penetrar. Que de lá ele já vai ninar e não vai haver problema nenhum. Então isso é da natureza, e eu me admiro muito. [...] Sabemos das marés conforme as fases da lua. Aqui nós temos a água pra nós aqui, é um calendário pra nós. Quando ela enche 8 horas do dia, já se sabe que é dia de lua. (Miguel Gonçalves Rodrigues, 84 anos, entrevista realizada em 05/09/2025).

Importante perceber, que para esses povos, esses sinais interpretados não se justificam por uma condição própria de conhecimento, mas a natureza se expressa e é preciso ter sensibilidade para interpretar seus sinais. Assim, para esses povos, sua identidade se fortalece nessa harmonia e interação, saberes que vão sendo aprendidos e acumulados ao longo da história.

Para além desses sinais em que a natureza se comunica, também foi por meio dela que nesse caminho das águas os ribeirinhos foram encontrando a cura para diferentes tipos de doenças. E como o contexto formativo das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba se deu com o processo de miscigenação, como vimos nos subcapítulos anteriores, podemos considerar que esses conhecimentos são herança dos povos indígenas que viviam nessa região. Assim, por longos anos estes povos utilizavam as plantas para produção dos remédios para cura ou prevenção de doenças, como podemos observar nas falas dos entrevistados:

A mamãe criou 10 filhos, e na época nunca fomos no médico. A mamãe sabia remédios, chá pra nós tomar e livrar da verme. Mamãe secava casca de caxinguba, cortava aqueles pedacinhos e colocava na chacoladeira, fervia, adoçava, nós bebíamos até com farinha. Nunca fomos em médico e nenhum de nós ficamos aquelas crianças barriguda. É a natureza que cura. (Miguel Gonçalves Rodrigues, 84 anos, entrevista realizada em 05/09/2025).

Quando nós sentia alguma dor de barriga a mamãe ia na caxingubeira, tirava casca de caxinguba e sempre ela tinha uns baguinhos de erva-doce e

daí ela colocava e fazia aquele chá, nós tomava e pronto. Era muito difícil quem ia na cidade consultar, mas porque a gente só comia comida saudável, né. (Ana Maria Rodrigues Dias, 73 anos, entrevista realizada em 01/09/2025).

Nos relatos, vemos como esses conhecimentos foram essenciais na vida desses povos, visto não apenas como principal, mas como única via de cura. E isso de certa forma foi contribuindo de forma significativa na relação do cuidado e manutenção de todo um aspecto natural. Reconhecendo que esse equilíbrio é de fundamental importância para manutenção da identidade.

Mas também como o processo de globalização vai chegando em todos os lugares, esses territórios também não ficam isentos, e essa influência pode ir provocando o rompimento de determinados saberes tradicionais, bem como introduzindo novos aspectos da globalização, como a entrevistada relata a própria mudança da alimentação. E a prática tradicional do uso das plantas medicinais, é um desses saberes que podemos considerar que vem se perdendo, principalmente pelos mais jovens da comunidade, se mantendo ainda com as pessoas mais idosas.

Eu tive esses conhecimentos com minha mãe, minha avó, minha gente antiga que se curavam com as plantas da natureza. Arrumavam, plantavam, todo mundo tinha seu tendal de plantas, hoje em dia já não existe mais. Hoje em dia esses novatos não acreditam na planta da natureza. E como é, que só o perfume que essas plantas têm, né? Arruda, malva-rosa, catinga da mulata, já pensou um cheiro tão lindo, o cravo. O cravo é remédio de derrame. (Ana Maria Rodrigues Dias, 73 anos, entrevista realizada em 01/09/2025).

Na entrevista, a Sra. Ana Maria Rodrigues Dias descreve que a perda desses saberes não se faz devido ao rompimento dessa oralidade transmitida de geração em geração, mas pelo acreditar na natureza. Ainda na entrevista, que não foi descrita no trecho acima, a entrevistada relatou exemplos de remédios que ela mesmo fez, utilizando as plantas, e que trouxeram resultados satisfatórios para problemas de saúde que a própria medicina não conseguiu curar.

Esses relatos não significam um desacreditar da medicina, muito pelo contrário, é um grande avanço que esses próprios povos reconhecem. Porém, há uma preocupação que esses saberes sejam ignorados, uma vez que poderiam ser combinados com os avanços que a medicina vem dando. Esse é um dos aspectos de se relacionar com o território e que é de grande importância manter-se preservado.

Uma outra preocupação que se constatou durante uma das entrevistas é em questão às mudanças climáticas, como se observa na fala da entrevistada:

A quentura mais quando? Não se percebia o sol quente, não era escaldante. Uma vez nós fomos chamar a mamãe lá na roça, que ela perdeu a hora. Foi só ela com uma irmã nossa. Chegamos lá ela tava capinando. Como a maniva tava grande e cobria mais o sol, nós fomos gritando, chegamos na beira da roça ela até se assustou (...) Mamãe é 1 hora já. E ela: “- Olha eu nem sabia, nem olhei pro sol”. Mas quando? Até 8 horas do dia nem tinha ainda mormaço. Hoje vai brotando o dia e já vem a luz do sol quente, quente, quente. (Ana Maria Rodrigues Dias, 73 anos, entrevista realizada em 01/09/2025).

Nesse relato, a entrevistada traz um ponto interessante para questionarmos os efeitos das mudanças climáticas nestes territórios, impactando diretamente suas atividades produtivas e costumeiras. Os trabalhos que antes eram realizados por esses sujeitos, hoje já podem estar comprometidos também em decorrência dos efeitos das mudanças climáticas. Então percebe-se que as mudanças climáticas vêm atingindo diretamente a vida do território, provocando mudanças até na sua forma de organização.

Somando-se a esse contexto ameaçador, tem-se também nos dias atuais a preocupação com a chegada de projetos capitalistas, como a Cargill que vem tentando se instalar próximo à comunidade. Questionados sobre o projeto, os entrevistados declaram:

Minha opinião é que não venha, porque temos nossa sobrevivência, como quando é o tempo da safra do camarão, temos graças à Deus o açaí que é uma grande fonte de sobrevivência, né, e outras coisas, né. A gente pode criar pato, uma galinha, um porco, seja lá o que for. Mas a gente tem ainda como fazer as coisas, sobreviver, graças à Deus vivemos melhor. Olha o açaí no preço que tá, né? Não só alimento como gera renda, graças à Deus. Eu sou muito contra essa empresa, minha família toda, a gente nunca tinha visto essas coisas. Vem trazer pra gente poluição e o que não presta. Já passamos até aqui sem empresa, graças à Deus. Por que a gente não continua passando até quando Deus quiser, né? (Ana Maria Rodrigues Dias, 73 anos, entrevista realizada em 01/09/2025).

Eu me senti muito triste, porque Deus nos livre de uma coisa dessa, eles virem iludir o povo, né. Eu nunca imaginava que fosse acontecer uma coisa dessa, né. Porque nós ribeirinhos, nós não merece uma coisa dessa. Do que nós vamos sobreviver se eles implantarem uma empresa dessa aí? É uma coisa que não vai ter o camarão, não vai ter o açaí, não vai ter o peixe. É muito ruim, é muito ruim mesmo. Temos que pedir pra Deus pra que isso nunca aconteça. Eu já estou nessa idade, mas tem muitos jovens, crianças, e eu penso nisso. Se Deus livre uma empresa dessa se implanta aí, do que a gente vai sobreviver, né? Porque nós ribeirinhos passamos do açaí, do camarão, do peixe, da farinha, e aí, do que a gente vai passar? Na cidade eu já fico enascada dois, no máximo três dias, isso quando a saudade aperta dos meus filhos. Gosto muito, gosto muito daqui do sítio, porque é uma maravilha a gente morar nas ilhas, ser ribeirinho. (Edervirgem Brabo Gonçalves, 82 anos, entrevista realizada em 29/05/2025).

O que eu acho é que nós devemos reagir porque isso aí com certeza não vem pro nosso bem, vem pro nosso mal, vem pra nos prejudicar. Porque mal ou bem a gente tá sobrevivendo tranquilo, e se vim por exemplo uma

empresa dessa, ela vai nos tirar o sossego, tá sujeito a gente nem ficar por aqui, ter que ir procurar outro rumo. Eu tenho fé em Deus que só vou me mudar só de uma vez [risos], só quando partir para descansar, mas por enquanto não, o meu lugar é aqui, sem dúvidas nenhuma. [...] O que eu acho que na cidade como me contam não é uma coisa legal, porque por exemplo se eu tô morando aqui e tem um vizinho, esse vizinho nem se conhece bem, um vizinho não conhece bem o outro, quanto mais para servir numa hora que é preciso. Aqui não, a gente ainda tem esse detalhe, se adocece uma pessoa a gente se preocupa, dizem olha o fulano tá doente, se der para ajudar a gente já ajuda, mas lá [cidade] não, lá é diferente. (Miguel Gonçalves Rodrigues, 84 anos, entrevista realizada em 05/09/2025).

Nas falas, percebe-se uma opinião unânime contra o projeto portuário da Cargill. Nossos doutores dos saberes descrevem uma preocupação com as consequências que o projeto tende a trazer para o território e assim vindo a gerar grandes transformações de seus modos de vida. Há uma consciência de que o projeto da Cargill não contempla o projeto territorial da comunidade. E ainda, o amor pelo território, em que estes sujeitos se sentem parte e que não se veem distante dele. Para Cruz (2007):

É o sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Não é algo natural ou essencial, é uma construção *histórica, relacional/contrastiva e estratégica /posicional*. (Cruz, 2007).

Essa análise também se faz compreendendo que o território é configurado de valores, que os lugares urbanizados geralmente tendem a ignorar. Compreendemos pelos valores de partilha, solidariedade, amizade, do cuidado, importar-se com o outro e suas necessidades, enfim, valores que ainda se mantêm preservados no território. Enquanto que o capitalismo promove a disputa, competição, individualismo, indiferença, entre outras práticas que se opõem a este caminho das águas em que o território ribeirinho do Rio Caripetuba vem ao longo dos anos se mantendo.

Assim, podemos dizer que se manteve historicamente uma forma de se relacionar com o território, mantendo e preservando suas culturas, tradições, formas sustentáveis de produzir alimento, simbolizando a própria sabedoria territorial. E isso só é possível compreendendo o território de forma multidimensional. Mesmo que se tenha perdido algumas das referências históricas (referência da memória), pois não se sabe como se constituiu a comunidade, mas sempre soube como se manter a comunidade e o território em pé. Dessa maneira, pode-se até esquecer a história, mas nunca se deixou esquecer a forma de se relacionar com o território.

5 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A LUTA POR DIREITOS DOS RIBEIRINHOS DE ABAETETUBA

Como vimos no capítulo anterior, a própria constituição da identidade ribeirinha já representa um processo permeado de resistências. Pode-se considerar, que a resistência foi determinante para que o sujeito ribeirinho amazônico fosse se constituindo em sua identidade, dentro do contexto histórico das lutas que vinham sendo travadas pelos povos originários desde a chegada do colonizador na Amazônia. A gênese ribeirinha deriva de um cenário marcado de disputas, violências e resistências, e continua se recriando no linear das temporalidades, cujas ameaças vem se estendendo, e ao mesmo tempo a resistência se constituindo como condição imprescindível do ser e existir destes sujeitos face à toda lógica que move o sistema capitalista. O resistir continua sendo fundamental e determinante para a existência desses povos.

A resistência desses povos tem se constituído não apenas como ação para o existir, mas também pelas condições fundamentais que permeiam a existência e que fortalecem a sua identidade. As lutas que acompanham a configuração histórica da existência ribeirinha é também a luta por direitos, primeiramente a luta pelo direito de existir e continuar se afirmando pela sua identidade. Segundo que, para assegurar essa existência é primordial que outros direitos fundamentais à existência humana também sejam respeitados. E quando se fala em direitos no contexto dos povos que historicamente sofrem essa negação e violação, compreende-se que nenhum direito é concedido espontaneamente, mas cada um deles é fruto das incansáveis lutas que vêm sendo travadas ao longo da história.

Nos diferentes períodos da história, alguns deles destacados no capítulo anterior, as lutas foram essenciais para determinar os rumos e as condições de existências do ser ribeirinho da Amazônia. Essas lutas continuam a descrever os passos diante dos desafios atuais, sendo viés para construção dos capítulos que seguirão nas lutas desses povos. Apesar de algumas lutas se destacarem no contexto histórico, podemos considerá-las como resultantes para lutas diárias. Ou seja, se nos dias atuais os povos tradicionais resistem em seus territórios, se faz memorável que no passado também seus antepassados resistiram.

Assim, podemos considerar que as lutas se fazem também nesse sucessivo de ações, que são condições que vão se configurando e determinando uma reação a toda uma lógica desfavorável, que insiste em gerar marginalização e opressão. E mesmo as lutas que buscam antecipar determinadas consequências, não devem ser vistas de forma isolada, mas também conectadas por um contexto histórico, que se alinham a outras lutas diante de uma

combinação de fatos.

Ao destacar o município de Abaetetuba, do qual esta pesquisa tem como foco de análise a partir de uma comunidade ribeirinha, torna-se relevante compreender que está se contextualizando um chão de resistências. Assim, desde seu contexto histórico, vem sendo um território onde tem participado e também sido protagonista de muitas lutas e resistências. Essa é uma das marcas que tem se destacado na organização sócio política destes sujeitos, quando constroem as lutas pelas conquistas e defesa de seus direitos.

5.1 Contextualizando o conceito de movimento socioterritorial

O conceito de movimento socioterritorial encontra-se fundamentado com base numa perspectiva de análise geográfica. De acordo com Pedon (2009) e Silva; Sobreiro Filho e Fernandes (2021), os precursores do conceito foram os geógrafos Fernandes (1996, 1999, 2000) e Martin (1997, 1998), que traçando um acúmulo de debates sobre movimentos sociais, buscaram analisá-los a partir da ciência geográfica. Trata-se de compreender os movimentos sociais a partir de duas categorias geográficas essenciais aos quais estes movimentos acontecem e pelas quais significam os motivos de existência dos movimentos, sendo elas o espaço e o território.

Nessa abordagem, há que se fundamentar que “os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial não nascem da vontade própria, mas do juízo e das demandas da própria Geografia” (Sobreiro Filho, 2013, 34), nascem das lutas pelos espaços e das disputas pelos territórios (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Foi analisando os propósitos das lutas dos movimentos sociais, como por exemplo o acompanhamento de Fernandes junto ao Movimento dos Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra – MST, que então foi surgindo a formulação destes conceitos. E que inclusive, Fernandes (2000) menciona a professora Maria Encarnação Beltrão Spósito, como também contribuidora do termo movimento socioterritorial, quando a mesma esteve sugerindo durante um debate na Unesp. Considera-se então, como uma necessidade de analisar tais conceitos com base nas relações que se configuram no espaço e nos territórios.

E como descreve Sobreiro Filho (2020, p. 146), “podemos dizer que no mesmo momento em que os movimentos sociais nasceram para a Geografia, a Geografia também nasceu enquanto ciência para os movimentos sociais e foi posta em constante movimento”. Visto que a geografia tem o caráter de desenvolver uma profunda análise acerca das relações e contradições que se configuram no espaço, possibilitando assim a análise crítica das

relações capitalistas que tendem a promover os conflitos, mediante as reações das classes subalternas, possibilitando estes sujeitos se organizarem enquanto movimentos de lutas e resistências.

Isso não significa uma negação do conceito de movimento social, porém, permite analisar os movimentos não apenas numa perspectiva sociológica, mas considerando o contexto em que estes movimentos estão inseridos e movidos pelas lutas às quais se constituem, com base na ciência geográfica. Sendo assim, “não existe ‘um’ e ‘outro’”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica” (Fernandes, 2005, p. 31). Ou seja, o espaço e território, como categorias geográficas, são essenciais para caracterizar os tipos de movimentos sociais, podendo ser um movimento socioterritorial e/ou socioespacial.

De certa forma, vale também ressaltar, que abordando os movimentos sociais por meio da análise geográfica, não condiz desconsiderar o conceito de movimento social, ou mesmo tratá-lo como inferior a estas novas denominações. Afinal, ao se referir como movimento socioterritorial, ou mesmo como movimento socioespacial, está se referindo à análise dos movimentos sociais, o que diferencia é a ciência com a qual está se analisando, uma numa perspectiva da sociologia e outra da geografia. Contudo, movimentos socioterritoriais e socioespaciais devem ser compreendidos como construção dos movimentos sociais.

Considera-se, portanto, que todo movimento socioterritorial é também um movimento socioespacial, pois como essas categorias se constituem, o espaço precede o território, ou seja, todo território, de certa forma, encontra-se inserido no espaço geográfico. Porém, essa análise não pode ser interpretada ao considerarmos os movimentos socioespaciais, pois nem todo movimento socioespacial pode ser considerado socioterritorial, visto seu propósito de luta. O que define a denominação do movimento social, deve ser o trunfo, ou seja, o referencial ao qual dimensiona seu propósito de luta, que pode ser o espaço ou o território (Fernandes, 2000). Assim, para caracterizar o tipo de movimento a partir de uma leitura geográfica, é necessário levar em consideração as categorias geográficas, espaço e território.

No entanto, é importante também considerar que “o conceito de movimentos socioespaciais e o conceito de movimentos socioterritoriais coexistem, o que não quer dizer que eles sejam necessariamente sinônimos” (Silva; Sobreiro Filho; Fernandes, 2021, p. 30). Cabe a análise em que os territórios estão inseridos no contexto de uma perspectiva espacial,

sendo assim, os movimentos socioterritoriais de certa forma tendem a serem considerados também como movimentos socioespaciais. Dessa maneira, “o movimento social e o sócio-espacial e/ou sócio-territorial são, necessariamente, a mesma manifestação vista por variados aspectos” (Neves, 2004, p. 39).

Ressalta-se que a discussão que trazemos nesta pesquisa, parti da ênfase de contextualização da abordagem de movimento socioterritorial. É a partir da contextualização do conceito, que iremos traçar uma perspectiva de compreensão de um movimento socioterritorial ribeirinho. Com isso, abordando o conceito de movimento socioterritorial, utilizaremos como principais linhagens conceituais teóricas (Cardona e Sobreiro Filho, 2016; Fernandes, 1999, 2000, 2005; Fernandes e Sobreiro Filho, 2023; Pedon, 2009, 2013; Sobreiro Filho, 2013; Silva, Sobreiro Filho e Fernandes, 2021).

Para considerar um movimento como sendo socioterritorial, primeiramente precisa levantar a compreensão de que este tem como principal trunfo o território. O território é a base de existência e ao mesmo tempo o principal motivo para que os sujeitos se organizem enquanto um movimento socioterritorial. Pois é a luta pelo território e pelos direitos territoriais que cria a identidade do movimento e o coloca em movimento. Podemos considerar que assim como os movimentos socioterritoriais têm o território como seu objetivo de luta e defesa, este possibilita a existência destes movimentos, e é por meio dos conflitos que os movimentos socioterritoriais vão sendo criados e ganham expressividade. Dessa maneira:

A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade. (Fernandes, 2005, p. 30).

É nesse contexto, pela busca da autonomia em meio as conflitualidades que vão se configurando nos territórios, face às condições de desterritorialização e reterritorialização em que os sujeitos são submetidos, que os movimentos socioterritoriais vão surgindo e se desenvolvendo. Pode-se considerar, como sendo em meio às contradições, que os movimentos socioterritoriais adquirem sua força de existência, principalmente a partir dos espaços de desigualdades e de exclusão, possibilitando a formação de movimentos críticos ao capitalismo (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Porém, não basta apenas a conquista do

território, é necessário que os direitos territoriais sejam garantidos e respeitados. Por meio desta análise, compreende-se que os movimentos socioterritoriais têm como propósito o processo de territorialização, do existir e se constituir no território.

Para Silva; Sobreiro Filho e Fernandes (2021, p. 18), os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se constituem como “vanguarda na resistência e confronto, como o que há de mais moderno na defesa de pautas de natureza civilizatória e contestação do poder hegemônico destruidor da riqueza humana e natural”. Os movimentos socioterritoriais são a força e resistência em meio ao caos implantado pela lógica capitalista. Na medida que o capital avança sobre os territórios, os movimentos socioterritoriais se constituem, vão se espacializando e se constituindo como a força essencial contra o capital, e se tornando principais barreiras para o avanço da lógica destruidora do capital.

Sendo assim, tem-se a disputa “de um lado pela existência/resistência/autonomia e de outro o avanço do capital globalizante” (Cardona; Sobreiro Filho, 2016, p. 163). E diante deste cenário, não há outra possibilidade encontrada pelos povos subalternos a essa lógica, que não seja a resistência. Dessa maneira, Cardona e Sobreiro Filho (2016) ainda enfatizam, considerando que:

Uma das principais apostas contra o capital, por parte das classes populares, são as apostas pela reconfiguração e disputa do território, o qual é assumido pelos movimentos populares em suas lutas, pela defesa de seu modo de vida, de suas identidades e sentimentos, da vontade de defender o que os constituem e lhes garantem sua reprodução no território como abrigo. (Cardona; Sobreiro Filho, 2016).

Assim, Pedon (2009, p. 174) enfatiza que “todo movimento socioterritorial é ao mesmo tempo um movimento pela autodefinição”. É a partir do território que os povos se autodefinem em suas identidades, e num mesmo sentido dão significância ao território, considerando-se que “os movimentos socioterritoriais desenvolvem suas identidades na produção do território” (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2021, p. 32). Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais tendem a assumir um papel fundamental e de grande importância, podendo inclusive definir o futuro do território, mediante sua postura de rebeldia e incomodação diante das questões que perpassam pelas diferentes formas de ameaças que envolvem os territórios.

Pedon (2009, p. 191) contextualiza, que “os movimentos socioterritoriais são organizações que surgem em momentos de inquietação social”. Numa abordagem semelhante, Fernandes e Sobreiro Filho (2023) definem que estes movimentos são criados a partir dos espaços de desigualdades e exclusão, formando movimentos críticos ao

capitalismo. Nesse contexto, seu propósito está em provocar mudanças mediante uma configuração estrutural que demanda a exclusão e o caos, a fim de promover territórios de autonomia e liberdade.

Assim, os movimentos socioterritoriais nascem das contradições do capital, da negação dos territórios plurais e diversos e das constantes formas de destruição a que estes são submetidos diariamente. Estes movimentos nascem dos conflitos e como forma de resistências em que os povos encontram na luta a defesa de seus territórios, configurando “pela defesa de seu modo de vida, de suas identidades e sentimentos, da vontade de defender o que os constituem e lhes garantem sua reprodução no território como abrigo” (Cardona; Sobreiro Filho, 2016, p. 161). Com isso, organizam-se como forma de ação e atuação política, na busca de autonomia e dos direitos territoriais.

Diante desse contexto, Fernandes (2005) compreende que a maioria dos movimentos socioterritoriais se constituem mediante processos de territorialização e desterritorialização, considerando que a constituição de um território significa quase sempre a destruição de outro território. No processo de avanço do capital, consideravelmente implicará na destruição de territórios tradicionais. É diante destas formas de violências que os movimentos socioterritoriais geralmente são criados, e tendem a construir ações e se espacializarem, começando por ações localizadas e podendo incidir em diferentes escalas.

Como Pedon (2009) define, as ações dos movimentos socioterritoriais não se restringem apenas a uma escala de origem, ou seja, a uma escala local, sua atuação é mediada pelo alcance das lutas e dos objetivos com os quais se pretende alcançar com o movimento. As ações dos movimentos socioterritoriais se definem na busca da “conquista, manutenção, defesa e desenvolvimento de determinado território” (Sobreiro Filho, 2013, p. 45). Assim, todo movimento socioterritorial é movido pelo seu principal ideal - o território. Dessa maneira, “o território se torna um elemento vital para os movimentos que lutam rumo a um processo emancipatório” (Cardona; Sobreiro Filho, 2016, p. 165), pois sua principal atuação se dá pela disputa dos territórios.

Reafirma-se então, que a constituição de um movimento socioterritorial congrega aspectos que vão desde a defesa de um território ameaçado pela lógica capitalista, ou mesmo formas de lutas pela conquista do território, e tudo isso se definindo por um caráter identitário. O movimento se constitui porque há necessidade de lutar e resistir, porque a força motora do capital, que aliena, destrói e mata, se fortalece por meio da destruição dos territórios de vidas. O risco de perder a própria identidade é avassalador para os povos tradicionais, por isso, a organização em movimentos socioterritoriais torna-se fundamental

para a garantia da luta pela existência.

Mediante essas condições, buscamos ir compreendendo a configuração de um movimento socioterritorial ribeirinho. Embora o conceito de movimento socioterritorial tenha se traçado como primeiros debates a partir de Fernandes (1999), compreendendo a partir do contexto da luta pela terra e suas políticas para existência no território, tendo como gênese o debate a partir do MST. No entanto, o conceito foi ganhando espacialidades e expressões, sendo possível, por meio dele, construir o debate sobre diferentes segmentos de movimentos que lutam pelo território. É nessa condição, que os movimentos das águas, que têm o território como sua essência, são também considerados como movimentos socioterritoriais.

Assim, quando analisamos que essa condição se faz mediada pelo território, compreende-se que este não se restringe a terra, mas engloba todos os aspectos materiais e imateriais que o constitui. E quando se analisa a organização de um movimento ribeirinho que se faz no propósito da luta pelo território, estes sujeitos estão lutando pelo seu universo de existência, que muitas das vezes pode-se tornar complexo e incompreendido. Pois, se tem uma relação de dependência com as águas, o que leva até mesmo se considerarem vivendo num “mundo das águas” - expressão que tem-se observado na fala de ribeirinhas e ribeirinhos que vivem na Amazônia, demonstrando essa estreita relação de dependência com os rios.

Um movimento socioterritorial ribeirinho se constitui baseado nessa lógica de materialidade que compreende para além da terra, mas também os rios como um dos elementos fundamentais de suas lutas, envoltos de toda carga imaterial que os envolve. E essa tem sido uma necessidade destes sujeitos que vivem nesse contexto dos rios da Amazônia, que vem sofrendo intensas ameaças provocadas pelo avanço do capital nestas realidades, como por exemplo pela consolidação dos grandes projetos capitalistas, inclusive os que buscam transformar a verdadeira significância que os rios representam para os ribeirinhos, desde a sua materialidade às simbologias que representam.

Além de que é importante analisar que as águas são fluídas, que dispersam e têm a capacidade de transportar por longos caminhos os efeitos gerados por esses projetos. Assim, quando se trata de movimentos socioterritoriais ribeirinhos, é primordial analisar a importância da conexão das lutas, que assim como as águas se convergem, também os movimentos ribeirinhos tendem a se convergirem na luta por um bem comum, que é a água. Compreende-se dentro de um contexto territorial, e que ultrapassa os próprios limites de um território, visto sua dinâmica de fluidez.

Considera-se assim, que os movimentos apresentam possibilidades de articulações entre si e em diferentes escalas. Os movimentos “tecem articulações, solidariedades entre os diversos setores dos movimentos populares de diversas índoles” (Cardona; Sobreiro Filho, 2016, p. 161). Essa conexão é essencial para a construção e organização dos movimentos, bem como possibilita melhor alcance dos seus objetivos.

Os movimentos se articulam a fim de atingirem tais objetivos em comum ou mesmo específico de um movimento, se fazendo por meio da solidariedade que existe entre eles, numa mesma sintonia em que tendem também a construir trocas de experiências através das articulações que se tecem. Os movimentos não caminham isoladamente, mas em comunhão e convergência é que são construídos, e na definição dos movimentos socioterritoriais ribeirinhos, essa é uma condição de importante relevância.

É importante considerar que a vida do ribeirinho dificilmente encontra-se limitada por um rio, estes sujeitos também criam relações e configurações que estão para além do lugar em que vivem, porém, sempre considerando que as realidades são diversas. Por exemplo, é de certa forma comum se ter uma relação estabelecida entre os territórios. Essa dinâmica se faz por meio das relações de convivência, escoamento da produção e ou mesmo necessidade de deslocamento, comercialização da produção e até mesmo os próprios meios das condições de trabalho, geração de renda e realização de atividades voltadas no âmbito da soberania alimentar. Como podemos considerar analisando os territórios pesqueiros, que nem sempre estão localizados tão próximos de onde vive o ribeirinho, precisando muitas das vezes se deslocarem para outras áreas para pescar. E essa é uma atividade que faz parte do dia-a-dia da vida ribeirinha.

Isso nos faz compreender que a perspectiva de luta do ribeirinho na defesa do seu território, muitas das vezes pode extrapolar os limites territoriais. Pois, além do território onde vive, o ribeirinho também pode depender de outras áreas que podem parecer sem funcionalidades para quem tem um olhar externo, mas que podem está estreitamente vinculado por meio de alguma dependência a estes sujeitos, como acima cita-se como exemplo os territórios pesqueiros. E essas áreas não são vistas de forma particular, mas de uso comum, onde um coletivo de pessoas pode usufruírem de seus benefícios e funcionalidades, numa interação harmônica e responsável, considerando a dependência do coletivo com o que a natureza oferece.

Assim, quando os ribeirinhos lutam pela garantia de seu território, levam em consideração todas essas condições, considerando a dualidade rio-terra como sendo essenciais em suas pautas de lutas. E para além de sua referência de morada, mas

compreendendo em todo seu contexto de existência territorial, com os quais estabelecem vínculos e necessidades. Os movimentos socioterritoriais ribeirinhos devem ser analisados com base em suas particularidades, porém, uma condição os define: a luta pelo território precisa ser vista de forma integral. E essa condição também se estabelece com os demais movimentos socioterritoriais, pois, o território não deve ser multifacetado.

A dependência que os povos tradicionais têm com o território se faz por meio da integração de todas suas dimensões, ao mesmo tempo que necessitam do território, também se sentem parte integrante, também se reconhecem como território. Considerando que “os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento” (Fernandes, 2005, p. 28). Assim, a condição de existência no território também se faz sendo território. Sendo que a organização enquanto movimento socioterritorial ribeirinho se constitui a partir da perspectiva de pertencer, sentir parte e considerando como sendo extensão do território de existência.

E esse torna-se um grande propósito de luta dos movimentos socioterritoriais ribeirinhos, que não se vêem apenas como parte integrante, mas se constituem na própria dimensão territorial. Por isso, lutar e resistir com o território e sendo território expressa-se no desenvolvimento de suas territorialidades, e se faz marcado em sua compreensão identitária, de pertencimento e do reconhecimento enquanto coletivo que luta por uma pauta comum, que é a luta pela existência no território, e que se configuram nos diferentes contextos da história, como fazendo parte da identidade ribeirinha.

5.2 Principais lutas históricas e conquistas dos povos das águas

Diante de toda configuração histórica que levaram a própria constituição da formação identitária do ser ribeirinho em Abaetetuba, e considerando também as negações e violações de direitos que povos tradicionais da Amazônia vem vivendo ao longo da história, reconhece-se que as vidas desses povos sempre estiveram entrelaçadas por intensas lutas. Essa é uma marca histórica que nos faz perceber que esses povos já carregam dentro de si a necessidade de lutar e resistir diante das ameaças e tantas violações de direitos socioterritoriais.

No âmbito das lutas dos ribeirinhos de Abaetetuba, compreende-se que estas foram fundamentais desde sua formação identitária, dando continuidade e sendo de relevante importância para posteriores conquistas. Nesse intuito, há toda uma necessidade de

organização política que levaram esses sujeitos a se constituírem por meio de movimentos ou em movimentos, no propósito de reivindicação de políticas que pudessem atender suas necessidades básicas.

Como descreve Silva (2022, p. 33), “os movimentos sociais nas ilhas de Abaetetuba surgiram a partir das negações e omissões das políticas públicas, para atender as necessidades mínimas de uma população sempre invisibilizada, os ribeirinhos”. Com os movimentos que nascem na década de 1980, as reivindicações estavam pautadas essencialmente pelo direito à saúde e educação, além de existirem outras prioridades, mas foram incorporadas posteriormente, tanto na pauta dos movimentos já existentes como também culminando no surgimento de novos movimentos.

Podemos considerar que toda luta nasce diante de um descontentamento, ou melhor, diante das necessidades que levam os sujeitos a protagonizarem formas de reivindicação para conquistas de seus direitos. Ou seja, a necessidade é uma das condições que despertam a luta num processo de almejar um objetivo, de buscar mudanças e ideais. Ao mesmo tempo, consideramos que as lutas são reflexos das contradições existenciais que permeiam a sociedade, que são históricas, e que continuam avançando nos tempos atuais.

Neste subcapítulo, buscamos considerar a trajetória histórica das lutas de alguns movimentos em Abaetetuba, considerando suas lutas e conquistas, de fundamental importância para os ribeirinhos. Resgatar toda essa trajetória de lutas, nos reforça o fundamental papel desempenhado por estes sujeitos, que encontram nas lutas a única possibilidade de conquista e garantia de seus direitos. Assim como podemos perceber como toda essa configuração significa também o embalar e a significância de continuar lutando nos dias atuais.

Um dos primeiros movimentos a se constituir no município de Abaetetuba, com atuação junto às comunidades tradicionais, foi o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), fundado em 30 de julho de 1972. Em entrevista realizada com Sr. Elias Kempner (Presidente do STTRA), relata:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba foi fundado em 1972, um dos períodos mais brabos da ditadura militar, período que estava no auge a Guerrilha do Araguaia. O governo militar, então criou vários sindicatos nessa época, não com o objetivo de incentivar, organizar a luta dos trabalhadores, mas sim pra ser um instrumento na mão do governo militares para denunciar qualquer tipo de movimentos de trabalhadores, no sentido de apoiar a guerrilha ou de se envolver em movimentos que consideravam proscritos, ou enfim, que consideravam irregulares, contra a ditadura. Então foi essa a motivação da criação do sindicato nessa época. Nós começamos o nosso movimento no final da década de 70 e início da década de 80, pra ganhar a direção do sindicato, e conseguimos ganhar a

direção em 1985. Então que o sindicato passou realmente a organizar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município. (Elias Kempner, Presidente do STTRA, entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2025).

Importante considerar que apesar do STTRA ter sido criado com a finalidade de atender a um interesse político ditatorial, que retirava e negava os direitos dos trabalhadores, como relatado pelo Sr. Elias Kempner, foi por meio da luta que os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Abaetetuba conquistaram o movimento. Consequentemente, o movimento foi travando lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do município, como destaca o Sr. Elias Kempner:

Uma das bandeiras de lutas nossa era a reforma agrária, era a regularização fundiária, era a questão da comercialização da produção, a luta pelo crédito, por assistência técnica. E isso tanto para o povo ribeirinho como para população de terra firme. O sindicato, a partir dessa época se organizou nas delegacias sindicais dentro das comunidades tanto das ilhas como da área de terra firme para poder está organizando, né, os trabalhadores em função dessas lutas. E então desde essa época, a gente vem trabalhando nesse sentido. E então, somente em 2003, 2004 e 2005 em diante que a gente conseguiu na verdade, essa vitória, né, da criação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, onde antes as pessoas que eram donas dos engenhos, que ganharam muito, enriqueceram à custa da cana-de-açúcar, e que se diziam donas de grandes extensões de áreas e que a gente entendia que não, que a terra era de quem trabalhava nela. Então essa foi uma das bandeiras de lutas nossa, que acabou acontecendo, essa parte, né, que foi uma conquista a questão da luta pela reforma agrária, e a regularização, o reconhecimento de que a terra era da população, né, que viviam e que vive ali. Então a gente vem atuando, vem avançando nesse sentido de conquistar as políticas públicas, a questão das habitações, a questão do crédito, assistência técnica, e outras políticas públicas que a gente vem trabalhando para conseguir. Não só o Sindicato, mas em parceria com outros movimentos. E a questão da educação que sempre foi uma de nossas pautas, entre outras também, que a gente vem avançando ao longo do tempo. (Elias Kempner, Presidente do STTRA, entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2025).

Na fala do Sr. Elias Kempner, constata-se que a luta pela terra também esteve firmada como uma das bandeiras de lutas do movimento, seguida das reivindicações por políticas públicas que pudesse assegurar dignidade e garantias de permanência e desenvolvimento nos territórios. Assim como reconhece que tampouco um movimento avança sozinho, mas é imprescindível as articulações e parcerias com outros movimentos que buscam objetivos comuns. Dessa maneira, as lutas e conquistas que marcam a história desses povos, em muitos momentos foram pautas assumidas de forma coletiva pelos movimentos locais.

Na entrevista, Sr. Elias Kempner também destaca a participação do Sindicato na luta contra os grandes projetos na região, considerando de relevância defender os territórios de

empresas que buscam se apropriar dos territórios tradicionais, gerando ameaças num contexto geral no município. Assim, declara que o Sindicato vem se opondo à toda essa lógica, como o posicionamento contra o projeto portuário da Cargill.

Considera que como um dos desafios que percebeu, é que “desde quando começou a surgir a questão da ideia, da proposta de construção do terminal de uso privativo da Cargill, a primeira coisa foi a cooptação de nossas lideranças, de parte delas para apoiar a questão da implantação do projeto”. Esse foi um dos grandes desafios que destacou no âmbito dessa luta, pois considera que o projeto da Cargill trouxe “a divisão, a desagregação e a divulgação de notícias falsas, né, de que o projeto iria trazer desenvolvimento para o nosso município”. (Elias Kempner, Presidente do STTRA, entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2025). Assim, o STTRA passou a reconhecer a luta pela defesa do território como uma pauta necessária de discussão e participação.

Essa é uma atuação interessante dos movimentos, que não se limitam às pautas que foram responsáveis por sua criação, pois a atuação dos movimentos vai para além de suas pautas, e sim, tem como foco os sujeitos participantes das ações. Por isso, quando demandas vão surgindo, como o contexto da intensificação das ameaças territoriais por grandes projetos, os movimentos necessitam reconhecer como uma pauta que precisa ser acolhida e fazer parte de suas lutas, e não se ausentar, como se não fizesse parte do compromisso que atua o movimento. Assim descreve Silva (2022):

Em função do repertório de lutas no passado, os ribeirinhos foram reconfigurando estratégias e ampliando suas demandas, como a construção de escolas e postos de saúde. Neste momento, a luta se direciona no sentido de afirmação de identidade como povos tradicionais, engajados na defesa de seus territórios, sob ameaça de construção de um grande empreendimento de infraestrutura portuária da multinacional Cargill Agrícola S.A. (Silva, 2022, p. 33).

Na década de 80, um outro movimento é constituído no município, com a perspectiva de atuação junto às comunidades tradicionais das ilhas de Abaetetuba, que foi a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA). A AMIA foi um desses primeiros movimentos que nasceu nesse contexto das lutas pelos direitos dos ribeirinhos de Abaetetuba. Assim, em 15 de julho de 1986, a Associação nasce com o objetivo de lutar por políticas públicas, como saúde, educação, segurança, entre outras formas de se combater a miséria provocada pela ausência de políticas públicas.

Importante também a se destacar, que a constituição da associação foi uma iniciativa da Igreja Católica local, ou seja, da Paróquia das Ilhas, que na atuação junto às Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) e na época tinha como pároco Pe. José Borghesi,

já vinha realizando um trabalho pautado numa fé interligada ao social. Como descreve Silva (2022, p. 33) “os Movimentos sociais em Abaetetuba surgiram deste processo, da associação com os segmentos das Comunidades Eclesiais de Base, formadas por diversas categorias sociais, como pescadores, lavradores e extrativistas”. Assim, reconhecendo a necessidade de se criar uma associação que pudesse atuar mais diretamente à essas causas, buscando melhorias para o povo ribeirinho das ilhas de Abaetetuba.

A Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba foi criada justamente por uma necessidade de uma entidade que representasse a nossa população da região das ilhas de Abaetetuba de uma forma juridicamente reconhecida, né, nós não tínhamos. Nós tínhamos as Comunidades Eclesiais de Base, mas nós não tínhamos uma entidade juridicamente reconhecida, que pudesse representar os moradores das ilhas de Abaetetuba. E dada as necessidades, né, de uma organização legalmente constituída, até para questionar, encaminhar projetos, então se criou a Associação de Moradores no dia 15 de julho de 1986. Foi por conta dessa necessidade, de uma entidade legalmente constituída para representar a população. E aí, assim, houve uma assembleia das comunidades, que foi no Campompema, que aconteceu essa assembleia de constituição da entidade. Aí se tem a ata de fundação, com a data do dia 15 de julho de 1986, onde as comunidades vieram, justamente para tratar da criação da entidade, por essa necessidade de uma representação que representasse juridicamente a população das ilhas de Abaetetuba.

A AMIA, desde quando ela surgiu, sempre teve como foco a defesa dos moradores da região das ilhas de Abaetetuba. E o lema dela sempre foi a defesa da vida, em todos os sentidos, então, levando em consideração a questão da realidade do povo das ilhas, né. A ausência de saúde, de educação, de segurança pública, então ela veio se constituir justamente por essas necessidades. E a atuação dela sempre foi pautada nas necessidades dos moradores da região. (Jucirlei Barbosa Rodrigues, presidente da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba, entrevista realizada no dia 22 de junho de 2025).

Na fala de Jucirlei Rodrigues, presidente da AMIA, retrata a necessidade das comunidades se organizarem por meio de uma associação, que pudesse dar condições e representação jurídica diante de suas demandas. Compreendendo também a defesa da vida como principal pauta reivindicativa, entendendo que não é apenas lutar pela vida, mas que seja vida digna.

Em entrevista realizada com a Sra. Antônio Maria Coutinho Botelho, atual coordenadora da Cáritas Rainha da Paz e membra fundadora e primeira secretária da AMIA, também fala sobre a trajetória de constituição da associação, e apresenta as principais lutas e conquistas do movimento. Uma das primeiras lutas realizadas pela associação foram as lutas pela educação e saúde nas ilhas de Abaetetuba, tendo como principais reivindicações a contratação de professores pelo Estado, exigência de concurso público pelo município para

contratação de professores e de agentes de saúde, como relata a entrevistada:

A primeira batalha foi quando a gente conseguiu como associação, ajudados pelo Raimundo José⁸, a gente não pode esquecer, fomos até o Jader Barbalho, que era governador do Estado. Lá vai nós, uma comissão, agora como associação, mas o padre⁹ foi também, fomos uma bonita comissão, quase todos que foram fundadores, fomos pra lá. E aguarda, falamos com ele, fizemos nossa reivindicação, aí ele bateu o martelo e disse que iria contratar 15 professores. A saúde já não, porque nessa época já se falava na saúde pelo viés do município. Mas mesmo assim, falamos que só tinha dois, mas precisava ter mais, agente de saúde que a gente queria, não agente comunitário, mas agente de posto de saúde e os professores. Quando saiu o edital, a lista deles contratando, eles pediram para associação indicar, aí foram indicadas as pessoas. [...] A primeira conquista da AMIA foi essa.

A segunda, já com a ajuda da mulher dele, a Alcione Barbalho, que era chefe do gabinete dele e cuidava das ações social estadual. Ela veio aqui e aqui ela fez o pedido direto para o João de Deus [prefeito do município nessa época] que contratasse 25 agentes de saúde para região das ilhas de Abaetetuba e que ela dava suporte. E a gente queria indicar [...], porque nesse momento, a Igreja Católica já fazia no Hospital das Irmãs o curso para os primeiros socorros, pra cuidar, enfim, muito importante. E a gente já tinha gente que acompanhava, aí foi uma peleja, tivemos que brigar na câmara. (Antônia Maria Coutinho Botelho, coordenadora da Cáritas Rainha da Paz, entrevista realizada no dia 16 de julho de 2025).

Assim, compreende-se pelo relato da entrevistada, que essas primeiras conquistas da associação para as ilhas de Abaetetuba foram obtidas por meio de intensas lutas. Ou seja, para esses povos, os direitos não chegam se não forem conquistados por meio das lutas, mesmo que estes estejam descritos nas legislações como direitos básicos e prioritários, ainda assim se constituem como direitos negados. Isso porque há todo um longo processo histórico de invisibilização e negação de direitos a estes povos. Assim, considera-se que nesse contexto nenhum direito é dado, mas todos os direitos são conquistados.

Já no início da década de 1990, outra conquista se deu através da associação, também voltado para educação, considerando a educação infantil com o Projeto Creche-Manutenção. Esse foi um projeto realizado por meio de um convênio feito entre a AMIA e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), existente na época, para atender cerca de 2.000 crianças nas ilhas de Abaetetuba. Assim como se reivindica contratação de pessoas das próprias comunidades para atuar como professores no projeto, com a possibilidade das próprias comunidades fazerem as indicações.

Logo no decorrer do projeto, surge a oportunidade das pessoas que já vinham atuando como professores de se capacitarem na área, já que não tinham a devida formação

⁸ Vereador na época.

⁹ Padre José Borghesi.

para o exercício do magistério. Então, aparece a oportunidade para se capacitarem através do Projeto Gavião I e II, que seria para receber o certificado de magistério, abrindo oportunidade para os agentes de saúde também fazerem o Gavião I, a fim de receberem certificado do Ensino Médio, e se quisessem também receber certificado de magistério, poderiam fazer o Gavião II. Ressaltando que para essas conquistas a associação fez grandes lutas, já que esses professores ainda não tinham vínculo empregatício com o Estado e nem com o município, porém, já capacitados, foi feita a luta para contratação desses professores pelo Estado.

Além dessas lutas e conquistas descritas acima, reconhecendo que foi principalmente por meio da AMIA que se levou a educação infantil para as ilhas de Abaetetuba, um marco histórico da luta das comunidades por meio desta associação, outras conquistas também se reconhecem no âmbito de atuação desta entidade. A associação se preocupava com a própria alimentação escolar, estimulando as comunidades à criação de frango, padarias, para o fornecimento da merenda escolar. E como naquela época inicial da educação nas ilhas de Abaetetuba as dificuldades eram grandes, preocupar-se com a alimentação escolar era essencial, sendo muitas das vezes a principal refeição feita pela criança.

A AMIA também promoveu cursinhos populares preparatórios para concurso público, contribuindo para que os moradores das comunidades tivessem possibilidade de atuar em sua própria comunidade. Teve iniciativa de promover eventos nas comunidades, por exemplo, junto com a Paróquia das Ilhas começa a ser realizado a semana da criança; projetos de esporte; cursos de formações com parceria do IPAR¹⁰; formações de base; atuação em Conselhos Municipal; contribuiu na implantação do Conselho Tutelar Rural, participando do processo de escolha e indicando nomes para concorrer, entre muitas outras atuações.

Considera-se que as lutas promovidas pela AMIA foram essenciais para o fortalecimento e o próprio desenvolvimento das comunidades. Sendo que, “A AMIA já movimentou multidões no município de Abaetetuba, um dos principais movimentos de mobilização, de articulação, de lutas, de levar gente para as ruas, enfim, para várias questões sociais” (Jucirlei Barbosa Rodrigues, presidente da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba, entrevista realizada no dia 22 de junho de 2025). Enfim, um movimento que sempre lutou por políticas públicas para as ilhas de Abaetetuba.

É imprescindível reconhecer toda a marca histórica conquistada pela associação. Destacando a participação das comunidades das ilhas de Abaetetuba e o incentivo da

¹⁰ Instituto de Pastoral Regional.

Paróquia das Ilhas na constituição da associação. É ainda importante destacar que este movimento continua presente nas lutas em prol dos direitos dos ribeirinhos, como na atuação junto às comunidades, na defesa dos territórios ameaçados pelos grandes projetos.

Em 2005, com a chegada dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas nas Ilhas de Abaetetuba, se constitui o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), em cooperação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT – Guajará). A constituição do movimento teve como principal pauta o processo de regularização fundiária, como sendo uma política nacional, que no caso de Abaetetuba vem buscando promover uma política de regularização fundiária às comunidades ribeirinhas que secularmente já vivem nesses territórios, desenvolvendo por meio de seus costumes e tradições um modo de vida que vem passando de geração em geração.

Assim, o movimento veio para contribuir na implantação de uma política que por toda a história desses povos foi negada. Sendo importante compreender, que essa política não veio para demandar a ocupação destas áreas, mas a importância de reconhecer que são territórios já ocupados desde a constituição da identidade ribeirinha na região. O MORIVA então vem ser, como um movimento de representação de 08 associações de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE's), como forma de lutar por uma formalização de regularização fundiária e por políticas públicas de reforma agrária vindas por meio do INCRA, como construção de casas, fomentos, créditos, entre outras.

Sobre essa atuação do movimento junto às comunidades ribeirinhas de Abaetetuba, Hueliton Pereira Azevedo (integrante na coordenação do MORIVA), destaca:

A maior parte do trabalho do MORIVA continua sendo de regularização fundiária. A principal pauta é o acesso à posse coletiva da terra, que até hoje, as comunidades que vivem nas ilhas de Abaetetuba não têm acesso à titulação definitiva da terra, e por causa disso, há bastante instabilidade fundiária. Então, além da posse coletiva da terra, o MORIVA continua com o trabalho que iniciou, que é de acessar as políticas públicas de reforma agrária, como crédito, fomento, bolsa verde, enfim, todas as políticas que são canalizadas pelo governo por meio do INCRA. E atualmente, e mais recentemente, a partir do ano de 2022, é, o MORIVA assumiu e incorporou também a pauta da defesa do território, por meio da luta contra a Cargill. (Hueliton Pereira Azevedo, coordenação do MORIVA, entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2025).

Cada movimento nasce de um objetivo, um anseio que encontra-se interligado às necessidades de determinado grupo social. Na fala do entrevistado, reconhece que o MORIVA se constituiu tendo como foco a regularização fundiária das comunidades das ilhas de Abaetetuba, e que mesmo na incorporação de outras pautas, o movimento continua tendo como principal pauta a questão fundiária.

Na entrevista, Hueliton Pereira Azevedo também destaca uma pauta atual que vem sendo discutida no movimento, diante do cenário de avanço dos projetos capitalistas na região e percebendo os efeitos negativos da pressão do mercado do açaí. O movimento vem propondo uma nova alternativa que valorize a diversidade das riquezas locais, que possa fortalecer o desenvolvimento local, por meio de projetos territoriais alternativos, amadurecendo propostas de serem criadas cooperativas territoriais, a fim de “inverter a lógica e fazer com que a maior parte da riqueza produzida fique dentro do território”. Além de “construir um projeto de vida territorial que seja posto nos espaços públicos como alternativa aos grandes projetos de infraestrutura, que as corporações transnacionais querem implantar nessa região, projetos alternativos que sirvam como base de uma crítica à esses projetos de desenvolvimento” (Hueliton Pereira Azevedo, coordenação do MORIVA, entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2025).

Quanto ao projeto portuário da Cargill, Hueliton Azevedo considera que não há benefícios para as comunidades tradicionais de Abaetetuba, pelo contrário, esses povos só têm a perder caso o projeto seja consolidado.

Na nossa visão, nós não temos nada a ganhar com esse empreendimento, e tudo a perder. Primeiro, porque nós não nos enquadrados como partes interessadas do empreendimento, ou seja, nós não desejamos empregos, porque nós já temos o nosso emprego. Nós não temos interesse financeiro no projeto, porque ele é um tipo de projeto que gera muita degradação ambiental. Então nós não temos interesse na implantação dele. É, os possíveis empregos que poderia gerar, é, a população local não tem a mão-de-obra adequada para esse tipo de empreendimento, então não geraria empregos local. E a degradação ambiental seria muito drástica, que não compensaria os resultados financeiros. E por se tratar de um projeto capitalista, ele é oposto ao modo de vida comunal que nós vivemos nessa região, é predominantemente comunal. Então não seria possível que os dois projetos coexistissem na região. Se ele fosse implantado, a tendência é de que o nosso modo de viver ficaria em risco, e com possibilidade da gente ter que sair do território ao longo do tempo. Então eu vejo que quem poderia ganhar, ter resultados positivos, seriam apenas os empresários proprietários da empresa e os acionistas da empresa que investem nesse empreendimento, mas as comunidades só teriam prejuízos. (Hueliton Pereira Azevedo, coordenação do MORIVA, entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2025).

Em 2015, outro incentivo também pela Paróquia das Ilhas, foi a implantação da Cáritas Rainha da Paz. A Cáritas não se constitui como um movimento, é um organismo da Igreja Católica espalhado pelo mundo. No Brasil, está vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que desenvolve atuação junto às pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Mas também é um organismo que tem atuação mundial, fazendo parte de mais de 170 organizações de Cáritas internacionais.

Importante destacar a atuação desta linha de concepção mais progressista da Igreja Católica, atuando junto às causas dos pobres e excluídos. Pois, é com “um olhar sensível à causa dos menos favorecidos, que as CEBs emergem face ao campo social. Motivadas pela Teologia da Libertação, desenvolvem construções políticas no campo teórico e prático que visem um despertar para as reais situações desencadeadoras de opressão” (Gonçalves; Rodrigues; Sobreiro Filho, 2019, p. 86). Assim, busca formas de romper com as opressões, contribuindo na transformação de uma sociedade que seja mais justa e igualitária.

O primeiro projeto apoiado pela Cáritas junto às comunidades das ilhas de Abaetetuba, foi de contribuir no enfrentamento de uma problemática que vinha se acentuando no contexto dessas comunidades, que é a violência sexual contra crianças e adolescentes. Além de que o projeto buscou estimular o protagonismo desses sujeitos e promover formações principalmente nos âmbitos da proteção das crianças e adolescentes. Além da criação da Cáritas paroquial, foram também criadas as Cáritas comunitárias, com o propósito de serem um elo de proteção e da própria denúncia diante de tais violências.

No decorrer dos anos, a Cáritas foi crescendo nas ilhas de Abaetetuba, já que foram se fortalecendo com a criação das Cáritas comunitárias. Nos dias atuais, já se têm constituídas 42 equipes de Cáritas comunitárias em Abaetetuba, com um alcance de mais de 2.000 crianças nas macros ações realizadas. Além dos outros públicos alcançados em suas diversas ações, como os adolescentes, juventudes e adultos. Importante também destacar que essa atuação é possível devido aos voluntários atuantes na coordenação paroquial e os mais de 300 voluntários atuando no âmbito das Cáritas comunitárias.

Nesses 10 anos de atuação da Cáritas nas ilhas de Abaetetuba, sua atuação se destacou em perceber e ir se envolvendo junto às comunidades ribeirinhas e quilombolas, nos diversos contextos de ameaças que envolviam esses territórios. E a atuação da Cáritas, bem como na articulação com outros demais movimentos, foram imprescindíveis para promover junto com as comunidades, várias frentes de lutas, uma delas bem acentuada, que vem sendo a luta pela defesa dos territórios ameaçados pelo avanço dos grandes projetos.

Fomos ao longo desses 10 anos olhando o que tem vida em Abaetetuba e onde tem vidas ameaçadas. Aí se você para pra vê, estamos assim numa região cercada por grandes projetos, seja na área portuária, seja a própria hidrovía que vem aí, está vindo e vai atacar a todos nós, seja os projetos como do Alto Itacuruçá que vai alí perturbar as comunidades quilombolas, vem agora o crédito de carbono que pode parecer que a política do REDD+ é algo muito importante, muito lindo e maravilhoso, mas é dar um valor a cada árvore, é monetarizar aquilo que Deus deu pra gente como dom, monetarizar a água. Então todo mundo que vem, vem dando um valor monetário aquilo que Deus te deu de graça. Aí a Cáritas tem em sua própria missão, a defesa de todas as formas de vidas. Então pra Cáritas, a água é

vida, o ar é vida, todas as espécies viventes têm vida, não é só o ser humano. (Antônia Botelho, coordenadora da Cáritas Rainha da Paz, entrevista realizada no dia 16 de julho de 2025).

Importante esse reconhecimento de uma proteção e defesa da vida integral, pois não é só o ser humano que necessita ser protegido, todas as formas de vidas são importantes, desempenham significativas funções e colaboram para harmonia e equilíbrio da natureza. Uma vez que há um desequilíbrio no território, torna-se ameaçador em todas as suas dimensões. Por isso o território precisa e deve ser visto de forma integral, reconhecendo a natureza não passível de um valor monetário, mas de valor que agrega e gera vida.

Nessa atuação, a coordenadora da Cáritas Rainha da Paz, reconhece como uma das grandes forças que a Cáritas vem contribuindo nesse processo junto com os territórios, que são as formações. Considerando principalmente, formações no âmbito do reconhecimento da autoidentidade desses povos. Que marcados por uma longa história de invisibilização e inferiorização das suas culturas, tradições e tudo que reflete sua identidade, se faz necessário despertar para esse reconhecimento, rompendo com todo um estereótipo que foi sendo imposto na cultura desses povos.

Esse acompanhamento, foi resultando também no que a Sra. Antônia Botelho destaca como um “alargar da consciência”, ou seja, esses povos foram aumentando o nível de consciência crítica, proporcionando a efetivação da autodeterminação em seus territórios.

Considero um alargar da consciência. O alargar da consciência de 2015 pra cá é bem maior. Nós começamos a falar dos grandes projetos em 2016, o primeiro evento só para falar disso foi em 2016, e a gente começa em um encontro na paróquia. E de lá, Dom José [Bispo da Diocese de Abaetetuba], que chama para uma reunião, ele fez uma ação de criar a Comissão Diocesana de Enfrentamento aos Grandes Projetos. E nós copiamos ele e criamos a Comissão Ribeirinha de Enfrentamento aos Grandes Projetos. A partir daí, com as formações, o pessoal foi alargando a consciência, hoje o pessoal tá consciente, tá na defesa, tá no enfrentamento, tá mais atento, não deixa todo mundo entrar, não dá informação pra qualquer um. [...] Outro campo bonito é que as juventudes passaram nas universidades, universidades de direito, num sentido de universidade-comunidade, isso é muito bom, ter tempo comunidade e tempo universidade, isso é muito bom, isso é rico para libertação e autonomia da população, porque é a teoria e prática junto, para ter incidência. Eu vejo o povo mais consciente, alerta. O padre Adamor também contribuiu muito para isso, usando a rádio para conscientizar o povo. (Antônia Botelho, coordenadora da Cáritas Rainha da Paz, entrevista realizada no dia 16 de julho de 2025).

Na fala da entrevistada, percebe-se como os processos formativos são fundamentais em todos os campos de lutas. Pois como a expressão “alargar a consciência”, não significa o processo de criar consciência, pois estes sujeitos já apresentam de forma natural e que ao

longo dos anos vêm aprimorando com a própria história e com outros movimentos, mas trata-se de expandir a crítica sob o olhar da realidade e julgar e agir por meio de uma consciência libertadora. E isso tem contribuído na própria formação intelectual das juventudes que saem do território para adentrar nas universidades sem perder os vínculos territoriais, inclusive retornando com grandes contribuições para o fortalecimento dessas lutas territoriais.

Assim, as ações da Cáritas se fazem alinhadas em áreas de atuação, e como destaca a Sra. Antônio Botelho, nas ilhas de Abaetetuba vem atuando nas seguintes áreas: 1. Território; 2. Biomas; 3. Defesa das Crianças e Adolescentes; 4. Formação; 5. Economia Popular Solidária e 6. Voluntariado. Todas essas áreas em quaisquer das ações, geralmente encontram-se alinhadas, pois se complementam, vistos as realidades presentes nas ilhas de Abaetetuba. Além de estarem alinhadas às grandes áreas de atuação presentes em âmbito regional e nacional.

Em entrevista, a Sra. Antônio Botelho ainda destacou algumas das principais conquistas da Cáritas Rainha da Paz, considerando: a Cáritas presente em 42 comunidades; ser constituída por um expressivo número de voluntários; está presente em territórios ribeirinhos e quilombolas; possibilidade de encaminhar representação de adolescentes e juventudes Cáritas para incidir em âmbito nacional e internacional; contribuir no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; fazer o enfrentamento aos grandes projetos junto com as comunidades, com realização de atividades como o Grito das Águas, elaboração de Protocolos de Consulta, formações, entre outros; agentes Cáritas empoderados e formados para atuar em assessorias, inclusive de construção de Protocolos de Consulta; e comunidades mais vivas, conscientes e empoderadas. Todos esses resultados são expressões do compromisso que a Cáritas vem atuando em Abaetetuba, junto às comunidades ribeirinhas e quilombolas, significando um grande avanço nesses territórios.

E como faz parte de uma instituição religiosa, da Igreja Católica à luz da Teologia da Libertação, a Cáritas desenvolve suas ações motivadas por uma espiritualidade libertadora. Ou seja, por meio de uma ação espiritual, se desafia a ouvir os anseios dos oprimidos, lançar um olhar e buscar formas de responder a esse chamado, como se observa na fala da entrevistada:

Deus nos manda ouvir o grito, mas nos manda responder esse grito. E essa resposta precisa ser uma resposta que liberta e que envolve. A libertação só é eficaz e eficiente, se ela envolve as pessoas que estão fazendo esse grito, não faz para as pessoas que estão gritando, mas faz junto com elas, que é algo muito forte dentro da Cáritas. (Antônia Botelho, coordenadora da Cáritas Rainha da Paz, entrevista realizada no dia 16 de julho de 2025).

Destaca-se que além de ouvir e responder aos gritos, é necessário também envolver esses sujeitos, de maneira que esses se sintam e sejam de fato protagonistas das ações de mudanças de diferentes contextos de opressão que envolvem suas realidades. E esses resultados estão de fato presentes nos âmbitos de atuação que a Cáritas vem desenvolvendo nos territórios.

Assim, este subcapítulo buscou abordar um pouco da trajetória de atuação dessas quatro organizações, que foram e são fundamentais nas lutas e conquistas de direitos dos povos das águas em Abaetetuba. Algumas delas surgiram antes dos anos 2000, porém, ressalta-se que todas elas continuam atuantes no município. Em alguns momentos vivendo sob alguns desafios, mas sempre atuantes junto às pautas de reivindicações do povo ribeirinho.

Constata-se também, que esses movimentos foram no decorrer do tempo englobando a pauta da defesa dos territórios. Visto que quando foram constituídos, as reivindicações prioritárias eram por políticas públicas nos territórios, com objetivo de promover vida digna a esses povos. Também constata-se a pauta fundiária, mas considerando como um direito de reconhecimento e de políticas fundiárias territoriais. Porém, em meados de 2016 surge a emergência da pauta de lutar para defender o território, considerando uma pauta comum e uma necessidade de engajamento dos movimentos locais junto com as comunidades ribeirinhas e quilombolas do município.

5.2.1 Participação e protagonismo ribeirinho em outras lutas

No subcapítulo anterior, vimos como os ribeirinhos de Abaetetuba foram se organizando e lutando por seus direitos. Considerando essa trajetória de lutas e conquistas e a importância dos movimentos atuando juntos na defesa e compromisso com as pautas reivindicativas, reconhece-se que essa região traz marcas significativas de grandes lutas protagonizadas por povos ribeirinhos da região. As conquistas mais atuais dos anos de 1970 até o momento, é embalada pelo espírito de lutas que sempre acompanharam a história desses povos, que antes mesmo de surgirem os movimentos, Abaetetuba também viveu cenários de intensos conflitos e lutas, como na Revolução da Cabanagem.

A Cabanagem, foi uma das lutas históricas mais intensas e revolucionária protagonizada na Amazônia, em que Abaetetuba também esteve inserida nesse contexto. É importante continuar a ressaltar que as lutas estão quase sempre implicadas dentro de uma

contextualização histórica. Assim, considera-se que a história é determinante e ao mesmo tempo é onde se finca as raízes de quase todos os problemas que insurgem as lutas. Bem como a história é a força que faz estar em luta, reconhecendo por meio daqueles que antecederam, todo um legado de continuar resistindo e lutando por direitos que são negados e violados.

Com a Cabanagem não foi diferente, nos dias atuais sendo descrita como uma luta histórica, e podemos considerar que foi uma luta já decretada desde o processo de chegada e colonização do europeu na Amazônia. Isso não significa dizer que os povos nativos já previam uma revolução, mas diante das consequências que foram se desdobrando nos duradouros anos de genocídio e exploração, se constituíram num cenário insustentável para os povos que vinham vivendo as consequências de uma invasão colonial, com isso, explodia-se a Revolução Cabana em 1835 à 1840.

No livro “Cabanagem: a revolução popular na Amazônia”, autoria de Di Paolo, uma das mais consideráveis obras que descreve sobre esta revolução popular, não deixa de mencionar o significativo papel que esta revolução representa, ao considerar que “a Cabanagem é a revolução popular mais importante da Amazônia e entre as mais significativas da História do Brasil”, descrevendo assim, que nesse período destacou-se a “Amazônia o centro revolucionário da América Latina na década de 1830” (Di Paolo, 1990, p. 143 e 365). Por mais que alguns a considerem como uma luta fracassada, no entanto, a Cabanagem representou a esperança que brotava por meio da luta árdua que se desbravava na construção de uma fase revolucionária tanto almejada pelos amazônidas. Foi uma conquista singular em que o povo conseguiu conquistar o poder, um dos mais desejosos anseios desta revolução.

Porém, assim como em outras lutas populares, a Cabanagem também viveu os seus desafios. Podemos considerar que foi uma luta de vitórias, mas que também viveu profundas decepções, principalmente quanto às escolhas de representações políticas das quais os cabanos esperavam que os seus nomeados para o governo fossem atender suas expectativas, ao invés de decepcioná-los. Além disso, a Cabanagem registrou um grande massacre, porém, pela luta revolucionária os Cabanos estavam dispostos a derramar seu sangue lutando, do que ficarem sujeitos a um processo de opressão e marginalização. Aceitar uma derrota sem luta é como se tivesse desconsiderando à todos que antecederam e que derramaram seu sangue na luta, renegando-as a uma insignificante importância. A Cabanagem pode ser vista como uma luta carregada de ancestralidade, sendo inspiração para muitas lutas que desembocam nos dias atuais.

Di Paolo (1990) contextualiza o período que compreende a Revolução Cabana em três fases: de luta política, luta social e luta de resistência. E ainda apresenta como uma luta emergida a partir dos seguintes objetivos: a) Expulsão dos portugueses do poder político e do monopólio econômico; b) Implantação do regime democrático, reconhecendo aos verdadeiros filhos da terra o efetivo direito à cidadania; e c) A liberdade dos escravos, através da conquista revolucionária e das reformas sociais (Di Paolo, 1990, p. 163). Não sendo estes os únicos, porém vistos como os principais.

Esses objetivos dos quais descreve Di Paolo, representam um processo de tomada de consciência dos Cabanos, que já se sentiam saturados pelo domínio português. Embora se ressalte que, no período da Cabanagem, o Brasil já vinha conquistando sua suposta “independência”, a luta Cabana se dava contra a sucessiva do governo central que negava o direito do exercício da cidadania aos legítimos habitantes da região.

Di Paolo (1990) também apresenta em suas concepções de análise, a reflexão de que a Revolução Cabana não se constituiu apenas como uma materialização de sucessivos fatores locais, ou seja, no âmbito da região amazônica, como se estivesse isolada de um contexto global. Mas compreende-se que a Amazônia estava vivendo a concretização de uma luta que interligava a outros acontecimentos que ultrapassam os limites da região. Sendo assim, quando na região amazônica, em 7 de janeiro de 1835, explodia-se a Revolução Cabana, é um acontecimento histórico que só pode ser melhor compreendida se for analisada levando em consideração o contexto histórico internacional, nacional e regional.

No entanto, nosso propósito neste subcapítulo não é detalhar o que foi a Cabanagem, mas destacar que Abaetetuba também teve participação nesta importante revolução. E como a Revolução Cabana teve um dos grandes protagonistas, os ribeirinhos, ao compreender a participação de Abaetetuba nesta luta, considera-se que estes povos estiveram diretamente protagonizando esta revolta. Como descreve Guedes (2011, p. 153) “onde tivesse um homem escravizado, explorado, lá o ideal da Cabanagem estava. Abaetetuba não poderia deixar de ter cabanos, pois sua proximidade com Cametá, Belém e Carapijó em Barcarena, seria um ponto estratégico muito almejado para combater os legalistas”.

Dessa maneira, se reconhece que o ser ribeirinho da Amazônia vem ao longo da história protagonizando lutas contra um sistema que o marginaliza e explora. E a Cabanagem significou a esperança de libertação, de romper com formas de opressão através de uma luta unificada, onde só existiam duas realidades, um poder sustentado pela elite colonial e do outro as diversas formas de expressões que sofriam diante de toda uma lógica

opressora. Assim, a Cabanagem significou um ideal, uma forma de romper com um regime de opressão.

Castro e Campos (2015) caracterizam os estuários do Amazonas e Tocantins de significativa relevância nas resistências no contexto da Cabanagem:

O entendimento da revolução cabana é essencial para decifrar a Amazônia, e o que ficou como legado ao seu presente. As redes de comunicação eram tecidas na imensidão do Grão-Pará e os focos de resistência emergiam em lugares equidistantes, embora se possa identificar áreas de maior resistência, como os estuários do Amazonas e Tocantins, o vale do Tocantins, Marajó, Vigia, Cintra, Mojú, Acará, Barcarena, Conte, Beja e Belém, em ações que se assemelhavam a lutas de guerrilhas. (Castro; Campos, 2015, p. 436).

Assim, percebe-se que a região do Baixo Tocantins se caracterizou como grandes campos de resistências da luta Cabana. Abaetetuba faz parte dessa configuração, considerando quando os autores também destacam Beja, onde foi o berço da colonização de Abaetetuba e que atualmente é um distrito do município, como um dos lugares que representa grande incidência de resistência na Revolução Cabana.

Além dessa participação de Abaetetuba na Cabanagem, um outro ponto a se destacar envolvendo esse território é quanto a própria ocupação das margens dos rios que o movimento também esteve influenciando nesse período. Pois, como descreve Coutinho (2016, p. 79), considerando “o papel decisivo que o Movimento Cabano ou conhecido também como Cabanagem teve na ocupação das margens dos rios e igarapés do território paraense e da região das ilhas de Abaetetuba em particular”.

Assim, percebe-se que a Cabanagem em Abaetetuba significou a luta de um povo marginalizado, como também se tornou um lugar de refúgios/esconderijos dos Cabanos que vinham sendo perseguidos, contribuindo também no processo de povoamento das margens dos rios. Onde atualmente se tem um número considerável de comunidades ribeirinhas e também ocupando as margens dos rios, ramais e estradas, as Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Com essas descrições, é importante destacar que as margens dos rios de Abaetetuba trazem em sua história episódios sangrentos que se decorreram no período da Cabanagem. Pois, onde se tinham cabanos lutando, se tinha a perseguição e grandes extermínios, já que não era uma luta pacífica, e sim uma luta de confrontos. E como descreve Ricci (2008, p. 156) “a maioria dos cabanos lutou, e muitos morreram, em vilas distantes da capital ou, principalmente, nos rios e nas matas do interior da Amazônia”. A história descreve que como sendo uma das lutas mais violentas desse período, considerando aproximadamente

cerca de 30 mil pessoas que foram mortas durante os cinco anos do período que durou a Cabanagem.

Importante considerar que o próprio nome da revolução é uma “alusão à típica habitação dos moradores das beiras dos rios à época da Cabanagem quanto ao próprio integrante do movimento do século XIX” (Coutinho, 2016, p. 80). Pois, a maioria dos protagonistas dessa luta eram aqueles que viviam às margens dos rios, ou seja, os ribeirinhos, mas que eram denominados de cabanos, se referindo também ao utensílio bastante usado por esses sujeitos, que era o chapéu de palha, cultura que ainda se faz presente nos dias atuais.

Assim, considera-se que as lutas que foram traçando a trajetória do povo ribeirinho de Abaetetuba também carregam um pouco da luta que foi a Cabanagem. É uma continuação de sucessivas resistências, onde o sangue cabano continua a pulsar em cada luta que se ergue por direitos, dignidade e liberdade. E a Cabanagem foi uma luta em que as lutas posteriores podem extrair grandes lições e aprendizagens.

6 DO MOVIMENTO DAS ÁGUAS AO MOVIMENTO DAS RESISTÊNCIAS: A LUTA PELO TERRITÓRIO AMEAÇADO

A identidade ribeirinha na Amazônia é carregada da força da resistência, que no decorrer da história é marca significativa e continua acompanhando o dia-a-dia desses povos. Se para a formação desta identidade a resistência foi imprescindível, hoje, esses povos compreendem o resistir como a essência para continuarem existindo. A resistência tem se tornado um elemento fundamental, como requisito diário. Se resisti pelo território e para permanência no território; se resisti para continuar existindo.

Pode se considerar como uma forma de cuidado, pois a compreensão dessas lutas não tem como propósito defender apenas a existência da vida humana. A resistência se faz por tudo que constitui o território. Sendo assim, “o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza” (Acosta, 2016, p. 27). E é claro que como tudo está numa intrínseca relação de interligação, cada elemento que é afetado tende a gerar consequências ao todo.

Assim, a resistência assume um caráter de defesa do território, que só pode ser compreendido em sua totalidade. Não é apenas o humano que tem seu valor, mas todas as formas de vidas e manifestações, tudo que constitui o território na sua materialidade e imaterialidade. Ou seja, o território na sua completude, apenas como pode ser compreendido pelos povos tradicionais. E a resistência se constitui nessa defesa dos territórios de existências; não se luta apenas para possuir, se luta pela capacidade de se desenvolver e existir. A identidade afirma-se na pertença, por isso, perder o território significa também deixar de existir. Se ver no território e ser território é o propósito que anima e motiva esses povos na resistência.

É nesse propósito, que o território ribeirinho do Rio Caripetuba nos faz pensar sobre os processos de resistências que desembocam em meio às ameaças apresentadas pelo avanço de grandes projetos capitalistas na região. Gera na comunidade um sentimento de ameaça, e o medo de perder o território reforça o dinamismo de lutar e resistir. A resistência se sobressai cada vez que as formas de vidas se encontram ameaçadas.

Este território encontra-se inserido nesse contexto de comunidades que vêm sendo impactadas por empresas instaladas em Barcarena. Apesar do complexo portuário industrial de Vila do Conde estar localizado em Barcarena, os impactos também se deslocam para o município vizinho de Abaetetuba. Transportados pelo ar e pelas águas, os ribeirinhos de Abaetetuba podem sentir os impactos da contaminação e poluição provenientes desses

empreendimentos. Destaca-se que as ameaças aumentam quando a empresa multinacional Cargill tem a pretensão de implantar um terminal de uso privado numa área do Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE Santo Afonso, no município de Abaetetuba-PA.

Trata-se de um projeto ambicioso pela Cargill, pois, caso seja consolidado, é considerado um dos maiores portos localizados nessa região. A logística funcional se constitui de recebimento de grãos sólidos, chegando por meio de comboios de barcas vindos pelos rios Tocantins, Amazonas, Madeira e Tapajós, sendo armazenados em silos e posteriormente carregados em navios para comercialização no mercado exterior (EIA/RIMA, 2018).

Até o momento, o projeto não obteve êxito de implantação graças aos contínuos enfrentamentos de resistências protagonizados pelas comunidades e movimentos sociais. Pois, desde o processo de aquisição da área pretendida pela empresa para construção do TUP (Terminal de Uso Privado), tem-se demonstrado nestas práticas um certo vício de ignorar os direitos das comunidades. Inclusive o direito fundamental da Consulta Prévia, Livre, Informada e de Consentimento (CPLIC) estabelecido na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

6.1 O cenário dos “grandes projetos” na Amazônia: disputa territorial e espoliação

O modelo desenvolvimentista do modo de produção capitalista, vem nas últimas décadas se expandindo num ritmo cada vez mais veloz, como forma de adentrar/ocupar novos espaços, e consequentemente fortalecer um modelo de economia global. À medida que o capital avança, tem o propósito de dominar e controlar novos territórios, a fim de fixar um modelo econômico hegemônico. Nesse processo, a Amazônia tem apresentado um papel de destaque aos interesses de agentes econômicos globais, por meio do avanço do agronegócio e de “grandes projetos” capitalistas planejados para a região.

Essa perspectiva ocorre baseada numa visão colonial de que a Amazônia seria uma região “periférica”, e que saqueá-la e explorá-la tem sido o seu destino desde a invasão colonizadora, que estrategicamente sempre buscou invisibilizar e inferiorizar os povos originários amazônicos. Conforme enfatiza Loureiro (2002; 2012) a Amazônia julgada como “homogênea”, cujos povos e as florestas vistos como “expressão do primitivismo e atraso” e até mesmo não humanos – “desprovidos de alma”.

Nesse contexto, compreende-se que a originalidade da Amazônia foi sendo negada e de forma estratégica sendo aferida novas concepções, de forma a ser “definida, interpretada,

explorada, amada e mal-amada a partir do olhar, da expectativa e da vontade do outro” (Loureiro, 2002, p. 109). E nesse sentido, aos amazônidas é renegado ou mesmo inferiorizado suas práticas de saber/fazer seu próprio desenvolvimento, como se apenas o outro/externo pudesse prover de modelos de desenvolvimento para região e seus povos (Castro *et al*, 2018). Eis então a condição de subjugar a região como um “vazio demográfico” (Castro, 2005 e 2017). E como bem aduz Loureiro (2002):

Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um enorme esforço para modificar aquela realidade original. Trata-se de uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldando-os à visão, à expectativa de exploração do homem de fora (estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente). (Loureiro, 2002, p. 109).

A esse propósito, Loureiro (2002) considera que a história da Amazônia é marcada por uma trajetória de “perdas e danos”. Nesta visão, considerando a totalidade da região, ou seja, seus povos, as florestas, rios, a diversidade das espécies animais, entre tantas outras existências materiais e imateriais que formam a rica e exuberante região amazônica. Todas essas dimensões carregam as marcas de um processo de colonização que vem prevalecendo sob intensas ameaças e movidos de preconceitos, alguns deles destacados acima.

Esses preconceitos continuam prevalecendo nos ataques dos atuais processos capitalistas, que também pode-se ser considerada uma continuação ininterrupta de invasão colonizadora sobre a região, como identificado por Loureiro:

Há os equívocos de fundo cultural que vêm de longa data, como a ideia de que a natureza amazônica é superabundante, resistente, inesgotável e autor-regenerável [...]; que índios e os caboclos vivem em terras excessivamente vastas e as ocupam em atividades pouco rentáveis para o Estado e de forma incompatível com a economia e a sociedade contemporâneas; atividades consideradas como primitivas, arcaicas, antieconômicas e não merecedoras de apoio e aperfeiçoamento. (Loureiro, 2012, p. 531).

Essa visão preconceituosa que historicamente atravessa a concepção espaço-temporal da região, se constrói baseada em estratégias exploratórias. Para Castro e Castro (2022, p. 14), projetou-se para a Amazônia a condição de “celeiro do mundo”, e isso implica em não reconhecer que ela “contém serviços ambientais únicos, biodiversidade e um acúmulo milenar de saberes”. Trata-se de esvaziar o valor, e assim, invisibilizar os povos originários e tradicionais da região, suas territorialidades e identidades, além de toda a biodiversidade existente. Ou seja, compreende-se como um processo de extrema violência, emergida consequentemente pela expansão e fortalecimento de um sistema econômico de

grandes potências mundiais.

Importante destacar, que por mais que esse processo tenha se configurado em todo contexto amazônico, porém, a discussão que vem sendo tratada neste trabalho quando se fala em Amazônia, está se referindo a Amazônia brasileira. Ou seja, não estamos se referindo a Amazônia em sua totalidade, compreendida pelos demais países que esta encontra-se inserida, mas apenas a porção que se encontra em território brasileiro, ocupando quase 50% do território nacional, abrangendo 6,9 milhões de quilômetros quadrados, envolvendo nove estados brasileiros, segundo o Atlas da Amazônia brasileira (2025).

Assim, desde a década de 70 e 80, o Estado tem investido e possibilitado a maior consolidação de grandes projetos capitalistas na região. Marques (2007, p. 217) considera que os anos de 1970 se destacam nesse contexto de um projeto para Amazônia, com base nos chamados “grandes projetos”, se apresentando como “mais uma fase na história da ocupação econômica na Amazônia”. Nesse sentido, falar de projetos para Amazônia contradiz considerar um desenvolvimento pensado para região, pois, desenvolver projetos **para** e não **junto com os povos** que ali vivem, que por meio de suas práticas culturais e ancestrais estabelecem um modelo de desenvolvimento justo, significa retirar até mesmo o desenvolvimento que a própria região já vem milenarmente construindo.

Ao considerar os chamados “Grandes Projetos”, Costa (1994, p. 414) considera que basicamente consistiam “num conjunto relativamente recente de subseqüentes intervenções setoriais de grande porte implementadas ou induzidas pelo governo federal”. Na configuração dos “Grandes Projetos”, Mesquita (2014, p. 441) compreende dimensionados da seguinte forma: o Estado e as empresas como os atores e a população ocupando um papel apenas de espectadores. Sendo assim, gerando uma condição de acumulação e consequentemente resultando na “concentração da riqueza e o aumento da desigualdade”.

Alentejano e Tavares (2019) vão denominar como “Grandes Projetos de Desenvolvimento”, considerando que “são sempre ‘grandes objetos’ que se articulam em diferentes escalas (regional, nacional, global), mas, que demandam para sua existência concreta a escala local, com a qual precisam se confrontar” (Alentejano e Tavares, 2019, p. 193). Ou seja, é na escala local, onde esses projetos são implementados, em que ocorrem os principais conflitos e transformações nas diferentes dimensões de vidas. Isso porque é na escala local onde brotam as diversas formas de lutas e resistências.

De forma mais crítica, Malheiro e Cruz (2019; 2021) consideram chamar os grandes projetos capitalistas como “grandes projetos de des-envolvimento”, isso porque são projetos com falso desenvolvimento, e para os povos originários e tradicionais, a concepção de

desenvolvimento condiz aquele que envolve, que fortalece suas práticas culturais e ancestrais. Este ao qual é sustentado nos moldes capitalistas, ao invés de desenvolver estes territórios gera o empobrecimento, pois seu processo é tão violento que é capaz de arrancar e destruir as principais práticas de envolvimento desses povos e das riquezas existentes nos territórios. Isso porque, como considerado por Malheiro e Cruz (2021, p. 3), “não há instalação de grandes projetos sem mudanças devastadoras, violentas e traumáticas nos espaços nos quais eles se instalam”.

Nesse sentido, Malheiro e Cruz (2021) vão se referir aos “Grandes Projetos” como aqueles que “fazem parte de um processo de ‘ajuste espacial’, pois eles se articulam à dinâmica de abertura de novas fronteiras a uma lógica de acumulação de capital que produz riqueza, inicialmente, pela transformação de bens comuns em mercadoria”. Esse processo de expansão capitalista vai envolvendo diversos territórios que até então pareciam não estarem envolvidos nessa lógica, porém, quanto mais o capital vai se expandindo, mais necessidade tem de dominar novos espaços e territórios. E mais ainda, Malheiro e Cruz (2019) compreendem que “os grandes projetos de des-envolvimento são máquinas biopolíticas que fazem viver e deixam morrer. Estes grandes projetos têm produzido verdadeiros territórios de sacrifício” (Malheiro; Cruz, 2019, p. 19). Sendo assim, para Michelotti e Malheiro (2020):

A engrenagem dos Grandes Projetos na Amazônia, sejam eles minerais, logísticos ou de geração de energia, sintetiza uma persistência da expansão da fronteira, em que a força impulsionadora da acumulação reside na capacidade de geração de renda extraordinária pela legitimação da violência e pela criação de zonas de indiferença, nas quais, em nome do saque de recursos naturais, exterminam-se povos, comunidades, vidas... (Michelotti; Malheiro, 2020, p. 641).

É diante desse contexto, que Marques (2007, p. 227) enfatiza que “para implantar os grandes projetos o Estado desapropriou grandes extensões de terras e populações inteiras”. No entanto, cabe destacar que essa mesma lógica continua presente diante da implantação de grandes projetos capitalistas na Amazônia. Isso porque “a acumulação do capital, inclui a privatização da terra, mercantilização e expulsão forçada das populações” (Sena; Barros, 2019, p. 4). Assim, não pode ser considerado esse tipo de deslocamento movido pela liberdade, mas quando essa configuração envolve os territórios tradicionais, estes povos não achando mais expectativas de vida, são obrigados a deixar seu território desconstruído pela lógica do capital, sendo expulsos de diferentes formas, mas seguindo uma mesma lógica de violência.

Nesse contexto, Malheiro (2020) interpreta essa configuração compreendendo que:

Particularmente na Amazônia, para onde se projetam tantos e tantos ideais de Nação, estamos vendo se elevar o número de refugiados, pessoas que nasceram no país, à beira de uma mina de ferro, de uma hidrelétrica, na estreita relação com a floresta, mas que não cabem na política, pois viram entraves à nação, rostos que não se refletem no espelho que se convencionou chamar de Brasil. Refugiados brasileiros no Brasil, brasileiros demais para a estatística, brasileiros de menos para o direito. A nação e suas figurações são, portanto, formas de tornar ausente o que está presente, de esconder com o brilho de discursos, imagens e convicções políticas e científicas, o que não se quer enxergar, o que não se nota pelo lugar de onde se olha. (Malheiro, 2020, p. 78).

Talvez possa parecer um certo exagero, porém, essa é a realidade que tem se constituído na região. Diante dessa configuração, vai-se percebendo que os grandes projetos capitalistas tendem a ser prioridades nas políticas governamentais. Logo, “remanejar”, “deslocar” as populações locais tem se tornado uma prática rotineira, sem se importar com as relações materiais e imateriais que estes povos vivem em seus territórios. É uma forma de dá lugar ao que chega, o que vem de fora, como exemplo as grandes empresas multi e transnacionais, e aos que são filhos da terra resta a expulsão, passando a viver às margens de uma realidade distante do que viviam em seus territórios, isso porque não cabem nesse chamado “desenvolvimento”.

Nessas condições, “privilegia-se o espaço absoluto do território e a soberania exclusiva do Estado, mas não de seus povos com suas próprias territorialidades: o Estado como espelho, isto é, como imagem invertida de seus povos” (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 118). À essas condições, a lógica do sistema econômico capitalista, por meio dos chamados grandes projetos, ignora o real valor que as coisas representam para os povos tradicionais, agindo de forma a “subverter a lógica nativa, transformando a terra em terra de negócio” (Nascimento; Belo, 2012, p. 229). Vale destacar que nessas condições não só a terra é descaracterizada de seu valor, mas todos os demais elementos e aspectos materiais e imateriais que compreendem o território.

Para Alentejano e Tavares (2019, p. 225), os grandes projetos tendem a funcionar na atualidade como “enclaves territoriais”, porém, diferenciando dos antigos enclaves, estes atuais se configuram “atravessados por redes políticas e econômicas que articulam atores locais, regionais, nacionais e globais”. É nessa articulação multiescalar do capital, que vamos melhor compreendendo como se dá a relação do tempo com o espaço, que como Harvey (1992) contextualiza, o processo que o sistema capitalista produz de circulação e acumulação do capital, provoca uma pressão no que corresponde às dimensões do espaço e do tempo, o que o autor denomina de “compressão do tempo-espaço”. Nesse sentido,

dialogando com Malheiro; Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 179), é importante compreender que “o tempo do capital é um tempo contra os tempos da vida e das culturas outras”. É nessa concepção que foram se desenvolvendo os projetos capitalistas na Amazônia.

Ainda na década de 60, durante o regime militar, foi criada a “Operação Amazônia” como forma de atrair empresários de outras regiões e países, estimulando a apropriação dos recursos naturais da região. Marques (2007) define que se tratava de “um grande programa de desenvolvimento regional, com créditos ao setor privado de até 75% dos recursos à implantação dos projetos” (Marques, 2007, p. 149). Assim, representava “a ação estatal para distribuir dinheiro público para capitalistas nacionais e estrangeiros se apropriarem gratuitamente e transformarem em lucro os recursos naturais da região” (Marques, 2019, p. 97).

E ainda, segundo Michelotti e Malheiro (2020, p. 641), a chamada “Operação Amazônia” representou “um conjunto de leis federais, decretos, isenções fiscais e grandes obras de infraestrutura, consolidou de vez uma dinâmica de expansão da fronteira com práticas de violência efetivadas e/ou legitimadas pelo Estado”. Compreende-se então, como uma forma de legitimar a apropriação dos bens naturais da região por empresários de outras regiões. Sendo assim, o Estado estava disposto a “apresentar a região como mercadoria, como recursos a serem apropriados pelos empresários do Sul e Sudeste”, e ainda segundo o autor, “a Operação Amazônia é uma expressão do projeto desenvolvimentista-autoritário” (Marques, 2007, p. 152).

Ou seja, todo esse aparato e formas de projetos desenvolvimentistas pensados e impulsionados para região encontravam-se pautadas no discurso de “integrar, ocupar e desenvolver o território da Amazônia”, baseado numa concepção de “segurança nacional” (Michelotti; Malheiro, 2020, p. 640). Essa é uma lógica que se tem baseado na ideia de que a Amazônia continua a ser pensada como “um lugar a ocupar, um espaço de *conquista* e de exploração intensiva de recursos naturais e da biodiversidade” (Castro, 2025, p. 38). Assim, considera-se esse discurso de forma ininterrupta, pois os chamados “Grandes Projetos” sempre estiveram pautados nessa lógica.

Milhomens e Gohn (2018) destacam alguns dos projetos que fizeram parte da fase de desencadeamento da “Operação Amazônia”:

Em síntese, foram projetos como o da abertura da rodovia Transamazônica, o inventário hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu (e o planejamento de várias hidrelétricas pensadas para barrar os rios da região), a criação da Zona Franca de Manaus (visando a impulsionar o desenvolvimento

econômico da Amazônia Ocidental com base em isenções fiscais para centenas de multinacionais do setor elétrico eletrônico), a campanha massiva de ocupação de vários estados da região (com o lema ‘homens sem-terra para uma terra sem homens’), arregimentando milhares de famílias em todo o Brasil no intuito de ‘colonizar’ a floresta e torná-la habitável. (Milhomens e Gohn, 2018, p. 246).

Na década de 70 foi criado o I e II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). O I PDA (1972-1974) tinha como principal característica a integração da Amazônia com as demais regiões do país, possibilitando o contínuo avanço de ocupação da região, sempre vista como “espaços vazios”. Sendo assim, a Amazônia é vista como uma “fronteira de recursos”, considerada no propósito de solucionar problemas de outras regiões, principalmente do Nordeste. Marques (2007) apresenta algumas das prioridades que faziam parte do I PDA:

a) Integração física (fundamentalmente pelas rodovias, numa região secularmente integrada pelos rios); b) desenvolvimento econômico centrado no setor privado e apoiado pelos incentivos fiscais da SUDAM e da SUFRAMA; c) dando seguimento ao que já se vinha propondo, deveria-se proceder a ocupação humana dos “espaços vazios”, agora claramente orientada pelas grandes rodovias abertas ou em abertura. (Marques, 2007, p. 207).

Importante destacar que o PDA articula-se a partir de uma estrutura organizativa nacional, ou seja, nacionalmente criou-se o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e a partir dele também criaram-se os planos regionais, que no caso da Amazônia foram os PDA's. Assim, encontravam-se alinhados e orientados por cada plano nacional. À medida que eram criados cada PND, criavam-se sucessivamente os PDA's.

O II PDA (1975-1979) seguia as prioridades do II PND, que esteve priorizando o setor de bens de produção, considerando definitivamente a Amazônia como ‘fronteira de recursos naturais’. Nesse caso, o II PDA esteve culminando na região na condição de exportadora de produtos minerais, bem como dando a opção pelos chamados “Grandes Projetos” (Marques, 2007). Em 1980 a 1985, a Amazônia viveu os desdobramentos do III PDA, em sintonia com o III PND. Segundo Marques (2007), o III PDA tem como propósito manter uma concepção de confirmar a caracterização da Amazônia como uma região-solução dos problemas nacionais. No entanto, “a partir do III PDA, os planos regionais de desenvolvimento amazônico foram paulatinamente perdendo capacidade de intervir efetivamente na realidade regional” (Marques, 2007, p. 217).

Como percebe-se, os PDA's constituíam-se dentro de uma política capitalista cada vez mais voltada aos planejamentos impostos sobre a região. Para Loureiro (2002, p. 114),

os PDA's, bem como os demais planos, programas e projetos constituídos para Amazônia e seguindo esse propósito, “sugerem claramente que a mata nativa deve ser substituída por empreendimentos mais ‘modernos’, mais ‘racionais’, mais ‘econômicos’”. Ou seja, é como se a floresta fosse sinônimo de atraso, destacando mais ainda, como se esta fosse um “obstáculo a ser vencido”, ou como um “objeto a ser explorado”, ou mais ainda, “um almoxarifado inesgotável de riquezas” (Loureiro, 2002, p. 113). Sendo assim, o Estado não priorizou políticas capazes de desenvolver a própria economia local, mas se vislumbrou na concepção do “moderno” e “externo” como suficientemente capazes de proporcionar desenvolvimento, porém, cabe o questionamento: que tipo de desenvolvimento e para quem?

Esse desencadeamento de ações governamentais, que surgem durante a ditadura militar, vem ao longo da história se mantendo. Ainda que nos dias atuais se apresentem por meio de outras “roupagens”, mas tem sempre o objetivo de “integrar” na lógica do mercado global, considerando nessa linhagem histórica um processo de “entrega” das riquezas da região. Toda essa lógica se dá por um intenso processo de violências, isso tem se efetuado desde a chegada do colonizador e não diferentemente com a chegada dos “Grandes Projetos Capitalistas” na região, que se consolidam a partir de diversas formas de violências. Isso porque, conforme descreve Mesquita (2014), faz parte da natureza do desenvolvimento capitalista ser desigual e excludente, e podemos considerar que essa violência se intensifica principalmente quando o Estado tende a ser convincente com a consolidação dos grandes projetos capitalistas na região.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, é um dos mais recentes programas de ação governamental, um de seus eixos de ação visa estabelecer investimentos em projetos de infraestrutura (como portuária, hidroviária, ferroviária e rodoviária). É uma forma de subsidiar grandes projetos capitalistas que vêm colocando o Brasil cada vez mais na lógica competitiva do mercado global. Como descreve Castro (2012, p. 48), “o PAC constitui, assim, uma macropolítica de crescimento econômico, uma estratégia do Estado e dos setores econômicos”.

É interessante também perceber que esses programas vão se articulando, em diferentes épocas e governos, mas orientados pelos mesmos propósitos. Pois, como considera Castro (2017, p. 23-24) prevaleciam as “noções de nacionalismo e desenvolvimentismo”, marcas que orientavam os planos e políticas nacionais de desenvolvimento regional, com os discursos de “progresso e modernização”, e que vale destacar, persistem nos dias atuais. Segundo Castro (2012, p. 48), o PAC “retoma a experiência do planejamento da década de 70 para a Amazônia e projeta, para essa região,

uma modernização com base na produção de *commodities* dos setores pecuária, madeira, grãos, minérios e energia”. Assim, tem-se de forma ininterrupta, o propósito de tornar a região amazônica um berço da consolidação de projetos capitalistas.

Assim como os PDA's estavam alinhados a partir de uma base nacional, que eram os PND's, no contexto do PAC esse alinhamento também se faz, porém, como o PAC está em âmbito nacional, este esteve em confluência com a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA). Dessa maneira, o PAC se desenvolve em território brasileiro e alinhado com as diretrizes da IIRSA, em âmbito sul-americano. Nesse contexto, o PAC e a IIRSA seguem uma mesma orientação, de integração competitiva a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de megaprojetos de infraestrutura (Castro, 2008; 2012).

Castro (2012) considera que a base de investimentos do PAC I e II voltava-se para os megaprojetos hidrelétricos, de transporte e comunicação. Dentro desse contexto, a Amazônia continuava sendo inserida de forma estratégica, cujos projetos se delineavam a atender aos interesses do sistema econômico capitalista, já que a região passa a ser vista como um “espaço estratégico de integração no âmbito de uma economia mundializada” (Castro, 2017, p. 21). Nesse caso, o Estado possibilitando por meio dos grandes projetos de infraestrutura a viabilidade e atrativos para expansão do modelo de economia capitalista na região. Segundo Malheiro (2020, p. 91), “na Amazônia, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os investimentos diretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), viabilizaram políticas voltadas à consolidação e criação de eixos de exportação”.

Mais recentemente, o PAC foi substituído pelo Programa de Parcerias de Investimento (PPI), lançado por Temer com o golpe de 2016 e continuado por Bolsonaro. No atual mandato do governo Lula, eleito em 2023, o PPI se manteve e ainda se tem o retorno do PAC em sua nova versão, sendo nomeado como “Novo PAC”. Este se configurando com base em um investimento de R\$ 1,8 trilhão em obras em todos os Estados do Brasil, sendo investidos até 2026 R\$ 1,3 trilhão, e R\$ 0,5 trilhão após 2026 (Programa “Novo PAC”)¹¹.

Os interesses sobre a região Amazônica se projetam para além da exploração dos seus recursos naturais, também se buscam consolidar rotas para escoamento de *commodities* cada vez mais acessíveis e viáveis, e com melhores vantagens de lucratividade. Sendo assim, possibilitando as vantagens por meio da ampliação e consolidação de novos projetos capazes

¹¹ Dados acessados no portal gov.br

de atender aos interesses do capital. Vale ressaltar, que como estabelecido na linha do tempo dos grandes projetos capitalistas na Amazônia, estes estiveram presentes no desenvolver das políticas de distintos governos, faz ser de direita ou esquerda, se configurando principalmente desde o sistema de governo ditatorial. Ou seja, falar de grandes projetos capitalistas é considerar que o Estado tem participação ativa, seja como ator principal na consolidação ou dando viabilidades na implantação. Loureiro (2012) considera que:

O Estado brasileiro se vê enredado na complexidade dessa situação, e nela se comporta de forma oscilante e dúbia porque, ao mesmo tempo em que aspira a lucros cada vez maiores, decorrentes da produção de *commodities*, fere direitos humanos fundamentais das populações locais e tradicionais, e ainda quando coloca as últimas em risco de desaparecer física ou culturalmente, ao menosprezar a rica multiculturalidade dos povos que povoam a Amazônia. (Loureiro, 2012, p. 535).

Nesse sentido, os conflitos tendem a se configurar mais intensamente, pois nessas práticas, o Estado tende a se comportar de forma a violar os direitos essenciais desses povos, que é o direito de continuar permanecendo em seus territórios, mantendo todas suas formas essenciais de existências. Por isso, o Estado muitas das vezes tende a ser contraditório, pois ao mesmo tempo que busca promover direitos considerados fundamentais, também desenvolve práticas e políticas capazes de gerar conflitos e possibilitando um contexto de ameaças nos territórios tradicionais, levando a um processo de desaparecimento de povos e culturas tradicionais.

Todos esses exemplos de ações governamentais citadas acima se apresentam com forte influência para atrair projetos capitalistas e facilitar seu processo de territorialização. Consequentemente isso pressupõe uma série de conflitos, já que são projetos que devido sua dimensão e atuação de cunho capitalista tendem a gerar grandes transformações nos territórios em que são implantados. Em contramão e reação à essa lógica predatória, tende a emergir nesse campo de disputas as lutas e as resistências dos povos tradicionais, como forma de manter suas existências nos territórios.

Assim, essa configuração ganha força também pelos incentivos e programas governamentais, que deslocam altos investimentos desde a base produtiva do agronegócio até a consolidação de grandes projetos de infraestruturas, capazes de subsidiar as movimentações e fluxos, desde as cadeias de produção às logísticas de escoamento ao mercado externo. Isso se justifica mediante a lógica que se passou a considerar esses megaprojetos como sendo “a peça central de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico do Brasil” (Little, 2013, p. 54). Consideravelmente, como forma de atrair esse modelo econômico, o Estado tem deslocado grandes investimentos a essas obras de

infraestrutura e logísticas.

Nesse sentido, historicamente, a Amazônia vem sendo permeada de interesses e estratégias do capital, que buscam criar o imaginário de que nos dias atuais o agronegócio seria a melhor e única proposta de desenvolvimento e modelo econômico para região e ao mesmo tempo para o país. Nessa configuração, atualmente, a Amazônia passa a ocupar “um lugar central e de convergência de interesses de grandes corporações das cadeias produtivas (grãos, carne e minério) e tornou-se um dos mais importantes corredores de exportação de *commodities* agrícolas e minerais no país” (Castro, 2025, p. 38). Esse avanço do capital vem acirrando ainda mais os conflitos e disputas territoriais, que por um lado têm a luta pelo território de vidas e por outro se configura como uma lógica exploratória e predatória que vêm ameaçar as vidas existentes nestes territórios. Trata-se de um modelo de desenvolvimento imposto à região e totalmente contrário ao desenvolvimento territorial desses povos.

Porém, compreendemos que este cenário de ameaças sobre os povos originários e comunidades tradicionais amazônicas estão entrelaçadas à uma configuração econômica nacional, que por vezes encontra-se sob pressão de um modelo econômico globalizado. No caso do Brasil, vem sendo reflexo de uma pressão global, que vem se firmando a cada dia numa lógica produtiva agro exportadora de *commodities* e no propósito de considerar sua posição no mercado econômico global. Esta configuração acentua os riscos de desapropriação e até mesmo o desaparecimento de diferentes identidades de povos. Além do comprometimento da soberania alimentar do país, pois, o avanço do agronegócio também ameaça as áreas cultiváveis dos camponeses.

Michelotti e Malheiro (2020) compreendem que a expansão e domínios do capital sobre os territórios amazônicos, de maneira geral se dão por meio de três dinâmicas: a pilhagem, que se dá por meio do saque e exploração da natureza e seus recursos para exportação; o domínio da terra e controle do território; e a violência e a devastação sistemáticas. Essas práticas têm-se representado desde a invasão colonizadora e continuam se intensificando pelo domínio do capital nos territórios amazônicos, que cada vez mais vem se expandindo e englobando novas áreas a fim de constituírem-se a serviço do sistema econômico global.

Assim, considera-se a lógica econômica em que o Brasil vem nos últimos anos se configurando, como sendo um país agro exportador de *commodities*. Svampa (2012) denomina essa lógica que foi se estendendo sobre a América Latina como “Consenso das *commodities*”, que vem sendo baseado na exportação em grande escala de bens primários,

ou seja, de *commodities*. No Brasil, destaca-se nessa análise as *commodities* agrícolas, como é o caso da soja, que tem ganhado um destaque expressivo no setor das exportações, como podemos verificar nos dados das exportações. Segundo Delgado e Leite (2023):

Em 2000, o valor das exportações da cadeia oleaginosa representava 5% do valor total exportado pelo Brasil, passando para 16,8% em 2020, explicado pelo aumento expressivo das importações chinesas, que representavam mais de 70% do valor total de soja exportada pelo Brasil nesse último ano. (Delgado e Leite, 2023, p. 4).

Vale destacar, que nessa lógica econômica de produção baseada no agronegócio, como ressalta Svampa (2012):

[...] sustenta uma lógica extrativista através da consolidação de um modelo tendencialmente monoprodutor, que desestrutura e reorienta os territórios, destrói a biodiversidade e aprofunda o processo de apropriação de terras. A inflexão extrativista compreende também aqueles projetos de infraestrutura planejados pela IIRSA (Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana), em termos de transporte (hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros), energia (grandes hidrelétricas) e comunicações; programa acordado por vários governos latino-americanos no ano 2000, cujo objetivo central é facilitar a extração e exportação de referidos produtos até aos portos de destino. (Svampa, 2012, p. 17 e 18) - tradução nossa.

Nesse sentido, para além do Brasil, a soja vem se destacando também como uma das principais exportações de outros países da América Latina, com exceção do Chile devido às suas condições territoriais não serem favoráveis para o cultivo deste produto. No ano de 2019 o cenário dos países latino americano foi o seguinte: Brasil e Paraguai se destacaram na exportação de soja e azeite de soja; Argentina se destacou também com a soja e o azeite de soja como o segundo produto mais exportado no ano e o Uruguai tendo a soja como terceiro no ranking das exportações (Lizarraga; Pereira Filho, 2022, p. 31).

No Brasil, a pressão dessa economia global tem desencadeado o aumento das áreas de monocultivos e assim o avanço da fronteira agrícola da soja em direção à região norte do Brasil. Segundo o Observatório de Complexidade Econômica (OEC, sigla em espanhol) esse cenário de exportação desta *commoditie* ganha maior expressividade no Brasil a partir dos anos 2000, porém, é a partir de 2015 que a soja tem se destacado no ranking de exportação. Apenas no ano de 2021 que o minério de ferro ocupou a posição de primeiro lugar do produto mais exportado, como podemos verificar no quadro abaixo:

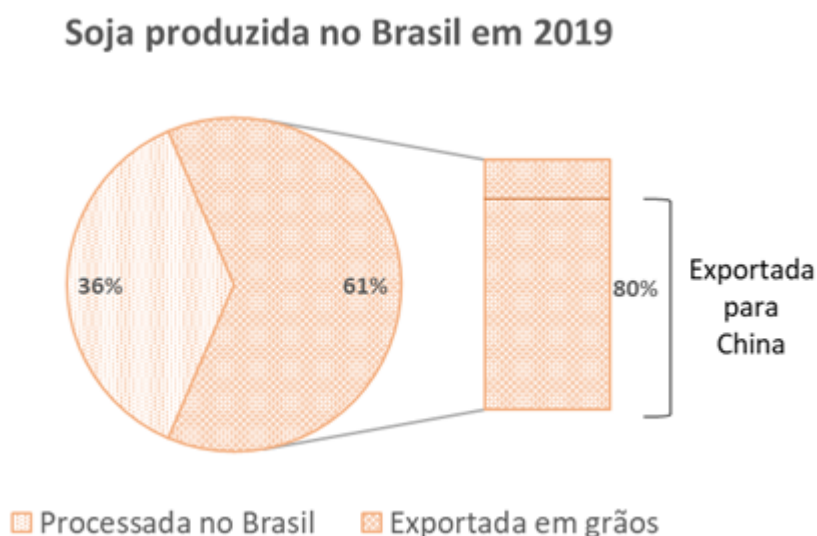
Quadro 2 - Os dois produtos mais exportados no Brasil nos anos de 2015 a 2021

Ano	Produtos mais exportados	Porcentagem
2015	1º. Soja	10.8%
	2º. Minério de ferro	8.2%
2016	1º. Soja	10.3%
	2º. Minério de ferro	7.22%
2017	1º. Soja	11.5%
	2º. Minério de ferro	8.75%
2018	1º. Soja	13.9%
	2º. Minério de ferro	10.7%
2019	1º. Soja	11.4%
	2º. Petróleo grosseiro	10.6%
2020	1º. Soja	13.3%
	2º. Minério de ferro	12.3%
2021	1º. Minério de ferro	16%
	2º. Soja	13.5%

Fonte: produzido pela autora a partir dos dados obtidos do OEC (Observatório de Complexidade Econômica) - https://oec.world/es/visualize/tree_map/hs92/export/bra/all/show/2021

Mas, qual seria a destinação para toda essa demanda da produção de soja no Brasil? Por meio do “Dossiê crítico da logística da soja”, Aguiar (2021) nos ajuda a compreender essa dinâmica, descrevendo que só em 2019, quase toda soja que foi produzida no Brasil teve como destinação para o uso de ração animal, servindo tanto para o próprio consumo no país (cerca de 14%), como em outros países. Desse total, apenas 36% foi processada no país, e 61% foi exportada em grãos, tendo como principal destino a China, comercializando cerca de 80% de soja em grãos exportada do Brasil.

Gráfico 1 - Produção da soja em 2019 no Brasil



Fonte: criação nossa, com base em Aguiar (2021).

Nesse propósito, Aguiar (2021, p. 22) considera que “o aumento exponencial da participação de China e Brasil, respectivamente, nas importações e exportações globais de soja no período, se reflete em uma relação comercial de mútua dependência selada pela *commodity*”. Toda essa dinâmica tem demandado um aumento da produção da *commodity* soja em territórios brasileiros, e como observado no gráfico acima, a produção da soja no Brasil tem se constituído basicamente para atender a um mercado externo. Assim, para além de grandes áreas para o monocultivo do produto, também essa demanda tem forte influência quanto a organização de logísticas infraestruturais que possam possibilitar o escoamento deste produto até o mercado externo.

Dentre as empresas multinacionais que lideram o ramo das exportações globais da soja destacam-se, ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, mais conhecidas pelas siglas ABCDE, representando as iniciais dos nomes de cada empresa (Medina, 2021). Pois, ao mesmo tempo que estas disputam os mercados globais da soja, também se articulam

estrategicamente no processo de territorialização e monopólio dos territórios para consolidação de suas infraestruturas logísticas. Nesse cenário da soja, considera-se que “a Amazônia dos rios e da floresta, dos espaços ribeirinhos e camponeses, tendem a sofrer compressões espaçotemporais aceleradas pela geopolítica mundial da soja, povoando a paisagem rural com objetos técnicos” (Silva; Conceição, 2017, p. 69).

Não dá para refletir sobre toda essa contextualização do mercado da soja global, sem levar em consideração essas empresas multinacionais e transnacionais que dominam os controles desta *commoditie* nos mercados globais. E quando considera-se a produção da soja no Brasil, não há como deixar de destacar o avanço da fronteira da soja ao norte do Brasil, e ainda ao trazer referência sobre as principais áreas que vem se expandido os grandes campos de monocultivos, como sendo “o norte do Mato-Grosso, rumo às áreas de transição Cerrado-Amazônia, e o Matopiba” (Aguiar, 2021, p. 33).

O Matopiba é uma área que vem sendo alvo de grandes disputas de empresas transnacionais, com principal propósito as extensas áreas para monocultivo de soja e para pecuária. Nome formado pelas sílabas dos seguintes Estados: Maranhão (MA); Tocantins (TO); Piauí (PI) e Baía (BA). Sendo que o Matopiba é formado por uma área que compreende esses Estados, e com o avanço do agronegócio sobre essas áreas tem-se acentuado o desmatamento e conflitos sobre essa região, já que essa região é constituída por comunidades camponesas, indígenas e quilombolas (Fernandes; Frederico; Pereira, 2019). Sendo assim, o Matopiba é uma “importante fronteira da soja, impulsionando projetos de novas rotas ou a expansão de rotas existentes” (Aguiar, 2021, p. 33).

Já a fronteira que compreende o norte do Mato-Grosso, (Aguiar, 2021, p. 33) considera como sendo “o epicentro do principal discurso neoliberal mobilizado pelos defensores das novas rotas: o ‘custo Brasil’ ”. E considerando as distâncias com os portos do Centro-Sul, as alternativas mais viáveis desta fronteira de expansão pelo Mato-Grosso, segundo Aguiar (2021), as alternativas mais viáveis têm sido pelos vértices de escoamento pelo Tapajós, Madeira e Leste do Pará.

Toda essa configuração de destaque à produção da soja no Brasil, têm contribuído para destacar o país ao alcançar o patamar de maior exportador global de soja, contabilizando, isso vem representar um pouco mais de 42% das exportações globais da *commodity* (Aguiar, 2021). Consequentemente, ao mesmo tempo, este cenário tem demandado uma série de infraestruturas logísticas que possam atender o fluxo do produto para exportação, sempre baseado numa lógica de especulação (Harvey, 1992), como demanda o sistema econômico capitalista, cuja saída mais viável e estratégica para o capital

tem sido o escoamento pela região norte do Brasil.

Nessas condições que os grandes projetos têm um papel fundamental em toda essa dinâmica, pois não basta apenas produzir *commodities*, são necessários os meios pelos quais se fazem fluir essas mercadorias até seu destino final. Ou seja, as infraestruturas logísticas que permitem o fluir dessas *commodities* do seu local de produção aos grandes portos privados responsáveis pelo escoamento dos produtos até os mercados consumidores. Podemos considerar uma dependência mútua, o avanço do agronegócio depende das infraestruturas logísticas que permitem o escoamento dos produtos, e essas infraestruturas estão à serviço do mercado capitalista.

Neste propósito, descreve Aguiar (2021):

Ainda que o Brasil também exporte volumes expressivos de outras *commodities* para a China (em especial, minério de ferro e petróleo), é o escoamento da soja – por suas características – que tem movimentado a agenda de infraestrutura logística. [...] a soja demanda uma logística por terra ou hidroviária considerável até alcançar os portos de exportação. (Aguiar, 2021, p. 24).

Assim, num processo de consolidar essa logística no norte do Brasil, tem-se como destaque o Projeto Arco Norte, cuja proposta se baseia em subsidiar o avanço do agronegócio, desencadeando-se por meio de grandes modais de infraestruturas logísticas que servem como bases estratégicas para o deslocamento de produtos da economia brasileira para exportação. Sendo que, “as rotas via o chamado Arco Norte – denominação atribuída aos portos das regiões Norte e Nordeste do país – têm sido, de longe, a principal aposta do agronegócio” (Aguiar, 2021, p. 28). Isso porque uma das principais vantagens que se observa é quanto ao encurtamento das distâncias pelos portos do norte do Brasil aos países de destino das *commodities*.

Aguiar (2021, p. 29), apresenta um dado interessante, constatando que “os sete complexos portuários onde mais cresceu o volume de soja exportada no país entre 2014 e 2020 se localizam na Amazônia”, Segundo a autora, são estes: Santana do Amapá; Itaituba, Barcarena e Santarém, no Pará; Itaqui em São Luís do Maranhão; Porto Velho em Rondônia; e Itacoatiara no Amazonas (Aguiar, 2021). Ou seja, configura-se a explícita expansão do agronegócio via rotas do projeto Arco Norte.

Essas infraestruturas, bem como o ramo da mineração, pecuária e os grãos (soja e milho), constituem-se os “os principais vetores de expansão das fronteiras capitalistas na Amazônia” (Michelotti; Malheiro, 2020, p. 2). Pois, é por meio da ampliação das infraestruturas logísticas que o agronegócio vai ganhando força de expansão, já que

necessita de todos esses aparatos para potencializar a comercialização externa garantindo maior fluxo e fluidez de mercadoria em escala internacional (Silva; Conceição, 2017).

O Projeto Arco Norte também se entrelaça no que Castro (2017, p. 25) explicita ao considerar que “as vias fluviais da Amazônia, cada vez mais, têm sido pensadas como corredores de exportação”. Visando uma logística de maior conexão com o mercado exterior, no ramo de exportação de *commodities*. Enquanto que, povos e comunidades tradicionais que ocupam esses territórios cobiçados por grandes empresas, vivem sob as ameaças de perder suas identidades, culturas, seus principais meios econômicos e base alimentar, enfim, de perder seus territórios.

Essa pressão que se estende nos territórios amazônicos deve ser considerada mediante uma visão uniforme que se projeta sobre a região. Assim, as fronteiras do agronegócio da soja cada vez mais vão se estendendo nos interiores da região e, conseqüentemente, demandando maiores aparatos logísticos que possam dar condições para o escoamento ao mercado exterior. Sempre levando em consideração melhores acessos e o tempo cada vez mais veloz, acompanhando assim a lógica de competitividade demandada pelo modelo econômico capitalista.

Rodrigues e Lima (2020, p. 100) consideram que esses grandes projetos de infraestruturas logística “se inserem em uma macro política escalar para produção de corredores logísticos para *commodities* e a conexão com grandes cadeias de *commodities* mundiais”. Mediante essa configuração, o dia-a-dia dos povos amazônicos vai sendo atravessada pela lógica excludente do capital, que vê estes sujeitos como barreiras ou empecilhos do chamado “progresso”. Ou seja, quem já vivia nos territórios passa a virar um impasse para a consolidação dos grandes projetos capitalistas, de modo que “desenraiza o homem, empurrando-o como marginalizado para as periferias das cidades” (Loureiro, 2002, p. 118). Isso se dá seguindo um propósito de retirar/remover esses povos do “meio do caminho”, além de fazer com que tudo vá se integrando nessa lógica econômica capitalista.

Considera-se a partir da compreensão de que “o capitalismo é expansionista e imperialista”, nessas condições, “a vida cultural, num número cada vez maior de áreas, vai ficando ao alcance do nexo do dinheiro e da lógica da circulação do capital” (Harvey, 1992, p. 308). Assim, o território é importante para o sistema econômico capitalista num sentido de dominação, para exercer o monopólio de suas ações, e então ir se expandindo. Assim como o espaço também interessa primordialmente no contexto da circulação das mercadorias, num sentido de que quanto mais curta sejam as distâncias para se chegar até os centros consumidores, maior suas condições competitivas e lucrativas. Dessa maneira:

O espaço importa para a acumulação capitalista sobretudo em razão do tempo que a mercadoria leva para percorrê-lo entre os elos das cadeias globais de valor e até o centros globais de consumo. Quanto maior o tempo, menor a competitividade de uma determinada cadeia de produção. (Aguilar, 2017, p. 55).

Na lógica capitalista, o tempo deve estar sempre relativo a lucro, e tudo que o envolve deve estar na disposição de gerar poder aquisitivo. Por isso, o tempo do sistema econômico capitalista não combina com o tempo dos povos tradicionais, dos que vivem subalternos aos efeitos do capital. A lógica do capital é do tempo veloz, da competitividade, do encurtamento das distâncias e do aceleração de todos os processos de produção. É um tempo moldado conforme os interesses do capital, que proporciona acumulação de lucro, e isso se faz negando e inferiorizando modos de vida que não permitem seguir essa condição.

É dessa maneira, que os territórios amazônicos são conduzidos aos auspícios desta configuração, que envolve toda uma lógica global que movimenta e direciona os fluxos das mercadorias sob uma condição de produção e competitividade, sendo regras ditadas pelo sistema econômico global, que vai incorporando os territórios nos seus planos estratégicos conforme suas vantagens e necessidades. Sendo assim, essa configuração global, definida pela lógica do mercado externo, ou seja, a partir das demandas globais, configuram a essa condição altamente competitiva, regulando os tempos e usos do território (Castro, 2012, p. 49). Porém, à medida que os territórios tradicionais vão perdendo sua autonomia, logo, deixam de existir.

Podemos então compreender as ações e reações que perpassam em cada escala no contexto dessa dinâmica. O mercado global constrói exigências mediadas pelos países capitalistas, que por vezes nos âmbitos nacionais há uma corrida de competição, principalmente envolvendo países subdesenvolvidos, no propósito de fazerem parte desse processo de produção e fluxo de exportação. Isso vem demandar numa escala local, o acirramento das disputas territoriais, das riquezas transformadas em recursos a serem exploradas, e apropriação desde os saberes locais ao próprio poder de domínio e controle dos territórios de vidas.

Essa é a lógica que busca submeter tudo nos moldes de acumulação do capital, “transformando tudo em recursos a ser explorados na medida em que transforma valores em preços” (Porto-Gonçalves, 2015, p. 86). É o modo de produção capitalista movido pela ação de espoliação, onde os valores deixam de existir e coexistir, pois tudo precisa virar mercadoria. Ou seja, os bens comuns são transformados em mercadorias, em detrimento do capital. Dessa maneira, tudo vira recurso, passível a serem explorados, inclusive levando em

consideração até mesmo a força de trabalho quando são submetidas a situações análogas à escravidão. Na Amazônia, diante de sua grande extensão territorial e áreas de difíceis acessos, fatores que dificultam as fiscalizações, ainda prevalecem muitas situações difíceis em que encontram-se pessoas trabalhando em condições totalmente desumanas.

Importante também destacar que todo esse cenário de expansão do capital na Amazônia tem sido reflexo de um número expressivo de ameaças e assassinatos contra os povos das águas e florestas, que de acordo com Brito (2025, p. 52), “a Amazônia Legal é a região mais perigosa do país para defensores e defensoras de direitos humanos e ambientais”. Sobreiro Filho e Sodré (2021, p. 71) descrevem que essas formas de violências que tem levado aos assassinatos no campo da Amazônia se dão no contexto de maior “expressão da fronteira, manifesta através da concentração de terras, da extração de recursos, da grilagem de terras, do avanço do agronegócio e de outras expressões da razão capitalista que forjam determinados espaços”.

E ainda, Sobreiro Filho e Sodré (2021) apresentam o cenário compreendido do período de 1985 a 2019, onde a Amazônia concentrou 66,22% dos assassinatos na luta pela terra no Brasil, explícito em maior concentração na Amazônia Oriental. Isso se explica ao considerar que o Estado do Pará concentra o maior número de assassinatos no campo, seguido dos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Amapá. Através desses dados, é possível perceber como há uma grande relação com o avanço da fronteira do capital, como ocorre com a expansão da soja. Essas áreas onde o monocultivo da soja vem ganhando expressividade, reflete as grandes concentrações de terras, consequentemente, se elevam os índices de violência no campo.

Segundo Brito (2025), de acordo com dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra, em 2023, o Brasil contabilizou o maior número de conflitos no campo já registrados pela CPT. Sendo que a maior parte ocorreu na região norte, cerca de 35% dos casos. Esses dados vão ganhando expressividade junto com o avanço do capital na região, pois, à medida que o capital avança sobre os territórios, consequentemente se tem o aumento das ameaças e assassinatos de lideranças que lutam pela defesa dos territórios e mediante as pautas socioambientais. É o outro lado da “moeda”, que na maioria das vezes é negligenciada, não chegando nem a ser julgada, tornando-se impune, mesmo diante de tamanha crueldade. Muitas vezes nem entram nas estatísticas, sendo considerados quaisquer outros fatos da realidade, como estratégia de ocultar a verdade e impossibilitar de chegar aos mandantes de tais crimes.

Todo esse cenário é explícito na lógica do capital, que “não funciona sem

autoritarismo e violência, como uma máquina de destruição de territórios de vida” (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 54). Esse é o propósito de acumulação e expansão do capital, que se faz por meio da destruição de territórios tradicionais. Por isso que a lógica capitalista usa a estratégia de esvaziamento de tudo aquilo que o território representa e tem de mais sagrado, até mesmo o esvaziamento das próprias vidas para dar lugar à reprodução de uma condição que sirva apenas para gerar lucro nas mãos de poucos.

Podemos considerar que esse alcance da lógica capitalista é capaz de destruir sonhos, vidas, bem como as diferentes dimensões que compreendem o território. Assim, o capital vai gerando uma nova configuração, permeando as coisas de um novo sentido, carregado de “seu aparato ilusório, seus fetichismos”, ou seja, é um processo que “mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida” (Harvey, 1992, p. 307). No contexto atual, diferentes territórios passam a ser inseridos nessa configuração de ameaças, mediante a lógica expansionista do capital.

Enfim, toda essa dinâmica pode gerar transformações dos espaços e territórios, fazendo com que as práticas tradicionais sejam sufocadas pela lógica capitalista, e se não houver as formas de resistências dos povos, poderá implicar na transformação como espaços de acumulação do capital. Esse processo de expropriação e predomínio de violências cada vez mais se acentua à medida que há o avanço do capital, por meio da concentração de terras, da expansão dos grandes projetos capitalistas e de um poder que se sustenta na subtração de vidas. Logo, se mata, desmata, envenena à custa do lucro e concentração do capital. Esse é um cenário que a Amazônia vem padecendo desde a invasão colonizadora e que nos dias atuais se estende por meio do avanço do agronegócio e dos chamados grandes projetos.

6.1.2 Das histórias de “visagens”¹² à multinacional do medo: Cargill e suas estratégias de territorialização e desterritorialização em Abaetetuba

Nos últimos anos, o município de Abaetetuba, localizado no nordeste paraense, vem sendo enquadrado na logística dos grandes projetos desenvolvimentistas. Localizando-se na foz do rio Tocantins, vem se destacando nas estratégias de interesses capitalista,

¹² Acontecimentos sobrenaturais, aparições, assombrações, espíritos, que podem ser vistos ou apenas ouvidos e/ou sentidos, causando sensações de medo.

principalmente no que corresponde a projetos de instalações portuárias privadas para escoamento de *commodities* agrícolas e minerais. Um dos principais fatores para tal interesse compreende o encurtamento de distâncias com o mercado exterior - se comparar com o porto de Santos, na região sudeste - por estar mais próximo das rotas navegáveis pelo oceano e com isso gerar maior facilidade e lucros nesse modelo de economia que compreende o modo de produção capitalista.

É importante ressaltar que nessa região encontra-se um dos maiores complexos portuários do Brasil, conhecido como complexo portuário e industrial de Vila do Conde, localizado no município de Barcarena, fazendo fronteira com o município de Abaetetuba. Assim, compreende-se que desde os anos de 1980, a região do baixo Tocantins já vem sendo foco de interesses dos grandes projetos, com a construção da empresa Albrás, em Vila do Conde (município de Barcarena), considerada como a maior produtora de alumínio primário do Brasil, iniciando sua operação nos anos de 1985.

A partir da chegada da empresa Albrás em Vila do Conde, outros empreendimentos posteriormente também vão se consolidando nessa região, configurando num aglomerado de empresas, passando a se constituir num complexo industrial e portuário. Através dessa configuração, cada vez mais o município de Barcarena vai se inserindo na perspectiva de um espaço estratégico para economia global, na dinâmica de conectar o município com o resto do mundo, através da consolidação de logística portuária, considerando que “o Baixo Tocantins (Barcarena e Abaetetuba) tornou-se cenário da ambição, especulação e conflitos diante dos vários projetos de infraestrutura planejados” (Silva, 2022, p. 43).

Compreende-se então, que apesar de Abaetetuba ser mais “tardamente” inserida no âmbito dessa disputa de interesses dos grandes projetos, porém, toda essa dinâmica que foi se consolidando em Barcarena, também gerou e vem gerando uma série de efeitos danosos para o município de Abaetetuba, sendo impactada pelas empresas que foram se instalando. Apesar do complexo portuário industrial de Vila do Conde estar localizado em Barcarena, os impactos também se deslocam para o município vizinho de Abaetetuba. Transportados pelo ar e pelas águas, os ribeirinhos de Abaetetuba podem sentir os impactos da contaminação e poluição provenientes desses empreendimentos.

Um exemplo foi o caso do naufrágio do navio Haidar no porto de Vila do Conde em 2015, carregado por cerca de 5 mil bois vivos e 700 toneladas de óleo a bordo, o navio seguiria em direção à Venezuela, porém, naufragou ainda no porto de Vila do Conde. Os danos gerados atingiram as comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba, como a comunidade do Rio Caripetuba, que foi atingida com carcaças de bois que adentraram no rio

e a contaminação por óleo, gerando grandes transtornos na comunidade tanto para vida aquática, vegetal e humana.

Figura 9 - Bois mortos encalhados na praia de Vila do Conde em decorrência do naufrágio do navio Haidar



Fonte: Portal de notícias G1 - Rede Liberal.

Além desse desastre mencionado, outras ocorrências que se descrevem no contexto do complexo portuário e industrial de Vila do Conde, também seus efeitos tendem a gerar danos à comunidade do Rio Caripetuba e demais comunidades tradicionais de Abaetetuba. Como exemplos de desastres mais recentes, se teve o vazamento de rejeitos de caulim, da empresa Imerys, localizada no complexo industrial de Barcarena, também vazamento em barragem de rejeitos minerais da empresa Hydro Alunorte, como ocorreu em 2018, dentre uma série de desastres que vem ocorrendo desde a instalação dessas empresas na região.

Diante desses ocorridos, a água já encontra-se contaminada por metais pesados, os ribeirinhos têm sofrido as consequências desses desastres sendo prejudicado o próprio banho no rio, em que estes sujeitos passam a enfrentar problemas de saúde como, coceiras pelo corpo, irritações na pele, problemas gastrointestinais, queda de cabelo, dentre outros, que são intensificados quando há ocorrência desses desastres. Considera-se também a contaminação do ar, sentindo seus efeitos na saúde humana, vida animal e na vegetação. Destaca-se que as ameaças aumentam quando a empresa multinacional Cargill tem a pretensão de implantar um terminal de uso privado numa área do Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE Santo Afonso, no município de Abaetetuba-PA.

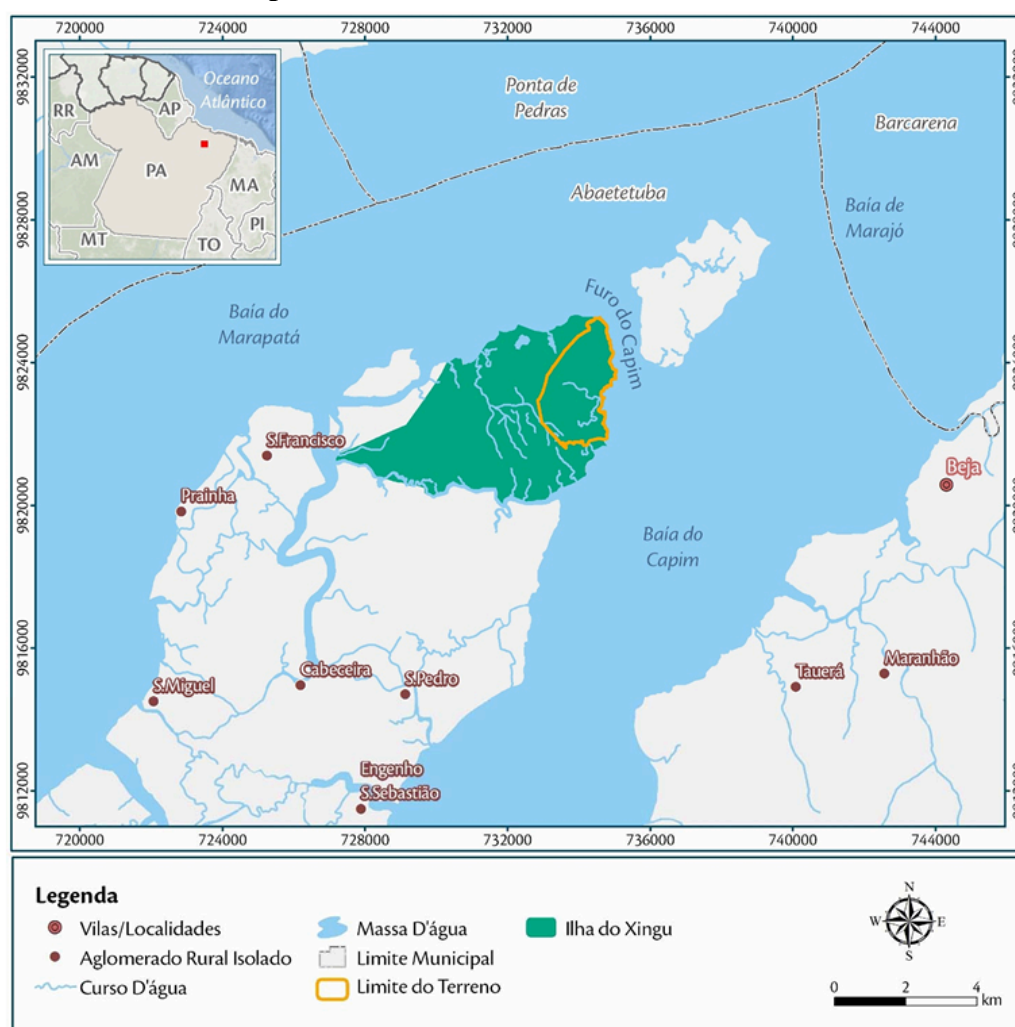
A Cargill é uma empresa transnacional de capital privado que atua no ramo do agronegócio, com sede em Minnesota, nos Estados Unidos. No Brasil, a empresa vem

atuando desde 1965 e encontra-se presente em dois biomas muito importantes. Reis (2024) descreve que a empresa Cargill:

Tem unidades de produção, armazenamento e escoamento de grãos em três estados da Amazônia (Pará, Mato Grosso e Rondônia) e em seis estados incluídos no bioma Cerrado (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná e São Paulo). No Pará, a Cargill opera um porto graneleiro de tipo TUP em Santarém e uma Estação de Transbordo de Carga (ETC), no distrito de Miritituba, no município de Itaituba. (Reis, 2024, p. 86).

Desde 2017, vem se intensificando as ameaças diante das tentativas de instalação da empresa multinacional Cargill Agrícola S.A, com objetivo de possível instalação na Ilha Xingu, cujo terreno adquirido encontra-se dentro de área de Projeto de Assentamento Agroextrativista.

Mapa 3 - Localização do TUP - Abaetetuba



Fonte: Ambientare (2018).

Observa-se que no mapa de localização do TUP – Abaetetuba não estão descritas as comunidades mais próximas do terreno adquirido pela empresa, como as comunidades

ribeirinhas do Rio Caripetuba, Rio Xingu, Igarapé São José, Areia, Igarapé Vilar, Ilha do Capim, Caratateua, entre outras, e ainda o território Quilombola Bom Remédio - Assacu. Estes territórios encontram-se localizados no entorno do terreno adquirido pela Cargill, além dos demais territórios ribeirinhos e quilombolas que compreendem um total de 72 comunidades, que formam o mosaico de ilhas no município de Abaetetuba, e que na escala de projeção do mapa não é possível visualizar.

Uma das primeiras formas de violência utilizada pela empresa foi de construir, por meio da empresa de consultoria Ambientare, o primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2017, desconsiderando a existência das comunidades tradicionais. Consta neste primeiro EIA/RIMA da empresa uma grande invisibilização destas comunidades e de suas territorialidades, ignorando suas práticas cotidianas e tradicionais, como descreve Vasconcelos (2021):

Relata-se que o EIA/RIMA do porto da Cargill não levam também em consideração seus modos de vida, o direito de permanecer nos seus territórios, mas os expulsam lentamente e os consideram como estrangeiros, bloqueadores do progresso, empecilho ao desenvolvimento local e regional. (Vasconcelos, 2021, p. 155).

Foi diante de intensos questionamentos das comunidades e movimentos que a empresa refez o estudo, com a publicação de sua atualização em 2018. Porém, mesmo que neste estudo atualizado tenha inserido nomes de alguns PAE's, ainda nega a existência das comunidades ribeirinhas próximas do terreno adquirido pela empresa. Como se pode observar ao descrever a viabilidade para implantação do porto no PAE Santo Afonso:

Não foram identificadas interferências em terras indígenas próximas ao terreno de Abaetetuba, mas destaca-se a proximidade com a comunidade quilombola denominada Nossa Senhora do Bom Remédio, que se localiza há uma distância de aproximadamente 2,5 km da área de interesse da Cargill. (Ambientare, 2018, p. 65).

Ou seja, o estudo não considera as comunidades ribeirinhas e a interferência do projeto sobre elas. Apenas menciona da seguinte forma: “Há na margem da ilha pequenas propriedades ribeirinhas basicamente usadas para agricultura de subsistência, onde plantios de Açaí podem ser observados associadas a outras culturas, como a mandioca” (Ambientare, 2018, p. 65). O que há ao entorno da área não são pequenas propriedades ribeirinhas, como mencionado no estudo, e sim, territórios ribeirinhos, também considerados como comunidades ribeirinhas, que vêm mantendo suas existências secularmente nestes territórios. Observa-se também a invisibilização da atividade pesqueira, bastante desenvolvida pelos ribeirinhos, caracterizando como uma forma de negar a relação do ribeirinho com os rios,

que se constituem numa relação de total dependência.

A logística do projeto empresarial baseia-se na construção de um Terminal de Uso Privado (TUP - Abaetetuba), com estruturas de apoio e infraestrutura portuária, tendo como principal objetivo o escoamento de grãos (soja e milho) para mercados externos. O objetivo da empresa conta com a capacidade de movimentação de nove milhões de toneladas de grãos por ano (EIA/RIMA, 2018). Segundo o site da empresa, o porto da Cargill em Abaetetuba tem como propósito completar sua matriz logística no Arco Norte, sendo que “a não implantação do Terminal de Uso Privado fica em desacordo com as políticas de investimento no setor hidroviário para o escoamento internacional, onde se destaca a importância estratégica e logística dos portos do Arco Norte” (Ambientare, 2018, p. 68).

Assim, o projeto TUP - Abaetetuba, encontra-se dentro da logística estratégica do escoamento de *commodities*, tendo como destino principalmente os EUA e China. Essa relação de comercialização tem como consequência a expansão do agronegócio no Brasil, com avanço para região Norte. Simultaneamente, pela maior facilidade de conexão com o mercado internacional por meio do Projeto Arco Norte. Além dos empreendimentos portuários, o Projeto Arco Norte também envolve uma série de outros projetos logísticos que alinham-se numa perspectiva de fortalecimento de uma economia global baseada na lógica capitalista agro exportadora de *commodities*.

Porém, esses projetos são permeados de contradições, que por vezes não tendem a gerar benefícios para o povo local, mas são desencadeadores de conflitos e extremas violências, não apenas física, mas também psicológica, social, moral, econômica e cultural. Considerando que “deixam marcas de destruição, não apenas a morte física. Parte de seu legado é a violência às crenças e relações, pois nestes territórios habitam deuses, a ancestralidade, o modo de vida, a cultura, economias, a política” (Sobreiro Filho *et al*, 2025, p. 223). No entanto, há uma negação de todos esses aspectos essenciais da vida humana e da multidimensionalidade desses territórios, que por vezes são desconsiderados pelos projetos hegemônicos, que consideram apenas território-físico.

Todo esse processo afeta de forma violenta a vida dos ribeirinhos, pelas circunstâncias nas quais a Amazônia está inserida, as empresas multinacionais promovem um cenário de conflito, impondo um ritmo de ocupação e invasão das terras tradicionalmente ocupadas, gerando insegurança e ameaças a estas populações. Tratam o ribeirinho como invasor de seu próprio território. No discurso reiterativo, comunicam que as empresas são vetores do “progresso”, que é inevitável. Em discurso de inversão, afirmam que a presença das comunidades tradicionais é impedimento ao progresso. (Silva, 2022, p. 99).

Essa negação das existências territoriais gera insegurança, medo e por vezes

incertezas aos territórios tradicionais. Por isso, esses sujeitos já não vivem mais uma realidade passada em que o medo se remetia aos seres sobrenaturais, popularmente conhecidos como “visagens”. Nos dias atuais, as comunidades temem uma ameaça que é visível, não sendo algo que faz parte de sua cultura e realidade, mas uma ameaça externa. É o estranho que chega e é capaz de destruir as próprias encantarias locais, se configurando como “um novo desafio territorial” (Bringel, 2020, p. 7) na região.

Quando foram realizadas as entrevistas com os ribeirinhos, ao questionar sobre as principais ameaças vividas no território, foi unânime todos responderem que a principal ameaça são os grandes projetos capitalistas, dando destaque para o projeto portuário da Cargill. Destacamos uma das falas:

As ameaças que nós vive no nosso território, que a partir de certo tempo tirou nosso sossego, nossa paz, a maior de todas que eu vejo, é a questão desses grandes projetos de desenvolvimento, que chamam, né, que falam que seria o desenvolvimento. Que pra nós, que fomos criados numa cultura diferente, não vemos isso como desenvolvimento, né. Nós vemos isso como uma ameaça para nós. Uma forma de fazer a gente se sentir como se fôssemos nada, retirando de nós tudo aquilo que nós amamos, o nosso lugar, o nosso modo de viver, a nossa cultura. Pra mim eu vejo como uma grande ameaça esses projetos de empreendimentos que querem se instalar aqui em nosso território. (A. D. G., lavradora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 11/08/2025).

A Cargill veio ser essa ameaça visível e em muitas circunstâncias também invisível, pois seu processo se faz por diferentes estratégias e tentativas de territorialização. Sendo um projeto não compatível com a vida ribeirinha, conseqüentemente, gera insegurança, ameaças e significa desterritorialização das territorialidades desses povos.

E quando se aborda o processo de desterritorialização, é importante salientar que não se trata apenas da retirada dos sujeitos de seus territórios, visto que esse processo inclui todas as formas de perdas vividas por esses sujeitos. A empresa pode provocar diferentes formas que levam a um processo de desterritorialização, como: cercamentos de áreas coletivas, proibição de áreas de pesca, mudanças dos modos de vida tradicionais, insegurança alimentar, sensação de medo e incertezas, entre tantos outros.

Ao mesmo tempo que essas ameaças não podem serem consideradas apenas a partir do momento que uma empresa se consolida, pois, desde o próprio anúncio do projeto o território já não pode ser considerado o mesmo, como podemos observar nos relatos:

Desde quando veio falando, né, sobre esse empreendimento da Cargill dentro do nosso território, uma das coisas que aconteceu foi a desunião, né, uma divisão dentro da comunidade, com o povo. Porque, é, eles tentaram, cooptar né pessoas de dentro de nossa comunidade, e as pessoas falando que, uns diziam que era progresso, desenvolvimento, e outros diziam que

não, que era um projeto de morte, né, então, umas das consequências foi a divisão das pessoas dentro do território. (K. B. G., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025).

Ela [Cargill] tirou o sossego das famílias, as famílias ficaram doentes psicologicamente, ela veio trazer muitos problemas assim, que a gente não teve paz, aí teve uma mudança muito grande, é, veio trazer o medo, que a gente fica preocupado, muita preocupação, assim, pra nós que moramos aqui. (M. de N. M. G., lavradora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025).

Primeiro prejuízo que nós tivemos foi de uma forma psicológica. Alguém dizer que vai fazer algo dentro do seu território, mesmo que vocês não aceitem, então, desrespeitando nossa autonomia. Porque a própria lei diz, que qualquer projeto para adentrar num território tradicional, precisa ser consultados os povos que ali residem. Então já sabe que vem de uma forma violenta. E que mesmo que a gente seja consultado, que a gente tenha direito garantido ao veto, pra que seja respeitada a nossa decisão. Quem reside nesse território, os povos tradicionais, é eles que vão sofrer as consequências. Então a gente acredita que da forma que a gente vive ao longo dos anos, a gente quer que seja garantido esse nosso direito de viver da forma que a gente sempre trabalhou. Que leve em consideração toda essa forma de vida que a gente tem no território, que não é só economicamente, mas culturalmente, espiritualmente. (A. N. A. C., morador do PAE Santo Antônio II, entrevista realizada em 20/05/2025).

Percebe-se como esses projetos desencadeiam uma série de violências, que vão se configurando desde antes mesmo de se concretizarem. Como nos relatos acima, esses projetos mudam o dia-a-dia do território, as pessoas não conseguem ter o mesmo equilíbrio de paz como tinham antes, vivem inseguras, com medo, são afetadas psicologicamente, e ainda, é capaz de romper com os laços comunitários, de convivência e solidariedade, gerando desunião e conflitos internos. Assim, não precisa uma empresa se instalar para então surgirem as problemáticas, o próprio anúncio do projeto já é capaz de tirar a paz e a liberdade do território.

Nós vivia em paz, né, nós já sabe que já tem empresa aqui próximo [complexo portuário e industrial de Vila do Conde], que já vem tirando a nossa paz, mas está lá, a gente já sofre com a poluição, mas quando veio esse projeto dessa empresa Cargill, que já vem pra se instalar nesse lado do nosso território, aí já gerou conflitos, divisão, né, a gente já não consegue dormir nas casas, problemas psicológicos, é, muitos conflitos mesmo. A gente se desgastamos muito, devido reuniões que a gente tava quieto em nossas casas, né, não tinha essas reuniões, não tinha mobilização, não tinha que ir pra luta pra ser contra um projeto desse, a gente nunca esperava uma situação dessa. Então veio tirar toda a nossa paz, o nosso sossego, o nosso modo de como viver. Se não era 100%, mas tava bom, e tirou o nosso sossego, a nossa paz, a nossa vida que tava em diálogo. E alguns se revoltaram, né, isso gerou uma polêmica, um conflito, um verdadeiro conflito, que pra nós é como se fosse uma guerra. E é isso, uma guerra entre pessoas, que tem os prós e os contras também, né. Então pra mim isso é a pior coisa que já aconteceu, porque se existe um problema na

comunidade, é, há um conflito, a gente resolve, passa um tempinho a gente resolve, e pronto, acabou. E esse aí não, tá persistindo desde que começou essa fala que eles estão querendo se alojar aqui, desde essa época, por todos esses anos há esse conflito. Então não tivemos mais paz, porque esse conflito permanece. (M. G. D., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 07/08/2025).

Como percebe-se, a Cargill veio intensificar os conflitos e ameaças nos territórios ribeirinhos de Abaetetuba. E ainda, veio modificar o dia-a-dia desses sujeitos, que deixam de realizarem suas atividades diárias para estarem em lutas contra um projeto totalmente incompatível com seus projetos de vida territorial. Além disso, soma-se um estado de desconfiança que estes sujeitos começam a sentir, tanto com as representações governamentais como quem chega no território, como destacado:

Mudou de que, por essa falta de respeito, tanto da empresa Cargill, como do próprio Estado, que tá atrelado à Cargill, a desconfiança, né, e a nossa forma de confiar nessas pessoas, que trabalham de má fé com a gente, né, não falam a verdade, tentam se camuflar de muitas formas. É, como a primeira investida dessa empresa que foi distribuir cestas básicas. Ela veio através da assistência social do Estado, então não falou abertamente qual seria o seu plano de fundo na questão da distribuição da cesta. Também, é, disse, é, em alguns momentos que o projeto seria para desenvolver a questão do beneficiamento de açaí que a comunidade é produtora na questão do extrativismo, e foi descoberto que não era essa a verdade, tava tentando convencer a comunidade a imensa de uma mentira. E também quebrou a nossa confiança nos próprios gestores municipais que também tavam atrelado a essa forma de se apresentar às comunidades, lideranças, e causou prejuízo também pra nós de tá fazendo essa resistência, porque o próprio Estado que deveria defender o nosso direito, tava atrelado a uma empresa privada, então pra nós, exigiu muito da gente, da gente se articular, se organizar pra fazer essa resistência direta. (A. N. A. C., pescador, morador da Ilha do Capim, entrevista realizada em 20/05/2025).

Viola muito nosso direito de ir e vir, de nós receber as pessoas que antigamente chegava as pessoas na casa da gente, a gente recebia, levava logo pra cozinha pra tomar café. E hoje em dia não, hoje em dia a gente fica mais, assim, apreensivo né, do que pode ser, porque a gente não sabe né. Aí quando as pessoas chegam na nossa casa, a gente pergunta o nome, é porque, quem foi que mandou essa pessoa vim, o que é que ela quer, qual o objetivo dela né. A gente já não manda entrar mais, a gente já faz pergunta na frente da casa, gerou um estado de desconfiança dentro do nosso território. (K. B. G., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025).

Percebe diante dos relatos que há um certo ponto referencial que marca a vida do território antes do conhecimento do projeto e como este vêm se constituindo após todo esse desenrolar de ameaças. Sendo assim, a vida do território após a vivência dessa ameaça já não é mais a mesma, passando a se constituir um território sob tensão, onde a desconfiança passou a se tornar constante, além de tantas outras formas de violências, como resume o

entrevistado: “a comunidade se sente violentada, constrangida com essa forma de atuação da empresa, se sente ameaçada. Porque nós compreendemos que esse é um projeto que não foi pensado por nós e nem pra nós, mas sim para atender a interesses particulares” (A. N. A. C., morador do PAE Santo Antônio II, entrevista realizada em 20/05/2025).

Nessas condições das tentativas de consolidação do projeto portuário da Cargill em Abaetetuba, a empresa tem feito diversas investidas a fim de conseguir se territorializar. A primeira delas foi a aquisição do terreno no PAE Santo Afonso, localizado às margens do furo da Ilha do Capim, cercado por diversas comunidades ribeirinhas. Porém, como contextualiza Vasconcelos (2021, p. 161) “a área reivindicada pela empresa CARGILL é, na realidade, um apossamento irregular porque está incidindo dentro de um Projeto de Assentamento Agroextrativista, PAE – Santo Afonso”, cuja venda do terreno para empresa não poderia ser realizada, ainda em circunstância do tipo de atividade que pretende ser desenvolvida. Antecedendo esse processo, o terreno foi primeiramente negociado com a empresa Brick Logística, que antecedeu a compra e então negociou com a empresa Cargill Agrícola S.A.

Importante considerar, que a aquisição do terreno também se deu por meio de aparatos de alteração de lei, assim se constituiu com as alterações feitas no Plano Diretor Municipal de Abaetetuba, como descreve Bastos (2019):

A adequação na lei 486/2016, reordenou o espaço territorial nos assentamentos agroextrativistas nas ilhas de Abaetetuba, denominando zonas de desenvolvimento. Estabelecendo assim áreas específicas nas ilhas para a implantação de grandes projetos portuários, inclusive em áreas de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, como o PAE Santo Afonso na ilha Xingu. (Bastos, 2019, p. 172).

Ressalta-se que essa alteração foi feita sem a participação das comunidades tradicionais, ou seja, as comunidades ribeirinhas e quilombolas das ilhas de Abaetetuba não foram consultadas quanto a essas alterações no Plano Diretor Municipal, como garante a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho. Sendo que essa alteração atinge diretamente a vida desses sujeitos que dependem diretamente dos rios, florestas e terras para o desenvolvimento de suas atividades vitais, tais como a pesca do peixe e camarão, extrativismo do açaí e de outros frutos e desenvolvimento da pequena agricultura familiar.

Em relação a essas principais alterações, temos nos artigos 42, 43 e 44 do Plano Diretor, descritos da seguinte maneira:

Art. 42- A zona das Ilhas 01 é de desenvolvimento estratégico devido a sua localização e características, com solo firme e aptidão portuária, retro

portuária e logística. Localiza-se ao norte da Ilha Urubueua.

Art. 43- A Zona das Ilhas 02 é uma área formada por ilhas predominantemente de atividades agroextrativistas que sofrem maior influência da zona urbana devido a sua proximidade. Área com diversos acessos hidroviários para escoamento de produção e transporte.

Art. 44- A Zona das Ilhas 03 é uma área de Conservação Ambiental. Formada por ilhas predominantemente de culturas nativas de subsistência e pesca. Área com várzeas e alagadiços e diversos acessos hidroviários onde em seu entorno encontram-se pequenos sistemas de microportos para escoamento de produção e transporte de passageiros. A Zona de Conservação Ambiental defende o uso racional de seus recursos e o manejo correto do meio ambiente pelo homem, que o denota como parte integrante do processo.

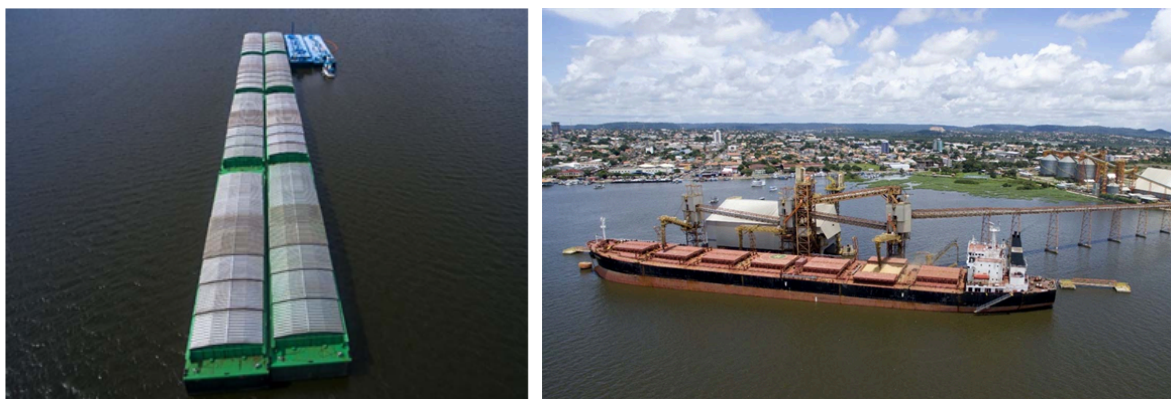
Assim, observa-se no Art. 42, a configuração destas áreas como sendo de localização estratégica para viabilidade de logísticas portuárias. Porém, são áreas onde se tem a localização de comunidades ribeirinhas, que já tem seus modos de vida tradicionais desenvolvidos por longas gerações. Correspondendo a própria localização de área de terras adquirida pela empresa Cargill, ou seja, tudo condiz que as alterações feitas no Plano Diretor estavam alinhadas à chegada do porto da Cargill em Abaetetuba e a garantia de sua instalação, como se o município estivesse “abrindo as portas” para a chegada da empresa. Sendo assim, constituindo como uma forma de inserção do município nos modais logísticos de escoamento de *commodities*, compreendidos dentro do Projeto Arco Norte.

É importante considerar, que o furo da Ilha do Capim é local de fluxo contínuo dos ribeirinhos que vivem nas comunidades próximas. Esses deslocamentos se fazem por pequenas embarcações, sendo um trajeto que permite aos ribeirinhos das comunidades ao entorno levarem seus produtos para comercialização na feira da cidade de Abaetetuba. Ou mesmo, na interação entre as comunidades, acesso à escola e posto de saúde na Ilha do Capim, e até mesmo significando como um “berçário” de reprodução de peixes, por conter extensos pedrais que servem como desova desses animais aquáticos e um número significativo de territórios pesqueiros utilizados por pescadores das diversas comunidades ribeirinhas de Abaetetuba.

Caso o projeto portuário da Cargill seja consolidado, essa dinâmica dos rios, do furo da ilha do Capim e da baía do Capim e Marajó serão totalmente alteradas, impossibilitando o desenvolvimento das atividades e culturas tradicionais dos ribeirinhos, comprometendo suas vivências e a soberania alimentar desses territórios. Isso porque passarão a circular de forma intensa grandes comboios de barcas e navios graneleiros, de modo que “o devir dessas comunidades acaba sendo provocado por um novo vetor de produção de grãos que

estabelecem as hidrovias como seu principal canal de escoamento” (Bringel, 2020, p. 20). Consequentemente significará um atravessamento dos modos de reprodução identitária desses sujeitos, por meio de negações, restrições e os próprios riscos de exposição ao perigo, podendo comprometer a própria permanência desses sujeitos em seus territórios, já que sua identidade cultural estará ameaçada.

Figura 10 - Comboio de balsas e navio graneleiro previstos para operar no TUP – Abaetetuba



Fonte: Ambientare (2018).

O TUP – Abaetetuba está para receber *commodities* vegetais advindos pelo rio Amazonas e seus afluentes, transportados via comboio de barcas e ao chegarem no TUP – Abaetetuba, serem descarregados diretamente nos navios ou em silos de armazenagem. Os comboios de balsas serão preliminarmente compostos por 16 barcas, com dimensões de 61,00m x 15,00m, com capacidade média de 3,2 t/barca, totalizando 51,2 t/comboio. Os navios, sendo de porte graneleiro, com dimensões de 300 m de comprimento, 50 m de boca e 17 m de calado operacional, para um TPB de 150 (toneladas de porte bruto) (Ambientare, 2018).

Os ribeirinhos temem toda essa configuração que vem se aproximando, sendo que já vêm enfrentando as ameaças e desafios com balsas cargueiras da empresa Bertoloni que ficam ancoradas no entorno da ilha do Capim, esperando o momento para o desembarque das cargas em navios, no porto de Vila do Conde, para assim serem exportadas para o mercado internacional. Em entrevista realizada com liderança da Ilha do Capim, relata que além do território sofrer as consequências da implantação industrial e portuário de Vila do Conde, também vem sofrendo diversos prejuízos com a ancoragem dessas balsas no território, relatando que:

No decorrer dos tempos, é, outras empresas se instalaram aqui no território aqui do furo do Capim, sem consultar as comunidades, é, e foi trazendo diversos prejuízos como a perda dum território coletivo, que se tornou uma área privada para atender os interesses de uma empresa que foi a Bertolini.

Também ameaça a nossa economia local, muita gente sobrevivi da pesca, também a questão da saúde né. (A. N. A. C., pescador, morador da Ilha do Capim, entrevista realizada em 20/05/2025).

Os moradores da Ilha do Capim e demais comunidades próximas vêm sofrendo diretamente afetações em suas atividades pesqueiras, sendo que as boias de fundeio das barcaças foram colocadas em pontos específicos de pesca, de uso comum pelos ribeirinhos. Além da afetação dos territórios pesqueiros, também o próprio deslocamento dos pescadores e mesmo a realização da atividade em outras áreas onde as balsas não encontram-se ancoradas são também afetadas. Pois, as circulações dessas embarcações têm deslocado os pescadores cada vez mais distante de seu território, podendo gerar uma própria disputa desses pesqueiros, escassez de peixes, o qual pode comprometer a soberania alimentar e comprometimento da renda, pois a pesca também é uma fonte de renda para os ribeirinhos.

Além de que esses territórios pesqueiros significam a própria extensão do território de morada desses sujeitos. Pois neles são encontrados a abundância da vida, em que os pescadores se alegram quando realizam uma “boa pesca”. Porém, sempre com a consciência de pescar apenas o necessário, a fim de sempre manter o equilíbrio, sendo que uma das estratégias de reprodução da vida ribeirinha se faz pautada na dinâmica de utilizar a natureza a seu favor. Ou seja, contribuindo para que a natureza sempre tenha a oferecer, de forma que o ribeirinho participa da dinâmica da natureza e não a enxerga de forma isolada, como se a única relação que coubesse fosse de explorá-la intensificamente (Bringel, 2020, p. 7). Outro aspecto se caracteriza pela relação do conhecimento e saberes tradicionais, que também se desenvolve numa relação de afetividade, pois é onde o pescador vai na certeza de que lá encontrará seu alimento e outra parte se desdobrando em fonte de renda, fazendo parte da dimensão econômica dos ribeirinhos.

Assim, não é simples mudar os locais que os pescadores realizam suas atividades de pesca, já que não se trata apenas de algo costumeiro, mas envolve todo um conhecimento tradicional em que o ribeirinho sabe exatamente quais são os pontos que encontram-se os cardumes de peixes, ou seja, os territórios pesqueiros. Além disso, as circulações das balsas nos trajetos de circulação das pequenas embarcações ribeirinhas intensificam os riscos de acidentes e perda dos instrumentos de pesca. Sendo que, mesmo o pescador estando em seu território, porém, diante dessa situação é este que precisa se retirar quando essas embarcações estiverem cruzando seu caminho, caso contrário, corre o risco das balsas passarem por cima de suas pequenas embarcações e instrumentos de pesca, significando “um novo risco a reprodução material e subjetiva dessas comunidades (Bringel, 2020, p. 7).

Figura 11 - Balsas ancoradas no furo da Ilha do Capim



Fonte: Imagem registrada pela autora (2025).

Considera-se ainda, que a tráfego dos navios cargueiros que chegam de outros países para embarcar mercadorias no Porto de Vila do Conde e em seguida transportar para esse mercado exterior, tem também provocado um desequilíbrio das espécies aquáticas, pois espécies invasoras têm sido transportadas nessas embarcações até a região do Baixo Tocantins. Esses navios cargueiros trazem o chamado “água de lastro”, que é a água enchida em seus porões para poder dar estabilidade na embarcação ao atravessar o oceano, já que a embarcação está vazia ou com um mínimo de cargas. Ao chegar no porto de recebimento das cargas essa água é liberada, despejando espécies de animais aquáticos considerados invasores, como é o caso do mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*), espécie de origem asiática, mais precisamente da China.

Figura 12 - Pequeno tronco de árvore infestado por mexilhão-dourado, retirado das margens do Rio Caripetuba



Fonte: Imagem registrada pela autora (2024).

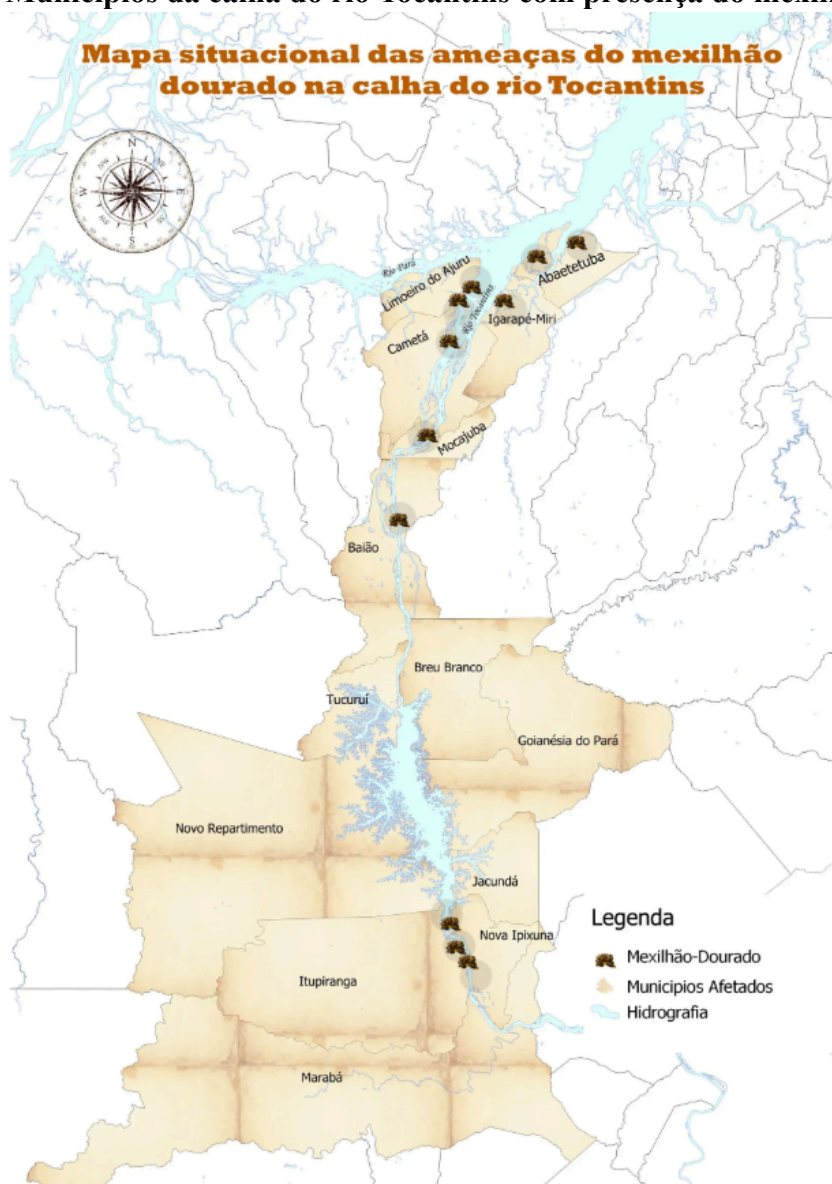
O mexilhão-dourado é uma espécie de molusco, apresenta uma grande facilidade de fixação em estruturas rígidas, além de apresentar grande teor de proliferação. Sendo uma espécie invasora, pode gerar diversos efeitos prejudiciais à vida humana, aquática e ambiental, como já se vem constatando nos rios do Baixo Tocantins, em que o molusco vem se fixando em qualquer tipo de superfície rígida que estejam em contato com a água, como demonstrado na imagem acima. Além dos cascos das embarcações, nas pontes e escadas (trapiches) de madeira ou alvenaria das casas dos ribeirinhos, ou qualquer outro material que esteja por um período em contato com a água.

Segundo pesquisas realizadas pelo Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins (LABCARTS), Campus UFPA Abaetetuba-PA, foi realizado mapeamento do

mexilhão-dourado no Baixo Tocantins, constatando a invasão da espécie em toda calha do rio Tocantins. Além de apresentar as ameaças que já estão sendo observadas pelos ribeirinhos, como forte odor, destacado em lugares com intensa proliferação; cortes nos pés ao se caminhar por locais com presença do molusco; fixação nas redes e outros instrumentos de pesca; doenças de pele; perfurações nas embarcações, colocando em risco a segurança na trafegabilidade dos ribeirinhos e na realização da pesca; destruição de construções de madeira e alvenaria que têm contato com a água do rio, como as pontes das casas dos ribeirinhos.

Além dos já mencionados, destacam-se ainda as praias contaminadas; bloqueio nas tubulações de água nos ambientes domésticos; disputa de habitats e alimentos com espécies nativas, colocando em risco de desaparecimento e alterando a dinâmica dos ecossistemas locais. Também mortes de animais aquáticos e domésticos, que tentam se alimentar do molusco, pois este tem uma certa estrutura chamada bisco, que provocam forte aderência, e quando estes animais engolem o mexilhão-dourado, é capaz de grudar na parede intestinal ou outros órgãos, provocando a morte do animal, entre outras consequências que vêm sendo observadas. Apesar de ter pouco tempo de seu aparecimento, constatando principalmente a partir de 2023, mesmo assim, o mexilhão-dourado vem se alastrando consideravelmente na região, provocando impactos ambientais e econômicos nos territórios.

Figura 13 - Municípios da calha do rio Tocantins com presença do mexilhão-dourado



Fonte: <https://labcart.com.br/mapas>

Mesmo diante de todo esse cenário, os governos, em todas as suas instâncias, sempre estiveram incentivando os grandes projetos para região amazônica, atuando em parceria como na construção de grandes obras de infraestruturas ou mesmo na flexibilização das leis para que esses projetos sejam concretizados sem direitos à questionamentos. Quanto ao TUP da Cargill em Abaetetuba, a empresa não tem medido esforços para concretizar seu projeto na região. Utilizando-se de veículos comunicativos para assim usar de formas estratégicas de convencimento dos Abaetetubenses, em especial das comunidades tradicionais, acerca do projeto TUP – Abaetetuba.

Uma dessas estratégias foi a realização de um programa transmitido em rádios local, sendo um dos instrumentos de comunicação de grande expressividade de audiência no

município de Abaetetuba e municípios vizinhos. Esse programa estava sendo colocado ao ar diariamente, em horários estratégicos de audiências, a fim de por meio do rádio, fazer chegar os discursos da empresa até as casas das pessoas. Já que como descreve Reis (2024, p. 105) “a comunicação é um campo de disputa de ideias e embate de sentidos fundamental quando se trata dos distintos interesses que envolvem o tema do ‘desenvolvimento’ da Amazônia”. Essa seria uma forma de proporcionar a “escuta” e o convencimento sobre o projeto, já que as comunidades não vinham aceitando a visita da empresa em seus territórios, pois além de não serem de acordo com o projeto, consideram como forma de assédio.

Figura 14 - Divulgação do lançamento do programa da Cargill sobre o TUP-Abaetetuba



Fonte: Silva (2022).

Além da empresa fazer a transmissão do programa pela rádio, também se utilizava de redes sociais, como por exemplo pelo aplicativo de WhatsApp para encaminhar a mesma programação a lideranças de comunidades. Vale ressaltar que as lideranças que estavam recebendo diretamente pelo setor de comunicação da Cargill esses marketings sobre o TUP-Abaetetuba, não sabiam como a empresa tinha conseguido seus contatos pessoais.

O programa tinha como prefixo e anúncio: “Se liga Abaeté no programa da Cargill”, e sempre apresentando como principais pautas a relação do projeto portuário da Cargill com o discurso de “desenvolvimento”, “progresso”, “geração de empregos”, entre outros. De duração curta, aproximadamente até 5 minutos, o programa poderia ser facilmente

transmitido via aplicativos de conversas, como o WhatsApp, e chamar atenção para escuta dos ouvintes da rádio. E assim, facilmente esses discursos chegavam até as casas dos ribeirinhos, que têm a tradição de diariamente ouvir o rádio, um instrumento que culturalmente acompanha o dia-a-dia desses sujeitos durante a realização de suas atividades diárias.

O programa estava sendo gravado e geralmente estruturado de perguntas e respostas, levantando questões que estavam sendo questionadas pelas comunidades e movimentos. Para os ribeirinhos, essa forma de discurso vinha representando uma maneira de proferir falsas narrativas a partir das falas dos movimentos de resistências, já que significava uma forma de questionar o que o ribeirinho estava se posicionando sobre o projeto, como relata o entrevistado A. N. A. C.:

O uso da rádio pra dizer que nossa fala era fake e a deles era verdade, e de que a gente não queria desenvolvimento. A gente quer desenvolvimento, mas que seja um desenvolvimento pensado pros povos que vivem nesse território, não pensado para atender a interesses de empresa particulares e que vai afetar, é, esse território, essas pessoas que vivem nesses territórios e os seus que estão nesses territórios. (A. N. A. C., morador do PAE Santo Antônio II, entrevista realizada em 20/05/2025).

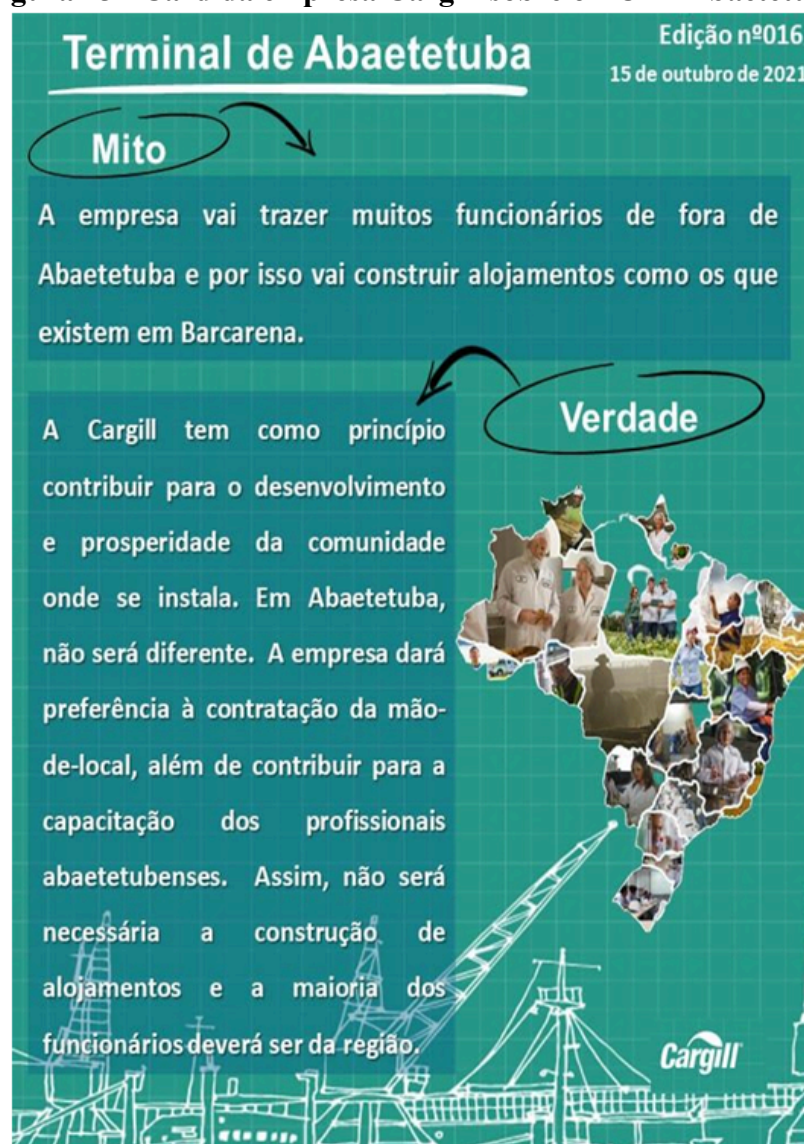
Percebe-se um ataque aos próprios posicionamentos dos ribeirinhos, uma vez que, além de impor um projeto em seus territórios, ainda se utiliza de estratégias capazes de desmentir posicionamentos desses sujeitos, pautados em seus conhecimentos tradicionais e científicos, além dos conhecimentos adquiridos ao intercambiar com outras experiências. É uma forma de silenciar o próprio direito de pensar e questionar modelos econômicos que visam ameaçar seus territórios, ao mesmo tempo propagando disseminação de informações com estratégia de aderir pessoas simpatizantes para o projeto da empresa, pautado num “discurso ideológico positivista baseado no progresso modernizador e homogeneizante do desenvolvimento econômico” (Silva, 2022, p. 73). Podendo ser compreendido como uma verdadeira disputa das ideias, na tentativa de silenciar o direito dos sujeitos na construção do senso crítico.

Considera-se que todas essas estratégias de marketing se fazem alinhadas com outras conexões, que utilizam dos meios tecnológicos e midiáticos para disseminarem seu poder persuasivo de que o agro é a “indústria-riqueza do Brasil”. Assim são divulgadas as campanhas do agronegócio em emissoras de televisão em nível nacional e com muita repercussão de audiência, como na Rede Globo, que por meio do canal busca produzir e disseminar a imagem de que o “agro é pop, agro é tech, agro é tudo”. Dessa maneira, o agronegócio se faz presente em todas as instâncias – nacional, regional e local – se

utilizando dos mais diversos meios midiáticos e de comunicação, como vemos com esse exemplo, desde o alcance que se tem por um meio midiático nacional até os meios de comunicação local, buscando promover uma influência ideológica em massa de uma imagem positiva do agronegócio.

Para além dos programas nas rádios, a Cargill também passou a divulgar cards com conteúdos que desmentiam as falas dos ribeirinhos, configurando como “mito” aquilo que as comunidades e movimentos traziam em seus discursos, e como contra resposta apresentava uma narrativa, a qual denominava de “verdade”. Como pode-se observar em um dos cards da empresa:

Figura 15 - Card da empresa Cargill sobre o TUP - Abaetetuba



Fonte: Silva (2022).

Esses cards estavam sendo elaborados e divulgados pela Cargill em redes sociais e no site da empresa, assim como os demais marketings produzidos sobre o TUP –

Abaetetuba. Porém, no processo de elaboração desta pesquisa, ao tentar entrar no site que a Cargill fazia suas divulgações sobre o TUP – Abaetetuba, constatamos que a página na internet foi desativada, ainda constando um link para acessar, porém, ao clicar no link não direciona para nenhuma página. O único material sobre o projeto da Cargill em Abaetetuba, que continua acessível no site da empresa, é a cartilha “Navega Abaeté”. O que faz compreender os motivos dos desdobramentos do caso, cuja situação atual desta pesquisa se encontrava em tramitação na justiça federal.

Com o propósito de continuar promovendo estratégias de narrativas convincentes com o projeto TUP - Abaetetuba, e ainda como forma de “contestar todas as mobilizações e reivindicações ribeirinhas”, a Cargill lança uma cartilha intitulada “Navega Abaeté”¹³. Na cartilha, a empresa apresenta um teor de narrativas que buscam “persuadir as comunidades com a proposta de empregos, como forma de criar discordâncias internas ou conflitos nas comunidades das ilhas, seja nas lideranças e movimentos socioterritoriais”, e ainda “contribuindo ou esfacelando nas/as lutas territoriais e legitimação do projeto” (Vasconcelos, 2021, p. 145). De aspecto atrativo, busca apresentar o projeto de forma muito satisfatória e como se estivesse sendo bem aceito pelas comunidades, buscando gerar uma expectativa de aceitação.

Figura 16 - Capa e introdução da história em quadrinhos da cartilha “Navega Abaeté”



Fonte: Cargill (2021).

¹³ Encontrada no endereço eletrônico

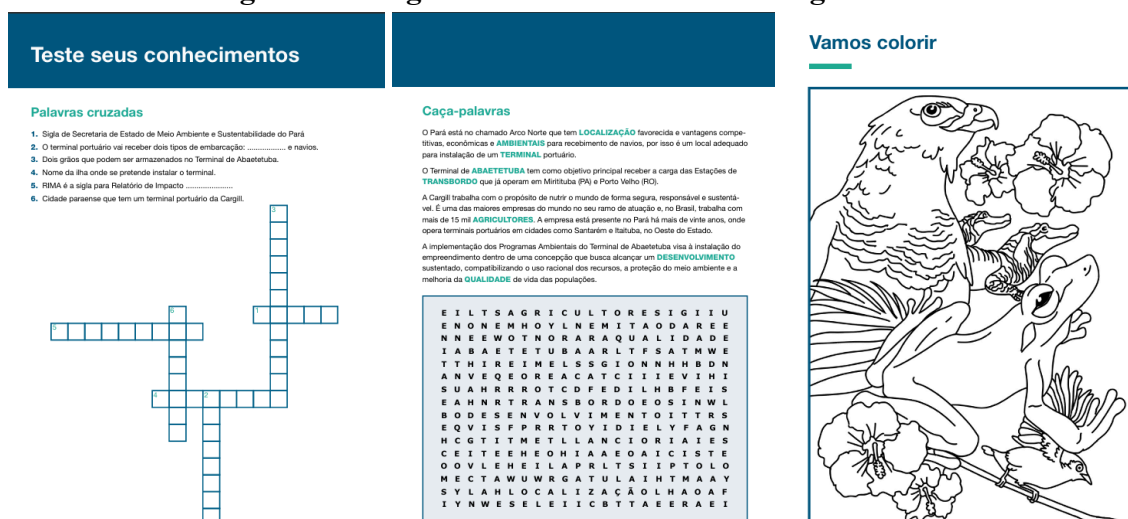
https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432186591701/cartilha-cargill.pdf

Importante destacar, que a cartilha apresenta um conteúdo de certa forma atrativo para diferentes faixas etárias, trazendo um diálogo por meio de uma história em quadrinhos e com um discurso bastante sedutor. Além de fazer referências às vivências do dia-a-dia do ribeirinho, e ainda citar a comunidade do Rio Caripetuba como sendo a comunidade dos respectivos personagens, cujos posicionamentos se descrevem de grandes expectativas pelo projeto. Porém, ao contrário da história, esta comunidade vem traçando diferentes formas de resistências contra o projeto TUP - Abaetetuba.

Essa foi mais uma forma violenta utilizada pela empresa, que além de produzir um conteúdo não condizente com a realidade, ainda utiliza o nome de uma das comunidades que sempre esteve se posicionando contra o projeto. Bem como se utilizando de elementos culturais de sua realidade, e ainda como se seus moradores estivessem bastante interessados no projeto e apresentando expectativas positivas.

Além da narrativa com alto poder de convencimento, no final da cartilha ainda constam palavras cruzadas, caça-palavras e desenho para colorir. Sobre a análise destas estratégias lúdicas da cartilha, Reis (2024, p. 114) compreende que essa seria “uma proposta de reforçar o aspecto lúdico do produto de comunicação em questão”, e ainda, como também uma “forma de prática de tutela e de infantilização da população amazônica, que não saberia o que é melhor pra si e precisaria da empresa para lhe prover progresso”. Todos estes se apresentam com o propósito de convencer sobre o projeto TUP - Abaetetuba, de maneira a repassar uma mensagem de que este seria um projeto viável e gerador de empregos, sinônimo de desenvolvimento e progresso, cujas informações transmitidas de forma a chamar atenção dos sujeitos das diferentes faixas etárias.

Figura 17 - Páginas finais da cartilha “Navega Abaeté”



Fonte: Cargill (2021).

Além da divulgação da cartilha no site da empresa, funcionários da mesma estiveram levando até as casas dos ribeirinhos, utilizando como um marketing da empresa e facilitando o acesso ao conteúdo, como forma de atrair a aceitação ao projeto. Para além dessa tentativa de convencimento nas famílias, em entrevista, moradores relatam os assédios através de formas assistencialistas, como entregas de cestas básicas, matapi, redes de pesca, animais de pequeno porte, que vinham por meio de entidades até mesmo ligadas ao governo.

Essas ações foram impedidas por diversas vezes por meio de atos de resistência dos moradores das comunidades, que caracterizavam como uma forma de assédio. E ainda, esta ação demonstra como os direitos desses sujeitos são desrespeitados, vistos como miseráveis em que estivessem a depender de ações assistencialistas de uma empresa. No entanto, aqueles que já tem uma consciência política formada, conseguem julgar de forma crítica todas essas ações, e compreender que os interesses da empresa divergem dos interesses da comunidade.

Outra ação que a empresa tentou introduzir nas comunidades, mas que também houve uma mobilização de resistência, foi a proposta de desenvolver projeto de assistência técnica voltada para o açaí. Ou seja, o açaí, como sendo uma das principais atividades econômicas da região, foi visto como uma estratégia nesse processo inicial de convencimento sobre o projeto TUP - Abaetetuba, em que a empresa vinha propondo atividades para realização do manejo dos açaizais, sendo uma prática já trabalhada pelos comunitários. Como se a empresa estivesse propondo a ensinar para estes sujeitos algo que já vêm desenvolvendo por longos períodos em suas práticas.

Na minha opinião, o projeto da Cargill é um projeto de morte. É um projeto

de eliminar as pessoas que estão aqui dentro do território. Porque dentro de si, a empresa, não traz empregos para as pessoas que estão aqui dentro do território. Porque nós aqui de dentro do território, a gente não tem só uma profissão, a gente tem várias profissões, porque a gente pesca, a gente apanha açaí, a gente dibulha o açaí, faz o manejo, né. E eles ainda venham com projeto de dizer que nós não sabe fazer esse manejo correto, que eles têm que fazer uma assistência técnica, mas a gente não quer isso. O que a gente quer é políticas públicas né, que os nossos governantes tenham um olhar pra gente, e não o lado da empresa, porque a empresa, fala que vai ter progresso, mas não é progresso, é regresso, né. E o projeto da Cargill é um projeto de morte em todos os sentidos. (K. B. G., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025).

As ações que apresentamos neste subcapítulo representam algumas das tentativas de territorialização da empresa Cargill em Abaetetuba, pois, muitas outras ações foram realizadas, porém, buscamos abordar apenas algumas. Outras ações como a realização de estudo nas comunidades sem o consentimento dos moradores, intenso sobrevoo de drones nas comunidades sendo que os comunitários não sabiam o que significava, tentativa de realização de reuniões e audiências públicas, entradas nas comunidades, entre outros.

Enfim, o projeto portuário da Cargill em Abaetetuba é mais um caso emblemático da configuração do capital em territórios tradicionais. Em fase desta pesquisa, o projeto se encontra em tramitação na justiça federal, mediante as irregularidades presentes levantadas pelos comunitários e movimentos sociais. Dessa maneira, os documentos da empresa que constam os prazos de instalação do projeto só vêm se estendendo a cada ano, pois as diversas ações de resistências se apresentaram e continuam sendo como entraves para instalação da empresa.

6.1.3 As nascentes do movimento socioterritorial ribeirinho

Nos últimos anos, o município de Abaetetuba entrou em destaque e passou a ser reconhecido até em âmbito internacional. Mesmo que à princípio não se previa tal repercussão, os ribeirinhos e quilombolas das comunidades¹⁴ pertencentes ao município, conseguiram, ainda que de forma tímida, sair um pouco da “invizibilização” histórica e passaram a serem reconhecidos em alguns espaços e por pessoas a partir do protagonizar de suas lutas. Nem tanto pode ser considerado como um trunfo, pois esses povos timidamente são conhecidos por suas culturas e riquezas, nesse caso o enfrentamento e as resistências ao capital é que pôde dar um pouco de visibilidade, ou seja, a luta pela existência e defesa do

¹⁴ São cerca de 73 comunidades, ribeirinhas e quilombolas, que compreendem a configuração de comunidades tradicionais das ilhas de Abaetetuba.

Bem Viver.

Nesse cenário, compreende-se que o Resistir ou mesmo o Re-existir enquanto comunidade e como forma de preservar suas territorialidades são fundamentais para manutenção da identidade de um povo. Pode-se então considerar, segundo a perspectiva de Haesbaert (2014, p. 5), como uma relação de poder quando estes sujeitos tendem a atuar de forma protagonista e com autonomia nos territórios, descolonizando a visão de um poder de cima para baixo, e emanando o poder que sobressai do povo. Assim, as resistências “se configuram no pressuposto de disputas, tensões, choques e conflitos/conflitualidades por dimensões políticas e culturais contra-hegemônicas” (Rodrigues, 2021, p. 158). Significam, então, a manifestação do poder dos sujeitos protagonistas de suas histórias.

Considera-se que as territorialidades desses povos se constituem como elementos imprescindíveis de suas existências. É no território que estes sujeitos se estabelecem e são capazes de gerarem meios de reprodução de suas vidas. Assim descreve a entrevistada: “Esse território pra nós representa a nossa vida aqui, a gente não tem emprego, mas tem trabalho, a gente tem o nosso meio de sobrevivência, a nossa pesca, o nosso vegetal, aí tudo isso representa pra gente o nosso meio de sobrevivência, o nosso pão de cada dia”. (M. de N. M. G., lavradora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025). Essa ligação forte com o território, também podemos ver na fala de outra entrevistada:

O território significa pra mim vida, e vida em abundância. A gente tem abundância de água, a gente tem abundância de peixe. E quando falo da minha profissão de pesca, se a gente fosse exercer todos os elementos que a gente tem de pesca né, que a gente tem o matapi, é, tem a rede de malhar, tem a rede de lancar, tem a tarrafa, tem a linha de mão, tem o espinhel, então todos esses elementos é sentido de vida, porque eles trazem o alimento pra dentro da nossa casa, né. Não só pra nós aqui em casa, mas também pra outras pessoas, que quando a gente pega muito, a gente vende o camarão, o peixe, entre outros. Pra mim o território significa vida. (K. B. G., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025).

Logo, as ameaças de descaracterização dessas territorialidades, por meio da territorialização (ou mesmo tentativas de territorialização) de grandes projetos, tendem a implicar um desencadeamento de conflitos e consequentemente, podendo gerar a perda da identidade destes sujeitos em seus territórios, emergindo por vezes num processo de desterritorialização. No contexto de análise do território ribeirinho do Rio Caripetuba, entende-se que a existência dos sujeitos no território está em conexão com as vidas e relações que se estabelecem no seu meio, com tudo que flui e constitui sua identidade. A terra, o rio, os saberes, o trabalho, as crenças, tradições, cultura, os animais, as plantas, são a

constituição da existência identitária desses povos.

Ser ribeirinho pra mim é muito importante, porque aqui dentro do nosso território a gente ainda tem essa significância da nossa identidade, de exercer nosso nome, com os nossos idosos também, né, que é uma identidade muito grande da gente chegar, um exemplo aqui na casa da vovó, quando sair e chegar tomar bença, né, isso pra mim é uma identidade, é ser ribeirinho. É a questão de respeito, respeito com os vizinhos, é, ter essa união, essa conexão também. Porque aqui, nós ribeirinhos a gente se conecta com o rio, com os territórios, com as comunidades, com as culturas também, porque se tiver a festividade lá no Xingu, no Capim, a gente tá se conectando, a gente tá junto, isso é uma união que nos fortalece, entendeu? Isso é ser ribeirinho.

Aqui dentro do território, um exemplo, a gente trabalha só pela parte da manhã. Eu principalmente, teve vezes que eu já ganhei 300 reais só de manhã, cheguei em casa, tomar um banho e descansar. Hoje a gente foi pro mato e chegou, tomou um banho, descansou, fizeram puqueca, vamo colocar o matapi, né, então assim, não é igual em Abaeté [cidade], né, que a gente acorda gastando e dorme gastando, tem gente que fala isso né. E aqui dentro do território a gente não, a gente tem o camarão, a gente tem o açaí, a gente tem o peixe. Aí quando a gente sente vontade de comer outra comida que a gente compra, mas isso já vai da gente, mas que, a natureza, ela dá tudo pra gente viver. E eu falo assim, que a gente não sobrevivi, a gente vivi aqui dentro do território. Graças a Deus, assim, a vovó fala que todo dia aqui em casa tem alguém pra almoçar, tem alguém pra jantar, sempre tem uma pessoa a mais, e sempre foi assim, e sempre vai ser, né. Então é o que eu falo, o território é vida, é tudo pra gente. (K. B. G., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025).

A fala final da entrevistada “o território é vida, é tudo pra gente”, nos faz compreender um pouco dessa descrição, desse sentido de pertencimento, da tradição como o tomar benção, dos valores comunitários, da conexão que o rio possibilita, do ritmo que não acompanha a constância acelerada do modelo capitalista na busca de lucro, mas que preza pelo bem viver, pela partilha e acolhida. E ao concluir com esta frase, a entrevistada nos faz compreender que por mais que tente descrever, não será suficiente para expressar tudo o que o território representa para si e para os sujeitos que sentem também esse pertencimento.

A luta pela defesa de um território se faz para além da capacidade material que este assume diante das necessidades desses sujeitos. Mas a perda dos valores imateriais, como a atitude de pedir a bênção a uma pessoa idosa, demonstra uma ação de respeito, e é apenas um exemplo que caso venha a se perder, tende a significar processos de perda da própria identidade territorial. São valores muito significativos para esses povos, que são ensinados e transmitidos nas práticas dos saberes da oralidade, transmitidos de forma geracional.

O pertencimento pelo território se faz para além da conexão do presente, mas significa uma história ininterrupta que é vivida de geração em geração. É o reconhecimento

pelos que antecederam e o compromisso pelos que ainda virão. Por isso, o pertencimento pelo território se faz numa conexão com o passado, reconhecendo toda uma prática cultural herdada dos antepassados, que é o próprio bem viver dos povos tradicionais: “o território representa pra mim o meu bem viver. O lugar onde meus avós, meus bisavós viveram, criaram meus pais, meus pais nos criaram, já criamos nossos filhos, estamos agora criando nossos netos. Pra mim o território significa justamente isso, o bem viver” (A. D. G, lavradora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 11/08/2025).

A manifestação da identidade de um povo é a primeira forma de resistência, como descreve Pereira e Magalhães (2023, p. 69), ao considerar a luta dos povos tradicionais de Abaetetuba, destacando que “a manutenção do modo de vida tradicional nas ilhas de Abaetetuba é a principal demonstração dessa resistência cotidiana e silenciosa”. Ou seja, é por meio de suas práticas costumeiras e tradicionais que a resistência é firmada cotidianamente. Por isso que para esses povos, cada elemento de sua identidade que é ameaçado torna-se uma ameaça à identidade desses sujeitos. Pois tudo que compreende o território torna-se fundamental para sua existência e precisa estar em equilíbrio e harmonia.

A identidade desses povos se fortalece na medida que todos esses elementos estejam em sintonia. Enquanto que para o agronegócio o rio, estradas e ramais são apenas rotas de escoamento de *commodities*, para os povos tradicionais esses elementos representam meios pelos quais a vida se manifesta. Isso porque estes elementos se constituem como meios de existência, mas também como fazendo parte do seu lazer, do movimentar-se, encontrar-se com o outro, de traçar uma relação de amizade com os que vivem na comunidade, de permitir a acolhida, solidariedade e partilha, da conexão.

Por isso, considera-se como distintos os interesses que são projetados no território, pois a visão e interesses do agronegócio não são os mesmos das comunidades ribeirinhas. É nesse espaço de projeção de distintos interesses que se consolidam as tensões e disputas territoriais, compreendendo “os rios como protagonistas dessa trama, dadas as múltiplas dimensões que eles têm para as gentes das suas margens” (Gomes, 2018, p. 109). Se constituindo para além de seu aspecto físico, como todo teor simbólico que representa para os ribeirinhos.

Para o ribeirinho, o rio vem ser um verdadeiro propósito de existência, como também, vem ser um grande conector de suas lutas. Por isso, Gomes (2018, p. 110) nos instiga a olhar para toda complexidade que o rio se constitui, a fim de que seja necessário exercitar um “olhar além de reflexo de suas águas, é preciso compreender que esses espaços também são conformados por uma rica sociodiversidade que tece sua vida na calmaria e na

tensão que se estabelecem a partir dos rios”. Assim, o rio representa um verdadeiro espaço de disputa, dada as circunstâncias de interesses econômico capitalistas.

Nesse propósito e reconhecimento de que o território não é apenas um espaço de morada, mas de vidas conectadas, que a resistência se fortalece cotidianamente. No âmbito das lutas na defesa do território ameaçado pela multinacional Cargill, além das outras formas de manifestação da identidade que se constituem como resistências diárias, os ribeirinhos também vêm realizando vários enfrentamentos e ações de resistências que se desdobram em diferentes espaços, assumindo um caráter multiescalar de ações. Essas ações emergem desde uma perspectiva local, se constituindo em multiníveis até ao âmbito internacional.

Nesse “movimentar das águas” envolto de ameaças, os ribeirinhos foram se organizando e se constituindo enquanto movimento de luta e defesa do território. Como aduz Fernandes (2019):

Um movimento começa quando um grupo de pessoas se reúne para reivindicar uma causa e ou se defender de uma ameaça. A organização permanente é um modo de sobrevivência, porque o campesinato vive constantemente ameaçado por relações sociais que o subordina e ou expropria. Lutas contra sua destruição e por condições dignas de existência tem sido a pauta política dos movimentos camponeses. (Fernandes, 2019, p. 190).

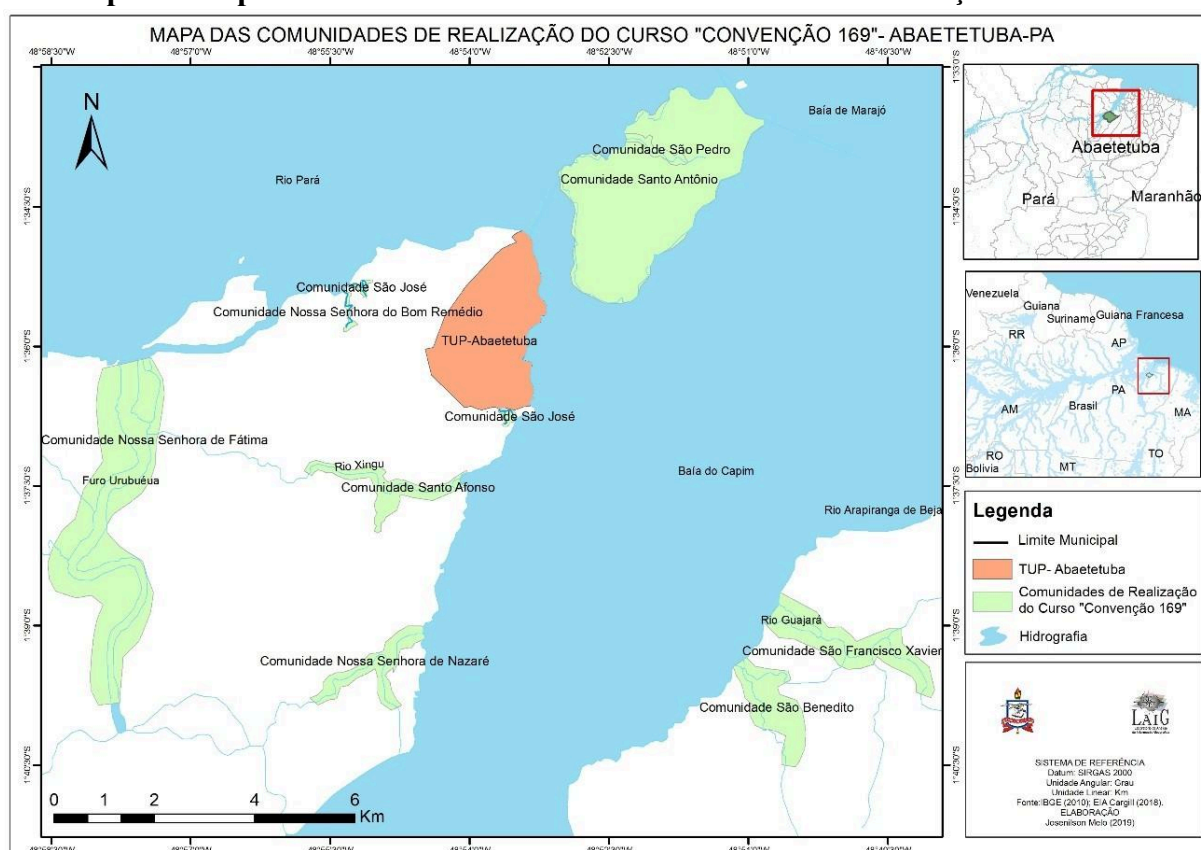
Nesse processo de organização, esses povos vêm construindo ações de resistências, que se constituem desde processos formativos, às manifestações, enfrentamentos e incidências em diferentes espaços. Silva (2022) também abordou sobre a constituição do movimento de resistência e defesa do território, considerando a luta dos ribeirinhos em Abaetetuba na resistência contra o porto da Cargill, traçando uma perspectiva sociológica de debate, por isso considerando como conceito de movimento social. Assim, compreende que “o movimento social local planeja e articula suas ações em várias frentes de luta, nas redes sociais, no campo jurídico, no seu território, considerando, também, as estratégias das quais a Cargill Agrícola S.A. lança sua ofensiva para alcançar objetivos” (Silva, 2022, p. 96).

Nossa perspectiva de análise também é considerando um movimento, porém desde um debate geográfico, a partir do conceito de movimento socioterritorial. Visto que também Silva (2022) considera esses movimentos pautados nos objetivos de “assegurar o direito sobre o território, a gestão de recursos naturais, a autonomia e defesa dos modos de vida sustentáveis, a diversidade cultural” (Silva, 2022, p. 35). Assim, consideramos que esses processos de lutas derivam e ao mesmo tempo contribuem na afirmação do caráter identitário destes sujeitos. Há resistências porque estes se reconhecem na sua identidade e sentem o território não como parte, mas constituintes e numa interação harmoniosa.

Assim, as lutas foram tomando formas e se espacializando não apenas compreendendo a comunidade em análise, mas no âmbito das demais comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba. A partir dos processos formativos e informativos, das quais instituições como a Paróquia das Ilhas, a Caritas Paroquial e Diocesana e Organismo como a FASE, desenvolveram grande contribuição nesses processos iniciais, e ainda se constituem como grandes parceiros.

Segundo Gonçalves, Rodrigues e Sobreiro-Filho (2019, p. 94) essas formações se destacavam como “uma forma de instrumentalizar lutas/disputas e criar contra narrativas aos processos e imaginários de superioridade, progresso e desenvolvimento que esse empreendimento traria”. Esse processo teve início em 2017, quando com mais propriedade foi-se tomando conhecimento do projeto portuário da Cargill. Desde então se iniciaram as formações a partir de algumas temáticas, como na abordagem sobre identidade e território; Consulta Prévia, Livre e Informada; Protocolo de Consulta, entre outras ferramentas de lutas, além das informações sobre o projeto que até o momento era desconhecido pelos comunitários.

Mapa 4 - Mapa das comunidades onde foram realizadas as formações em 2017



Fonte: Gonçalves; Rodrigues e Sobreiro Filho (2019).

A constituição do movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba se

constitui a partir desta perspectiva inicial da defesa do território ameaçado. Partindo deste processo inicial de formação e afirmação da identidade, é de suma importância para organização e constituição do movimento, como narra a entrevistada K. B. G. ao falar sobre a constituição do movimento socioterritorial da comunidade do Rio Caripetuba:

Começou a surgir esse movimento de defesa do território com as formações, que me lembre foi primeiro a FASE, aí a Cáritas que veio pra dentro do nosso território, e em seguida a gente fez um grupo dentro da nossa comunidade de frente em defesa do território. E não foi só a nossa comunidade, mas si todos os que tá no PAE. E dizer que a frente em defesa do território, ela vem agindo em função da gente não receber tanta violência em nosso território pra gente não ser violado, né, também. E essa frente em defesa do território ela vem unindo, porque ela vem buscando outras pessoas, outras entidades. [...] Então a defesa do nosso território cada vez mais está se intensificando, estamos buscando formações, agora a gente já está em processo de construir o nosso Protocolo de Consulta [...] Falo que uma das pessoas que vem violando a nossa forma de viver é o próprio Estado, que ele fala uma coisa, mas ele age de forma totalmente ao contrário. Então a gente enquanto território ribeirinho, enquanto povos tradicionais, cada vez mais a gente tá buscando formações, e sempre em defesa do território, sempre, a formação é a base de todos os movimentos. (K. B. G., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 29/05/2025).

A constituição do movimento socioterritorial do Rio Caripetuba se descreve na fala da entrevistada como inicialmente formado por um grupo de pessoas moradoras da comunidade, a qual a entrevistada denomina de “frente em defesa do território”. Essa denominação assume a condição de formação de um movimento que tem o seu objetivo de forma clara, que é a defesa do território. Dessa maneira, a perspectiva deste movimento de resistência entrelaça-se no que consiste ser um movimento socioterritorial ribeirinho.

Outro ponto que chama atenção na fala da entrevistada é a importância dos processos formativos desde a constituição do movimento e em toda sua existência. Reconhece-se que o processo formativo é de fundamental importância para um coletivo que vem se organizando num processo de lutas e resistências, podendo ser compreendidos como a capilaridade dos movimentos, pois, tende a possibilitar “a luta pelo reconhecimento, respeito e autonomia, pelo pluralismo/identidade/liberdades” (Gonçalves; Rodrigues; Sobreiro-Filho, 2019, p, 93). Além de que, ao se considerar esta estratégia de ação diante do projeto portuário da Cargill, significa a possibilidade de alçar formas que busquem “instrumentalizar lutas/disputas e criar contra narrativas aos processos e imaginários de superioridade, progresso e desenvolvimento que esse empreendimento traria” (Gonçalves; Rodrigues; Sobreiro-Filho, 2019, p, 94).

Conhecer seus direitos é tão importante, quanto também o conhecimento sobre quem

o subordina, de modo a questionar e lançar um olhar crítico sobre determinados projetos capitalistas. A formação de base é um processo contínuo dos movimentos, pois, para se fortalecerem é necessário a busca constante de conhecimentos, assim como, cada vez mais se ver a necessidade da formação intelectual, especialmente das juventudes, a fim de contribuir com conhecimento científico junto aos conhecimentos tradicionais que já fazem parte da vida dos movimentos.

É por isso que o campo das ideias e dos conhecimentos é também uma das primeiras estratégias que as empresas buscam se apropriar, a fim de poderem com maior facilidade se territorializar. Nestas circunstâncias, há uma certa articulação dos movimentos, instituições e organismos que tendem a colaborar nesse processo de formação junto aos coletivos e insurgências de novos movimentos. Essa disputa das ideias torna-se ainda mais delicada quando se utilizam de estratégias de aliciamento com lideranças dos territórios e movimentos. Como prática bastante usada pelas empresas a fim de fragilizar as lutas dos movimentos.

Esses processos formativos iniciais foram tão importantes, que além de possibilitarem o conhecimento das ameaças que vinham avançando sobre os territórios, também tinha o grande propósito de possibilitar o conhecimento de normativas nacionais e internacionais que garantem os direitos dos povos tradicionais. Nesse primeiro momento tratava-se com destaque a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho, que dentre as principais garantias de direitos estabelece o direito à Consulta aos povos indígenas e tribais, como trata os Artigos:

Art. 6º:

Os governos deverão:

a) Consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

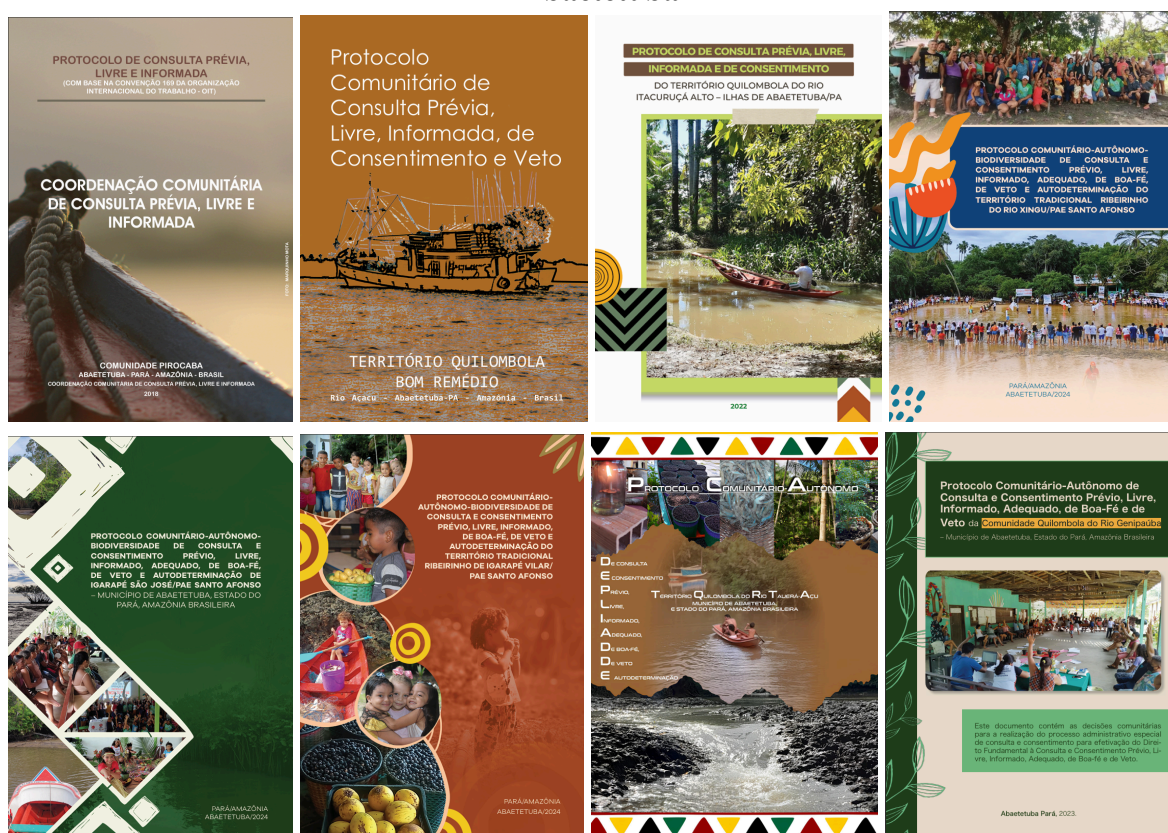
Art. 7º:

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Diante desses conhecimentos, a comunidade do Rio Caripetuba, bem como demais comunidades veem a necessidade de fazer resistências por meio das diferentes formas de

instrumentalização das lutas, como por exemplo por meio da construção de Protocolos de Consulta. Essa foi uma das ferramentas iniciais que as comunidades começaram a se empoderar, participando de formações, intercâmbios e em parceria com instituições e movimentos começam a construir o passo-a-passo de como querem ser consultadas, dando materialidade aos Protocolos de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Consentimento. Os que foram mais recentemente lançados vêm sendo denominados como “Protocolo Comunitário-Autônomo-Biodiversidade de Consulta e Consentimento Prévio, Livre, Informado, Adequado, de Boa-Fé, de Veto e Autodeterminação”.

Figura 18 - Protocolos de Consulta de Territórios Ribeirinhos e Quilombolas de Abaetetuba



Fonte: Elaboração própria, com base em Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado.

As capas dos Protocolos de Consulta nas imagens acima são aqueles que já foram construídos por territórios ribeirinhos e quilombolas em Abaetetuba, que são dos respectivos Territórios Quilombolas: Bom Remédio, Alto Itacuruçá, Tauerá-Açú e Genipaúba; e Territórios Ribeirinhos: Pirocaba, Rio Xingu, Igarapé São José e Igarapé Vilar, esses três últimos compreendem o Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Santo Afonso. Todos esses Protocolos de Consulta foram ferramentas de resistências construídas a partir da ameaça do porto da Cargill, pois, nas entrevistas realizadas com os moradores das

comunidades, percebe-se que a presença da Cargill em Abaetetuba representa o acentuamento das ameaças e conflitos territoriais.

Vale ressaltar que os Protocolos de Consulta trazem não apenas o passo-a-passo de como o território pretende ser consultado, mas também são expressões da vida destes territórios. Além de que toda sua construção possibilita envolvimento, participação e maior conhecimento sobre o território, principalmente das juventudes, adolescentes e crianças que têm a oportunidade de conhecer mais sobre o território ao qual pertencem, conhecendo suas origens e participando das construções dos mapas das ameaças e riquezas do território.

Até o momento de construção desta pesquisa, considerando as ilhas de Abaetetuba, contava-se com oito Protocolos de Consulta construídos e já lançados, já sendo considerados documentos legítimos destas comunidades. Outros Protocolos de Consulta estão em fase de construção, entre eles o Protocolo de Consulta da comunidade ribeirinha do Rio Caripetuba – o principal território de análise desta pesquisa. Importante também ressaltar que para construção destes documentos, os territórios receberam e vem recebendo contribuições de parceiros que sempre estiveram apoiando essas lutas, como a Cáritas e a FASE, sendo fundamentais nas assessorias e contribuição financeira destas construções.

Cardoso; Rodrigues; Sobreiro-Filho (2022) destacam 25 ações de enfrentamento que foram realizadas no período de novembro de 2017 a dezembro de 2021 pelas e nas comunidades de Abaetetuba junto com movimentos parceiros. No entanto, não se trata de um número fechado, pois muitas ações não são mencionadas devido seu caráter estratégico e de proteção, principalmente das lideranças. Dentre esses quantitativos de ações citadas, compreendem desde processos de formação de lideranças e multiplicações nas comunidades; documentos emitidos junto à órgãos como ao Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará, Petição à Prefeitura de Abaetetuba; audiências pública; reuniões com Ministério Público do Pará; seminários; manifestações; criação de comissão e da Frente em Defesa dos Territórios; construções de documentos informativos e de denúncias; Oitivas do MPPA nas comunidades, entre outras.

Essas ações de resistência vêm sendo protagonizadas desde 2017, quando então as comunidades ribeirinhas e quilombolas vão tomando conhecimento sobre o projeto portuário da Cargill em Abaetetuba. A partir dos processos formativos e reuniões nos territórios, as comunidades empoderadas de seus direitos e compreendendo a importância de defender seus territórios, começam a protagonizar as mais diversas formas de resistências, considerando diferentes espaços que vão para além de seus territórios, englobando-os também em espaços de lutas e de articulações.

Em 22 de março de 2018 foi realizado o I “Grito das Águas” em Abaetetuba, promovido pela Cáritas Diocesana de Abaetetuba e Cáritas Rainha da Paz, junto com as comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba, além da parceria com movimentos sociais, instituições e organizações parceiras na luta em defesa dos territórios tradicionais em Abaetetuba. O evento ocorre na mesma data do dia mundial da água, e assim, busca fazer uma reivindicação por este bem precioso e vital a estes povos, que cada vez mais vem se tornando como mercadoria para o sistema econômico capitalista.

O Grito das Águas representa um verdadeiro clamor das comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba que buscam denunciar os projetos capitalistas que vem ameaçando as vidas em seus territórios. É um grito por territórios livres de ameaças, pela defesa do bem-viver expressado em suas territorialidades, e pela sensibilização de que a água que move suas vidas é vista por esses sujeitos de maneira sagrada e não como uma mercadoria.

Figura 19 - Grito das Águas: a) Ano 2018; b) Ano 2019; c) Ano 2023; d) Ano 2025







Fonte: a) Pacheco (2018); b), c) e d) Imagens registradas pela autora (2019; 2023 e 2025).

As imagens acima apresentam uma pequena demonstração de algumas edições do Grito das Águas. A cada edição realizada se tem um momento místico, reunindo todos os participantes numa grande ciranda, onde se faz um momento de espiritualidade, reflexões, entoam-se cânticos de resistências e gritam palavras de ordem. Todas as edições, com exceção da segunda, foram realizadas no território do Areia, onde bem próximo está a cerca que delimita a área do terreno negociada pela empresa Cargill. Sem intimidação, os ribeirinhos e quilombolas se manifestam, ecoando suas reivindicações por este território que vem sendo tão ameaçado pelo agronegócio.

Assim como em outras manifestações, o Grito das Águas é um movimento que também é carregado de expressões visuais, pois, não são apenas pelas vozes, apresentações culturais, músicas, danças, discursos, que transmitem as denúncias de um território ameaçado. Mas importante também destacar os “gritos” expressos nos cartazes, faixas, banners, bandeiras, camisas, entre outros, que visualmente transmitem os grandes anseios, denúncias e esperança deste povo. Nas imagens abaixo podemos ver alguns desses exemplos:

Figura 20 - Representações de cartazes no Grito das Águas



Fonte: Imagens registradas pela autora: a), b) (2023); c), d), e) (2025).

A cada ano, a realização do evento vem aderindo mais pessoas que buscam somar a essa luta dos ribeirinhos em Abaetetuba, além de que cada vez mais esse movimento tem repercutido positivamente, sendo amplamente divulgado pelos mais diversos espaços de mídias sociais e por meio de matérias produzidas e divulgadas na internet. Até o momento da construção desta pesquisa, este movimento já estava em sua VI Edição, realizada em 2025. Desde 2018, vem sendo realizado todos os anos, porém deixado apenas de ser realizado durante a pandemia do Covid-19.

Durante a realização do evento em 2025 foram lançados 5 Protocolos de Consulta¹⁵, dentre eles 3 referentes a territórios ribeirinhos de Abaetetuba, sendo eles: Igarapé-Vilar, São

¹⁵ Todos esses Protocolos de Consulta já haviam sido lançados na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no dia 13 de março de 2025. Durante o evento Grito das Águas, se realizava o lançamento destes Protocolos no território, junto com outras comunidades.

José e Xingu, todos pertencentes ao PAE Santo Afonso, também os Protocolos de Consulta dos territórios de Tauerá-Açú e Genipaúba, ambas comunidades quilombolas de Abaetetuba. Neste ano de 2025, o evento reuniu em torno de 1.000 pessoas, das diversas comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba, parceiros e movimentos.

O evento “Grito dos Excluídos” realizado nacionalmente nos diversos municípios, em 2018, durante a realização do evento em Abaetetuba, trouxe fortemente as ameaças sobre os grandes projetos em Abaetetuba. O evento reuniu um grande número de pessoas dos territórios ribeirinhos e quilombolas, que em caminhada pelas ruas da cidade erguiam faixas, cartazes, palavras de ordem e entoavam músicas de lutas e resistências, buscando transmitir ao povo da cidade e chamar atenção das autoridades sobre as ameaças que estes territórios tradicionais vêm enfrentando diante do projeto portuário da Cargill.

Podemos também mensurar com essa ação, a organização dos ribeirinhos em deslocar suas lutas para além de um âmbito específico mais local. Ou seja, as estratégias de lutas em outros espaços, não se restringindo apenas ao território. Assim, considera-se que em alguns momentos, os “movimentos das águas, constroem estratégias para além de seu espaços imediatos, pois entendem, que atuando em espaços estratégicos, podem ter sua reivindicações e pautas atendidas, ou se não atendidas, tornam estas perceptíveis a todos” (Bria, 2022, p. 113). O Grito dos Excluídos é um desses exemplos, em que os ribeirinhos apresentam suas reivindicações em espaços que se estendem à dimensão dos seus territórios.

Figura 21 - Grito dos excluídos e excluídas 2018



Fonte: Imagem registrada pela autora (2018).

Assim, representa um verdadeiro grito de mais uma demanda que surge, que já não

cabe mais apenas reivindicar os direitos negados diante dos descasos e ausências de políticas públicas nos territórios. Desta vez, soma-se então o grito diante das ameaças de serem excluídos de seus próprios territórios. Ou seja, percebe-se que estes sujeitos vivem constantes ameaças e ausências de direitos, e desta vez a ameaça é por uma violação mais acentuada, pois não é apenas a ausência de políticas públicas que marginalizam estes sujeitos, mas caracterizando a própria condição de perder seu território.

Nesse processo de lutas e resistências que vem tomando força no baixo Tocantins diante das ameaças dos grandes projetos capitalistas, há necessidade de uma articulação mais ampla, pois diferentes ameaças somam-se contra os povos da Amazônia. Nesse ímpeto, movimentos e lideranças de diferentes territórios ribeirinhos, indígenas, camponeses e quilombolas, passam a se reunirem, dialogarem sobre as ameaças do sistema econômico capitalista que vem avançando no contexto dos diferentes territórios tradicionais e traçarem estratégias de apoio, fortalecimento e formas de resistências a esse cenário. Assim, é criada em 2017 a Frente em Defesa dos Territórios, uma frente formada por movimentos e povos tradicionais em especial do Baixo Tocantins, que vem vivendo as ameaças da mineração, do agronegócio, e dos grandes projetos capitalistas.

A comunidade ribeirinha do Rio Caripetuba também começa a fazer parte da Frente desde o início de sua constituição. Esse movimento também incentivou a organização interna dos territórios, pois diversas formações foram realizadas principalmente nos primeiros anos de constituição da Frente. Essas formações possuem o caráter de contribuir na organização dos movimentos de cada território, contribuindo no empoderamento e propondo trocas de experiências e articulações entre os territórios e movimentos.

Mediante os diversos assédios da empresa Cargill na comunidade do Rio Caripetuba, provocaram diversas reações como os “trancaços”, que foram os fechamentos do rio, ponte e igarapé pelos comunitários, para impedir a entrada da empresa na comunidade. O nome trancaço foi a denominação apresentada pelos ribeirinhos, simbolizando o processo de “trancar” o rio, ou seja, construir uma barreira que impossibilitasse que a empresa tivesse acesso ao rio. Essa barreira não significou alguma construção física permanente, mas os próprios moradores da comunidade se constituíram como barreiras. Ou seja, se deslocaram para os principais pontos de acesso na entrada do rio, em que representantes da empresa iriam adentrar para buscar formas de convencer os moradores sobre o projeto. E assim, formaram uma barreira com seus próprios corpos, canoas e embarcações, com cartazes nas mãos, palavras de ordem e um ressoar coletivo de “Fora Cargill!”

Figura 22 - Primeiro trançaço realizado na comunidade do Rio Caripetuba





Fonte: Dossiê manifesto Baixo Tocantins (2019).

Nessas condições, o rio assume para além da sua funcionalidade material e simbólica que orienta e comanda a vida dos ribeirinhos, é também nesses espaços que muitas das vezes as lutas são deslocadas. Diante dessas tensões provocadas por um modelo econômico capitalista, os rios passam a ser protagonistas dessa trama, visto a importância que estes representam em sua multidimensionalidade para a vida ribeirinha (Gomes, 2018, p. 109). Sendo assim, os rios também dimensionam o pulsar das lutas ribeirinhas, compreendendo a diferença das marés calmas e revoltas a analogia que se tecem nos tempos conflituosos e de lutas, em que se faz necessário maior empoderamento e organização dos movimentos de resistências.

Não só o projeto TUP-Abaetetuba levou a comunidade à realização de um trançado. A exemplo do trançado protagonizado pela comunidade do Rio Caripetuba, em 2021, ribeirinhos de diversas comunidades das ilhas de Abaetetuba, num ímpeto de defesa dos territórios pesqueiros, da trafegabilidade segura e dada as demais dimensões que o rio representa, reuniram-se em suas pequenas embarcações, deslocando-se até à proximidade do furo da ilha do Capim para realização de um protesto contra o fundeio de boias de atracação de balsas neste local.

Figura 23 - Balsa com equipamento para realização de fundeio das boias e ribeirinhos chegando em suas embarcações para protestarem



Fonte: Imagem registrada pela autora (2021).

Figura 24 - Ribeirinhos chegando no local do protesto



Fonte: Imagem registrada pela autora (2021).

As imagens são emblemáticas, pois mostram um contraste da realidade que vem se presenciando com mais frequência nos rios da Amazônia. De um lado se vê a invasão de um modelo capitalista perverso, sustentado no lucro e num processo de desterritorialização de povos e comunidades tradicionais, de outro a luta dos ribeirinhos pela defesa do território. Imagens que demonstram a triste realidade que os ribeirinhos necessitam realizar no seu dia-a-dia. Os ribeirinhos em suas pequenas embarcações estão se direcionando aos territórios pesqueiros não para realização da atividade da pesca, e sim para lutar contra um modelo chamado de “progresso” que vem atravessando suas águas e territorialidades.

A Marinha do Brasil, por meio do parecer nº. 73/2020, emitiu parecer favorável à Norte Marine Indústria, Reparos e Operações Fluviais LTDA, quanto à localização de boias de atracação de comboios de balsas no Furo da Ilha do Capim. Segundo Vasconcelos (2021) e Silva (2022), a atividade realizada pela Norte Marine se constitui como prestação de serviço à empresa Cargill. Como forma de defender os territórios pesqueiros, os ribeirinhos necessitaram se deslocar em luta mesmo que num período pandêmico de covid-19.

Figura 25 - Ribeirinhos protestando contra a colocação de boias no furo da Ilha do Capim



Fonte: Imagens registradas pela autora (2021).

São formas arbitrárias que levam esses sujeitos a se organizarem em diferentes estratégias de resistência, e representam as diversas formas de violações de direitos destes ribeirinhos, que nem sequer foram consultados quanto à colocação dessas boias. Trata-se de uma área essencial para manutenção da existência desses sujeitos em seus territórios, pois, esta área compreende um número expressivo de territórios pesqueiros. A manifestação resultou na presença da prefeita do município de Abaetetuba, Francinete Maria Rodrigues Carvalho, já que os manifestantes também exigiram um posicionamento do poder público municipal.

E para além deste ato, estendeu-se para o dia posterior, em que novamente os manifestantes se reuniram, desta vez em um espaço comunitário localizado na Ilha do Capim. Esse momento contou com a presença do poder executivo municipal, representantes legislativos, representantes do poder público municipal, sendo uma reivindicação dos manifestantes para apresentarem a estas autoridades suas reivindicações e denúncias das ameaças que vinham se estendendo sobre seus territórios. Assim, resultou na construção de uma petição que também denunciava atos do poder administrativo municipal em favor dos empreendimentos capitalistas nesta região, pedindo, então, a revogação de tais atos que vinham violando os direitos destes povos em seus territórios.

O ato freou por um determinado período a colocação das boias, porém, nos dias atuais a empresa Bertolini continua estacionando comboios de barcaças nestas áreas. Esta ação vem resultando em diversas violações de direitos dos povos ribeirinhos que vivem nesta região, inclusive as comunidades mais próximas, interferindo negativamente nas práticas diárias destes territórios. Considera-se mudanças de rotas navegáveis, não acesso à alguns territórios pesqueiros, poluição das águas, erosão intensificada, maior sedimento nas águas, perturbação sonora provocada pelos motores dos rebocadores, balsas que se chocam quando se intensificam os ventos e maresias, riscos de acidentes, afugentamento de espécies de peixes e camarão.

O último trancaço realizado na comunidade do Rio Caripetuba, foi em março de 2023. Momento em que o processo judicial contra a Cargill estava em trâmite na justiça, após a primeira audiência em que a empresa não estava autorizada em realizar nenhum tipo de ação nas comunidades, mesmo assim, ainda tentou adentrar na comunidade ribeirinha do Rio Caripetuba. Impulsionados diante da ameaça, os moradores tiveram que imediatamente fazer o trancaço no mesmo momento que souberam que funcionários da empresa estavam se dirigindo para comunidade. Ao chegarem na comunidade, estes se depararam com o

bloqueio e não havendo possibilidades de acessarem o interior do rio, tiveram que retornar.

Porém, é importante destacar que há uma combinação que entrelaça os diferentes momentos de resistências. Pois, como já destacado acima, esses sujeitos resistem diariamente, o que nos faz perceber que esses momentos de enfrentamentos são resultantes de toda uma luta diária, como destacado por Pereira e Magalhães (2023, p. 70), “momentos mais explosivos de luta e resistência ocorrem depois de longos períodos de resistências cotidianas”. Ou seja, compreendemos que esses momentos de maior protagonismo nas lutas só ocorrem porque diariamente estes sujeitos vão se empoderando de seus direitos e exercitando condições que levam a luta e defesa de seu território.

Outras ações que diariamente se fazem necessárias os ribeirinhos realizarem e que vem sendo ferramentas desde o início da luta, compreende-se as cartas e notas de denúncias junto aos órgãos e em redes sociais. Esta ação inclui a realização de denúncias junto à órgãos capazes de dar suporte à luta ribeirinha, como também assumindo um caráter de apresentar tais violações de direitos. Além de também agregar o apoio de parceiros, movimentos e instituições que vem se solidarizando na luta. Para além das notas, também são realizadas denúncias em redes sociais e canais de comunicação, como nas rádios comunitárias.

Além das notas de denúncias, os ribeirinhos também já estiveram produzindo folhetos informativos, distribuindo nas famílias a fim de romper com as idealizações propagadas pela empresa Cargill, como foram propagadas pela cartilha “Navega Abaeté”, a qual a empresa utiliza o próprio nome da comunidade do Rio Caripetuba, num relato tendencioso de que o projeto seria bom e aceitável pela comunidade. Além da produção de folhetos, também a produção do informativo dos/das ribeirinhos (as), produzido em parceria com movimentos e pesquisadores, intitulado como “Violações, violências, ameaças do projeto portuário da Cargill nas ilhas de Abaetetuba: o que a Cargill faz pela Amazônia?”

Importante também salientar a parceria das universidades junto às lutas destes povos. Podemos destacar a realização de diversos seminários (presenciais e híbridos) promovidos por universidades e institutos em parceria com as comunidades e movimentos sociais, possibilitando debates acerca dos grandes projetos no Baixo Tocantins, inclusive no caso específico do projeto da Cargill em Abaetetuba. Esses momentos têm sido muito significativos, pois envolvem debates com falas dos próprios afetados como também de pesquisadores que vêm desenvolvendo pesquisas acerca dessas temáticas. Além de ressaltar as produções de trabalhos acadêmicos (artigos, TCC's, Dissertações e Teses) que abordam sobre o projeto portuário da Cargill em Abaetetuba.

Diversos outros momentos foram sendo protagonizados nos mais diferentes espaços,

como as constantes reuniões, formações e intercâmbios, essenciais para o processo organizativo e de fortalecimento do movimento socioterritorial. Vale ressaltar que a parceria com a Cáritas Rainha da Paz, vinculada à Cáritas Regional Norte 2, tem se dado por meio de um imprescindível apoio em todo esse processo de lutas e resistências das comunidades. Outras parcerias como a FASE, a Universidade Federal do Pará, o Instituto Federal do Pará, também têm apresentado contribuições nesta luta.

Assim como movimentos locais como, Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT Guajarina), Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), entre outros. Assim, percebe-se a importância das parcerias, ao mesmo tempo que demonstra a necessidade de articulações de um movimento, percebendo-se nestas circunstâncias que as próprias ações de resistências em sua maioria são realizadas com apoio e parceria com outros movimentos e territórios.

Destaca-se que esse processo de lutas e resistências foi ganhando maior visibilidade, saindo de uma escala local e se tornando multiescalar. Em agosto de 2021, ocorreu um encontro na comunidade do Rio Caripetuba envolvendo diversas comunidades ribeirinhas, junto com parceiros governamentais e da sociedade civil e movimentos em prol das lutas pela defesa dos territórios, onde estiveram acolhendo a Comitativa da Internacional Progressista. Neste encontro, os ribeirinhos puderam realizar denúncias das violações que vêm acontecendo em seus territórios, além de fazer a entrega de um dossiê-manifesto contendo as principais violações socioterritoriais provocadas por empreendimentos e projetos capitalistas na região, destacando a Cargill como a principal empresa violadora de direitos no momento atual.

Também se destacam reuniões que já ocorreram na comunidade com representações de ONGs internacionais. Participação de lideranças comunitárias no evento Diálogos Amazônicos, realizado em Belém-PA em agosto de 2023, possibilitando denúncias junto a movimentos, ONGs e instituições, intercâmbios, entre outras ações que possibilitaram denúncias junto a órgãos, movimentos e entidades governamentais internacionais.

Através das parcerias, se tem também resultados de matérias publicadas em revistas e jornais, produzidas por jornalistas que estiveram na comunidade, conhecendo melhor a luta do movimento contra o projeto portuário da Cargill. Uma das matérias mais recentes foi publicada pela Reuters, em outubro de 2023: “Cargill faces Brazil criminal probe over Amazon port project”, e pela Context, em novembro de 2023, intitulada “In Brazil’s Amazon, Cargill grain ports meet local resistance”.

Além dessas matérias publicadas em sites e revistas internacionais, considera-se que esse processo de resistência dos ribeirinhos contra o projeto da Cargill tem ganhado certa repercussão em sites jornalísticos, de movimentos e organizações, além das publicações nas redes sociais. Basta uma simples busca no Google sobre o porto da Cargill em Abaetetuba que encontrará várias publicações referentes às violações da empresa nos territórios tradicionais e as várias ações de resistência que vem se constituindo por esses povos contra este projeto.

Os próprios ribeirinhos também têm se utilizado das redes sociais como canais de denúncias das violações de direitos e ameaças que vêm vivendo em seus territórios. Além de que por meio dessas publicações possibilita com que outros conheçam formas de resistências das lutas ribeirinhas e de comunidades quilombolas nesta pequena porção da Amazônia. Isso também ajuda a compreender que o campo das resistências não está mais voltado apenas no território em si, mas as lutas do dia-a-dia podem ganhar mais força utilizando-se também do campo midiático, transcendendo a escala local e podendo incidir até numa escala internacional.

Importante também ressaltar a importância de determinadas ações individuais, por exemplo em momentos em que representantes da empresa chegavam nas casas para fazer o convencimento e as famílias não aceitavam recebê-los. O fato das pessoas não aceitarem a visita de representantes da empresa em suas casas não pode também ser considerada uma ação totalmente individual, pois, esse tipo de resistência acontece pelo fortalecimento e uma concepção de coletividade, pela consciência de ser e fazer parte de um movimento de resistência, mesmo que essa reação não se dava de forma unânime. Ao mesmo tempo reconhecendo que a luta se dá pela defesa de um território, que é comum, coletivo, morada de todos, por isso necessita de uma unidade para defendê-lo.

Faço uma comparação, você gosta de viver, de morar na sua casa? É como se você tivesse morando em sua casa, chegasse uma família e dissesse assim: olha, saia da sua casa, vai procurar outro lugar, que nós quer se apossar de sua casa, né. Ninguém quer ser expulso de sua casa, e o território é como se fosse a nossa casa. E eu faço essa comparação assim, eu jamais queria e quero que isso aconteça. Então é importante porque é o nosso lugar, onde fomos nascidos e criados, nós temos toda uma história, toda uma vida, e a gente vive aqui. Ninguém quer sair de sua casa não, todo mundo quer permanecer. E é importante essa luta, porque assim como é uma luta de conflito, mas gera união também, pessoas que estão unidas para lutar e com fé em Deus vamos vencer. (M. G. D., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 07/08/2025).

Em 2021, a Defensoria Pública do Estado do Pará protocolou uma ação civil pública pedindo nulidade do processo de licenciamento, devido à violação do direito à Consulta

prévia aos interessados. Ou seja, as comunidades foram totalmente ignoradas pelo governo no que tange ao direito de serem consultadas sobre o projeto TUP-Abaetetuba, como estabelecido na Convenção 169 da OIT, a qual o Brasil é signatário. No trâmite de julgamento, foram realizadas duas audiências envolvendo as partes interessadas no processo, além de ser aberto para participação da sociedade civil.

No dia 07 de fevereiro de 2023, foi realizada na câmara municipal de Abaetetuba a primeira audiência deste processo judicial. As comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba se fizeram presentes para acompanhar este momento, além de movimentos e parceiros apoiadores da luta. Saindo ainda pela madrugada de suas comunidades, ao chegarem na cidade se dirigiram pelas ruas num ato de movimento, levando faixas, bandeiras, cartazes e frutas, simbolizando um pouco de suas culturas e riquezas, até chegarem à praça pública em frente ao local da audiência. Como o espaço da audiência não comportava a todos, uma parte entrou para acompanhar a audiência, enquanto que outra se concentrou na praça, com cartazes nas mãos e aguardando o resultado da audiência.

Figura 26 - Ato simultâneo à audiência pública realizada em fevereiro de 2023



Fonte: Imagens registradas pela autora (2023).

Em março de 2023, a Defensoria Pública do Estado do Pará junto com o Ministério Público do Pará realizou oitiva junto às comunidades ribeirinhas e quilombolas que se encontram mais ameaçadas pelo projeto da Cargill em Abaetetuba, visto sua localização de proximidade com o terreno negociado pela empresa. Nessas comunidades que se acentuam os conflitos gerados pela empresa, pois foram onde a empresa fazia maior tentativas de assédios a fim de obter o convencimento e aprovação dos comunitários sobre o projeto.

As imagens abaixo são da oitiva realizada na comunidade do Rio Caripetuba, no dia 31 de março de 2023. Nesse dia, os moradores da comunidade tiveram a oportunidade de realizar suas denúncias junto ao MPPA e à DPE sobre as violações de direitos socioterritoriais que a empresa Cargill já vem realizando na comunidade mesmo antes de ser instalada, inclusive ressaltado um adoecimento mental, em especial nas mulheres da

comunidade que vem vivendo de forma mais intensa as aflições dos assédios e ameaças provocadas pela empresa Cargill.

Figura 27 - Oitiva da DPE e do MPPA na comunidade do Rio Caripetuba



Fonte: Imagens registradas pela autora (2023).

Outro fato pertinente a se ressaltar nesse evento é quanto a presença do MPPA e da DPE nos territórios, visto como um momento histórico pelos moradores, já que nunca antes tinham tido a presença dessas representações no território. Isso faz compreender como esses momentos de escuta são fundamentais para não apenas escutar de perto os anseios do povo, como também pisar no território, ver de perto suas necessidades, sentir um chão carregado de tradições e riquezas, e ao mesmo tempo envolto de ameaças provocadas pela expansão do capitalismo na Amazônia. Trata-se para além de ouvir o que os povos das águas e florestas têm a dizer, mas também ouvir suas conexões, os rios, as florestas, os seres que neles habitam, de conectar-se com o “mundo” dos povos ribeirinhos.

No dia 27 de abril de 2023, ocorreu a segunda audiência sobre o processo judicial envolvendo a Cargill. Novamente as comunidades se organizam e se dirigem à sede municipal para acompanhar esse momento fundamental da vida de seus territórios. Seguindo a mesma organização da audiência anterior, algumas pessoas entram para acompanhar a audiência, enquanto outra parte fica na parte externa, concentrada na praça à frente aguardando os resultados. Em ato, com cartazes nas mãos, como forma de apresentarem à própria população da cidade suas reivindicações.

Figura 28 - Ato simultâneo à audiência pública realizada em abril de 2023



Fonte: Imagem registrada pela autora (2023).

A primeira imagem acima é do ato realizado durante a audiência que estava sendo realizada no Fórum Municipal de Abaetetuba. A segunda imagem é de uma reportagem publicada pelo jornal impresso *O Liberal*, que traz sobre o ato realizado durante a audiência judicial, abordando as principais reivindicações dos manifestantes. A reportagem também aborda informações relacionadas ao processo de julgamento referente a violação de direitos desses povos a serem atendidos quanto ao direito de serem consultados de acordo com a Convenção n. 169.

Em 2023, o Tribunal de Justiça do Pará reconheceu como competência federal a continuação do julgamento do processo da ação civil pública. Assim, a ação passa a ser julgada pela justiça federal, visto que o terreno adquirido pela empresa está sobreposto ao Assentamento PAE Santo Afonso, área de domínio da União. Até o momento de desenvolvimento desta pesquisa o processo ainda estava em trâmite na justiça federal, sem ainda ter um julgamento de decisão. Porém, vale destacar a atuação do Ministério Público Federal (MPF) no acompanhamento do processo, permitindo uma aproximação junto às comunidades a fim de conhecer os reais fatos de denúncias no processo.

Um dos momentos tão relevantes nesse acompanhamento se deu com a visita de um grupo de procuradoras e procuradores da República no PAE Santo Afonso, no dia 23/05/2025, para estabelecer diálogo junto às comunidades que vem vivendo os conflitos e violações de direitos com o projeto portuário da Cargill em Abaetetuba. Este momento histórico contou com um grupo de aproximadamente 50 procuradores da República, de todas as regiões do Brasil e que atuam na defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Estiveram pisando no chão em que nos últimos anos vem tendo suas riquezas existenciais ameaçadas e conhecendo de perto as ameaças vividas por esses povos e também se sensibilizando com as lutas do povo ribeirinho amazônico. Na página oficial do MPF do Pará consta a publicação do evento, como podemos ver a página inicial da publicação na imagem abaixo:

Figura 29 - Página da publicação no site do MPF sobre a visita dos procuradores da República no PAE Santo Afonso

COMUNIDADES TRADICIONAIS

26 DE MAIO DE 2025 ÀS 15H25

MPF encerra evento sobre mudanças climáticas com escuta a povos tradicionais, no Pará

Membros de todo o país visitaram o PAE Santo Afonso, em Abaetetuba, para conhecer de perto os desafios vividos pelos povos da Amazônia



Foto: Comunicação/MPF

Após dois dias de discussões aprofundadas sobre as estratégias que devem ser traçadas pelo Ministério Público Federal (MPF) para impedir a violação de direitos humanos e territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais diante das mudanças climáticas, procuradoras e procuradores da República de todas as regiões do Brasil visitaram o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso, em Abaetetuba (PA).

Com a viagem, o MPF objetivou

dialogar com moradores do PAE e de outras comunidades tradicionais da região para conhecer de perto os desafios enfrentados pela população local. A atividade itinerante marcou o encerramento do Encontro Nacional da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR/MPF).

Fonte: Site do MPF.

Considerando estas ações mais recentes de resistências na defesa do território, a comunidade ribeirinha do Rio Caripetuba realizou no dia 21 de dezembro de 2024 a Assembleia Geral Deliberativa para construção do Protocolo de Consulta deste território, que foi aprovado por unanimidade. Assim, considera-se um processo inicial de construção das próprias leis do território, um momento muito significativo e importante para os moradores da comunidade.

Figura 30 - Assembleia Geral Deliberativa para construção do Protocolo de Consulta na Comunidade do Rio Caripetuba



Fonte: Imagem registrada pela autora (2024).

Este foi um momento muito significativo na vida do território, pois reconhece-se toda uma trajetória de luta e resistência que deu objetividade à própria constituição do movimento socioterritorial na comunidade. Para o êxito da aprovação em Assembleia Geral para construção do Protocolo de Consulta comunitário, reconhece-se toda uma construção que antecederam de enfrentamentos, resistências, afirmação identitária, formações, e ainda, a compreensão que a luta fortalece o ser coletivo, e a resistência se faz justamente por esse pensar de forma coletiva. No movimento, não há interesses individuais, há sempre o propósito de objetivos comuns.

Isso porque a luta se faz pelo direito e manutenção dos bens comuns de um território. Para Machado e Benatti (2025, p. 72), “a luta pelos bens comuns resiste à privatização de territórios e seres, desafiando o ordenamento jurídico vigente e representando uma nova configuração que respeita sistemas de convivência entre humanos e não humanos”. Assim, é uma forma de não aceitação da ruptura que o sistema capitalista propõe, de individualizar e manter formas de exclusão e privatização. Sendo que a manutenção dos bens comuns se compreende pelos “espaços de autonomia, cooperação e autogoverno” (Machado; Benatti, 2025, p. 72) exercido por diferentes identidades de povos e comunidades tradicionais.

Vale destacar que a resistência se constitui por meio de lutas diárias que atravessam o existir da comunidade, se fazendo para além dos enfrentamentos ou outras ações de lutas, pois o está e o ser no território já se constitui num processo de resistência. As territorialidades são resistências; o modo de produzir, de desenvolver seus costumes e

tradições, afirmar a identidade e da vivência em comunidade, se manifestam em resistências diárias. Assim, o resistir se destaca no enfrentamento à lógica capitalista e se constituem na “defesa dos territórios e sua fonte de reprodução social, material, econômica, simbólica, identitária, cultural, religiosa e cosmológica” (Cardoso; Rodrigues; Sobreiro-Filho, 2022, p. 228).

Assim como os ribeirinhos destacam como principal ameaça os grandes projetos que vem ameaçando seus territórios, há um desejo comum que é viver em paz, ou seja, livre das ameaças desses projetos.

O que eu desejo é, se Deus quiser, a gente consiga ganhar essa luta que a gente almeja ganhar. Que nós viva no nosso território em paz, e que também o nosso território seja olhado com mais amor, sobre outras questões que precisam melhorar em nosso território. Mas não através de empresas, e sim através da vontade de nossos governos, de melhorar a educação, saúde, segurança, saneamento, e muitas outras coisas que a gente tem o desejo de viver melhor aqui. (A. D. G., lavradora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 11/08/2025).

Eu desejo paz, que essa empresa suma, desapareça. O dia que falar que a Cargill já não existe mais aqui, não quer mais fazer posse do território, não tá brigando mais pelo território, não vai se instalar mais, eu, sinceramente, pra mim vai ser o dia mais maravilhoso. E empresa nenhuma, não é só a Cargill, as outras também, que nem pense invadir nossa casa comum. Pra mim vai ser o dia mais maravilhoso de paz, vai voltar a nossa paz. (M. G. D., pescadora, moradora do Rio Caripetuba, entrevista realizada em 07/08/2025).

Além do desejo de voltar a tranquilidade da vida antes das ameaças dos grandes projetos em seus territórios, há também a necessidade da atuação mais próxima dos governos quanto a destinação de políticas públicas que contemplem os direitos desses sujeitos em seus territórios. A ausência de políticas públicas torna-se uma própria fragilidade nas lutas desses povos, pois essas empresas utilizam-se dessas necessidades para atuarem em suas estratégias de entrada nesses territórios.

O resistir também se entrelaça numa ação minuciosa do viver em comunidade e ser comunidade, já que a lógica capitalista tende a romper laços familiares e comunitários, seduzir e cooptar pessoas do território, como forma de enfraquecer as lutas. Isso porque os grandes projetos trazem o discurso sedutor e ilusório de “empregos”, “desenvolvimento”, “progresso”, e como bem aduz Harvey (1992), o capitalismo se sustenta por meio de seu aparato “ilusório”, seus “fetichismos”. Porém, são narrativas criadas para seduzir, visando a territorialização desses projetos com o mínimo de impedimentos. Isso porque a dinâmica capitalista de mercantilização e financeirização ocorre pelo processo de “territorialização capitalista e desterritorialização de povos, grupos e comunidades” (Malheiro;

Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 34).

Todas as formas de resistência que os ribeirinhos vêm construindo, assumem um caráter de romper com uma invisibilização histórica, considerando o direito de permanecerem no território e dando continuidade nas próximas gerações. Para isso, o Estado precisa dar garantia desse direito à esses povos, respeitando as próprias leis que amparam.

A gente sem o território a gente não tem identidade, e a gente não pensa só no agora, a gente entende de que os nossos antepassados lutaram para que pudéssemos viver de uma forma livre nesse território. E que a gente almeja e luta para que a gente consiga viver de uma forma livre, que a gente possa trabalhar da forma que a gente aprendeu e deseja dar continuidade. Preservando e desenvolvendo a nossa economia, a nossa forma de trabalhar, desenvolver nossa cultura. E também entendendo que nós somos responsáveis em defender todos os seres que a gente entende que somos responsáveis, de trabalhar a preservação.

O próprio Estado e os órgãos competentes possam garantir a nossa forma de ser e de viver nesse território. Que a gente entende de que, sendo um direito nosso, dos povos tradicionais, almejar a continuidade dessa forma de vida, e que a gente não tá pedindo, a gente tá exigindo para que seja cumprido o que já tá na lei, que garante nós como povos tradicionais a dar continuidade nessa forma responsável de viver. Porque a gente não pensa só em nós, a gente pensa nos seres que também fazem parte desse território. E que todo esse nosso contexto, essa nossa resistência, ela tem embasamento jurídico. Não é ideologia de alguém que tá fazendo uma resistência por resistência, mas porque ele tem fundamento. E por isso que a gente faz essa resistência, porque a gente acredita que se a gente não fazer resistência, aqueles que deveriam tá garantindo nossos direitos, tão atrelado ao sistema capitalista. Por isso há necessidade de nós tá fazendo essa resistência dentro desse território. (A. N. A. C., morador do PAE Santo Antônio II, entrevista realizada em 20/05/2025).

Na fala do entrevistado, considera-se a importância do Estado, e assim compreendemos em todos os âmbitos de governo, em garantir o direito fundamental desses povos aos seus territórios tradicionais. A resistência então torna-se uma necessidade, diante da própria ausência e mesmo negação do Estado, que não apenas nega, mas muitas das vezes retira esse direito dos povos tradicionais, e transfere ao poder do capital.

Outro ponto interessante a se destacar nas ações de resistência que trazemos acima, é que quase todas se iniciam com um momento místico. Ou seja, uma conexão espiritual, dos sagrados, que transcende o eu e congrega o nós. Não apenas se referindo à conexão humana, mas num interligar de vidas que compõem a natureza. E nesse cirandar de conexões, as músicas, poesias, tambores, danças, palavras de ordem, silêncios, escutas, entre outros, embalam e fortalecem o espírito de luta. Esses momentos são comuns presenciarmos ao início ou término das formações, reuniões, rodas de conversas, eventos e manifestações. E muitas das vezes, as poesias e canções são de autoria desses povos, que em versos rimam

suas histórias e cantam suas próprias vidas e riquezas territoriais que vêm sendo ameaçadas.

Dialogando com Gomes (2018, p. 112), essas, entre outras, podem ser consideradas como “formas de resistência decoloniais à medida que elas possibilitam recuperar as identidades étnicas, culturais, espirituais, os saberes, as memórias, a cultura e a arte das comunidades”. Isso porque elas vêm expressar para além do que é o ser identitário de um povo, como também é um interessante instrumento de denúncia de violações socioterritoriais, que já vem sendo herdadas de forma geracional, quando em Abaetetuba se tem produções de músicas locais que vinham denunciando os grandes projetos capitalistas já na década de 1980, quando é implantado a Albrás-Alunorte em Barcarena.

E nessa reflexão, Gomes (2018, p. 126) vem considerar que “a decolonialidade pressupõe a libertação do pensar para desarmar essas estruturas de desigualdade, discriminação e subalternização instauradas desde a colonização e que se mantém na forma de colonialidade”. Todas essas ações de resistência significam formas de não silenciar diante de um sistema econômico que busca intimidar, criminalizar movimentos e mesmo silenciar lideranças que lutam pelas causas socioterritoriais.

Assim, considera-se que as ações de lutas e resistências têm embalado o ritmo do dia-a-dia do território ribeirinho do Rio Caripetuba, que vem enfrentando a gigante Cargill. Esse é apenas um exemplo diante do triste cenário que vem atravessando os povos originários e comunidades tradicionais do Brasil, mas também é um exemplo, dentre muitos outros espalhados, de que a resistência sempre foi e continua sendo marca fundamental desses povos. Porém, compreende-se “ante este modelo dominante lo primero que debemos saber es que no hay salida individual. La única salida posible que avizoramos es colectiva” (Lizarraga; Filho, 2022, p. 16). Logo, essas lutas se destacam em sua materialidade e essência e levam os sujeitos a se constituírem enquanto defensores dos territórios e manutenção das demais formas de vida.

Todas as ações que trazemos neste capítulo realizadas pelo movimento socioterritorial do Rio Caripetuba, como também realizado junto com outros territórios, movimentos e parceiros, não representam a totalidade das ações de resistências que vem se desenvolvendo desde o conhecimento sobre o projeto portuário da Cargill em Abaetetuba. Vale ressaltar, que muitas outras ações são realizadas diariamente, porém, também é estratégia de luta não expor todas as ações, como respeito à própria atuação do movimento e consideração de suas estratégias.

6.1.4 Constituição da inteligência territorial ribeirinha: aspectos da lógica racionalidade espaço-temporal amazônica

No subcapítulo acima, vimos como o território ribeirinho do Rio Caripetuba vem desenvolvendo suas ações de resistência em defesa do território, que não significa uma configuração isolada, mas toda essa organização se dá numa articulação dos territórios locais, juntamente com outros movimentos. Compreender a lógica e o desenvolvimento de todas essas ações, nos permite reconhecer a particularidade de atuação de um determinado movimento. Ao mesmo tempo, amplia a visão de compreensão de como estas ações vêm sendo organizadas, a partir da relação que determinados grupos de movimentos podem ter em particular, considerando nesta análise o ser ribeirinho.

Traçar uma análise sobre as ações desenvolvidas pelo movimento em pesquisa, nos permite compreender a dimensão dessas ações se constituindo como uma forma de organização inteligente adotada por estes sujeitos para a luta da defesa do território. Cada uma dessas ações desenvolvidas acima, são formas encontradas de lutas e resistências, que partindo da realidade vivida por esses sujeitos podem ser vistas como práticas já adotadas também por outros movimentos e ou mesmo algumas delas consideradas próprias daquele movimento. Ou seja, ações que podem ser criadas e até o momento produzidas apenas por aquele movimento, muitas das vezes foram criadas dependendo das especificidades locais, formas de organização e até mesmo partindo de um ímpeto urgente de defesa e enfrentamento diante de uma ameaça.

Porém, importante considerar que mesmo que sejam ações já reproduzidas por outros movimentos, destacam-se como ações de inteligências desenvolvidas pelos sujeitos que vêm vivendo diferentes violações de direitos e violências socioterritoriais. Considerando que “é no contexto conflituoso que os movimentos das águas têm protagonizado mais do que a manutenção dos seus territórios, mas da vida, do clima, da sociedade etc.” (Sobreiro Filho *et al*, 2025, p. 223). Significa desenvolver modelos autênticos de organização que sejam capazes de promover a defesa dos territórios ameaçados. Dependendo das situações, em determinados momentos, esses povos criam também modelos específicos de se fazer resistência, que significam formas de expressões de inteligências que vêm sendo adotadas por determinados grupos a partir do contexto de ameaças que vêm vivendo.

Por isso, pode-se considerar que a intensificação de ameaças em um território, conseqüentemente vai resultar numa “inflamação” das ações que serão adotadas, a fim de que possam surtir os efeitos dos resultados esperados. Isso é perceptível ao analisarmos as

ações de resistências que vêm sendo desenvolvidas por determinado movimento, como podemos observar no movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba, nosso principal foco de análise nesta pesquisa.

Portanto, neste subcapítulo se desdobra a análise das ações de resistências que vêm sendo realizadas por este movimento, se destacando principalmente com o avanço dos grandes projetos nesta região, em que podemos destacar o protagonismo do sujeito ribeirinho, adotando práticas de inteligências territoriais na defesa do território. Consideramos utilizar o termo “inteligência territorial” para reconhecer que as ações que estamos analisando são expressões inteligentes de lutar e defender o território, que nesta pesquisa estão sendo adotadas por um sujeito peculiar e típico da Amazônia, que é o ribeirinho.

O conceito foi criado por um grupo interdisciplinar de cientistas europeus, tendo como principal idealizador Jean-Jacques Girardot, a fim de responder às principais problemáticas relacionadas às populações mais vulneráveis na Europa. Essa é uma discussão muito trabalhada por um grupo internacional de pesquisa, a *International Network of Territorial Intelligence* (Rede Internacional de Inteligência Territorial – INTI). Esse debate tem se expandido mais recentemente na América Latina, principalmente a partir de 2007. Vale ressaltar, que o conceito de inteligência territorial, assim como muitos outros conceitos produzidos pela ciência, significa a conceituação de uma prática já existente e desenvolvida. Assim, vem conceituar ações que determinados povos em situação de vulnerabilidade vem realizando diariamente.

Como principal criador do conceito, Girardot descreve:

Territorial intelligence is the “polydisciplinary” scientific project having for object sustainable development and which subject is territorial community. It aims at proposing an alternative path of development drive by wellbeing of all and every one. Territorial intelligence is based on a systemic view of the territory, linking a geographic space, a community, its representations and its behaviours. It works at the local level in an interscalar logic, from local to global. It is a collective intelligence that is based on one hand on the interaction between each human being and its environment and, secondly, the relationship between people. It now enjoys the powerful artefact of information technology. (Bozzano, 2013 *apud* Girardot 2008).

Assim, reconhece que o conceito não faz parte apenas de uma área da ciência, mas sua discussão é interdisciplinar, visto a própria necessidade de diálogo pelos diversos campos da ciência a fim de buscar soluções para as necessidades socioambientais global. E para que a discussão seja consistente, o foco se faz numa “visão sistêmica do território”, como descreve o autor. Porém, fazendo sempre a relação inter-escalar em que as ações

acontecem, do nível local ao global, com base numa ação coletiva.

No contexto da América Latina, o geógrafo Horacio Bozzano apresenta significativas contribuições de reflexões acerca deste conceito. De maneira geral, considera que a “inteligencia territorial significa promover una justicia social global con transición sócio ecológica en los hechos más que en los discursos” (Bozzano, 2014, p. 5). Essa é uma síntese muito significativa do que se propõe o debate de inteligência territorial, que está para além de discursos, mas aquilo que considera como “transição socioecológica”, se constituindo em ações concretas que sejam capazes de proporcionar mudanças significativas das principais problemáticas socioambientais global.

Para se obter resultados alinhados a essa perspectiva de justiça social global, Bozzano (2013 e 2014) compreende que deve haver um processo simultâneo da tríade sujeitos – territórios – projetos. Ou seja, “un triple proceso simultáneo de co-construcción de personas en sujetos, de espacios banales en territorios posibles y de ideas vagas en proyectos concretos” (Bozzano, 2013, p. 454), só assim que “comienza a tener lugar una transformación virtuosa” (Bozzano, 2014, p. 7). É justamente essa transformação que nasce no chão dos territórios. Se compreendemos que é a partir de ações globais que se configuram como as principais ameaças territoriais, vemos nos territórios o inverso dos sentidos, pois é da escala local dos territórios que brota a esperança, configuradas por diferentes ações de resistências que se constituem em inteligências territoriais dos povos, que promovem formas autênticas de pensar, ver e sentir o território.

Para Nonato Junior (2023), considera que:

A inteligência territorial é um exercício de reconhecimento das estratégias inteligentes de todos os grupos, atores e escalas envolvidos numa determinada realidade geográfica. Para que a ideia de Inteligência se exerça efetivamente, ela deve ser não-hierárquica, favorecendo iniciativas coletivas (que garantam a diversidade de experiência, crítica e leitura territorial) e análises colaborativas (que se produz na interação entre diferentes escalas, governanças e movimentos). (Nonato Junior, 2023, p. 5).

A inteligência territorial condiz às ações que permitem promover eficientes resultados, com estratégias capazes de romper com formas de alienação e opressão, por meio de respostas satisfatórias às questões territoriais. Assim, levando sempre em consideração interesses coletivos, que não sejam reprodutores de ações hierárquicas.

Vemos então, que quanto maior a ameaça, mais ações estratégicas de inteligências podem ser observadas em reação à problemática. Ao mesmo tempo, considera-se mais perceptível os conflitos que resultam desses embates de interesses opostos. Assim, muitas formas de inteligências adotadas também partem das singularidades e particularidades que

envolvem determinados grupos de sujeitos. Por exemplo, no contexto de análise de um território ribeirinho, muitas dessas ações precisam levar em consideração a dinâmica maior que os envolvem, que é considerar o rio como elemento primordial para o desenvolvimento de muitas dessas ações.

Isso nos ajuda a compreender como em determinados momentos os ribeirinhos utilizam o rio para fazer suas manifestações, os trancaços, entre outras formas de resistências. Enquanto que para movimentos socioterritoriais e socioespaciais que não vivem a mesma realidade de serem envolvidos num “mundo das águas”, pode parecer impossível o ribeirinho adotar certas ações que podem serem realizadas num contexto diferente, como manifestações em ruas; bloqueio de estradas, ruas e ramais; passeatas, entre outros. Porém, como demonstramos no subcapítulo acima, o universo ribeirinho é diferente que também o leva a considerar e ou mesmo adaptar formas de ações condizentes à sua realidade. E o que é mais importante, que sejam ações estratégicas e eficientes.

Assim, reconhecemos que os trancaços realizados pelo movimento socioterritorial do Rio Caripetuba, é uma inteligência territorial ribeirinha muito eficiente, adotada por um momento da necessidade de enfrentamento. Que se for analisado de forma comparativa com outras ações de um movimento urbano, por exemplo, pode-se comparar como a ação de um bloqueio de rua, muito utilizado em determinadas formas de protestos. Porém, não podemos considerar uma mesma ação e ou mesmo finalidade, dadas as especificidades que os divergem. Além de que podemos considerar como uma forma criada por um determinado movimento, considerando que é uma ação que ainda não constatamos como uma estratégia usada em outros movimentos, em outros lugares.

Não podemos afirmar que só em Abaetetuba que já aconteceu o trancaço, porém, em nossas pesquisas, não temos informações que esta ação tenha se dado em outros lugares. O que podemos afirmar, que esta prática não era conhecida pelo movimento socioterritorial do Rio Caripetuba, e nem também foi uma estratégia que fazia parte do planejamento do movimento. O que aconteceu, foi que num ímpeto de desespero para defender o território, os moradores consideraram realizar tal ação como estratégia de autonomia e defesa de um bem comum, que é o território.

Assim, podemos considerar que as inteligências criadas e adotadas em um movimento podem condizerem num momento de ímpeto de ameaças, em quais podemos constatar em muitas ações de enfrentamentos. Mas também, podem ser ações que ocorram a partir de um planejamento, considerando um tempo para planejar e organizar a execução da ação. Porém, considerando as lutas territoriais, as duas formas de resistência são de grande

relevância, a depender da situação, é necessário calcular qual delas é mais estratégica em determinado momento. Isso também significa uma inteligência territorial, a capacidade de saber qual ação é mais eficiente em cada momento de luta.

Isso pressupõe o que Bozzano (2013, p. 454) apresenta como um dos processos que caracterizam a inteligência territorial: “trabajar por identidades, necesidades y sueños, no sólo expectativas”. Como caminho, o autor nos propõe aos questionamentos: o que somos, precisamos e o que queremos. Esses questionamentos são fundamentais para que diante dos objetivos que se pretende alcançar, sejam construídas ações de qualidade e que sejam eficazes em promover respostas às demandas. Não sendo meras expectativas sem nenhum propósito de ação. Ao mesmo tempo, considerando esses questionamentos nos remete compreender que cada coletivo de sujeitos vai se organizando e construindo inteligências territoriais a partir de sua forma como vai compreendendo o mundo.

Por isso, reforçamos novamente que o ribeirão vem constituindo suas formas peculiares de inteligência territorial, considerando o rio como elemento muito próprio e importante de sua identidade, que o caracteriza e diferencia de outras identidades. Assim, a inteligência territorial ribeirinha vem ser um importante instrumento de defesa e proteção do território, a fim de que o território continue se desenvolvendo em suas potencialidades.

Consideramos também pensar que na análise que nos propomos fazer abordando as lutas e resistências ribeirinhas, reconhecemos que todas as formas de inteligência territorial que vem se constituindo também estão sintonizadas aos saberes territoriais desses povos. Ou seja, existe uma conexão de inteligência e sabedoria, ambas se complementam e caracterizam essas lutas. Pois, com a sabedoria, esses povos agem de forma a levar em consideração a multidimensionalidade do território, agindo com sensatez em reconhecer a importância de lutar por um território multidimensional.

Na lógica capitalista, podemos dizer que também se usam formas de inteligências que são as estratégias para avançar sobre os territórios. Porém, a lógica capitalista vê o território apenas por uma única dimensão, que é a dimensão econômica. E ainda reconhece como válido apenas o modelo econômico mediado pelo capital, negando e destruindo outras formas e modelos de economias que estão na contramão de uma economia baseada no lucro, que significa concentração e exclusão.

A sabedoria ribeirinha permite compreender que só pode haver um modelo econômico viável, se este estiver respeitando a multidimensionalidade territorial. Para isso, a dimensão econômica não deve estar acima das demais dimensões, mas em sintonia com a dimensão ambiental, cultural, política e social. As ações de inteligência territorial ribeirinha

também estão nessa sintonia, visto que as lutas não levam em consideração apenas a existência humana, mas considera toda existência territorial. A sabedoria permite ter a capacidade em reconhecer o valor de cada elemento e ação que constituem o território, e assim lutar pela existência multidimensional do território.

Reconhece-se que na luta dos povos ribeirinhos, inteligência e sabedoria, sempre estiveram presentes e guiando suas lutas, como podemos constatar em todo desenvolvimento desta dissertação. Mas há uma determinada diferença, pois, enquanto a inteligência vem se transformando em diferentes contextos da vida destes sujeitos, como uma própria necessidade para que seja eficiente, a sabedoria não se transforma, ela é vista como um aspecto acumulativo, que ao longo dos anos vem acompanhando a vida destes povos e ainda permite construir melhores estratégias de lutas.

Sendo assim, a inteligência territorial é algo que vai se transformando ao longo do tempo, dialogando com as transformações da sociedade e como forma estratégica de ser uma ação eficiente diante de determinada problemática, permitindo assim alcançar os objetivos almejados. A sabedoria vem significar a essência pela qual a inteligência ribeirinha se constitui, por meio da capacidade de organização e de criar e recriar ações sensatas para defesa de um bem comum, o território, em sua totalidade. Assim, a inteligência se relaciona com a sabedoria, mas não é a sabedoria em si, ambas se complementam, e no contexto das lutas ribeirinhas, uma depende da outra.

A inteligência por si só, pode estar a serviço do capital, que também usa formas inteligentes para se apropriar dos territórios. Mas quando está voltada para defesa dos territórios multidimensionais, sempre vai estar em combinação com a sabedoria, advindo assim as práticas do cuidado e respeito não apenas pelo que constitui formas de representações materiais, mas por tudo que também se caracteriza pelo simbólico, como sendo a totalidade de um território. Assim, compreende-se que agir com sabedoria é buscar a melhor forma de desenvolver as práticas de inteligências territoriais e ter os mais eficientes resultados.

Podemos considerar que essas ações desenvolvidas, significando as expressões da inteligência territorial ribeirinha, devem ser vistas a partir da racionalidade espaço-temporal amazônica. Isso porque, considera-se que as expressões de inteligências estão relacionadas a uma ação, ou seja, a racionalidade que decorre num determinado espaço-temporal. Sendo assim, “as ações coletivas não surgem do nada, mas que são produto de uma construção racionalizada a cada ação, sujeito, evento etc., que integra os processos de produção, consumo e transformação do espaço e territórios” (Sobreiro Filho *et al*, 2025, p. 222 – 223).

Mas é importante também considerar, que a racionalidade não é apenas condição de um movimento, ela faz parte da própria existência humana, visto que “a existência do ser social pressupõe diretamente a existência de uma lógica racionalidade espaço-temporal que mescla individualidade e coletividade” (Sobreiro Filho, 2016, p. 106). Mas também, Sobreiro Filho considera que “parte dessa racionalidade tem raízes na diversidade de movimentos. Seus objetivos primam pela necessidade de salvaguardar, conquistar, consumir, produzir e/ou transformar espaços e territórios, bem como seus modos de vida” (Sobreiro Filho *et al*, 2025, p. 223).

Dessa maneira, Sobreiro Filho (2016) assim define:

Por lógica-racionalidade espaço-temporal compreendemos como a qualidade/faculdade racional e as formas de pensamento embasadas e produzidas pela indissociabilidade espaço-tempo no bojo de sua totalidade dialética que, por sua vez, também é expressão dos seres socioespaciais e seus respectivos comportamentos e relações individuais e/ou coletivos no curso histórico. (Sobreiro Filho, 2016, p. 247).

Considera-se como a própria capacidade humana de agir a partir da razão, o ser humano é um ser racional e por isso já traz em sua essência essa dimensão e que no decorrer de sua vida vai desenvolvendo. Mas como Sobreiro Filho (2016) destaca, não há separação espaço-tempo, logo, a racionalidade vai se constituindo nessa indissociabilidade, que ao analisarmos as ações de inteligência territorial vamos percebendo que elas são construídas sempre levando em consideração o que emerge do contexto espacial e se reformulando ao longo do tempo. Compreendendo que as ações “são pensadas e organizadas para ocorrerem em momentos e espaços estratégicos, deliberados e podendo apresentar diferentes atributos singulares, particulares e universais pelos quais terão impactos esperados” (Sobreiro Filho *et al*, 2025, p. 223).

No caso de um movimento, todas as ações desenvolvidas e que buscamos chamá-las de inteligência territorial, já que nossa discussão se encontra sobre a categoria território e não necessariamente apenas sobre o espaço, elas significam a representação da lógica racionalidade espaço-temporal, que nessa discussão, contextualizamos a partir da espacialidade amazônica. É a forma de agir que sempre estará condizente em um determinado espaço-temporal, em que não há como dissociá-lo. Como descreve Sobreiro Filho (2016):

Toda e qualquer forma de fato, relação ou construção social (ação, ideologia, intencionalidade, conflito etc.) por mais que sejam tratados como fenômenos abstratos arrolados única e exclusivamente ao ser social, estes também são oriundos e processados no espaço-tempo, pois este é a materialização da existência humana e *vice-versa*. (Sobreiro Filho, 2016, p.

106).

Assim, é importante considerar não apenas a ação, mas como esta é a configuração da relação espaço-tempo. E como contextualiza Sobreiro Filho *et al* (2025, p. 231), “cada movimento, ao ler espacialmente suas necessidades, operacionaliza sobre esse espaço e, conseqüentemente, sobre o tempo de suas ações”, assim entende que “cada ação é estruturada e pensada racionalmente por aqueles que a fazem”. Ao mesmo tempo que as ações derivam desse contexto, elas também formulam a própria construção espaço-temporal, pois assim como produz, é também resultado dessa combinação, numa dialética que dá sentido à existência humana.

Refletimos a maneira como os movimentos foram adaptando e reformulando suas estratégias de defesa dos territórios durante a pandemia do Covid-19. Ao considerarmos o território ribeirinho do Rio Caripetuba, constatou-se que mesmo durante a pandemia, a empresa Cargill continuou adentrando no território como tentativa de convencer os comunitários sobre a viabilidade do projeto portuário. Isso demonstra a incapacidade que o capital tem do respeito com as vidas. De maneira contrária, mesmo diante dos assédios, os ribeirinhos buscaram reformular suas ações de resistência, adaptando de maneira que não gerasse nenhuma ameaça de propagação da doença no território. Percebemos então, que os interesses refletem as ações de comportamentos, pois, se para o capital o que está em primeiro lugar é o lucro, logo, não é interessante o cuidado e respeito com o território.

Esse foi um período em que as ações de inteligência territorial se refletiam mais no campo midiático, com notas de denúncias; uso das mídias sociais, programas de rádios como veículos de denúncias e conscientização; reuniões adaptadas em formato remoto. Ou seja, se construíram as ações de inteligências, porém, sob a lógica da sabedoria, tendo sempre a sensibilidade de não possibilitar que vidas se tornassem ainda mais ameaçadas. Esse cuidado permaneceu até ao final da pandemia, e mesmo quando a doença já estava mais sob controle, mesmo assim as ações continuavam sendo adaptadas. Como exemplo, se teve a visita da Delegação da Progressista Internacional no território, quando a pandemia já estava sob controle, porém, o encontro se realizou com todas as medidas de segurança e não aberto para toda comunidade participar a fim de evitar aglomerações.

Outro exemplo que podemos considerar, é o evento Grito das Águas, que durante a pandemia foi suspenso, só retornando após não apresentar mais riscos do vírus se proliferar. Isso nos ajuda a compreender a dimensão da inteligência territorial em conexão com a sabedoria, que não significa apenas a capacidade de criar e desenvolver inteligências, mas

deve estar ligada a uma sensatez e sensibilidade de reconhecer que a defesa das vidas em todas as suas dimensões, é a essência de todo movimento.

Em sua tese, Sobreiro Filho (2016) compreende que a lógica da racionalidade assume um caráter reticular no movimento, ou seja, considerando que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais apresentam uma forma de organização em rede. Assim, considera-se que os movimentos desde “seu processo de gestação, formação, luta e resistência pressupõem articulações políticas e solidárias, tão logo, redes” (Sobreiro Filho, p. 112). Esse processo permite que os movimentos se articulem, criem conexões e fortaleçam suas pautas, e mais importante, possam alcançar seus objetivos.

Esse é um outro ponto importante nesse debate, pois percebemos que a maioria das ações não são individuais, ou seja, realizadas apenas por um determinado movimento. Mas elas são realizadas em rede, e esse é um ponto chave para entendermos também os movimentos. Como descreve Sobreiro Filho (2016, p. 112), “cada vez mais, as redes têm sido importantes para se compreender as relações, ações e racionalidade socioespacial das *contentious politics*, sobretudo, dos movimentos socioterritoriais”. Pois os movimentos se articulam em rede, de forma que as ações geralmente são realizadas por diferentes sujeitos e movimentos. Isso tem haver não apenas com estratégias, mas também é a própria sensibilidade de se reconhecer nas pautas de lutas, ou mesmo da solidariedade daqueles que se enxergam pertencentes a uma mesma classe, a classe trabalhadora.

Para compreendermos melhor, quando olhamos para as ações do território ribeirinho do Rio Caripetuba, vemos que praticamente a totalidade das ações realizadas são em conjunto com outros movimentos. Assim como não vivemos individualizados neste mundo, mas somos seres necessitados de socialização e interação, os movimentos também carregam em si a necessidade de articulação em redes. Isso pressupõe dizer que por mais que uma ação seja protagonizada por determinado movimento, ela só acontece porque há toda uma rede de apoio e articulação, muitas das vezes construindo e realizando junto, em outros dando suporte de apoio.

Consideramos novamente analisar o Grito das Águas, sendo um evento realizado pela Cáritas Rainha da Paz junto com os territórios ribeirinhos e quilombolas de Abaetetuba, que já representam uma grande rede. Porém, o evento conta com vários parceiros, alguns fazendo parte desde a primeira realização do evento, outros, ao se sensibilizarem com a pauta, vão também somando ao evento. Com isso, o evento tem como parceiros alguns movimentos locais, bem como vem ganhando expressividade nas diferentes escalas regional, nacional e internacional.

Assim, analisando o processo de constituição da inteligência territorial ribeirinha do Rio Caripetuba, vemos que diante das ameaças ao território, as ações de resistência sempre se desenvolveram em articulação. Essas articulações têm se dado entre os territórios ribeirinhos e quilombolas em Abaetetuba, com outros territórios que também se encontram nas mesmas condições de ameaças territoriais, movimentos, instituições, ONGs, universidades, pesquisadores, entre outros, que vem compondo essa grande rede de resistência. A criação de comissões, da Frente em Defesa dos Territórios, intercâmbios, entre outras articulações, tem se configurado uma das formas de fortalecer ainda mais essa rede.

A rede representa a unificação daqueles que se encontram nas lutas, que se solidarizam, que lutam contra um sistema opressor e excludente. E essa rede tende a ficar cada vez mais fortalecida à medida que consegue se expandir pelas diferentes escalas, e esse processo só é possível justamente por um movimento não se constituir isoladamente. É por meio dessa combinação de forças e apoio que um movimento vai se constituindo e desenvolvendo suas habilidades. Esse processo também leva a um aprendizado nos movimentos, pois essa combinação em rede permite que os movimentos dialoguem, troquem experiências, aprendam com o que deu certo ou mesmo com lições vividas por outros movimentos.

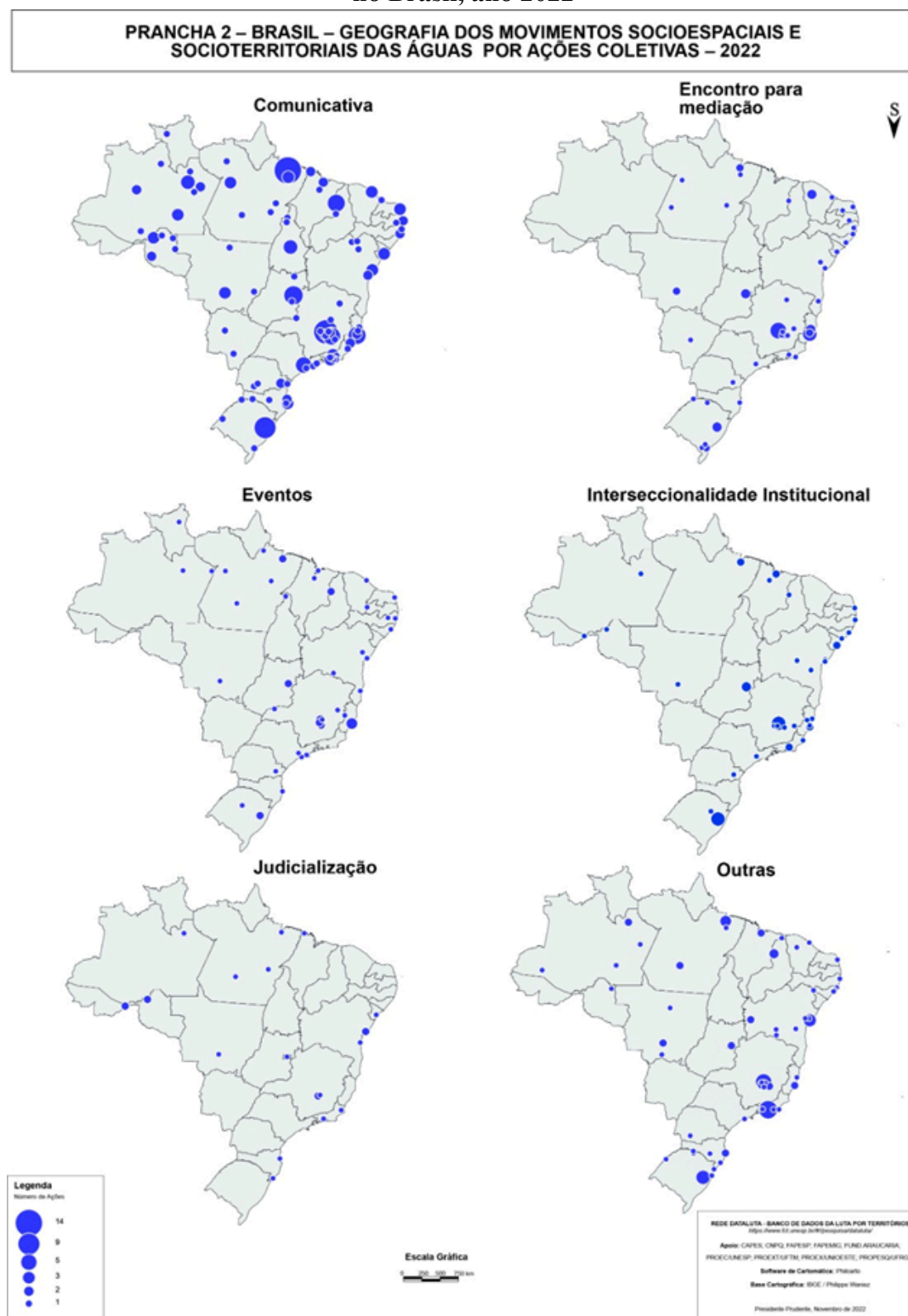
Dialogando com Nonato Junior (2023), podemos considerar que a inteligência territorial também condiz a um aprendizado territorial. Pois, considera que “a pesquisa em Inteligência Territorial remete necessariamente à capacidade de aprendizagem que os sujeitos, grupos sociais e instituições têm para aprender sobre as mudanças no território e se organizar diante delas” (Nonato Junior, 2023, p. 6). As ameaças que se estendem sobre os territórios devem ser tomadas como aprendizagens para então ir formulando as diferentes formas de estratégias de lutas e resistências.

A partir das ações de resistência relatadas no subcapítulo anterior, consideramos que a maioria dessas ações de inteligência territorial também se entrelaçam nas práticas de outros movimentos. Assim, ao analisarmos o banco de dados da Rede Dataluta, sobre as ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas, de 2020 a 2022, fazendo uma análise mais no contexto da Amazônia, constatamos que a maioria dessas ações foi de incidência comunicativa, tornando-se a forma de inteligência territorial mais expressiva.

Porém, vale também ressaltar, que esse período compreende o momento de início e da fase mais crítica da pandemia do Covid-19 no Brasil. Isso nos faz considerar que os movimentos estavam adaptando suas ações, uma vez que como o capital continuava

avançando sobre os territórios, também precisava continuar resistindo no contexto dessa outra ameaça. Então, as ações de cunho comunicativo tiveram grande expressividade durante esse período, não só no contexto da Amazônia, mas em todo Brasil, como podemos observar nos mapas das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas no ano de 2022, período que a pandemia ainda estava em alerta.

Figura 31 - Ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas no Brasil, ano 2022



Fonte: Dataluta Água (2022).

Como podemos observar nas imagens, no ano de 2022 os movimentos socioespaciais

e socioterritoriais das águas de todo Brasil, estiveram alinhando suas estratégias de lutas e resistências na expressividade de ações comunicativas. Isso não difere se observarmos a região amazônica, em que a maior incidência nesse período foi com ações comunicativas. Como nesse período a pandemia já estava mais sob controle, percebe-se a realização de eventos entre outras ações, mas considerando também que muitas delas estavam sendo realizadas de forma adaptada.

Considerando as ações do movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba, constatamos em nossa pesquisa que a maioria das ações de inteligência territorial adotada pelo movimento, também foram ações comunicativas. Tais ações foram: notas de denúncias, ofícios, informativos, denúncias em redes sociais, notas de repúdio, uso da rádio, produções de trabalhos científicos, entre outros. E assim como vimos nas imagens dos mapas acima, essas ações também são formas de inteligências territoriais bastante adotadas em outros movimentos socioterritoriais que também fazem parte desse contexto de atuação em comunidades ribeirinhas.

Outras formas de inteligência territorial que fazem parte das lutas dos ribeirinhos em Abaetetuba, mediante a ameaça de implantação do porto da Cargill, também se fazem presentes nas lutas de outros movimentos. Ações como eventos (seminários, reuniões, rodas de conversa); judicialização (ação civil pública); manifestações, entre outras, é possível perceber como formas de inteligência territorial adotadas também por outros movimentos. Ressaltamos novamente que o trancaço foi uma forma de inteligência territorial adotada pelos ribeirinhos do Rio Caripetuba que ainda não acompanhamos que já tenha sido realizado por outros movimentos.

Portanto, esse subcapítulo nos possibilita compreender, que a inteligência territorial ribeirinha se constitui ao modo operante de lutar e resistir no território. E essas estratégias de ações não condizem apenas a um modo de construir inteligência territorial, mas numa inseparabilidade entre inteligência e sabedoria. De modo que lutar pelo território significa a luta e defesa do território em todas as suas dimensões.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta dos povos ribeirinhos da Amazônia frente ao avanço de projetos capitalistas tem se configurado como lutas diárias. Para a conquista dos territórios, os chamados “grandes projetos” capitalistas, se apresentam em suas mais diversas formas estratégicas, no intuito de seduzir e convencer os sujeitos a fim de conquistar os territórios que passam a fazer parte de seus interesses. E quanto mais a luta desses povos se torna um entrave para esse domínio, o capital vai se utilizando de diversas formas violentas no propósito de exercer seu domínio e expansão.

Ao analisarmos as lutas que vem se construindo pelos ribeirinhos da comunidade do Rio Caripetuba, em Abaetetuba-PA, no contexto do projeto portuário da Cargill, considera-se que a resistência tem possibilitado de serem “vistos”, já que o primeiro Estudo de Impacto Ambiental do projeto ignorou e ainda invisibilizou as comunidades ribeirinhas. O grito “Viu, nós existimos!” e “Vidas ribeirinhas importam!” sempre presentes nos atos e manifestações das lutas do movimento, nos repassa esse sentimento de angústia, em que os ribeirinhos sentem-se lesados desde o próprio direito de existir. Diante das denúncias e críticas das comunidades sobre o estudo realizado pela empresa, esta sentiu-se na obrigação de rever o EIA/RIMA e atualizar a partir dessas pressões que estavam sendo feitas pelos comunitários. A partir dessas pressões, as comunidades passam a ter uma certa “visibilidade” no estudo, passando a constar em alguns mapas e análises, mesmo que ainda continue a ignorar os saberes e vivências desses povos.

Todas as formas violentas que a empresa tem usado como estratégia para se instalar tem gerado angústias, medo, estado depressivo e de ansiedade, desconfiança, estado de alerta e até fome, como em momentos que precisaram realizar algumas lutas e ainda ao considerar que muitas vezes os ribeirinhos têm deixado seus trabalhos para estarem realizando lutas e resistências. No ímpeto de ameaças e para fazer a defesa do território, os ribeirinhos precisaram realizar alguns tipos de enfrentamentos, como os trancaços. Nesse transtorno, pessoas que estavam em seus trabalhos tiveram que deixá-lo e se dirigir até a entrada do rio para fechá-lo. E ainda, algumas mães que estavam cozinhando perderam o alimento porque haviam deixado na casa cozinhando, e nesse ímpeto de ameaça, tiveram que se deslocar para fazer resistência. São apenas exemplos que nos permitem refletir a importância do território para esses sujeitos e quanto essa resistência tem sido árdua.

Ao considerar essas práticas organizativas que a comunidade vem construindo no propósito de resistência ao projeto da Cargill, também se analisa como sendo um processo

de organização e constituição de um movimento. E como a luta se desdobra pela defesa do território, podemos considerar a perspectiva de um movimento socioterritorial. O que pressupõe afirmar que essa configuração não se estabelece apenas pela realização das ações, mas a própria constituição organizativa dos ribeirinhos como movimento socioterritorial.

Buscamos também refletir que as ações que o movimento vem realizando no âmbito da defesa do território, são manifestações de inteligência territorial que vêm sendo construídas por estes sujeitos. No entanto, destaca-se ainda, que essa inteligência se constitui firmada pela sabedoria que esses povos vêm acumulando ao longo da história. Essa sabedoria permite que esses povos tenham a sensatez de considerar o território multidimensional e ainda, reconhecendo todas as dimensões de um mesmo valor de importância. Por isso, para esses povos a dimensão econômica não pode se colocar acima da dimensão ambiental ou qualquer uma das outras dimensões, mas todas elas devem estar em equilíbrio.

Diante da trajetória de lutas que esses povos vêm realizando, reconhecemos que toda essa forma de organização não tem sido em vão. Cada ação de resistência vem se constituindo de forma imprescindível para manter a permanência desses povos em seus territórios. O que está em jogo não é apenas a permanência no território, mas com todas as suas manifestações, produções e suas territorialidades. Ou seja, está no território e mantendo vivo tudo o que promove e fortalece a identidade.

Falar das lutas ribeirinhas não tem sido tão fácil enquanto pesquisadora ribeirinha militante, uma vez que esses povos têm vivido não só o desafio das ameaças territoriais como também uma grande invisibilização histórica. E trazer para o debate suas lutas e resistências a partir da compreensão de um movimento socioterritorial ribeirinho, é também um propósito de se fazer conhecer as lutas desses povos, e que estes têm buscado formas e estratégias de romper a invisibilização que os atravessa e afirmar que esses povos vêm resistindo a partir de particularidades da vida ribeirinha.

Dessa maneira, este trabalho apresenta uma contribuição para se analisar as lutas dos movimentos ribeirinhos. Assim, buscamos promover uma contribuição à compreensão da natureza do sujeito ribeirinho e do movimento socioterritorial ribeirinho. E é importante destacar que o sujeito ribeirinho também faz parte do campesinato amazônico. Portanto, esse trabalho é uma contribuição para compreensão do campesinato amazônico e das populações ribeirinhas amazônicas e do mundo. Pois, ao abordar as lutas e resistências do movimento socioterritorial ribeirinho do Rio Caripetuba, busca-se também contribuir com as lutas de outros povos ribeirinhos espalhados pelo mundo, proporcionando experiências, lições,

aprendizagens e mesmo articulações. Esse também é o propósito da pesquisa militante, contribuir não apenas com o elemento de pesquisa, mas também propiciar que haja uma interconexão das lutas.

Assim, esse trabalho é uma continuação de uma pesquisa militante, iniciada na graduação em Geografia, cuja produção final se deu com o artigo “Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins”. Com este trabalho, por se tratar de uma dissertação, pudemos “mergulhar” mais profundamente no universo ribeirinho, considerando compreender que as lutas que se fazem hoje contra os grandes projetos capitalistas são impulsionadas também por toda uma trajetória histórica de lutas e resistências que têm acompanhado a vida desses sujeitos. Desde a própria constituição da identidade ribeirinha, como nas lutas por políticas públicas que continuam presentes junto com as lutas pela defesa do território.

E ao trazer neste trabalho um pouco das resistências que o território ribeirinho do Rio Caripetuba vem realizando junto com outras comunidades e movimentos, nos permite também compreender que na luta é importante para além da unidade que envolve aqueles que fazem parte do movimento, como também a articulação em rede. Um outro ponto de grande relevância e considerando como o grande diferencial é o acreditar nas lutas. A luta contra o projeto portuário da Cargill em Abaetetuba é um grande exemplo desse acreditar, uma luta que já se estende por pelo menos oito anos, contados no período desta produção. Nascendo em meio às incertezas, como nadar contra a correnteza, mas que foi ganhando força, assim como uma maré lançante que vai ganhando força à medida que vai crescendo.

A fim de não concluir essa análise, mas intencionalmente provocar os leitores, essa configuração provoca muitas interrogações: qual a sensação/sentimentos de num repente se ver numa ameaça constante de perder seu território? Como pode-se considerar que um modelo econômico é melhor se há concentração de lucro e se faz à custa de destruição, violências e mortes? E ainda é o grande responsável pelas consequências e efeitos das mudanças climáticas. São muitos questionamentos, quase sem muitas respostas. Porém, é certo afirmar e reafirmar que as lutas e resistências têm sido a essência e a única possibilidade para que os povos ribeirinhos e demais povos tradicionais continuem existindo em seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- AGUIAR, Diana. A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: **FASE**, 2017.
- AGUIAR, Diana. Dossiê Crítico da Logística da Soja: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: **FASE**, 2021.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da geografia. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 34, v. 1, n. 52, p. 190 - 233, 2019.
- ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia**. Santarém: Faculdades Integradas do Tapajós – FIT, 2000.
- BASTOS, Nelson Ramos. **Territórios em resistência no mundo social da várzea: a cartografia social dos ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu Abaetetuba/PA**. Orientadora: Eliana Teles. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.
- BRIA, Nelson Gabriel da Silva. **Movimentos das águas e águas em movimento: um estudo sobre os conflitos pela água no Brasil**. Orientador: José Antônio Herrera. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Direitos ao território, direitos à vida e a questão agrária. **Revista Mutirão (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul)**, v. 01, n. 1, 2020.
- BRITO, Ciro de Souza. Violência contra defensores: a vida de quem protege a floresta por um triz. In: DOLCE, Julia; MONTENEGRO, Marcel, SHOENENBERG, Regine (Org.). **Atlas da Amazônia brasileira: fatos, dados e saberes da maior floresta tropical do mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2025.
- CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, José. Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 19, n. 30, p. 148 - 168, 2016.
- CARDOSO, Marcos; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. Territorialização portuária na Amazônia e suas implicações em “Territórios tradicionais” no Baixo Tocantins – Abaetetuba – PA. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**. v. 20, n.1, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16448>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- CASA CIVIL. **Conheça o Novo PAC**. Disponível em:

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CASTRO, Edna. A Amazônia e seu lugar central na integração Sul-Americana. *In*: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2008, p. 21-45.

CASTRO, Edna Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. *In*: CASTRO, Edna Ramos de (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: UFPA/NAEA, 2017. v. 1, p. 19-48.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica do Estado do Pará. *In*: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 401-482.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Grandes obras: o projeto desenvolvimentista sobre a Amazônia. *In*: DOLCE, Julia; MONTENEGRO, Marcel, SHOENENBERG, Regine (Org.). **Atlas da Amazônia brasileira: fatos, dados e saberes da maior floresta tropical do mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2025.

CASTRO, Edna Maria Ramos de *et al.* **Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento**. Belém: Paper do NAEA, 2018.

CASTRO, Edna Ramos de. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Belém: Paper do NAEA, n. 092, 1998.

CASTRO, Edna Maria Ramos; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de *commodities*. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, p. 11-36, jan.-abr. 2022.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, ano 1, n. 2, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13349/8549/52697#:~:text=O%20territ%C3%B3rio%20serve%20como%20uma,ca%C3%A7%C3%A3o%20para%20objetos%20o u%20paisagens>. Acesso em: 25 set. 2024.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Grandes projetos e o crescimento da indústria na Amazônia. *In*: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 413-425.

COUTINHO, Marcius Vinicius. **Ilhas e várzeas de histórias, conflitos e identidades: trajetórias sociais e políticas dos ribeirinhos de Abaetetuba**. Orientadora: Leonilde Servolo

de Medeiros. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

CRUZ, Valter do Carmo. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. *In*: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira; HAESBAERT, Rogério (org.). **Identidades e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos**. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007, v. 1, p. 93-122.

DELGADO, Guilherme Costa.; LEITE, Sergio Pereira. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. **Revista Rosa**. São Paulo. v. 6, n. 2, 2023.

EIA/RIMA. Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental. **Terminal de Uso Privativo - TUP Abaetetuba (Cargill)**. 2018. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/documentos/estudos-de-impacto-ambiental/>. Acesso: 20 jan. 2024.

ESTEVES, Antonio Roberto. **A ocupação da Amazônia**. São Paulo: brasiliense, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese de Livre – Docência (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273 - 301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24 - 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. p. 1-57, 2004. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, 2019. Disponível em: <https://ojs.ceil-conicet.gov.ar/index.php/revistaalasru/article/view/563/412>. Acesso em: 10 out. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197 - 215. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20PÓS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (Org.). **Teorias na Geografia: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. p. 335 - 363.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; Moser, Liliane. Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 532 - 541, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/3jFxmCxy4FVJ4Cj8W3Grt9w/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERRANTI, Adelino. **A política educacional no município de Abaetetuba (PA) no período de 2005 a 2008: realidades e limites**. Orientador: Gilmar Pereira da Silva. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FERREIRA, Denison da Silva. **Dinâmica socioespacial em comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba-PA**. Orientador: João Santos Nahum. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FERREIRA, Denison da Silva. Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba/PA. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 1, n. 2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2012v1i2p%25p>. Disponível em: <https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/25>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA**. Orientador: João Santos Nahum. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

GOMES, Erina Batista. **Sombras, brechas e gritos: vozes silenciadas, consulta prévia e re-existência nas margens do rio Tapajós**. Orientador: José Geraldo de Sousa Junior. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 1, p. 80-103, 2019.

GUEDES, Aureliano da Silva. **As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)**. Orientador: Armando Manoel Barreiros Malheiro da Silva. 2011. 310 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, Universidade de Aveiro, 2011.

GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônia: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. **Revista Estudos Amazônicos**, v. III, nº 2, p. 103-139, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/4771187/A_coloniza%C3%A7%C3%A3o_nas_amaz%C3%B4nias_guerras_com%C3%A9rcio_e_escravid%C3%A3o_nos_s%C3%A9culos_XVII_e_XVIII. Acesso em: 25 jul. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 27 set. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328821424_Territorio_e_multiterritorialidade_um_debate. Acesso em: 24 set. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA - 2012, p. 1-17, jun., 2014.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 24 - 56, 2021.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992. 341 p.

HARVEY, David. A urbanização e as crises. A urbanização e as crises. **Pós**, v. 19, n. 32, p. 10-24, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE CIDADES. Municípios. Pará. **Abaetetuba**. [2021 e 2022]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba>. Acesso em: 18 jul. 2024.

INCRA. Assuntos. Reforma Agrária. **Relação de Beneficiários**. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/beneficiarios>. Acesso em: 24 jul. 2024.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. DOI:

<http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016107>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/inter/a/MXbhGK5VDQbX4bMQzRYDRLN/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 10 out. 2024.

LITTLE, Paul. **Megaprojetos na Amazônia**: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia. Tradução: Eugenia Marinho de Almeida. Rede Jurídica Amazônica – RAMA, 2013.

LIZARRAGA, Patricia; PEREIRA FILHO, Jorge. Atlas de los Sistemas Alimentarios de Cono Sur. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **Fundación Rosa Luxemburgo**, 2022, 96 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**. São Paulo. v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

MACHADO, Almires Martins; BENATTI, José Heder. A resistência dos territórios tradicionais e a proteção da natureza. In: Julia Dolce, Marcelo Montenegro e Regine Schöenberg (Orgs.). **Atlas da Amazônia brasileira**: fatos, dados e saberes da maior floresta tropical do mundo. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2025.

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba**: com referenciais na história social e econômica da Amazônia. Abaetetuba: Edição do Autor, 2017.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Colonialismo interno e Estado de exceção: a “emergência” da Amazônia dos grandes projetos. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, 2020.

MALHEIRO, Bruno Cezar; CRUZ, Valter do Carmo. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 21, n. 46, 2019.

MALHEIRO, Bruno; CRUZ, Valter. Para pensar os chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento. **Amazônia Latitude**, 2021.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021. 302 p.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 296 p.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos

Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217 - 227. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20PÓS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

MEDINA, Gabriel da Silva. Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, p. 231-254, 2021.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Notas provisórias sobre a estratégia de desenvolvimento e os grandes projetos da Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número especial, p. 439-445, julho de 2014.

MICHELOTTI, Fernando; MALHEIRO, Bruno. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 635-674, 2020.

MILHOMENS, Lucas; GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e Amazônia: da ditadura civil-militar aos grandes projetos da atualidade. **Cadernos CERU**, série 2, v. 29, n. 2, p. 238-270, 2018.

NAHUM, João Santos; FERREIRA, Denison da Silva. Entre as margens dos rios e as marchas da história: espaço e sociedade ribeirinha na Amazônia. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 39-65, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5965/19847246204320198039>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620422019039>. Acesso em: 08 ago. 2024.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; BELO, Patrícia de Sales. Acumulação de capital e sociedades de economia natural na Amazônia: notas para o debate. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n. 2, p. 225-236, 2012.

NEVES, Achiles Lemos. Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e sócioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “Movimentos” pela perspectiva geográfica. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa; SOBREIRO-FILHO, José. Aprendizagem territorial na Amazônia ribeirinha: primeira aproximações. In: SOUZA, Dayana Viviany Silva de;

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej (org.). **Povos ribeirinhos da Amazônia: educação e pesquisa em diálogo**. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 147 - 162.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, Maria das Graças da Silva; MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Da resistência

silenciosa ao grito das águas: elementos autoetnográficos (da atualização) de um conflito. In: André Luís Assunção de Farias (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais**. Guarujá-SP: Científica digital, 2023. p. 66 – 76.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Gláucia Dantas; VILHENA, Maria de Nazaré. As águas e os ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Margens Interdisciplinar: Periódicos UFPA**, v. 8, n. 11, p. 176 - 198, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v8i11.3249>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3249>. Acesso em: 10 out. 2024.

PÓLEN, Ricardo Reis. **Dinâmicas territoriais de comunidades rurais extrativistas amazônicas**. Orientador: João Santos Nahum. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6018>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA. Lei nº 486/2016, de 21 de dezembro de 2016. Altera a Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006 que Institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba e dá outras providências. **Diário municipal**, p. 1-27. Disponível em: https://abaetetuba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/LEIS-AMBIENTAIS_486_2016_0000001.pdf. Acesso em: 14 de mar. 2025.

PREFEITURA DE ABAETETUBA. O Município. História. Disponível em: <https://abaetetuba.pa.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 16 jul. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S. A, 1993.

REIS, Tatiana Nazaré Amaral Ferreira. **Re-existências de mulheres no território agroextrativista Pirocaba, Baixo Tocantins, Pará: por uma comunicação agroecológica, feminista e popular**. Orientadora: Marcela Vecchione Gonçalves. 2024. 207 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, Marcela Arantes. O rio como elemento da vida em comunidades ribeirinhas. **Revista de Geografia**, UFPE, v. 29, n. 2, p. 83 - 98, jan./set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/228983/23391>. Acesso em: 10 out. 2024.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia:** da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1112>. Acesso em: 25 jul. 2024.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840) In: Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

RODRIGUES, Dayane Damacena. **Às margens do Maratauíra:** (re) pensando a prática docente a partir da vivência de alunos e professores do colégio Engels em Abaetetuba-PA. Orientadora: Sidiana da Conceição Ferreira de Macedo. 2023. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2023.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; LIMA, Ricardo Angelo Pereira de. Grandes projetos de infraestrutura na Amazônia: imaginário, colonialidade e resistências. **Revista NERA:** Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 89-116, 2020.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. Resistências na Amazônia: emergência e estratégias de lutas da CPT e do MAB face à produção de complexos portuários no oeste do Pará. In: Sandra

Helena Ribeiro Cruz; Adolfo Oliveira Neto; José Sobreiro Filho; Cristiano Quaresma de Paula (Orgs.). **Territórios de esperança:** a conflitualidade como produtora do futuro. Belém: UFPA, 2021.

RODRIGUES, Julian Islan Martins. **Um olhar sobre os conflitos no território ribeirinho da ilha do Capim – Abaetetuba-PA.** Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz. 2022. 293 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55 - 76, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>. Acesso em: 24 set. 2024.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73 - 94. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20OS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SENA, Thais Fernanda Matos; BARROS, Ewerton dos Santos. Grandes projetos de logística

na Amazônia: o estado do Pará marcado pelo poder e o conflito. In: **III Congresso Internacional de política social e serviço social**, Londrina, 2019.

SILVA, Anderson Antonio; SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioespaciais Socioterritoriais, conflitualidades e contentious politics. In: SOBREIRO FILHO, José *et al.* (Org.). **Ofensivas e Resistências: ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais**. Belém: UFPA, 2021. p. 15 - 40.

SILVA, João Sérgio Neves da. **Maré de resistência: a luta do movimento social ribeirinho diante da implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins**. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos Estados de Rondônia e Pará. **GEOgraphia: Niterói**, v. 19, n. 41, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2013. 546 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

SOBREIRO FILHO, José. Pequeno ensaio geográfico sobre movimentos sociais, movimentos socioterritoriais e outras teorias geográficas para a crítica econômica. In: DA SILVA, Paulo Fernando Jurado; SPOSITO, Eliseu Savério; SANTANA, Mateus Ubirajara Silva (Org.). **Geografia e economia: relações e interfaces**. Dourados, MS: Editora UEMS, 2020. p. 145 - 160.

SOBREIRO FILHO, José; SODRÉ, Ronaldo Barros. A violência no campo da Amazônia: análise de dados sobre assassinatos, ameaças e perfis dos assassinatos, **ResearchGate**, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351102218_A_VIOLENCIA_NO_CAMPO_DA_AMAZONIA_analise_de_dados_sobre_assassinatos_ameacas_e_perfis_dos_assassinados. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOUSA, Iris Amaral de. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia: os caminhos da política educacional em Abaetetuba-PA**. Orientador: Antônio Chizzotti. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57 - 72. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20P>

OS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Marcos Aurelio. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina. *In*: SVAMPA, Maristella; *et al.* Movimientos socioambientales em América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**. Año XIII, n. 32, p. 15-38, 2012.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. (Coleção Temas Brasileiros). Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

VASCONCELOS, Tatiane Rodrigues de. **Terra de ninguém! O que será do PAE Santo Afonso com a implantação do Terminal Portuário de Uso Privado – TUP Abaetetuba?** Orientador: Girolamo Domenico Treccani. 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

VIEGAS, Luiz Antonio Melo; GUEDES, Eneias Barbosa. Um capítulo sobre a terra na Amazônia: historiografia das sesmarias e dos títulos de posse como instrumentos de grilagem e interdição da propriedade no Estado do Pará. *In*: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2018, João Pessoa - Paraíba. Disponível em: https://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1533614950_ARQUIVO_Artigo_ENG_2018_Historiografiadaterra_FINAL.pdf. Acesso em: 24 de jan. 2025.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.